

ISSN 1516-344x

**REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA
BAHIA**

**REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E
HISTÓRICO DA BAHIA**

Biênio 2012-2013

Presidente de Honra

Roberto Figueira Santos

Presidente

Consuelo Pondé de Sena

1º Vice – Presidente

Eduardo Jorge Mendes Magalhães

2º Vice – Presidente

Maria Helena Flexor

3º Vice – Presidente

Joaci Góes

Secretário Geral

Edmar Torres

Secretário Adjunto

José Jorge Randam

Diretor Financeiro

Wilson Thomé Sardinha Martins

Diretor Financeiro Adjunto

Aristeu de Almeida

Orador Oficial

Edivaldo Boaventura

Diretor de Publicações

Sérgio Mattos

Diretora da Biblioteca

Esmeralda Maria de Aragão

Diretora do Arquivo Histórico

Zita Magalhães Alves

Diretores Suplentes

Edla Alcântara Angelim

Pedro Faustino de Souza Pondé

Guarani Valença de Araripe

Conselho Fiscal

Luís Fischer

Soane Nazaré de Andrade

Helen Sabrina Gledhill

Suplentes

Ellen Melo dos Santos Ribeiro

Jaime Oliveira do Nascimento

Manoel Antônio dos Santos Neto

**REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO
DA BAHIA**

Salvador, v. 108, p. 1-300, jan./dez. 2013

Conselho Editorial Nacional

Adinoel Mota Maia Gabinete Português de Leitura	Edivaldo Machado Boaventura Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
Aidenor Ayres Instituto Histórico e Geográfico de Goiás	José Ibarê Dantas Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
Arno Wehling Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	Luis Henrique Dias Tavares Universidade Federal da Bahia
Consuelo Novais Sampaio Academia de Letras da Bahia	Maria Nadja Nunes Bittencourt Universidade do Estado da Bahia
Consuelo Pondé de Sena Instituto Geográfico e Histórico da Bahia	Maria Tereza Navarro Britto Matos Universidade Federal da Bahia
Cybele Moreira de Ipanema Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro	Sérgio Augusto Soares Mattos Univ. Federal do Recôncavo da Bahia
	Zilma Parente de Barros Universidade Federal da Bahia

Conselho Editorial Internacional

Miguel Monteiro Academia Portuguesa da História e Universidade de Lisboa – Portugal	Edmundo Anibal Herédia Universidade Nacional de Córdoba – Argentina
Antonella Rita Roscilli Escritora e Jornalista – Itália	Glória Kaiser Escritora – Áustria
Berthold Zilly Instituto Latinoamericano da Freie Universitat Berlin – Alemanha	Hendrik Kraay Universidade de Calgary – Canadá
Carlos Tasso Saxe-Coburgo e Bragança Academia Portuguesa da História – Portugal	Marcos Noronha da Costa Academia Portuguesa da História – Portugal
	Stuart Schwartz Yale University – Estados Unidos

Comitê Científico responsável por este número

Esmeralda Maria de Aragão
José Carlos B. Sant Anna
Maria Augusta Cardozo
Sérgio Mattos
Consuelo Pondé de Sena

Revista do
Instituto
Geográfico e
Histórico da
Bahia

© 2013 Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB

É permitida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma, desde que seja indicada a fonte.

Ficha técnica

Coordenação Editorial | Sérgio Mattos | **Projeto Gráfico** | Sidney Santos Silva | **Editoração** | Quarteto Editora | **Diagramação** | Quarteto Editora | **Bibliotecárias** | Esmeralda Maria de Aragão e Roberto Pinheiro Ferraz | **Revisão de Linguagem** | Sérgio Mattos, Consuelo Pondé de Sena e José Carlos Sant Anna |

Ficha Catalográfica

Bibliotecária Responsável: Maria Augusta M. Cardozo CRB 5 599

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Ano 1-2 (set./dez., 1894), – Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1894 –

v.: il

Anual

ISSN 1516-344X.

1. Bahia – História. 2. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – Discursos, ensaios e palestras.

CDU: 94(813.8)



FOMENTO À CULTURA
Fundo de Cultura



REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA
BAHIA – IGHB

Av. Sete de Setembro, 94 A, Piedade
40060-001 – Salvador – BA – Brasil
Telefone: (71) 3329-4463
Fax: (71) 3329-6336

ighb@ighb.org.br – revista@ighb.org.br

Revista do
Instituto
Geográfico e
Histórico da
Bahia



Sumário

APRESENTAÇÃO

- Reflexões de diferentes correntes historiográficas** 15
Sérgio Augusto Soares Mattos

ARTIGOS

- Aproximações entre as crônicas medievais e as crônicas beneditinas** 23
Alicia Duhá Lose
Livia Borges Souza Magalhães
- O maestro Silvio Barbato e o último concerto in memoriam na Embaixada do Brasil em Roma** 39
Antonella Rita Roscilli
- Por uma política cultural e editorial para Salvador** 47
Edvalter Lima
- Artigo retirado deste número por denúncia de plágio 55

Édison Carneiro and Ruth Landes
Autoridade e Matriarcado nas Pesquisas
de Candomblé, 1938-9 77
Jamie Andreson

Maria Quitéria nas palavras de Maria Graham:
uniforme e armamento utilizados pelo “Patrono”
do QCO\Quadro Complementar de Oficiais do Exército
Brasileiro, tal qual descritos no *Journal of a Voyage*
to Brazil-1822-23-24. 107
Ney Paes Loureiro Malvasio

Em nome do povo: uma representação popular
pela qualidade das águas no século XVIII 121
Renato Wokaman Neri dos Santos
Adoniran da Silva Santos
Jamile Trindade Freire

O ataque de Nassau ao Recôncavo baiano em 1638:
Três documentos conservados na Biblioteca Pública
Municipal de Évora 141
Pablo Antonio Iglesias Magalhães

Irmão Paulo Lachenmayer, OSB:
A arte germânica na Bahia 165
Paulo Veiga

O pioneirismo da TV Itapoan 177
Sérgio Mattos

MESA REDONDA

Rumo ao bicentenário do Dois de Julho 197
Luis Guilherme Pontes Tavares

O Dois de Julho: A imprensa como protagonista 201
Nelson Varón Cadena

Sentinella Bahiense 219
Consuelo Pondé de Sena

**Ignacio José de Macedo:
da Idade d'Ouro ao Velho Liberal do Douro
(1774-1834)** 221
Pablo Antonio Iglesias Magalhães

**A pedagogia da ordem na Bahia – constitucionalismo
e formação do Estado nacional pós-Dois de Julho
no periódico *Grito da Razão* (1824)** 263
Lucas F. Junqueira

DISCURSO

Palavras de Regozijo 291
Consuelo Pondé de Sena

Bernardino José de Sousa 295
Arno Wehling

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2013 303
Edivaldo M. Boaventura

BIOGRAFIA

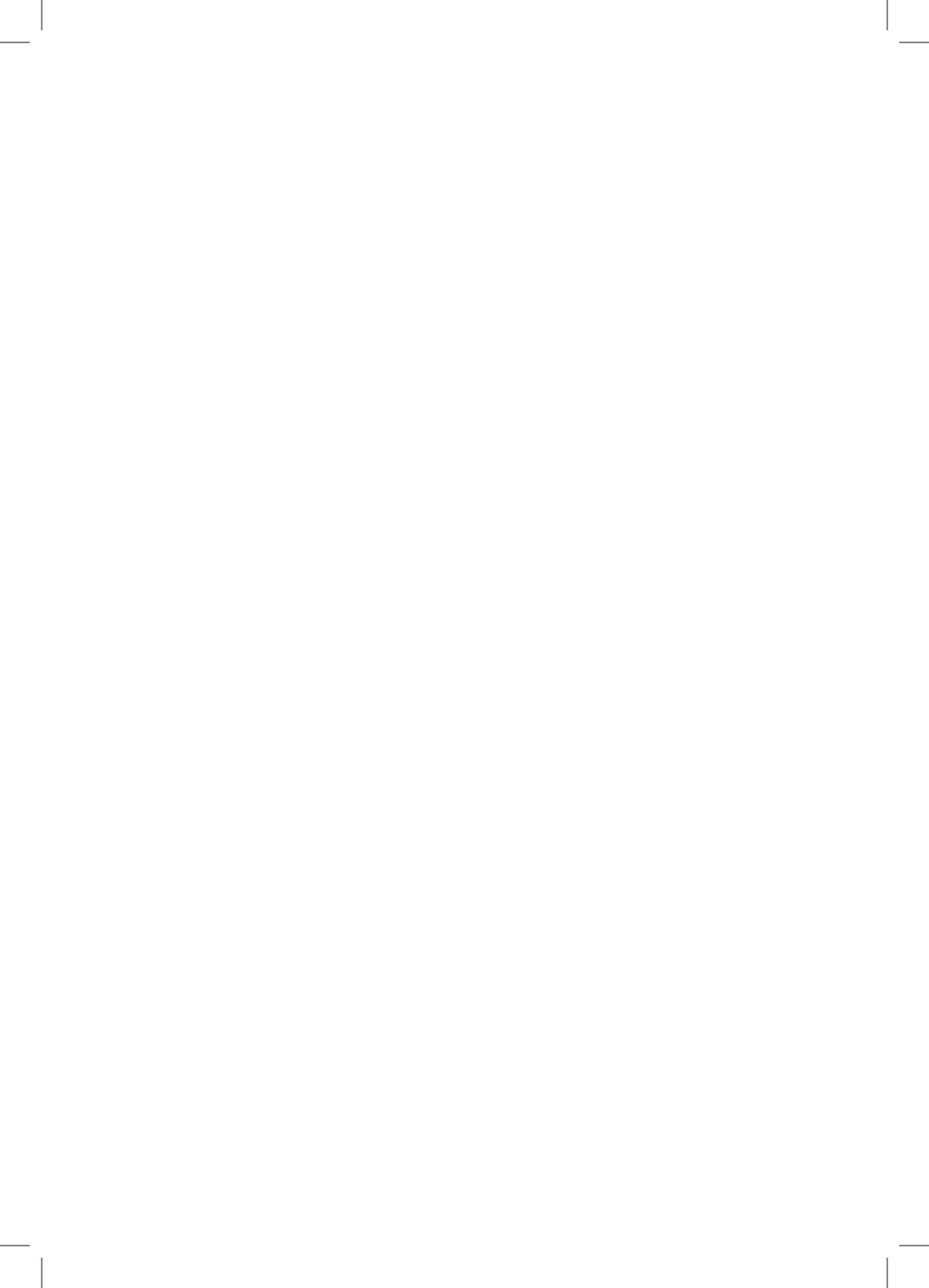
Décimo primeiro presidente
Mons. Manoel de Aquino Barbosa 315

ACERVO BIBLIOGRAFICO

Relação de livros e revistas de
Mons. Manoel de Aquino Barbosa 331

GALERIA DE FOTOGRAFIAS	337
ESPAÇO ABERTO MEMORIAL 2 DE JULHO	
Agoniza o Dois de Julho	343
RELATÓRIO	
Relatório da Biblioteca Ruy Barbosa	347
AGENDA	
2013 – Calendário de Atividades	351
SÓCIOS	
Sócios do IGHB	357
NORMAS DE PUBLICAÇÃO	369

Apresentação



Reflexões de diferentes correntes historiográficas

Sérgio Augusto Soares Mattos

Diretor de Publicações e Editor da Revista do IGHB

E-mail: sasmattos@gmail.com

Neste ano de 2013, o IGHB comemorou 119 anos e continua contribuindo para a formação de uma identidade regional, por meio da construção de uma historiografia engajada, articulando as relações entre a produção do conhecimento histórico e promovendo um permanente diálogo com a realidade histórica e sócio-cultural por meio de sua revista anual. *A Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, cuja circulação atinge o número 108 com esta edição, apresenta um total de nove textos na sessão intitulada **Artigos**, além do conteúdo de outras sessões. Os ensaios apresentam diferentes narrativas e diálogos, com reflexões de diferentes correntes historiográficas, enriquecendo ainda mais a produção do conhecimento histórico.

O artigo de Aícia Lose e Lívia Magalhães abre a revista analisando o *Livro de Crônicas do Mosteiro de São Bento da Bahia*, um manuscrito, com registros dos fatos ocorridos entre 1914 e 1934. O livro apresenta registros narrativos de grande valor historiográfico nos mesmos moldes das crônicas medievais. As autoras fazem um

levantamento dos elementos e características que aproximam o livro beneditino às crônicas medievais, constatando na narrativa um alto valor histórico.

Na sequência, o leitor encontra quatro artigos voltados para aspectos históricos e sócio-culturais e religiosos. O primeiro deles, de autoria de Antonella Rita Roscilli, é uma homenagem ao Maestro ítalo-brasileiro Sílvio Barbato, morto em 2009. No segundo, Edvalter Lima defende a necessidade de se definir uma política cultural e editorial para Salvador, que ajude salvar a memória da cultura de outrora. No terceiro, Fernanda Reis dos Santos resgata a realização do II Congresso Afro-Brasileiro, no ano de 1937, com o objetivo de legitimar socialmente o Candomblé. A autora destaca a participação de importantes babalorixás e ialorixás no evento, a exemplo de Martiniano Eliseu do Bonfim e Eugênia Ana dos Santos. A autora registra também que foi 1937 o ano da criação da União das Seitas Africanas, com o objetivo de defender a liberdade religiosa na Bahia. Por sua vez, Jamie Andreson, examina, no artigo dele, detalhes do relacionamento entre o etnólogo baiano Édison Carneiro e a antropóloga norte-americana Ruth Landes, na década de 1930, abordando não apenas suas pesquisas sobre o Candomblé, mas também os resultados delas devido ao relacionamento pessoal deles que foram amantes e acadêmicos, trabalhando juntos na mesma temática.

O sexto artigo, de autoria de Ney Paes Loureiro, aborda a heroína baiana Maria Quitéria. O artigo traz um estudo que se estende pela primeira figuração da combatente de nossa Independência, a alferes de linha, Maria Quitéria de Jesus (1822-23). Refazendo o uniforme e o armamento portado pela gloriosa baiana, o autor traça o estudo até seu primeiro quadro que a traz com o *Kilt* e o fuzil *Baker*, o que o remeteu ao grande *Diário* de Maria *Graham*, onde se encontra a primeira descrição que ele apresenta no texto.

No sétimo artigo, produzido a seis mãos, os autores, além de destacar a participação popular no movimento da independência do país como registrado pela historiografia brasileira, acrescentam como também sendo elemento norteador da ruptura com o governo português a “questão do meio ambiente”, procedente da exploração das

riquezas naturais que contribuíram para aumentar o descontentamento e os conflitos regionais. O ensaio tem o objetivo de retratar um destes conflitos por meio da análise do documento datado de 1797, que traz em seu teor uma representação pública intitulada “em nome do povo”, que destaca os interesses e dos conflitos na preservação da boa qualidade da água na Vila de Nossa Senhora do Rosário do Povo da Cachoeira-BA.

Por sua vez, no penúltimo artigo, Pablo Antônio Iglesias Magalhães apresenta três relatos de manuscritos, conservados na Biblioteca Pública Municipal de Évora, sobre a ofensiva militar da Companhia das Índias Ocidentais ao Recôncavo baiano e o sítio à Salvador. O artigo aborda os três documentos que descrevem aspectos geográficos, militares e políticos, abordando as contradições existentes nas forças que defenderam Salvador.

O último artigo publicado neste número é de autoria de Sérgio Mattos, que traça a história da primeira emissora de televisão da Bahia, a TV Itapoan, resgatando detalhes da produção e do pioneirismo da emissora baiana relacionada aos primeiros anos de transmissão. O artigo apresenta ainda um breve histórico das demais emissoras de canal aberto em funcionamento na cidade do Salvador.

A sessão intitulada **Mesa Redonda**, coordenada pelo jornalista e historiador Luís Guilherme Pontes Tavares é dedicada à presença de “A Imprensa na Independência da Bahia”, que inaugurou os debates direcionados para o bicentenário do Dois de Julho. Participaram da mesa redonda Nelson Varón Cadena, jornalista e pesquisador da história da imprensa, que falou sobre a imprensa como protagonista da independência; Consuelo Pondé de Sena, presidente do IGHB, que abordou o papel da *Sentinela Bahiense*; o professor Pablo Iglesias Magalhães, que falou sobre o trabalho desempenhado pelo padre Ignácio José Macedo nos jornais baianos do *Idade d’Ouro ao Velho Liberal do Douro*; e o professor Lucas de Farias Junqueira que expôs o tema “A pedagogia da ordem da Bahia”. Os textos de suas respectivas intervenções estão na íntegra na sessão **Mesa Redonda**.

Na sessão **Palestra**, destaca-se o texto do arquiteto e mestre em artes visuais Paulo Veiga, que proferiu uma palestra sobre o Irmão

Paulo Lachenmayer, OSB, abordando a arte germânica na Bahia. A palestra foi proferida no auditório da Casa da Bahia, no dia 17 de julho de 2013. O autor destaca a diversidade da obra de Lachenmayer.

A sessão **Discurso** apresenta os discursos proferidos na solenidade comemorativa dos 119 anos de criação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. A sessão é aberta com “Palavras de Regozijo”, pronunciadas pela professora e historiadora Consuelo Pondé de Sena, presidente do IGHB, esclarecendo que “coube a um grupo de intelectuais dirigir-se, em 5 de maio de 1894, aos interessados na fundação desta sociedade, para nela reunir documentos e objetos arqueológicos, atinentes à geografia e à história pátrias, que se encontravam espalhados pelos quatro cantos da cidade em mãos de particulares, a fim de resguardá-los, arquivá-los e publicá-los para os dias do presente e para as gerações futuras.”

Ao discurso da presidente do IGHB seguiu-se o de Arno Wehling, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que prestou uma homenagem a Bernardino José de Sousa, responsável pela construção da sede da Casa da Bahia, onde ainda hoje funciona o IGHB. O terceiro discurso foi pronunciado pelo Orador Oficial desta Casa, professor Edivaldo Boaventura que prestou homenagem aos sócios que morreram, além de saudar os novos associados. Na oportunidade foram também homenageadas várias personalidades com a Medalha Bernardino de Sousa.

A sessão **Biografia**, nesta edição é dedicada ao Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa, jornalista e historiador, que teve presença marcante em todas as instituições onde atuou, inclusive na imprensa baiana. Barbosa foi membro da Academia de Letras da Bahia, trabalhou no Arquivo Público e na Inspeção Federal de Ensino entre outras instituições públicas. No IGHB desempenhou várias funções. Em seguida é apresentada a relação do **Acervo Bibliográfico** de e sobre Monsenhor Barbosa. Na sessão **Galeria de Fotografias** exibe-se uma mostra iconográfica referente a Manoel de Aquino Barbosa.

O número 108 da *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* apresenta ainda as sessões **Agenda do IGHB**, **Relação dos sócios** e **Normas de Publicação**.

Espera-se que as reflexões de diferentes correntes da historiografia aqui reunidas contribuam para ampliar os diálogos em torno de interpretações das narrativas históricas, ampliando o conhecimento de nossos leitores.

Tenham uma boa leitura!



Revista do Ins
do Instituto
stituto Gráf
Ge e
ráfico e Histó
Th

Artigo



Aproximações entre as crônicas medievais e as crônicas beneditinas

Alicia Duhá Lose

Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)/
Coordenadora e pesquisadora da Faculdade São Bento da Bahia/Profa. adjunta
da Universidade Federal da Bahia.

Livia Borges Souza Magalhães

Mestranda em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia
(UFBA)/Bolsista da CAPES/Pesquisadora da Faculdade São Bento da Bahia

Resumo

Em 1582, graças à vinda de monges do mosteiro de São Marinho de Tibães, a Bahia foi agraciada com o início das obras que, mais tarde, dariam origem ao primeiro mosteiro do novo mundo: o Mosteiro de São Bento da Bahia. As paredes dessa instituição, agora, seculares, guardam em si histórias e memórias do povo soteropolitano, baiano e, conseqüentemente, brasileiro. Graças à prática comum nas ordens beneditinas de salvaguardar a memória, os monges, desde a sua chegada, preservam o hábito de registrar, por escrito, os fatos, feitos e a memória de todos os que passaram pelo monastério. Eis que surgem então dois documentos: o *Dietario das vidas e mortes dos Monges, que faleceram neste Mosteiro de S. Sebastião da Bahia da Ordem do Principe dos Patriarchas S. Bento*; e o *Livro de Crônicas do Mosteiro de São Bento da Bahia*, sendo este, o documento analisado nesse trabalho. *O Livro de Crônicas do Mosteiro de*

São Bento da Bahia é um manuscrito, lavrado de 1914 até 1934, que guarda em si registros do cotidiano da instituição beneditina baiana nos referidos anos. Percebe-se que tais registros, de cunho narrativo, apresentam valor historiográfico nos moldes das crônicas medievais. Assim, far-se-á, nesse trabalho, um levantamento dos elementos que aproximam o livro de crônicas do Mosteiro às crônicas medievais, firmando, desta forma, tal narrativa como uma narrativa de valor histórico e, conseqüentemente, como um auxiliar no resgate da historiografia da ordem beneditina brasileira e do entorno dela.

Palavras-chave: Mosteiro de São Bento da Bahia; Livro de crônicas; Idade Média.

Approaches between medieval chronic and benedictine chronic

Abstract

In 1582, with a to arrive of monks from the monastery of San Marino Tibães, Bahia was awarded the early works that, would later, give rise to the first monastery of the new world: the Monastery of São Bento da Bahia. In the walls of this institution now secular, guard themselves stories and memories of the people soteropolitano, baiano and, consequently, brazilian. Thanks to the common practice in order to safeguard the memory, benedictine monks, since its arrival, preserve the habit of recording in writing the facts, deeds and memories of all who passed through the monastery, behold arise then two documents: *Dietario das vidas e mortes dos Monges, que faleceram neste Mosteiro de S. Sebastião da Bahia da Ordem do Príncipe dos Patriarchas S. Bento*; and *the Livro de Crônicas do Mosteiro de São Bento da Bahia*, the document analyzed in this work. The Book of Chronicles of the Monastery of São Bento da Bahia is a manuscript, issued from 1914 until 1934, guarding itself records of everyday Bahia Benedictine institution in those years. It is felt that such records, of narrative feature, present the same value of historiographical medieval chronicles. So, has this work, a survey of the elements that bring the *Livro de Crônicas do Mosteiro de São Bento da Bahia* of the medieval chronicles, confirming thus that narrative as a narrative of historical value and, consequently, as an aid in the rescue of historiography of Brazilian Benedictine Order and surrounding her.

Keywords: Mosteiro de São Bento da Bahi; Livro de Crônicas do Mosteiro de São Bento da Bahia; Middle Age.

476, nesse ano, o último imperador da Roma Ocidental é deposto. Tal data, para os historiadores, marca o fim do Império Romano e o

começo de uma nova configuração no *modus vivendi* da população da época: fala-se aqui da chamada Idade Média.

Subdividida comumente em duas partes: a alta Idade Média, caracterizada pelo período de transição entre a estrutura do Império e a nova realidade social; e a baixa Idade Média, onde se observa a afirmação de mudanças que, conseqüentemente, culminaram na construção de novas estruturas de vida para a população, como, por exemplo, a formação dos Estados Ocidentais Europeus.

Interessa, nesse artigo, observar que na Alta Idade Média ocorreu a implementação do monaquismo (ou monasticismo) na Europa Ocidental. Tomando como base a tradição monástica dos desertos Sírio e Egípcio, caracterizada pelo cenobitismo, ou seja, a “agregação de homens em torno de um pai espiritual, partilhando os bens e exercitando-se espiritualmente num lugar comum, posteriormente denominado mosteiro” (PAIXÃO, 2011, p. 45).

Os ideais do monaquismo encontraram em obras de hagiografia como, por exemplo, *A vida de Antão*, a estrutura perfeita para se firmar por toda a Europa, posto que elas apresentavam o “modelo de vida” ideal para ser seguido e adorado por uma sociedade que estava em pleno processo de valorização do cristianismo. Nessa ação de afirmação do monaquismo na Europa, um homem nascido em Núrsia, na Itália, constrói, graças a uma decisão pessoal de abnegação, a base para a configuração dos mosteiros da Europa. Fala-se, aqui de São Bento.

Bento, como afirma São Gregório, nasceu em Núrsia (Italia), uma pequena cidade da Úmbria, no seio de uma família nobre e rica. Na adolescência, seus pais decidiram enviá-lo a Roma para que pudesse formar-se nas escolas superiores destinadas aos mais abastados, onde se aprendiam as artes liberais e o direito romano. Roma já não era a mesma! A corrupção grassava em todos os setores. Sabemos que, após a queda do último imperador romano do Ocidente, a cidade perdera a sua posição de potên-

cia mundial. Em 489 d.C, os godos invadem a Cidade Eterna, gerando um caos generalizado. É nesse ambiente destruído que pisa o jovem estudante nursino, e não é difícil imaginar os sentimentos que nasceram em seu coração ao ver a derrota instalada em cada canto da antiga capital do mundo (PAIXÃO, 2011, p. 66).

Ao deparar-se com tal cenário, o jovem Bento decide abdicar dos estudos e dedicar-se a “uma vida retirada” (Paixão, 2011, p. 67), fazendo, então, o mesmo percurso que os grandes legisladores antigos, Antônio, Pacômio, Evágrio fizeram. Assim, ele parte para o Subiaco onde passa a viver recluso.



Figura 1: São Bento de Nursia. Detalhe do afresco por Fra Angelico
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/73/Fra_Angelico_031.jpg/250px-Fra_Angelico_031.jpg. Acesso em: 20 ago. 2012.

O modo de vida e a palavra de São Bento fazem dele um catequisador e, pouco a pouco, aldeões da região, conscientes do local em que São Bento vivia, passam a visitá-lo a fim de observar com categoria o exemplo de vida cristã pregada pela Igreja. Essas “visitas” fazem São Bento repensar sobre a sua escolha de vida e, assim, caminhar para a primeira experiência cenobítica, no Mosteiro de Vicovaro, um verdadeiro fracasso que o fez voltar logo para a vida de ermitão pelo Subiaco. Mais e mais homens se aproximavam dele com o objetivo de aprender a professar a fé. Dessa forma, nasce um grupo que, sob a direção de Bento, passa a viver em comunidade o cenobitismo. “Desse modo, ele deixa de ser um simples guia espiritual para se tornar um legislador, a partir do qual será sedimentada a história do monaquismo ocidental”. (PAIXÃO, 2011, p. 71).

O grupo guiado por São Bento funda, no Monte Cassino, “um prério que atendia às demandas monásticas, com igreja, refeitório, hospedaria, vasto campo para cultivo, biblioteca, dentre outros.” (Paixão, 2011 p. 72). É dentro dessa estrutura que Bento escreve a Regra

[...] não se trata de um manual de doutrina nem de um livro de preceitos religiosos, recheado de proibições, como percebemos em muitas regras do século V. Trata-se de um código completo, que devia reger a vida monástica para tantos quantos quisessem praticar os valores evangélicos, podendo a Regra se adaptar às mais diferentes culturas o que pode explicar a sua longevidade (PAIXÃO, 2011, p. 75-76).

Como se percebe, o berço da tradição monástica vigente até os dias atuais, com raríssimas adequações, está na Idade Média e, conseqüentemente, algumas práticas encontradas na estrutura monástica são preservações de práticas medievais como, por exemplo, a valorização da escrita dentro do ambiente religioso:

Na Alta Idade Média, dos séculos V ao X, ao contrário do Mundo Antigo, a leitura perdeu praticamente seu caráter de entretenimento, sendo substituída por uma prática de leitura concentra-

da no interior das Igrejas, das celas, dos refeitórios, dos claustros, das escolas religiosas e, algumas vezes, das Cortes: leituras essas, geralmente limitadas às Sagradas Escrituras e a textos de edificação espiritual (RIBEIRO, 2008, p. 37).

Nesse cenário de leitura e produções, observa-se a construção de um gênero textual em específico: as crônicas. Crônica é um termo derivado diretamente do deus grego “Cronos”, o deus do tempo. De Cronos houve uma derivação resultante para Chronica e, por fim, a forma atual existente na Língua Portuguesa, **crônica**.

Assim, cabe destacar que “o tempo” é um elemento indissociável das crônicas. Esta figura como uma forma de resguardá-lo e, assim, possibilitar um auxílio no resgate de fatos que, com o passar do tempo, terminariam caindo em esquecimento. Conforme aponta Antônio Cândido (1992),

Ora, a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas (CÂNDIDO, 1992, p. 14).

Pode-se dizer, então, que nessa “pegada de miúdo” a crônica apresenta a visão de mundo de um ser inserido em um contexto político, econômico e social específico sendo QUE, tal meio, indubitavelmente, termina servindo de fundamental para a construção dos registros.

O trabalho do cronista, muita vez, em certas retrospectivas que promove, não tem outro sentido que não o de tornar de novo conhecidos fatos e gente que, com o passar do tempo, se vão perdendo, juntamente com os ossos dos que por derradeiro os ouviram relatados dos maiores (COLARES, 1980. p. 13).

Assim, a crônica termina servindo, também, como grande fonte para estudos históricos destacando a relevância desse material para as sociedades.

A crônica no Mosteiro de São Bento da Bahia

São Bento cria uma estrutura de mosteiro construída pela Regra (norma de vida) com uma autoridade (o abade), que são aquém e que manda, mas o encarregado pelos próprios monges de ajudá-lo a caminhar para a felicidade, para o Bem Maior. O abade ordena a boa conduta, a harmonia e, portanto, a felicidade de todos. São Bento incorpora dos monges antigos o voto de estabilidade para que seus monges sintam-se concretamente que possuem uma casa, uma família, irmãos a amar. (PAIXÃO, 2011, 93)

A regra beneditina tem como base a tríade: trabalho, oração e estudo. Exatamente por essa tríade, os mosteiros terminam assumindo a conotação de ambiente responsável pela preservação e difusão do saber. É comum que as ordens beneditinas sejam agraciadas com bibliotecas e, tal fato, não foi diferente no primeiro mosteiro do Novo Mundo. Os monges vindos de São Marinho de Tibães trouxeram consigo algumas obras e essas, unidas a outras que foram adquiridas através de compra e/ou doações, formaram o Acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia que, atualmente, depois de 428 anos, apresenta um número aproximado de 200.000 volumes, um acervo de suma importância para a história do Estado e conseqüentemente do Brasil.

O acervo é formado por

[...] documentos manuscritos que datam desde o séc. XVI, entre eles se encontram: bulas papais, cartas de profissão dos monges, sermões, dietário com a história de todos os monges desde a fundação do Mosteiro, documentos relativos à vida privada do Mosteiro, documentos de Catarina Paraguaçu, cartas de alforria de escravos, documentos de compra e venda de escravos, documentação relativa às propriedades de toda a região metropolitana de Salvador, livros de pedidos de oração, entre diversos outros documentos, com os mais variados temas e estilos (ANDRADE,;LOSE, 2007).

Dentre essas obras, encontra-se o *Livro de Crônicas do Mosteiro de São Bento da Bahia*, um manuscrito cunhado de 1914 até 1934 onde estão registradas, como o nome sinaliza, as crônicas do mosteiro baiano.

As crônicas beneditinas estão registradas em um códice com capa de tom escuro medindo: 405mm. x 255mm.; Lombada: 70mm.; Cantoneiras: 55mm, ambas em couro de porco. Já o tamanho do documento é de 31mm.; Dist. entre o papel e a capa: 5mm.; Número de catalogação: 398; mancha escrita no fl. 049r: 349mm. x 203mm. Os registros aparecem no verso e no recto de um papel pautado de baixa gramatura que compõe o manuscrito.

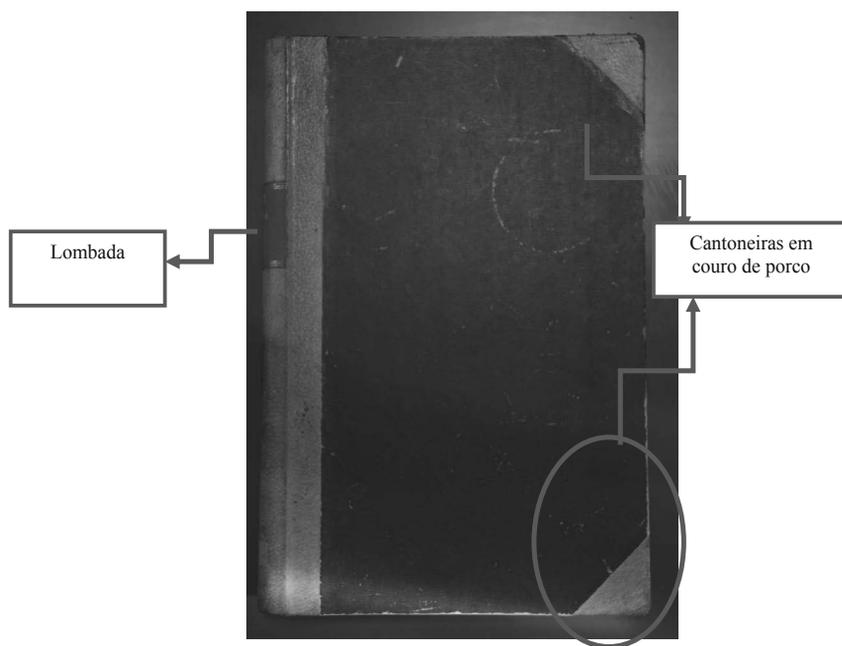


Figura2: Capa do *Livro de Crônicas do Mosteiro de São Bento da Bahia – 1920/1934*

Fonte: Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia

Todos os fólhos são rubricados no recto por D. Ruperto Rudolph. O.S.B., Reitor do Gymnasio S. José, que também escreve e assina os termos de abertura e encerramento, ambos datados “26 dias do mês de julho de 1909”.

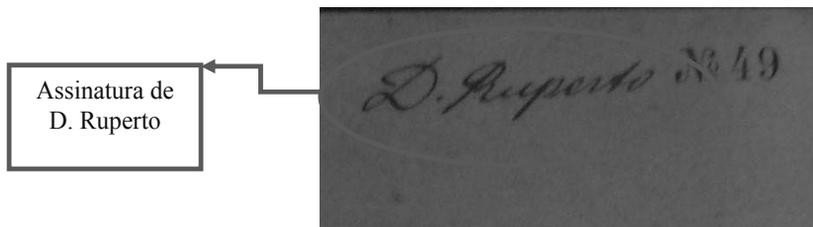


Figura 3: Recorte do fôlio N°49 do *Livro de Crônicas do Mosteiro de São Bento da Bahia – 1920/1934*

Fonte: Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia

O códice está em bom estado de conservação, considerada a ação do tempo, apresentando, porém, sinais claros de um restauro recente que é facilmente identificado na percalina que serve para a encadernação e as primeira e última folhas de guarda e retaguarda.

Na etiqueta que reveste a lombada do códice tem-se registrado “CRÔNICA // MOST. de S. BENTO // BAHIA // 1920 – 34”, que situa o período de escrita do mesmo (cf. Figura 2). O texto é, porém, iniciado em Janeiro do ano 1914, interrompido em Abril do mesmo ano e retomado no mês de Janeiro de 1920. Acredita-se que tal fato decorre das influências que a primeira guerra mundial tivera sobre os monges beneditinos da época que, em sua grande maioria, eram advindos da Alemanha¹.

¹ Assim como fez o Marquês de Pombal em Portugal, o império brasileiro ordenou o fechamento dos noviciados das ordens religiosas no Brasil, fazendo com que Congregações como a beneditina entrassem em uma forte crise social, política e religiosa. Coube a Frei Domingos da Transfiguração Machado, usando da separação entre a Igreja e o Estado, com o fim do império, a missão de solicitar ao Papa Leão XIII a vinda dos monges alemães que seriam os grandes responsáveis pela reestruturação da Ordem Beneditina, principalmente na Bahia.



Figura 4: Recorte da faixa na lombada do *Livro de Crônicas do Mosteiro de São Bento da Bahia – 1920/1934*

Fonte: Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia

Os textos presentes no manuscrito apresentam uma ordem cronológica, mas não sequencial, posto que algumas datas terminam ficando sem registros. Há de se notar, porém, que todos os fatos considerados importantes para a ordem são minimamente descritos, o que culmina no perfeito enquadramento do material lavrado com a literária descrição de crônica construída pelo segundo cronista:

Janeiro 1920

Desde a origem da nossa Ordem ha em todos mosteiros monjes encarregados de apontar os acontecimentos mais importantes segundo a ordem do tempo. Estas narrações historicas chamam-se chronicas e o conjunto dellas forma os annaes em que descrevem os successos anno por anno._____

Nada mais justo e razoavel do que esta instituição propria da Ordem benedictina, a qual segundo a vontade de Deus o ideal e o modelo a familia christã, ha de conservar este piedoso costume que se nota nas familias do mundo._____

Os paes e sobretudo as mães apontam os dias, em que os seus filhos nasceram ou fizeram a sua primeira communhão o dia em que se casaram elles mesmo, ou um dos seus filhos, não esquecendo-se de marcar a data de acontecimentos tristes, que são a morte de um caro membro da familia. _____

Si este costume louvavel se acha no mundo, não pode faltar na familia monastica. Cabe então ao chronista, em nome e por ordem do Abbade que é o pae da familia, a tarefa nobre e importante de narrar os factos annuaes do mosteiro, e transmittir as chornicas respectivas aos mosteiros da mesma Congregação, afim de chegarem ao conhecimento de todos os trabalhos intellectuaes e moraes, as vicessitudes, emfim o progresso espiritual e temporal de cada mosteiro, de estreitarem-se os laços da caridade fraterna e de conservarem-se piedosamente as tradições da propria Congregação.

Penetrado deste espirito de familia, confiado no auxilio de Deus, garantido pela benção do R(everendissimo)mo S(enho)r D(om) Abbade esforçar-me-hei por desempensar dignamente esta importante tarefa de chronista para edificação e interesse dos queridos irmãos est in omnibus glorificitica Deus.

(Livro de Crônicas do Mosteiro de São Bento da Bahia, Fólio 7r)

A crônica beneditina e as medievais: aproximações

.Maneira he de todollos estoriadores que fazẽ livros d'estorias em que som estorialmente contados os grandes feitos, de os fazerem de boas e nobres razõoes. Eos que acham feito, se em algũa cousa son minguidos, devẽnos correger con boas e fremosas pallavras, non desfalecendo na verdade da estoria mas comprindo as razõoes minguidas e tirando as sobejas, em tal guisa que os que leerem pellos livros aprendam a ben falar e venhamen conhecimento e sabedoria das cousas antigas. (Crónica, IV, p. 418 *apud* Figueiredo, 1997, p. 97)

Desde a origem da nossa Ordem ha em todos mosteiros monjes encarregados de apontar os acontecimentos mais importantes segundo a ordem do tempo. Estas narrações historicas chamam-se chronicas [...] Os paes e sobretudo as mães apontam os dias, em que os seus filhos nasceram ou fizeram a sua primeira commu-nhão o dia em que se casaram elles mesmo, ou um dos seus filhos, não esquecendo-se de marcar a data de acontecimentos tristes, que são a morte de um caro membro da familia. _____
(Livro de Crônicas do Mosteiro de São Bento da Bahia, Fólio 7r)

Esses dois conceitos de crônicas foram cunhados por cronistas: o primeiro da *Crónica Geral de España*; e o segundo do *Livro de Crônicas do Mosteiro de São Bento da Bahia*. Salienta-se, logo na construção desses conceitos, uma preocupação latente: a elaboração de estórias/narrativas, fazendo com que, assim, construa-se o caráter mnemônico desse gênero textual que é a crônica. Le Goff (1996, p. 423) aponta que o ato mnemônico fundamental é o ‘comportamento narrativo’, ou seja, no ato de contar histórias, em que reside a formação da constituição da memória.

Posteriormente, salienta-se a preocupação de que sejam relatados os acontecimentos mais importantes. Evidentemente que essa preocupação surge em função do caráter mnemônico que as crônicas apresentam. Cabe, então, guardar os fatos mais positivos, aqueles que, julgados aos olhos do cronista, mereçam ser resgatados no futuro. Mas, em ambos, há uma referência aos acontecimentos minguidos/tristes. No medievo, abrandam-se os fatos com “devēnos correger con boas e fremosas pallavras”; já nas crônicas beneditinas, pontua-se somente os casos de morte².

A presença da preocupação com o tempo faz-se clara no segundo conceito quando-se, informa, que o livro deve ser organizado em ordem cronológica. Tal pedido é prontamente seguido posto que toda a

² Acredita-se que tal referência seja construída para aludir ao Dietário, um livro que traz a biografia de todos os monges que viveram e morreram no Mosteiro.

cronologia do livro é apresentada através de lápis de cor vermelho, com o ano, mês e dia. O primeiro não salienta a existência de uma cronologia, mas esta é devidamente seguida na estrutura textual, até porque, os fatos são narrados/descritos com tons de verdade, o que denota uma sequência, de acordo com o momento em que acontecem.

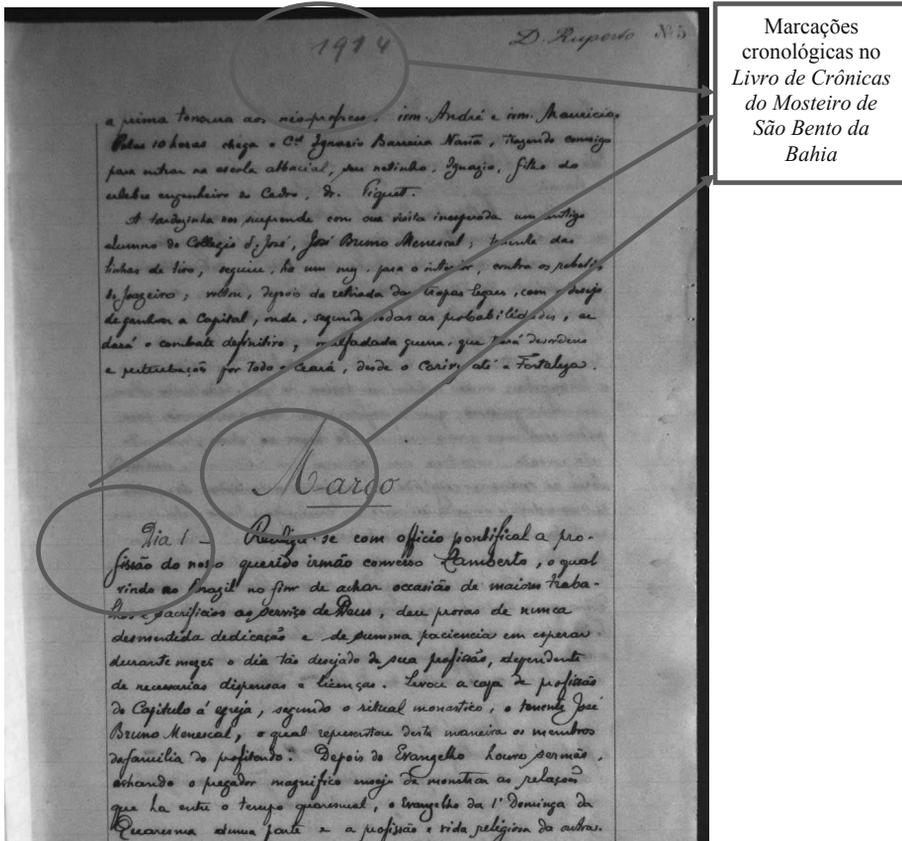


Figura 5: Recorte do fôlio 5r do Livro de Crônicas do Mosteiro de São Bento da Bahia – 1920/1934

Fonte: Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia

O prólogo da Crônica de Dom João I, escrita por Fernão Lopes em 1433, também apresenta essas características que unem o conceito de crônica e a função do cronista. Primeiro o narrador, logo no prólogo, afirma ao leitor que “Se outros per ventura em esta crônica buscam fremosuras e novidades de palavras, e nom a certidom das estorias, desprazerlhe-á de nosso razoado, muito ligeiro a ele d’ouvir, e nom sem gram trabalho a nos de ordenar” (LOPES, 1433, apud SUSSEKIND, 1984, p. 6), assim, atesta-se a veracidade dos fatos ali narrados.

Lopes também vai nos dizer que nas suas crônicas “os compostos e afeitados razoamentos que muito deleitom aqueeles que ouvem” (LOPES, 1433, apud SUSSEKIND, 1984, p. 6), são abandonados! Ele vai trazer nas suas crônicas, conforme aponta Sussekind (1984, p. 7) “a certidom e não a fremosura”, ou seja, a verdade dos fatos sem o abrandamento. Exatamente por essa postura de ruptura com o convencional que as crônicas de Lopes são consideradas, por vários teóricos, como o fim do trovar medieval, estaria, então, justificada a construção do grande prólogo que a crônica apresenta. Zumthor em *Essai de Poétique Médiévale* vai afirmar que “[...] a ideia de uma mimese da realidade quotidiana nos seus aspectos socioeconômicos é estranha à Idade Média”. Eis em Lopes uma produção de tons fortemente historiográfico.

Garcia Resende, no prólogo das crônicas a D. Manuel escreve:

Porque a natural condiçam dos Portugueses é nunca escreverem cousa que façam, endo dinas de grande memória, muitos e mui grandes feitos de guerra; paz e vertudes, de ciência, manhas e gentilezas sam esquecidos. Que, se os escritores se quisessem acupar a verdadeiramente escrever nos feitos de Roma, Tróia e todas outras antigas crônicas e estórias, nam achariam mores façanhas nem mais notáveis feitos que os que dos nossos naturais se podiam escrever, assi dos tempos passados como d’agora: tantos reinos e senhorios, cidades, vilas, castelos, per mar e per terra tantas [...] Todos estes feitos e outros muitos doutras sustâncias nam sam divulgados como foram, se gente doutra naçam os fizera. E causa isto serem tam confiados de

si, que não querem confessar que nenhuns feitos sam maiores que os que cada um faz e faria, se o nisso metessem.[...] E porque, Senhor, as outras cousas sam em si tam grandes que por sua grandeza e meu fraco entender nam devo de tocar nelas, nesta que é a somenos, por em algúa parte satisfazer ao desejo que sempre tive de fazer algúa cousa em que Vossa Alteza fosse servido e tomasse desenfadamento, determinei ajuntar algúas obras que pude haver dalguns passados e presentes e ordenar este livro, nam pera por elas mostrar quais foram e sam, mas para os que mais sabem s'espertarem a folgar d'escriver e trazer à memória os outros grandes feitos, nos quais nam sam dino de meter a mão (RESENDE, 1516, p. 9-10).

Ressaltam-se, então, algumas preocupações básicas com a verdade dos fatos relatados e, mais uma vez, com a sequência dessas narrativas.

À guisa de uma conclusão

As aproximações entre as crônicas medievais e a crônica beneditina são bastante evidentes, a preocupação com a verdade, a sequência temporal de organização dos fatos, o caráter narrativo que todas elas apresentam são provas concretas de que a figura do cronista beneditino do começo do século é a preservação de uma produção aos moldes medievais. Assim, a máxima proferida por Raúl César Gouveia Fernandes continua tendo grande validade: “[...] nosso cotidiano está repleto de inovações surgidas naquela época, como as universidades, os bancos e ainda a imprensa, o relógio mecânico e os óculos. Falar da idade média é, de certa forma, falar de nós mesmos”.

Referências

ANDRADE, Marla Oliveira; LOSE, Alícia Duhá. **Pesquisas filológicas nos acervos da Biblioteca Histórica do Mosteiro de São Bento da Bahia**. Scripta Philologica. Salvador, n. 3, 2007. CD-ROM.

FERNANDES, Raúl César Gouveia. **Reflexões sobre o Estudo da Idade Média**. Disponível em: <http://www.hottopos.com.br/videtur6/raul.htm>. Acesso em: 20 ago.2012.

FIGUEIREDO, Fernando. **O maravilhoso na Crónica Geral de Espanha de 1344**. In: RIBEIRO, Cristiana Almeida; MADUREIRA, Margarida (Org.). O género do texto medieval. Lisboa: Edições Cosmos, 1997. p. 96-104.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

PAIXÃO, Dom Gregório. **As grandes linhas da história monástica e da obra de São Bento**. In: PAIXÃO, Dom Gregório (Org.). O mosteiro de São Bento da Bahia. Salvador: Versal Editores, 2011. p. 37-104.

RESENDE, Garcia de. **Cancioneiro Geral**. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1516, p. 9-10.

RIBEIRO, Wliane da Silva. **Práticas de Leitura no Mundo Ocidental**. Disponível em: <http://www.iseseduca.com.br/pdf/revista3/arquivo35.pdf>. Acesso em 20 ago. 2012.

ZUMTHOR, Paul. **Essai de poétique médiévale**. Paris: Editions du Seuil, 1972.

O maestro Sílvio Barbato e o último concerto *in memoriam* na Embaixada do Brasil em Roma

Antonella Rita Roscilli

Escritora, jornalista, sócia correspondente do IGHB e da Academia de Letras da Bahia (Roma, Itália)

Resumo

O ensaio é uma homenagem ao maestro Sílvio Barbato, ítalo-brasileiro que desapareceu tragicamente em 2009, durante o voo 447 da Air France, quando estava a caminho de Kiev, Ucrânia, onde ia fazer uma palestra sobre música russa e música brasileira, apresentando a sua ópera “Carlos Chagas” em versão integral. Depois disso, devia chegar na Itália, na “cidade eterna” de Roma. Na biografia se destacam suas origens italianas, a sua ilustre trajetória musical, as obras dele. Barbato conseguiu criar uma importante ponte musical entre o Brasil e a Itália com a divulgação da música erudita brasileira na Europa. Virou ele próprio *trait d'union* entre dois Mundos, deixando, com 50 anos, a própria vida nas águas daquele Mar-Oceano que divide e, ao mesmo tempo, une as Terras.

Palavras-chave: Maestro Silvio Barbato; trajetória musical; música erudita

The maestro Silvio Barbato and the last concert in memory at the Embassy of Brazil in Rome

Abstract

The essay is a tribute to Maestro Silvio Barbato, Italo-Brazilian who tragically disappeared in 2009 during the Air France flight 447, while en route from Kiev, Ukraine, where he'd have a talk about Russian music and Brazilian music, with its Opera "Carlos Chagas" in full. After that, was to arrive in Italy, "eternal city" of Rome. Biography stand their Italian origins, his illustrious musical career, the works of him. Barbato has succeeded in creating an important musical bridge between Brazil and Italy with the dissemination of Brazilian classical music in Europe. He turned himself union between two worlds, leaving with 50 years to life in the waters of that *Sea-Ocean* that divides and at the same time, joining the Land.

Keywords: Maestro Silvio Barbato; musical career; classical music.

Na noite de 9 de junho de 2009, um longo e emocionante aplauso acolheu dois músicos no fabuloso Palacio Pamphili em Roma, sede da Embaixada do Brasil, que domina a antiga Praça Navona.

O Maestro Silvio Barbato tinha organizado aquele concerto para a inauguração da Edição 2009 de "Música Brasileira na Sala Palestrina", com a presença calorosa do Embaixador do Brasil na Itália José Viegas Filho e a participação de muitos italianos e brasileiros. Barbato deveria estar presente, como sempre, mas infelizmente ele não chegou nunca mais.

Em 1º de junho de 2013 fazem exatamente quatro anos que Silvio Barbato desapareceu tragicamente, durante o vôo 447 da Air France, quando, partindo do Rio de Janeiro, estava a caminho de Kiev, Ucrânia, onde ia participar de um convênio sobre música russa e música brasileira, apresentando em versão integral a sua ópera "Carlos Chagas". Depois devia chegar em Roma, na Itália.

O programa do concerto daquela noite na Sala Palestrina do Palácio Pamphili em Roma foi realmente o mais lindo que eu assisti: músicas de Heitor Villa-Lobos, Ary Barroso, Sivuca e Osvaldinho, César Camargo Mariano, Bruno Martino, Tom Jobim e Newton Mendon-

ça, magistralmente apresentadas pelos artistas cariocas Gabriel Grossi (gaita) e Gabriel Geszti (piano), apontados pelo próprio Maestro Barbato, como “jovens promessas brasileiras de qualidade extraordinárias”. Antes do concerto, o Embaixador José Vieigas Filho fez um lindo discurso e afirmou: “Refleti bastante sobre a realização do concerto dessa noite, por causa da perda do Maestro Barbato. Mas foram tantas as reações dos músicos, amigos e artistas, brasileiros e italianos, que nos decidimos de organizar igualmente o concerto especialmente como homenagem ao Maestro Sílvio Barbato”.

Neto de imigrantes italianos, de Fornaci di Barga (Lucca, região da Toscana), que viajaram para o Brasil no final do século XIX, Sílvio Sergio Bonaccorsi Barbato nasceu em 1959 em Minas Gerais. Estudou composição e regência com Cláudio Santoro. Em 1984 recebeu o diploma de mérito na Accademia Musicale Chigiana de Siena (Itália). Em 1985 foi contratado como Assessor Musical no Teatro Municipal do Rio de Janeiro onde, com apenas 25 anos, regeu a primeira ópera: trata-se de “Tosca” de Giacomo Puccini. Em 1996, no centenário de Carlos Gomes, a convite de Plácido Domingo, foi o curador da ópera “O Guarani”, que abriu a temporada da Washington Opera. A versão foi a original, especificamente aquela de 1870, nunca mais apresentada depois da sua “première” absoluta no Teatro alla Scala de Milão. No Conservatorio Giuseppe Verdi, em Milão, Sílvio Barbato recebeu o Diploma de Alta Composição na classe de Azio Corghi, e foi homenageado com a Medalha de Ouro em Alta Composição, tendo sido o único brasileiro depois de Carlos Gomes a receber tal honraria. Ainda na Itália frequentou a classe de Franco Ferrara, colaborando com o maestro Romano Gandolfi e, em Chicago, obteve seu PhD em Ópera Italiana sob a orientação de Philip Gossett. Em 2001, foi premiado com o “Grande Prêmio Cinema Brasil” por seu trabalho como diretor musical do filme “Villa-Lobos, uma vida de paixão”, na categoria de melhor trilha musical. Pelo trabalho que realizou na área cultural, em 2002 Sílvio Barbato recebeu a Medalha da Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República e obteve o grau de Comendador da Ordem de Rio Branco.

Em 2003 compôs o balé “Terra Brasilis” que foi apresentada em 2004 na Itália. Em 2006 regeu a primeira audição europeia da ópera “Colombo”, poema coral sinfônico em quatro partes de Albi-

no Falanca, música de Antônio Carlos Gomes, no Teatro Massimo Bellini, na cidade de Catania, Itália. Foi um evento muito importante que chamou a atenção da imprensa internacional, sendo que, em 114 anos, a ópera nunca tinha sido apresentada na Europa. Em maio de 2008, em Brasília, regeu a Orquestra Camerata Brasil, idealizada por ele mesmo, no concerto *Tributo ao Pavarotti*, com a participação de Luciana Tavares, Thiago Arancam, Andreas Kisser e Fernanda Abreu. Nos últimos anos, Sílvio Barbato dedicava-se muito à composição, tendo estreado duas óperas: *O Cientista* sobre a vida de Oswaldo Cruz, sob a direção do maestro Eduardo Álvares, e *Chagas* sobre a vida de Carlos Chagas Filho. Estava elaborando sua terceira ópera, sobre Símon Bolívar.

Mas é preciso lembrar de um fato muito singular: na primeira ópera de sua autoria, quando decidiu que o cientista Oswaldo Cruz (1872-1917) deveria sumir no mar e que, portanto, na ópera, não se devia encenar a morte de Cruz no palco, Barbato definiu o cenário em que ele próprio, na realidade, permaneceria vivo na memória da sua companheira, a violinista Antonella Pareschi.

Barbato foi Diretor Musical e Regente Titular da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional “Cláudio Santoro” de Brasília, por duas vezes, de 1989 a 1992 e de 1999 a 2006. Em 2009 foi Regente Titular da Orquestra Sinfônica do Teatro Municipal do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, Diretor Artístico do Teatro Nacional “Cláudio Santoro”.

Em entrevista ao jornalista Luís Turiba, (Diário do Senado Federal, 2009, p. 315), Barbato se considerava uma pessoa muito atenta com os sons das ruas e explicava uma espécie de inquietação ao afirmar:

Você pode me encontrar num ensaio da Mangueira; num bar de Brasília, ouvindo uma banda nova; ou numa praça na Itália, ouvindo um músico de rua tocar. É daí que eu tiro a minha inspiração. Minha música e meus projetos nascem do meu piano e numa caminhada por uma cidade qualquer do mundo.

Barbato devia participar das comemorações dos 50 anos de Brasília de 2010. Sonhava em montar uma ópera baseada na obra do roqueiro-

poeta, também brasileiro, Renato Russo. Seria algo sinfônico, mas extremamente brasileiro, para homenagear a cidade que o adotou.

Na Itália regeu em Roma, Catania, Spoleto, San Remo, Palermo, Vicenza, Lecce, procurando sempre valorizar e divulgar a música erudita brasileira, especialmente as obras de Carlos Gomes e Heitor Villa-Lobos. Entre os artistas internacionais com quem trabalhou, destacam-se Aprile Millo, Montserrat Caballé, Plácido Domingo, Roberto Alagna e Angela Gheorghiu.

Em 2006, Barbato foi Diretor Musical da prestigiosa Sala Palestrina do Palazzo Pamphili (construído em 1650) em Roma, sede da Embaixada Brasileira na Itália. Esse lugar foi escolhido para divulgar na Europa a cultura da música brasileira, além de valorizar um dos espaços musicais mais nobres de Roma. A Sala foi criada para homenagear o compositor italiano renascentista Pierluigi da Palestrina (1525-1594) e virou antigo lugar sagrado de concertos de música erudita em Roma. A bem-sucedida série “Música Brasileira na Sala Palestrina” tinha sido lançada em 2006 por Adhemar Bahadrian, na época Embaixador do Brasil na Itália.

É preciso lembrar daquele dia em Roma em que, antes de assistir ao último concerto que ele organizou, todos se reuniram na Igreja de Santa Agnese em Agone (construída por Francesco Borromini no século XVII), para assistir a missa do sétimo dia *in memoriam*. Além do embaixador José Viegas Filho e da embaixatriz Érika Stockholm, estavam presentes outros diplomatas e muitas pessoas que, no final, ouviram a obra do Maestro, “Ave Maria”. Quando as notas do violino, gravadas e tocadas por ele, começaram a se espalhar pelo ar, perto do mármore das belíssimas esculturas da igreja, foi o momento de maior intensidade para todos. Através das notas musicais espalhadas pelo ar, chegava Sílvio e ele não chegou somente no ouvido, mas direto no coração onde permanecerá para sempre, graças a sua arte musical e a sua grandeza de ser humano. Um ser humano que dedicou a própria vida à divulgação da música brasileira no mundo. Justamente por isso que José Viegas Filho, antes do início do concerto na Sala Palestrina, disse: “Sílvio era conhecido pela sua ternura e natureza alegre, como bem sabem todos os amigos dele. Portanto agora convido a todos para assistirem ao concerto de forma não

triste, e sim confiando no caráter transcendental do gênio humano e de suas manifestações artísticas. Que a música e a amizade de Sílvio Barbato fiquem entre nós como sua preciosa lembrança”.

O maestro italo-brasileiro Sílvio Barbato conseguiu criar uma importantíssima ponte musical entre o Brasil e a Itália. Ele cumpriu a missão de divulgar a música erudita brasileira na Europa. Ele próprio virou *trait d'union* entre dois Mundos, até entregar a própria vida às águas daquele *Mar-Oceano* que divide e, ao mesmo tempo, une as duas terras que ele amava.

Referências

ALL'OPERA di Washington giungla in scena, penne in testa a Domingo: Herzog lo fa cantare in stile Fitzcarraldo. *Corriere della Sera*, 11/11/1996, p. 28. Disponível em: http://archivistorico.corriere.it/1996/novembre/11/Giungla_scena_penne_testa_Domingo_co_0_9611114674.shtml. Acesso em: fev. 2010

ANGEL, Hildegard. Maestro Sílvio Barbato está mesmo entre os desaparecidos. *Jornal do Brasil Online*. Disponível em: <http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/06/01/e010612036.asp>. Acesso em: mar. 2010

CANDIDO DOS SANTOS, Paulo Roberto. *Histórias de óperas e a ópera do Brasil*. Feedbpps, 2010. Disponível em: www.feedbooks.com Acesso em: mar. 2010

HOMENAGEM a Sílvio Barbato. *Discurso de José Viegas Filho, Embaixador do Brasil na Itália*. Junho 2009

ESTREIA de ópera de Sílvio Barbato: Ópera “Chagas” é montada na Sala Palestrina do Palácio Pamphilj em Roma. *Ministério das Relações Exteriores – Cultural*, 7/11/2008. Disponível em: <http://www.dc.mre.gov.br/box-02/roma-estrela-de-opera-de-silvio-barbato>. Acesso em: mar. 2010

IL ricordo del Maestro Sílvio Barbato. *Primo Canale*, 3/6/2009. Disponível em: <http://www.primocanale.it/news.php?id=49621>. Acesso em: mar. 2010

ORDEM do Mérito Cultural 1995. *Ministério da Cultura*. Disponível

em: <http://www.cultura.gov.br/site/sobre/ordem-do-merito-cultural/ordem-do-merito-cultural-1995-2002>. Acesso em: mar. 2010

OS filmes nacionais que ganharam o “Oscar” brasileiro. *Folha on line*, 11/2/2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u10416.html>. Acesso em: abr. 2010

Sílvio BARBATO. Disponível em: http://it.wikipedia.org/wiki/Sílvio_Barbato. Acesso em: abr. 2010

SINFONICA: il 19 e 21 maggio “Colombo” di Carlos Gomes. Al Bellini va in scena una prima europea assoluta. *News Teatro Bellini*, 17/5/2006. Disponível em: <http://www.teatromassimobellini.it/dettcom.asp?idnew=241>. Acesso em: abr. 2010

TRIBUTO a Pavarotti.. *Sesc- Distrito Federal*. Disponível em: <http://www.sescdf.com.br/site.do?categoria=Fotos&idArtigo=669&ts=1>. Acesso em: mar. 2010

UN passeggero di origini fornacine nel disastro dell’Airbus 330. *Il Giornale di Barga*, 4/6/2009, p. 8. Disponível em: <http://www.gior-naledibarga.it/index.html?pg=8&id=2146>. Acesso em: abr. 2010

Elenco da Composições do Maestro Sílvio Barbato

O Guarani, Canto de Guerra, Canto de Vitória – livre – Lançado em 2004.

Terra Brasilis – balé – Prima mundial dia 30 de setembro de 2003, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Carlos Chagas – Ópera – Prima mundial em versão pocket na Sala Palestrina do Palazzo Panphilj em Roma no dia 1 de Novembro 2008.

O Cientista – Opera – Prima mundial no Teatro Municipal do Rio de Janeiro em 2006.

“**Simon Bolivar**” – opera – O ultimo trabalho dele, que ficou inacabado. Devia estreiar no final do ano 2009



Por uma política cultural e editorial para Salvador

Edvalter Lima

Licenciatura em História UCSAL. Mestre em Arquivologia da UFBA.

Resumo

Procuro mostrar a necessidade que a cidade de Salvador tem, neste momento, de definir uma política cultural no sentido de salvar a memória de uma cultura de outrora, que se perdeu no tempo e que hoje se apresenta invisível para a contemporaneidade. Não se trata de um continuísmo, todavia, uma conscientização do seu valor se comparado a outros estados.

Palavras-chave: Política cultural; cidade de Salvador; educação. história.

For a cultural and editorial policy in Salvador

Abstract

I try to show the need that the city of Salvador has, at this point, to define a cultural policy in order to save the memory of a culture of the past, which is lost in time and now presents itself invisible to the contemporary. This is not a continuity, however, an awareness of its value compared to other states.

Keywords: Cultural policy; city of Salvador; education; history.

Há algum tempo venho fazendo uma reflexão sobre o porquê da inexistência de uma política que possa nortear as atividades e as instituições que cuidam do patrimônio cultural desta cidade, sendo ele material ou imaterial, mas que tenha o respaldo de atender à sociedade como um todo. Não podemos olhar para Salvador como uma cidade do “já teve” ou como de “tudo dantes, como no quartel dos Abrantes”. A riqueza cultural desta cidade se faz presente tanto nas manifestações espontâneas do seu povo, como no legado dos seus antepassados, dominantes ou não. É a cultura que tivemos dos nossos precedentes de origem portuguesa, indígena, espanhola, africana... não importa, herdamos e trabalhamos com toda essa miscigenação, gerando o que chamamos de cultura baiana.

Fico intrigado quando me deparo, ainda no século XXI, sem encontrar algo de concreto que esteja nortear esta política, seja ela governamental ou não. O que me parece é que esta determinação de política deve e tem, em parte, maior parecer do governo do que, na realidade, da iniciativa particular que, na maioria das vezes, promovem concursos possibilitando a divulgação e ajuda à pesquisa de pessoas físicas envolvidas como o processo da historiografia ou assuntos correlacionados. A Salvador do século passado, segundo estudos e pesquisas, apresenta-se com uma vida cultural e editorial muito marcante, resgatando trabalhos e tornando visíveis tudo o que vive nas prateleiras das instituições, na maioria, de repartições públicas apenas para citar, arquivos, bibliotecas e museus.

A cidade dispõe, hoje, de vários acervos que ontem eram particulares, mas são coleções adquiridas ou doadas ao governo ou instituições privadas, as quais a comunidade científica pode manusear e com isso ajudar, de maneira singular ou plural, a nossa cultura com informações antes desconhecidas e que hoje enriquecem vários trabalhos e atividades acadêmicas, como colegiados de mestrados, doutorados, ou até mesmo das próprias graduações. Aproveito para salientar que, na Fundação Cultural do Estado da Bahia, existia um Departamento de Teatro onde atores que pretendiam montar uma peça buscavam subsídios e apresentavam textos que eram encaminhados ao Departamento da Polícia Federal para ser direcionado ao Setor de Censura e, se aprovados, tinham o patrocínio do governo e obtinham ajuda da iniciativa privada

que em troca divulgava o nome das empresas nos cartazes. Este material ficou, por muito tempo, guardado numa sala da referida fundação até que em determinado momento se criou para Salvador, há 10 anos, o que se passou a chamar Banco de Textos de Teatro.

Coordenei o Banco de Texto de Teatro com a supervisão de Sérgio Sobreira e ajuda incondicional de Teodomiro Queiroz, colaborador e incentivador, para que a Bahia tivesse um espaço onde artistas, pesquisadores e estudiosos pudessem estudar, pesquisar e conhecer a história do teatro na Bahia. Segundo informações, esta documentação esteve na iminência de desaparecer por falta de uma política que reconheça o valor que o teatro sempre teve para a sociedade. Este núcleo de texto teve a sorte de encontrar um espaço climatizado no antigo Espaço Xis, hoje Xisto Bahia, e nunca dispomos de uma dotação orçamentária que pudesse atender às necessidades que núcleo de texto tinha. Quando dali me ausentei tinha a certeza de que a minha contribuição para com a classe teatral e a cultura da Bahia recebeu uma iniciativa para o desenvolvimento de um processo maior, pois foram classificados textos adultos e infantis, cartazes, folders e programas; por falta de condição e pessoal, a organização documental de recortes de jornais e fotografias, de valor expressivo, mas que precisava de tratamento e armazenamento adequado, ficou guardada na mapoteca.

A professora Maria José Rabelo de Freitas lutou, junto à Universidade Federal da Bahia, para trazer o curso de Arquivologia e o Mestrado em Arquivologia, capacitando assim profissionais que pudessem definir, nortear e elaborar projetos que dessem continuidade à pesquisas, com a certeza de que a cultura caminhava dentro de pensamentos condizentes com a realidade baiana, tendo à frente pessoas capacitadas por esse curso e esse mesmo mestrado para coordenar os trabalhos, apreciando o projeto inicial constituído. Isto, de fato, considero desenvolvimento e política cultural. Este banco, enfatizando mais uma vez o trabalho, devo dizer que, sob a coordenação da professora Rosa Borges, da Universidade Estadual da Bahia, vários alunos da graduação tiveram, sob minha orientação, a possibilidade de conhecer textos censurados, vetos de censor, textos desconhecidos da maioria da população, como os de João Augusto Azevedo, pioneiro do teatro na Bahia. Vários dos seus textos foram usados e conhecidos para subsidiar trabalhos de graduação e mestrado.

Isto é uma definição de política cultural pequena. Não preenche a lacuna existente em nossa cultura, mas é um passo, e espero que possa continuar contribuindo no sentido de governo, instituições particulares, empresas, em determinado momento, sintam a necessidade de sentar em torno de uma mesa e definir diretrizes para preservar o que temos de mais valioso: depois da educação, a cultura. Uma grande experiência talvez com os memoriais não seja só a classificação, catalogação e indexação dos livros, mas, em sua maioria, o material que o pesquisador, historiador, guardou, preservou, junto do seu acervo e que precisa ser trabalhado, indexado, criando arranjos, fundos, fazendo check list, no sentido mais importante de trazer à luz da pesquisa a recuperação da informação que possa atender a seu usuário com mais exatidão.

Tenho buscado pesquisar cada vez mais, em instituições diversas, que tipo de trabalho vem sendo desenvolvido, qual objetivo e se pretende fazer publicação, catálogo ou divulgação através de mídias digitais, para que o público interessado tenha conhecimento do desenvolvimento dos trabalhos culturais para a preservação de nossa cultura. Como política cultural, fica entendida uma geração e determinação de diretrizes estabelecidas previamente por uma comissão idônea de associações ou grupo de instituições governamentais, ou não, com reconhecimento de utilidade pública com as quais as propostas foram estabelecidas. Pesquisando um pouco mais sobre instituições culturais na Cidade de Salvador, deparei-me com documentos da extinta SUTURSA – Superintendência de Turismo da Cidade de Salvador, que foi um dos primeiros órgãos a trabalhar com política cultural para a cidade, e pude perceber, também, através de alguns documentos, a preocupação da referida instituição quanto a estabelecer uma política nesse sentido.

Funcionava no coração da cidade, no antigo Belvedere da Sé. A documentação consultada foi a do período em que a superintendência esteve sob direção de Gumercindo da Rocha Dórea, quando os documentos consultados deixam clara a preocupação quanto à preservação e ao resgate das manifestações culturais, como festas de largo, ternos, informes históricos. Havia uma fiscalização, no sentido de não permitir que se utilizassem elementos que não fizessem parte do contexto da cultura e de cada época. Naquele tempo, a Cidade de Salvador desenvolvia uma política cultural com a Universidade Federal da Bahia, sob a batuta

do humanista e grande reitor Dr. Edgard Santos, que estabelecia uma política de criação de instituições voltadas para a cultura, por exemplo, a criação da Escola de Teatro, a Escola de Música e o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), que foi idealizado pelo professor Agostinho da Silva, que, naquele período, vivia em Salvador e muito contribuía no sentido de desenvolver nossos valores, pensando em um intercâmbio com a África e outros países do Ocidente.

Salvador ficou conhecida como a célula mais importante da América Latina, por volta de 1959 até meados de 1962, no período em que foi criada a Escola de Teatro e, chegando à cidade, também, Martim Gonçalves, pernambucano, a convite do reitor da Universidade Federal da Bahia, Dr. Prof. Edgar Santos, que o chamou para dirigir a referida escola. Mais tarde é criada, em consequência da Escola de Teatro, o Teatro Vila Velha, sob a direção de João Augusto Azevedo. Tudo estava refletindo na determinação de uma política de cultura definida em seu favor, quando o povo acompanhava e a Câmara de Vereadores participava como se estivesse ocorrendo uma ordem de ambos os lados norteando a vida de uma cidade. Com a criação da Escola de Música, por Hans-Joachim Koellreutter, a Bahia ganhava a Orquestra Sinfônica da Bahia, o Coral Madrigal, a cidade despertava para uma nova vida. Diante de tudo que tenho colocado, que tenho observado sobre política cultural, me questiono o que ocorreu de verdade com esta cidade. Onde encontrar a resposta para tantas indagações sobre política cultural para Salvador?

Difícil uma resposta para questões tão delicadas pelas quais passa esta cidade, se compararmos com a preservação cultural, por exemplo, de Pernambuco, que tem se apresentado como pioneira no cuidado com a mais autêntica cultura nordestina, fazendo prevalecer a referência ao caboclo, figura ímpar na importância da formação e miscigenação deste país. Segundo Caldas Aulete (1987), a definição para tal termo é “Caboclo (ô), s.m. (Brás.) indígena brasileiro de pele acobreada. Mulato de cor acobreada, descendente de índios. Mestiço de branco com índio. Sertanejo (homem do sertão, de pele queimada pelo sol, caipira, roceiro, sujeito desconfiado ou traiçoeiro. Entre os garimpeiros, seixos tintos por óxido de ferro. O mesmo que cabapiranga. Lei, linha ou religião do caboclo.”

Na nossa história tem o registro do caboclo na participação da luta pela independência da Bahia, citada por vários historiadores e pesquisadores, participação esta de suma importância nas nossas batalhas pela liberdade. Não obstante, na política baiana e até mesmo nas escolas, a presença no caboclo, personagem muito raramente lembrado, a não ser quando é reverenciado apenas por um costume de celebrar a data maior do estado – 2 de Julho. Vale ressaltar que é uma das poucas tradições baianas em que se conserva alguma coisa, lembrando esta figura humana de expoente valor, da qual somos descendentes direta ou indiretamente. É importante lembrar que o 2 de Julho não é mais a festa cívica de tal importância como outrora, terminou tornando-se uma passarela, um desfile de políticos em campanha eleitoral. Analisando-se que em nosso estado não existe o “caboclisto” em nenhuma das manifestações expostas, nem mesmo na educação básica, o índio e o caboclo aparecem apenas como um personagem lendário na historiografia. A política educacional começou estabelecer nas escolas um estudo sobre a Introdução da História da África, esquecendo de que o país necessita repensar seu passado na historiografia e determinar um rumo para seus valores, que perpassa sobre a consciência sobre a importância do índio e o caboclo na nossa formação étnica e social.

Se não temos preocupação com a atividade cultural para um povo, tudo o que se cria é muito vago, com vida prévia, e não se estabelece como memória histórica que mereça registros e estudo. A respeito das instituições culturais pesquisadas, parece-me que há falta de orientação e organização, enfim, de uma gestão política que contribua definitivamente para registros e que se proponha o estabelecer da política editorial. Tudo o que aqui questiono é, na verdade, por estar vivendo numa cidade que é a terceira em número populacional no Brasil e por constatar que nos deparamos com uma pobreza não só sociocultural, mas econômica também, o que tem direta e indiretamente vínculos com o desenvolvimento cultural. Ora, se não dispomos de hábitos de leitura, de instituições que possam competir com o mundo virtual e se atualizar para oferecer boas condições de incentivo à leitura, fica difícil entender e compreender o porquê de não enfrentarmos o desafio de nos organizarmos para mudar o rumo da história cultural e passarmos de simplesmente uma colônia em atraso e defasada de conhecimento.

Não é ainda resposta para a falta de política cultural, mas um embrião, ainda que pequeno, para a questão de políticas que envolvem situações socioeconômicas, culturais, tecnológicas, participação e parcerias para o fechamento de uma problemática: o quê, para quê e por quê? Se não dispomos de uma política cultural, como falar em editar? O que temos de pronto para publicações para um futuro incerto como o que esta cidade nos apresenta? A política de editorial entraria em questão se todo exposto tivesse objetividade, mas o que pude observar é que nada mais há a fazer do que aguardar uma tomada de consciência sociopolítica.

Referência

AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Delta, 1958.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. **Isto é a Bahia**. São Paulo: Melhoramentos, [s.d.] 166p. il.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **Cartas do Senado**. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, [s. d.]. 6 v. (Documentos Históricos do Arquivo Municipal).

SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. **Memórias históricas e políticas da Bahia**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919. 6 v.



**Artigo retirado deste número
por denúncia de plágio.**

Édison Carneiro and Ruth Landes

Autoridade e Matriarcado nas Pesquisas de Candomblé, 1938-9

Jamie Lee Andreson

Mestranda em Estudos Étnicos e Africanos no Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia. Graduada em História pela University of California, Berkeley, Estados Unidos

Resumo

Este artigo examina os detalhes do relacionamento entre o etnólogo baiano Édison Carneiro e a antropóloga norte-americana Ruth Landes na década 1930 na Bahia. Discute suas experiências nas pesquisas de campo dentro dos terreiros de candomblé, seu relacionamento pessoal como amantes e acadêmicos, e também os impactos longos do que fizeram em conjunto. A evidência original fornecida ao longo deste ensaio se relaciona aos críticos e aos ataques contra os trabalhos de Landes, sua metodologia e suas conclusões no livro *A Cidade das Mulheres* (1947, em inglês e 1967, em português). Também revela Carneiro como um acadêmico importante e dinâmico, que participava dos diálogos importantes nos estudos afro-brasileiros nos anos 1930-1950.

Palavras chaves: Antropologia; Bahia; candomblé; matriarcado; afro-brasileiros.

Edison Carneiro and Ruth Landes Authority and Matriarchy in the polls of Candomblé, 1938 -9

Abstract

This essay focuses on the intricacies of the relationship between Brazilian Ethnologist Édison Carneiro and American Anthropologist Ruth Landes in late 1930's Bahia. It details their experiences performing field research in Candomblé terreiros, their personal relationship as lovers and academics, as well as the impacts of their work together. The original evidence provided throughout this paper addresses the many criticisms and the attacks against Landes' work, her methods and conclusions in *City of Women* (1947). It also sheds more light on Carneiro as an influential and dynamic academic participating in important dialogues of Afro-Brazilian studies in the 1930-1950's.

Keywords: Anthropology; Bahia; candomblé; matriarchy; afro-brazilians

Édison Carneiro e Ruth Landes: Autoridade e Matriarcado nas Pesquisas de Candomblé, 1938-1939

A antropóloga Ruth Landes treinada pela Universidade de Columbia (EUA) chegou em Salvador, Brasil no ano 1938 com o propósito de comparar as relações raciais entre os Estados Unidos e Brasil. Em Salvador com uma população estimada em 80% de afrodescendentes, Ruth Landes encontrou uma cultura bem diferente, especificamente nos candomblés. Em seu livro, *A Cidade das Mulheres* (publicado em 1947 nos Estados Unidos e 1967 em Português no Brasil), Landes explicou os candomblés como uma religião matriarcal. Muitos brasileiros praticam esta religião africana em todas as regiões do Brasil, mas o centro histórico é Salvador, que era a capital original da colônia do Brasil e um grande mercado do tráfico dos escravos de África. Durante sua viagem, Landes encontrou o etnólogo baiano Édison Carneiro. Ele servia como seu guia nas pesquisas de campo e afirmou em 1964 que “[...] nunca, absolutamente nunca, letrado algum, brasileiro ou não, tivera tanta intimidade com os candomblés da Bahia” (Carneiro, 1964: 225). Como uma estrangeira, Landes não teria acesso aos espaços sagrados do candomblé sem a ajuda de Carneiro. Carneiro, um homem, baiano e acadêmico treinado neste assunto, tinha relações íntimas com os candomblés.

O apoio de Carneiro ao longo da carreira de Landes facilitou a carreira dela em chegar a ser uma autoridade transnacional e controversa nas áreas de candomblé. Suas publicações enformadas pelas pesquisas feitas juntos provocaram muita controvérsia entre acadêmicos brasileiros e estadunidenses sobre questões de raça, gênero e homossexualidade. Discussões acadêmicas sobre a colaboração específica entre Carneiro e Landes geralmente têm sido esparsas, polarizadas e mal-entendidas. Além da atenção que *A Cidade das Mulheres* chamou, os trabalhos de Carneiro são considerados como menos relevantes do que os trabalhos de seus colegas Artur Ramos e Gilberto Freyre. O presente ensaio reconhece os limites pessoais de Carneiro e Landes, mas clarifica com fontes primárias as falsidades e as suposições que tinha caracterizado negativamente o legado de Landes e seu próprio relacionamento com Carneiro.

Para entender a estória de Carneiro e Landes em 1938-1939, precisamos examinar o contexto e a situação que enformaram suas perspectivas e decisões. Os dois trabalhavam nas tradições de suas respectivas universidades e sociedades; a antropologia de Franz Boas no caso de Landes e os estudos afro-brasileiros de Nina Rodrigues no caso de Carneiro. Os trabalhos de Carneiro e Landes participavam num diálogo internacional de novos estudos sobre relações raciais nas Américas e estudos emergentes sobre a diáspora africana. Esses trabalhos eram bem importantes e relevantes dentro do contexto das relações no estado da Bahia, a academia brasileira, e o governo federal dirigido por Getúlio Vargas nessa época. Essas condições e políticos particulares enformaram as controvérsias, disputas e recepções variadas aos seus trabalhos.

Édison Carneiro cresceu numa família mulata de classe média nos anos 1920 em Salvador. Seu pai era professor e a educação era a prioridade da família. Os biógrafos, Biaggio Talento e Luiz Alberto Couceira escreveram que “[...] a família de Édison Carneiro tem raízes na nobreza intelectual mestiça brasileira”, o pai “[...] investiu todos os seus recursos na educação dos filhos” para “ascender[a] por mérito numa sociedade dominada por brancos” (Talento; Couceiro: 2009: 39-41). No livro *A Cidade das Mulheres*, Landes descreve a família de Carneiro como “[...] o tipo de família que às vezes pessoas chamam de

‘negro branco’ porque era tão respeitada” (Landes 1947: 14)¹. Carneiro também aprendeu falar e escrever inglês e traduziu alguns livros do português ao inglês. A educação e classe de Carneiro ascendeu-se acima da maioria da classe baixa negra, mas ele se relacionou com o povo negro baiano e representou-o como uma escolha política. Esta posição como um mestiço chamou muito atenção no relacionamento de Carneiro com Landes, não só por causa da diferença entre suas nacionalidades e gêneros, mas também pela diferença entre suas raças.

Após formar-se na faculdade de Direito na Universidade Federal da Bahia, Carneiro trabalhou como jornalista no proeminente *O Estado da Bahia*. Ele escrevia sobre os problemas da comunidade de candomblé e afro-brasileiros em Salvador, revisando o “discurso hostil” com reportagens que “[...] pareceriam ter marcado uma nova perspectiva dos jornais e jornalistas sobre a cultura afro-baiana” (Braga 1999: 204²). Ele fazia trabalho de campo nos terreiros de candomblés e formava conexões com os líderes e membros dos terreiros para entender melhor as perspectivas de seus sujeitos e interagir com a cultura. Landes também acreditava nessa abordagem de pesquisa; ela preferia formar conexões pessoais para entender a cultura. Esta perspectiva mútua facilitou a forte ligação e colaboração inicial entre eles.

Nessa época, as atividades dos terreiros eram exclusivamente para os membros; acesso por estrangeiros e pessoas de fora era proibido. Historicamente, a polícia e o governo represavam a prática de candomblé e viam-na como uma forma de magia preta, superstição e uma ameaça à sociedade brasileira. O Código Penal de 1890 na Bahia discriminava as práticas culturais dos afro-brasileiros e proibia a capoeira, a percussão da moda africana e o “comportamento errante” dos negros em público (Varela 2007: 35*). O governo tinha medo que os negros pudessem organizar-se em grupos e, por exemplo, fa-

¹ Eu comecei esta pesquisa em língua inglesa e usei a versão do livro *The City of Women* de Ruth Landes publicada nos Estados Unidos em 1947. Minhas citações são desta versão publicada em 1947, traduzidas por este ensaio em língua portuguesa pela autora. As fontes não são do livro publicado em Português, *A Cidade das Mulheres*, traduzido por Maria Lúcia do Eirado Silva, no ano 1967.

² Todas as fontes com um asterisco (*) foram traduzidas pela autora.

zer rebeliões contra o governo racista.³ Este Código mudou com a formação da República Velha em 1930, mas as mesmas ideias e sentimentos continuavam. A proximidade que Carneiro, e especialmente Landes, tinham com pessoas fora do candomblé era bem especial e rara nessa época. Em suas pesquisas e abordagens, eles mostraram respeito e interesse verdadeiro pela religião com raízes africanas sem ser praticantes.

Dona Aninha, uma mãe de santo bem prestigiosa e importante no terreiro Ìle Axé Opo Afonjá, na década de 1930, reconheceu Carneiro como um homem com grande potencial de servir ao seu terreiro. Para representar-se em público os terreiros elegem *ogãs*, ou pessoas poderosas fora da comunidade para fornecer apoio, dinheiro e proteção aos terreiros. Isso era muito importante nessa época, quando o estado e a polícia represavam o candomblé. Dona Aninha designou-o como um ogã e deu-lhe a autoridade de representar a comunidade em seus trabalhos acadêmicos e profissionais (Landes 1947: 35, 72). Carneiro usava esta designação em suas pesquisas nos terreiros, seus trabalhos etnográficos, artigos no jornal *O Estado da Bahia* e seu relacionamento com Landes.

Os trabalhos de Carneiro e Landes nos Estudos Afro-Brasileiros responderam aos teóricos de Nina Rodrigues, Artur Ramos e Gilberto Freyre. Rodrigues, um médico baiano e pesquisador na década de 1900, foi o primeiro acadêmico a colecionar data empírica de campo para analisar fenômenos médicos na população afro-baiana. O racismo biológico guiou seus estudos e ele acreditava na igualdade de raça e genética para explicar a inferioridade dos negros. Ele produziu trabalhos importantes e complicados com uma atitude, como a historiadora Anadelia Romo descreve como “pessimismo racial e envolvimento cultural” (Romo 2010: 29*). O estudante de Rodrigues, Artur Ramos, continuou com seu legado com a perspectiva psicanalítica. Ramos focalizou nas particularidades da população afrodescendente em termos da psicologia e da preservação dos traços africanos no contexto brasileiro. Mas essa

³ Rebeliões e revoltas já aconteceram várias vezes na história da Bahia e do Brasil. Os exemplos mais conhecidos são a Rebelião Malê e o rei Zumbi do quilombo dos Palmares.

tradição formada por Rodrigues encontrou novos teóricos como o pernambucano Gilberto Freyre, que era estudante de antropologia com o americano Franz Boas nos anos de 1920.

Freyre usava a sociologia em vez da biologia para explicar as relações raciais e com este método criou uma teoria nova sobre o papel do “africano no Brasil”. Esta teoria fazia parte da democracia racial, que sugeria que o Brasil não tivesse problemas de raça por causa da longa história de manumissão e mestiçagem entre as heranças portuguesas, indígenas e africanas. Com a influência de Boas, Freyre aproximou seus estudos com a visão de raça como diferente e menos relevante do que a cultura. Seu livro mais importante, *Casa Grande e Senzala* (1933), enfatizou a importância dos fatores físicos e ambientais para explicar as relações raciais específicas no Brasil. Ele descreveu influências positivas e negativas resultantes da incorporação dos africanos no desenvolvimento do Brasil. Esta incorporação funcionava ao lado da ideologia de enbranqueamento, que tinha o motivo de apagar elementos africanos com mestiçagem e a imigração europeia.

Para promover e discutir seus trabalhos e novos métodos, Freyre organizou o Primeiro Congresso Afro-Brasileiro em 1934 no Recife. O Congresso reuniu líderes acadêmicos do mundo inteiro sobre a tema do “negro no Novo Mundo” e queria desconstruir os estudos de determinismo racial. A nova ênfase em cultura como mais importante do que a biologia aumentou a estratégia de identificar os traços africanos que sobreviviam nas culturas das Américas. Esta ideologia promoveu a busca de “africanismos” dirigido principalmente por americano Melville Herskovits, antropólogo da Universidade de Columbia e forte crítico de Landes (Romo 2007).

Mesmo tendo enviado um ensaio ao Primeiro Congresso, Carneiro não participou. Ele viu a organização e as atividades do Congresso de Freyre como elitistas e inacessíveis à população estudada, os afro-descendentes. Para contestar a autoridade dos métodos e as conclusões de Freyre, Carneiro organizou o Segundo Congresso Afro-Brasileiro em Salvador em 1937 para reunir “as massas populares, os acadêmicos e os especialistas” (O Negro no Brasil 1940: “Palavras Inaugurais do Congresso da Bahia”). Os participantes discutiram com uma “orienta-

ção democrática” ensaios e teorias apresentados pelos líderes de candomblé, artistas baianos, e acadêmicos brasileiros e estadunidenses. O Congresso teve a preocupação de incluir os membros de candomblé nessas conversas acadêmicas para incorporar esta conversa em público. Terreiros de candomblé recebendo os membros do Congresso e lhes oferecendo performances e festas para celebrar a cultura afro-brasileira. Num artigo escrito por Carneiro no *Estado da Bahia*, ele explica como “Todo o ‘terreiro’ estava aberto à visita dos congressistas. A festa do Opô Afonjá encantou sobremaneira os Congressistas” (Carneiro, 14/1/1937). Os dois Congressos queriam legitimar o candomblé como uma religião válida e verdadeiramente brasileira.

Esta colaboração direta com os membros de candomblé durante o Congresso de 1937 inspirou a criação da União das Seitas Afro-Brasileiras, que foi o primeiro grupo no estado da Bahia para representar o candomblé em público. A União foi a proposta da “mãe de santo mais honorável da Bahia” Dona Aninha, do terreiro Nagô Ilê Axé Opô Afonjá e foi organizada por Carneiro. A União foi fundada com a intenção de organizar-se e representar-se na comunidade de candomblé contra a repressão dirigida pelo Estado. Enquanto os membros da União tinham ideias diferentes sobre tradição, a herança africana e a pureza Nagô, todos queriam revisar as noções populares que o candomblé era magia negra e os membros eram “estrangeiros” da sociedade baiana. A União serviu os Direitos e Garantias Individuais da Constituição de 1934 que diz “É inviolável a liberdade de consciência e de crença e garantido o livre exercício dos cultos religiosos, desde que não contravenham à ordem pública e aos bons costumes. As associações religiosas adquirem personalidade jurídica nos termos da lei civil” (Inciso 5 do artigo 113, acessado em Talento; Couceiro 2009: 61). Carneiro e os líderes da União reconheceram que o Estado estava violando esta liberdade civil com a repressão ao candomblé. Eles organizavam-se para melhorar esta situação, mas tinham restrições como mobilização, apoio e recursos.

No ano 1934, depois de formar-se na UFBA em Direito, Carneiro entrou no Partido Comunista do Brasil integrando-se ao grupo comunista literário, chamado depois de Academia dos Rebeldes. A missão da Academia era “[...] valorizar a cultura popular, particularmente, a cultura africana e afro-baiana, que foram marginalizadas durante a colo-

nização do Brasil” (Review Soares, 2005: Intro). Os escritores baianos mais famosos dessa época, incluindo Jorge Armado, Sosígenes Costa, Áydano Ferraz, Guilherme Dias Gomes, João Alves Ribeiro, Walter da Silveira, Da Costa Andrade, De Souza Aguiar e Clóvis Amorim, colaboraram e publicaram na revista *O Momento*, incorporando a vida e os problemas dos afro-brasileiros em seus trabalhos literários. Carneiro e seus colegas faziam parte dos,

[...] intelectuais e os artistas do PCB [que] colocavam em prática a política cultural do partido, baseada no realismo socialista, modelo estético stalinista que chegou ao Brasil na segunda metade dos anos 1940. A produção de uma arte “genuinamente” proletária era um dos principais instrumentos de educação política das massas (PCdoB, 2011).

Mesmo que Carneiro tenha se identificado como comunista, ele fazia parte do partido como um intelectual e jamais como um militante. Como o partido mais revolucionário nessa época, o PCB seria uma boa opção para Carneiro, para expressar seu desdém pelo governo, especialmente pela ditadura federal de Vargas. Mas é importante reconhecer que o marxismo como forma de análise não estava bem presente em seus trabalhos além da questão das classes na sociedade. Contudo, este contexto enformou os trabalhos de Carneiro e a orientação que ele deu a Landes.

Seu livro mais influente e impressionante, *Os Candomblés da Bahia* (publicado em 1948, um ano após *A Cidade das Mulheres*), explica história, heranças e rituais de candomblé num texto bem compreensivo e sistemático. Este livro já tem seis edições publicadas, e ainda é usado nas universidades e por intelectuais que trabalham nesse campo. O livro tentou revisar a ideia da superioridade das culturas sudanesas apresentada por Nina Rodrigues e incorporar a importância das culturas Jeje-Nagô e Bantu a fim de representar a diversidade das heranças africanas e a mistura racial no Novo Mundo. *Candomblés da Bahia* reforçou a superioridade da cultura nagô em relação ao caboclo e apresentou rituais de nagô como a forma certa para todos os candomblés. O livro foi completado após sua colaboração com Landes e

incorpora suas ideias do matriarcado e diminui o papel dos homens nos candomblés.

Carneiro é reconhecido mais por seu apoio à pureza Nagô e à tese de matriarcado de Landes, mas isso limita a gama e a significação de sua carreira. Carneiro escreveu histórias reconstrutivas para representar a população negra dum jeito mais justo e representativo. Seus trabalhos mais notáveis incluem *A trajetória de Castro Alves* (1947), *A cidade do Salvador 1549: uma reconstituição histórica* (1956), *A insurreição praieira* (1961), e *O Quilombo dos Palmares* (1946). Seu livro sobre Castro Alves, abolicionista do século 19, descreveu-o como um “poeta republicano” e um “burguês revolucionário”. Carneiro reviu os poemas de Castro Alves sob a perspectiva de que “[...] a revolução que ele pregava ainda não foi realizada, embora tenhamos abolição e uma república” (Carneiro 1947: Intro). Numa carta que ele escreveu a Landes, Carneiro caracterizou este livro como tendo o sucesso de um best-seller por causa de sua “[...] interpretação política, completamente nova no Brasil” (EC to RL, 7/28/47, CNFCP)⁴. Seu outro livro, *A cidade do Salvador 1549*, incorpora o papel do africano e do afro-brasileiro na criação e no sucesso da cidade, em vez de se centrar nos funcionários e proprietários de escravos como os líderes da história. Mais tarde, na sua vida, Carneiro escreveu sobre a revolta liberal, a *Insurreição Praieira*, no estado de Pernambuco que era uma luta entre o latifundiário, o governo e o povo sem-terra para controlar os recursos nacionais após a Independência do Brasil.

Em geral, as concepções da carreira de Carneiro são simplificadas e não representam sua visão nem sua experiência inteira. O IV Curso Manuel Querino em homenagem ao centenário de Édison Carneiro em Agosto 2012, na Biblioteca Barris, em Salvador, reuniu os poucos acadêmicos que estudam Carneiro ou usam o seu trabalho em suas pesquisas. Seu velho amigo e professor de UFBA, aposentado, Waldir Freitas Oliveira, com seus biógrafos Biaggio Talento e Luiz Alberto Couceiro fala-

⁴ As citações das cartas entre Édison Carneiro e Ruth Landes vieram de duas fontes. A primeira, o Centro Nacional de Folclore e Cultural Popular (CNFCP) no Rio de Janeiro. A segunda, o National Anthropological Archives (NAA) (Arquivos Nacionais de Antropologia) do Instituto Smithsonian em Washington, DC. Usei abreviaturas EC (Édison Carneiro) e RL (Ruth Landes) com a data da carta e o lugar onde eu acessei a fonte.

ram sobre sua importância na história da Bahia e nos Estudos Afro-Brasileiros, mas dizem que ele não recebe a atenção merecida neste assunto e ainda tem poucas discussões sobre os trabalhos dele⁵. O evento discutiu as particularidades de Carneiro como um acadêmico baiano, incluindo sua participação no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), sua identidade como um mestiço e sua abordagem nos terreiros de candomblé. Eu também colocaria seu ceticismo, o da teoria da democracia racial e seus livros sobre a reconstrução da história afro-brasileira.

Esta explicação de candomblé e a participação de Carneiro nos Estudos Afro-Brasileiros facilitam nosso entendimento em relação ao ponto de vista que Landes tinha quando chegou na Bahia em 1938. A identidade de Landes como americana, mulher e antropóloga de Columbia, se diferenciou dos acadêmicos brasileiros Carneiro, Ramos e Freyre. Landes cresceu numa família judia, imigrante, com um pai socialista. Após concluir a graduação da New York University (NYU), ela trabalhou como assistente social num bairro principalmente negro, o Harlem, em Nova York. Ela comentou numa palestra que “eu socializei, ou meus pais socializaram, em círculos que incluíam estudiosos, artistas, sindicalistas, jornalistas, todos negros” (Landes Palestra: 4*). Ela começou sua pesquisa como antropóloga de doutorado na Universidade de Columbia com um foco nos papéis de gênero numa comunidade indígena norte-americana, o Ojibwa. Seus livros influentes, *Sociologia Ojibwa*, *As Mulheres Ojibwa*, e *A Cidade das Mulheres* evidenciaram “[...] os papéis, anteriormente esquecidos, o das mulheres, como indivíduos, o lugar que ocupavam na sociedade” (Nord: 5*).

Como seus mentores no doutorado, Franz Boas e Ruth Benedict influenciaram muito o trabalho de Landes. Boas, como “o pai da antropologia americana”, transformou a disciplina com uma focalização na evolução cultural e o “ponto de visto nativo”. Ele enfatizou o trabalho de campo empírico, relativismo cultural e aculturação como “um resultado do crescimento dos ‘contatos entre culturas’ caracterizados pelo

⁵ Dentre outros participantes do evento, incluem-se a Profa. Alessandra Carvalho da Cruz (UCSal), o Prof. Cláudio Luiz Pereira (CEAO, UFBA) e a Profa. Marluce Macedo (UNEB). Em total, houve 70-100 participantes no evento e o curso discutiu várias “Personalidades Negras” ao longo da semana. Para mais informação, acessa www.ighb.org.br.

mundo moderno” (Cole 2003: 91*). Na teoria principal de Ruth Benedict no seu livro *Padrões de Cultura*, ela argumentava que todos os aspectos de cultura são sujeitos às emoções e os padrões básicos do povo naquela cultura. Esta suposição foi conhecida como *configuralismo* e foi criticada como determinismo cultural, por causa da intenção de que coubessem todos os elementos duma cultura em termos lógicos e consistentes. Uma parte do doutorado de antropologia na Universidade de Columbia incluía pesquisa de campo numa cultura estrangeira. O ambiente dessas culturas novas frequentemente distraía os pesquisadores das intenções originais das orientações fornecidas por Boas.

Uma carta de Ruth Benedict a Landes depois que ela voltou da Bahia demonstra a maneira pela qual as pesquisa e as conclusões de Landes serviram para a criação da “ciência de cultura” da antropologia de Boas (Healey 1998: 91). Benedict escreveu,

Estou bem animada sobre o que você escreveu de suas sacerdotisas vudu... Pode determinar se grupos indígenas nestas regiões foram expostos aos negros e possivelmente influenciados? Este estudo na Bahia tem que ser usado na reportagem do Conselho SA, com a maior ênfase nas repercussões no povo índio nativo (mas claro que isso não é sua ênfase na reportagem sobre a cultura baiana). Como é a cultura material? Você está prestando atenção se a influência negra está alastrando-se à Amazônia? (RB a RL, 12/1/1939, NAA*).

A atitude de Benedict enfatizou o primitivismo das “sacerdotisas vudu” e uma grande ênfase nas populações indígenas em vez da população afrodescendente. “Primitivismo” nessa época se referia à ideia de que o homem antigo (ligado aos índios americanos) tinha uma pureza nas civilizações simples, corrompida depois nas complexidades e inovações da vida moderna. Esta teoria procurou pesquisar os elementos africanos da cultura brasileira em comparação com a cultura europeia, para entender o processo de contatos de raças em países com uma variedade de raças. Com frequência, pesquisas antropológicas nessa época tinha ideias pré-concebidas para caber nos padrões e filosofias. Landes

percebeu isso quando escreveu que, “[...] Boas apressou seus estudantes no campo para recolher os restos de culturas primitivas nas américas, porque ele achava que estavam chegando ao fim” (Landes. In: Comment on Field Research”*)).

Nessa época, a antropologia como disciplina acadêmica abriu-se para mulheres porque Boas “enfatizava habilidade, não gênero”. Boas entendia que para interpretar “[...] como mulheres numa cultura particular sentem ou porque atuam dum jeito” (Nord: 9); a pesquisadora tem que ser uma mulher também. Sua identidade como mulher influenciava suas temas, sites, estilos de pesquisar, e a direção de suas carreiras porque era sua responsabilidade avaliar as mulheres de culturas diferentes (Cole 2003: 55*). A acadêmica proeminente Margaret Meade, uma estudante de Benedict (e depois sua namorada também), não apoiava os métodos e as conclusões dos artigos que Landes escreveu sobre o candomblé e a Bahia em 1940. Meade considerou “[...] Landes exasperante porque ela sempre confundia a homossexualidade passiva com ativa, e mais ainda não se comportava nem como senhora nem como uma acadêmica ordinária e própria” (Cole 2003: 282-3*). Segundo Mark Healey, a abordagem antropológica de Meade e Benedict tinha “gênero e sexualidade no centro de suas análises” (Healey 1998: 91, 88). Esta sensibilização feminina criou, às vezes, conclusões distorcidas que procuravam apoiar o feminismo dos Estados Unidos em vez da realidade de matriarcados ou relações de gênero progressivas nas culturas estudadas. Healey notou que suas “construções idealizadas naturalmente diminuíram a violência e a dominação” (Healey 1998: 93*). Isso é evidente em *A Cidade das Mulheres* quando Landes idealiza o poder feminista e a harmonia racial na Bahia como uma realidade absoluta.

Para preparar-se para a viagem ao Brasil, Landes estudou na Universidade Fisk no estado de Tennessee, sob a direção do sociólogo Robert Park onde ela se preparou sobre o conceito “do negro no novo mundo”. Ela foi enviada ao Brasil pela Universidade de Columbia “[...] para o objetivo ostensivo de aprender por que nesta terra vasta de mulatos com uma mistura de sangue branco, indígena e africano, não havia mostra de problemas ou de prejuízo com o racismo” (Landes Lecture: 5*). Esta noção da harmonia racial formado por Freyre já enformava o que ela antecipava na sua vida na Bahia. Ela tinha ideias pré-concebidas do ma-

triarcado também; num artigo de 1970, ela refletiu, “[...] eu imaginava que, segundo os materiais que Park e Pierson me deram na Universidade Fisk, que as mulheres negras iriam desempenhar um papel importante no Brasil, como nas regiões do Ibo e no oeste da África, de onde elas maiormente são derivadas”. Landes admitia sua ingenuidade da história brasileira e da língua portuguesa, porque ela achava que “era quase impossível encontrá-las em Nova York” (Landes 1970: 122, 120*). Essas preparações e suposições enformaram o contexto que Landes pesquisava, mesmo antes de ela chegar ao Brasil. Claro que o Brasil tinha condições inesperadas que desafiaram Landes e forçaram-na a adaptar-se de maneiras imprevisível na Bahia.

A metodologia de Landes e a sua prática de trabalho de campo causaram as maiores controvérsias em sua carreira. Landes trabalhava “concretamente na tradição que definiu observação e encontros cara-a-cara como o ponto inicial da investigação social” (Gacs et al 1988: 212*). Como estudante de Benedict “desviante” (Lapsley: 226*), Landes fez seu trabalho de campo com um foco nos indivíduos influenciados pela cultura, e não como culturas, completos e uniformes como Benedict definia (Gacs et al 1988: 212*). Numa resenha pessoal de livro *A Cidade das Mulheres*, Landes explica a sua metodologia como uma abordagem pessoal e emocional. Ela acreditava que a Antropologia era “[...] destinada a entender como pessoas vivem... para ver e compreender o que pessoas fazem, sentem, o que passa nas suas mentes e emoções”. 25 anos depois numa resenha, Landes apoiou este método ainda, explicando,

Frequentemente escritores negligenciam as individualidades de seus informantes, as personalidades; a implicação metodológica, então, é a de que todos são iguais. Talvez porque escritores pensem em termos de ‘estratégias’ em vez de ‘criatividade’... Eu mesmo não posso falar sobre o mundo afro-brasileiro que eu conheci sem ouvir, ver, cheirar imediatamente os atuantes vividos dentro” (Landes 1971: “Book Review of *Afro-American Anthropology**).

Os críticos rejeitaram sua tese de candomblé como matriarcal porque ela não apresentou suas conclusões num jeito tradicionalmente

científico. Essas explicações de Landes mostram que ela nunca considerou a ciência convencional nem como o meio nem o fim de seu trabalho de campo. Sua imersão na cultura estudada deu-lhe uma perspectiva envolvida, mas também a colocou em situações inaceitáveis para mulheres de seu estado na época aludida. A promiscuidade de Landes nessas comunidades negras e pobres de candomblé atraiu a crítica e atenção de funcionários brasileiros e colegas norte-americanas.

Este contexto das vidas e das perspectivas pessoais e acadêmicas de Carneiro e Landes fornece um caminho para examinar os detalhes de suas pesquisas e seu relacionamento. Um exame do período juntos nos terreiros de candomblé em agosto de 1938 a fevereiro de 1939 clarifica como Carneiro influenciou Landes em seu processo e produto final, o livro *A Cidade das Mulheres*. Landes entendeu e reconheceu a ajuda indispensável que Carneiro lhe deu durante sua pesquisa na Bahia. Em *A Cidade das Mulheres*, Landes explica,

Nesta terra, onde a tradição bloqueava mulheres solteiras dentro de casa ou as jogava nas ruas, teria sido impossível para eu andar sem um guia com autoridade... Ele era a melhor garantia aos negros que eu nem era uma espã rica nem uma intrometida; e até certo ponto, ele destruiu o desconforto que eles sentiam com estrangeiros (Landes 1947: 14).

Landes preferia ficar longe da “colônia americana na Bahia, de mais ou menos 200 pessoas”. Ela não se relacionou com esta vida luxuosa e explicou como “[...] eles não queriam nada da Bahia, do povo, da vida... Eu me voltei para Edison e a vida do culto nos absorvia.” Quando ela chegou à Bahia, seu primeiro guia, Jorge, “odiava e detestava” os candomblés, e tentou convencer Landes que os candomblés “matam! O candomblé é magia negra! É superstição! Eles não são civilizados! Não, me perdoe, mas não posso te acompanhar lá” (Landes 1970: 130, 133*). Isso era uma atitude comum na colônia americana e suas colegas e ajudantes nessa época.

Landes encontrou Carneiro nos círculos acadêmicos baianos, apresentados por Artur Ramos. Ela imediatamente reconheceu Carneiro

como uma boa autoridade e colega, explicando que “[...] ele só tinha 27 anos, mas o número e a originalidade de seus estudos sobre os negros brasileiros e os candomblés e a solidez de sua reputação me levavam esperar um homem bem mais velho.” Landes relacionou-se e ligou-se com Carneiro bem rápido e percebeu “como vou entender a Bahia sem aprender por experiências direitas o candomblé?”. Eles decidiram trabalhar juntos, para reunir “[...] seus recursos, sua sabedoria, seu tempo, e suas observações” (Landes 1947: 13, 35, 14).

Carneiro guiou Landes com seu conhecimento da etnologia baiana e sua ligação especial com os terreiros. Em *A Cidade das Mulheres* Landes descreveu a opinião de Carneiro sobre a tradição das pesquisas em candomblés,

A classe aristocrática sempre condescende... e quando alguns decidem estudar candomblé, eles chamam os negros a seus escritórios porque eles têm orgulho ou preguiça demais para visitar os terreiros pessoalmente no campo. Mas *você*, tem que ir. Você não pode esperar que eles se comportem naturalmente num escritório ou num hotel. E eles vão te respeitar mais se você for visitá-los. Vou te apresentar (Landes 1947: 19).

Esta atitude complementou as ideias de Landes em relação às conexões individuais e pessoais no processo de pesquisar. Ela entendeu que, para ela e para outros estrangeiros, o campo “[...] não é a vida real... Mas para Édison, ao contrário, ‘o campo’ era sua vida e seu trabalho também” (Landes 1970: 133*). Como orientador e um mulato na Bahia, Carneiro abrangia um limite difícil e interessante de ser ao mesmo tempo dentro e fora da comunidade que ele estava estudando.

Embora Carneiro se identificasse como separado e diferente da classe aristocrática, Landes o via de um jeito diferente. Ela escreveu que ele “[...] claramente não era um homem do povo... ele nunca aparecia sem um chapéu, casaco, colar, gravata...mas ao contrário aos costumes do mundo anglo-saxônico, o fato de ser uma pessoa de cor não o prejudicava por ser um aristocrático” (Landes 1947: 60, 61*). Numa carta pessoal Carneiro respondeu sobre seu tratamento no livro, “Não estou sempre

satisfeito com seu retrato, em relação à minha aristocracia, divertem-me as coisas que você lembra” (EC a RL, 28/8/1947, CNFCP)⁶. Os colegas de Carneiro concordaram com respeito a seu comportamento, observando que ele só tinha amigos brancos e conscientemente apresentava-se de um jeito burguês. A participação de Carneiro no PCdoB o colocou e à sua parceira Landes como pesquisadores de candomblés numa posição precária. Embora Carneiro nunca trabalhasse como militante comunista antagônico à ditadura em público, ele percebia os perigos de sua pesquisa e trabalho. A suspeita e a repressão dos terreiros do Estado Novo nos quais eles estavam trabalhando eventualmente os deixou perseguidos e exilados pelo governo federal fora da Bahia.⁷

Nas cartas trocadas entre si, fica claro que Carneiro e Landes tiveram um relacionamento amoroso enquanto estiveram juntos na Bahia. A literatura neste assunto em geral não valoriza muito este aspecto de seu relacionamento, mas este fato criou uma ligação fundamental entre eles, facilitando uma conexão e uma colaboração mais profunda e duradoura. Seu romance os guiou juntos no que Carneiro chamou “tantos dias lindos nos candomblés da Bahia” (EC a RL, 22/2/1946, CNFCP), para ajudar Landes a escrever um conto controverso sobre o candomblé, apresentado para o mundo inteiro. Como Carneiro refletiu mais tarde na vida, “Você estava no cruzamento de minha vida - você pegou minha mão e eu segui em sua direção e marchamos juntos. Que alegria você me deu!” (EC a RL, 22/10/1939). Juntos eles tornaram-se autoridades internacionais nos estudos afro-brasileiros e publicaram trabalhos que são bem relevantes até hoje. Apesar das emoções fortes que Carneiro sentia por Landes⁸, ele sempre valorizava seu “nosso belo

⁶ Todas as cartas acessadas no CNFCP e usadas neste ensaio foram escritas em inglês, e eu as traduzi para este ensaio. Todas as cartas acessadas no NAA foram escritas em português, salvo os seguintes que eu traduzi: RB a RL, 12/1/1939, EC a RL, 28/5/1946, 7/7/1939, 14/7/1939, 22/12/1939.

⁷ Mais informação sobre a perseguição e esta questão de ser comunista está disponível na versão maior deste trabalho, disponível aqui <http://scholarship.org/uc/item/9q13z1w6>.

⁸ Depois que Landes saiu da Bahia em 1939, Carneiro escreveu a ela com um tom mais desesperado, dizendo coisas como “Eu te preciso”, “Eu te amo, porque não está me escrevendo?”, “Eu preciso ter você de novo para ser feliz... meu amor sempre está te protegendo e te guardando” (EC a RL, 18/11/1939, 11/11/1939, 8/6/1939, NAA)

contato intelectual” em vez de seus sonhos irrealistas de casar-se e criar uma família (EC a RL, 18/11/1939, 14/7/1939, NAA).

Landes voltou aos Estados Unidos do Brasil em 1940 e como ela explicou numa carta a Carneiro, “[...] não era muito estudiosa por causa da Guerra Mundial”. Ela publicou dois artigos bem influentes e controversos que utilizam a análise de sua pesquisa com Carneiro na Bahia, que se chamam “Matriarcado cultural e homossexualidade masculina” e “O culto fetichista no Brasil”. Landes escreveu sobre o papel dos homossexuais “passivos” no candomblé, como eles negavam seu gênero por seus desejos de ser mulheres, aproximando-se à mãe de santo matriarcal. Ela explica como alguns se vendiam na rua como prostitutas, enquanto outros “[...] restringem seu feminismo cada vez mais para as ocasiões do culto, enquanto na vida secular tentam imitar as ações dos homens” (Landes 1940: 394*). Seus artigos também elaboram a degradação da tradição do caboclo em contraste com o prestígio do nagô. Esses artigos apresentam informações e análises condensadas, que são mais alongadas e explicadas em *A Cidade das Mulheres* (1947). Landes também traduziu o artigo que Carneiro escreveu que se chama “The Structure of African Cults in Bahia” (“A estrutura dos cultos africanos na Bahia”), que apareceu no *Journal of American Folklore* (Jornal de Folclore Americano). Estes artigos escritos por Landes e Carneiro facilitaram a propagação de suas ideias na antropologia e nas comunidades acadêmicas nos Estados Unidos.

Depois de voltar, Landes teve dificuldade de encontrar um bom emprego, em parte por causa das percepções que seus colegas americanos tinham sobre seu jeito de pesquisar no Brasil e seu comportamento nas comunidades negras. Isso afetou seu relacionamento com a antropóloga proeminente Margaret Meade, que disse em 1940 que “[...] toda essa besteira que está circulando sobre ligações e fidelidades e partidos e lados deveriam ser desencorajados... não deixe que ninguém a coloque na situação de ser a responsabilidade de qualquer um” (MM a RL, 5/3/1940, MPP), possivelmente aludindo a seu relacionamento íntimo com Carneiro. Em uma aparente carta de recomendação, Meade opina sobre Landes que “[...] suas deficiências mais conspícuas são no campo de organização.... ela cabe melhor como membro dum time de pesquisa ou num departamento como membro menor, em vez de ter toda a res-

ponsabilidade” (MM a RL, 1940, MMP*). Esta falta de apoio dos colegas como Meade deixou Landes “[...] em Nova York, para um tempo indefinido, sem nada para fazer” (RL a MM, 20/9/2948, MMP*).

Sete anos depois de voltar do Brasil, Landes contou a Carneiro numa carta “[...] depois da guerra eu finalmente comecei com o livro sobre Bahia!” (RL a EC, 27/2/1946, CNFCP). A Segunda Guerra Mundial não só afetou as oportunidades profissionais de Landes e Carneiro, mas também a possibilidade de eles se reencontrarem. Carneiro se candidatou para um emprego com a esperança de morar com Landes em Londres, mas a embaixada britânica respondeu a Carneiro que “[...] por causa da situação na Europa, o British Broadcasting não quer assinar um contrato nem comigo nem com ninguém”. Ele perguntou a Landes, “Você acha que eu posso ir a Nova York?”. Quando seus planos não deram certo, ele a avisou, “[...] temos que renunciar ao nosso casamento.... Não vejo horizontes lindos, só caminhos sombreados” (EC a RL, 7/7/1939, 14/7/1939, NAA). Os obstáculos para um brasileiro inibiram Carneiro de chegar aos Estados Unidos, mas também aparece que Landes não o deu o mesmo apoio incondicional que ele lhe tinha oferecido. Eventualmente ambos se desistiram das aspirações de ficarem juntos, eles casaram-se com outras pessoas e focalizaram outros objetivos na vida, mas sempre mantiveram contato um com o outro.

A explicação fornecido por Landes sobre seu processo de pesquisar e escrever seu livro, *A Cidade das Mulheres*, demonstra como os editores, o Macmillan Company, influenciaram seu tom e ponto de vista. Numa carta a Carneiro ela explicou, “[...] eles querem publicá-lo, se eu escrever na primeira pessoa. Está vendo, eu me revelei... eles querem as identidades verdadeiras” (RC a EL, 27/2/1946, CNFCP). Landes e Carneiro tinham discutido o processo de publicação enquanto estavam juntos na Bahia, como Carneiro escreveu numa carta logo depois que Landes foi embora, “[...] Naturalmente você deve me propor como colaborador, simplesmente... o redator é que deve ter a última palavra” (EC a RL, 14/8/1939, NAA). Ele se sentia como ele se merecesse uma dedicação de Landes, como ele fez em seu *Antologia do Negro Brasileiro*, sabendo que um crédito duma antropóloga como Landes da Universidade de Columbia seria uma honra e ajudaria com seu estatuto e suas possibilidades para o futuro. Em 1940, Carneiro lembrou

a Landes de criar um produto final de sua pesquisa, exclamando, “[...] estou esperando o seu livro - e esperando também que a dedicatória não seja prejudicada por este ano de silêncio... ou por um novo amor” (EC a RL, 24/10/1940, NAA). Landes teve a intenção de dedicar seu livro a Carneiro, mas os editores consideraram uma dedicação imprópria, dado que ele é o personagem principal do livro. Os publicadores disseram a Landes que Carneiro parece um personagem “[...] compassivo e compreensivo” (RL a EC, 13/4/1946, CNFCP). Eles não tiveram interesse em reconhecer sua orientação acadêmica que facilitou a pesquisa de Landes para escrever este livro.

Depois de ter lido o livro final, Carneiro percebeu uma distorção de suas intenções originais de 1938 na Bahia e respondeu a Landes, “[...] Não posso me acostumar com a ideia de que você não criou o livro que você poderia ter escrito - um livro científico. Não estou sempre satisfeito com meu retrato.” Em geral ele concedeu que ela “[...] fez um livro honesto, verdadeiro, bom, e inteligente” (EC a RL, 28/7/1947, CNFCP). Num artigo publicado em 1953, “Os estudos sobre o negro brasileiro”, Carneiro declarou que, “[...] embora Ruth Landes não tivesse podido publicar a memória científica que as suas pesquisas lhe permitiram fazer e tivesse de usar o material recolhido para compor um livro de impressões da viagem, o seu *The City of Women* pode enquadrar-se bem na lista de estudos da ‘escola baiana’”. Embora Carneiro não tenha culpado explicitamente os editores pelas limitações de seu livro, com frequência ele expressou descontentamentos como “[...] Ruth Landes teve de usar as suas notas de campo ‘de uma maneira mais popular’ para compor o volume” (Carneiro 1964: 108, 227), como se o produto final estivesse fora do seu controle. Ele manteve a credibilidade de Landes como uma autoridade apesar de seu estilo de narrativa, que parece um diário de viagem e às vezes caracterizou os candomblés em vez de qualificar suas observações e conclusões como científicas e, portanto, verdadeiras.

Em 1942, dois anos depois da publicação dos artigos de Landes e cinco anos antes da publicação de *A Cidade das Mulheres*, Artur Ramos publicou um artigo chamado, “Pesquisas estrangeiras sobre o negro brasileiro” que completamente descreditou os artigos de Landes em relação à sua tese de homossexualidade e matriarcado no candomblé.

Este artigo de Ramos praticamente difamou a credibilidade e autoridade de Landes como antropóloga. Em seu artigo, Ramos declara que “[...] é lamentável que algumas dessas conclusões, como, por exemplo, do ‘matriarcado’ negro e controle da religião pelas mulheres, na Bahia, e do homossexualismo ritual nos negros brasileiros já estejam correndo os meios científicos e até anunciadas para publicação em revistas técnicas”. Ele afirma que “[...] as observações e pesquisas dos estudiosos brasileiros infirmam essas conclusões fantasiosas” (Ramos 1942: 188-190). Este artigo teve um grande impacto em prejudicar os relacionamentos futuros de Landes com Margaret Meade, Melville Herskovits e empregadores potenciais, mas a aproximou de Carneiro, que a defendeu apoiando-a até seu falecimento em 1972.

Num artigo publicado em 1964 chamado “Uma falseta de Artur Ramos”, Carneiro respondeu publicamente ao artigo de Ramos e defendeu seu trabalho com Landes como legítimo e vantajoso. Ele escreveu 20 anos depois de Ramos, “[...] para reparar uma injustiça que veio do orgulho e da vaidade de Artur Ramos”. Carneiro qualificou seu guiamento, provando que “[...] nunca, absolutamente nunca, letrado algum, brasileiro ou não, tivera tanta intimidade com os candomblés da Bahia”, enquanto Ramos “[...] que se considerava e era considerado no passado o dono do assunto”, nunca fez pesquisa no campo, e seu “[...] contato pessoal com os candomblés da Bahia era superficial” (Carneiro 1964: 225). Para concluir, Carneiro marcou sua posição; “[...] fui amigo de Artur Ramos, sou amigo de Ruth Landes” (Carneiro 1964: 227). Durante toda sua carreira, Carneiro escolhia lados e formava ligações como essas e se ligou ao lado de Landes sempre. Esta tendência poderia ter machucado sua credibilidade e autoridade ao longo prazo.

Em 1970, após a segunda viagem de Landes ao Brasil em 1967, Landes candidamente e publicamente refletiu sobre seu relacionamento e trabalho com Carneiro num artigo chamado “Uma mulher antropóloga no Brasil”. Ela afirma,

Tenho certeza de que na história de pesquisa do campo, ninguém tinha sido mais afortunado do que eu com minha associação com Édison. Apesar da reputação de Carneiro como estu-

dioso e escritor... o fato era que eu não podia andar na Bahia sem sua “proteção” de homem... Eu sei que os negros me aceitaram porque ele me garantiu, e eu dependia nele inteiramente” (Landes 1970: 128, 129, 131*).

Essa confiança e ligação estreita tiveram consequências positivas e negativas pelo futuro de Landes e Carneiro, mas sem dúvida aproximou-os de suas ideias aos olhos do público.

Muitos jornais e professores dos Estados Unidos reviram seu livro *A Cidade das Mulheres* depois da publicação em 1947. As manchetes demonstram a percepção exótica e primitivo dos norte-americanos em relação ao Brasil nessa época, incluindo manchetes como “Sacerdotisas da selva governam 400.000 Homens”, “Negros vivendo sem racismo”, “Conto semisselvagem retrata um culto vudu”, e “Exploradora conta segredos do culto selva”. Estes artigos refletem como o público percebia a experiência e as conclusões de Landes. Em geral, pessoas reconheciam o mérito de seu livro como “[...] um livro completamente legível”, e “[...] um conto popular escrito sobre o candomblé”, mas que Landes “[...] era uma menina impressionável” que “[...] assumiu uma abordagem turística” com “[...] deficiências metodológicas”⁹. Esta resposta mista sobre Landes como uma mulher e uma pesquisadora perpetua as discussões de seu trabalho até hoje.

Os ataques mais severos vieram de Melville Herskovits, Artur Ramos e seus apoiadores, que se reuniram para “[...] virtualmente fechar sua carreira acadêmica” (Matory 2004: 246*). Herskovits fez uma resenha de *A Cidade das Mulheres* no jornal *American Anthropologist* em 1947 e usou os defeitos de Landes como uma oportunidade de discutir a questão, “[...] Que tipo de treinamento devemos dar para estudantes que vão pesquisar no campo?”. Declarando-se como a autoridade, Herskovits exige que pesquisadores do campo “[...] tenham que esforçar-se por obter uma imparcialidade”, contrariando diretamente a metodologia de Landes que promove ligações pessoais e individuais no

⁹ As citações destas manchetes são incompletas. Acessei nos National Anthropological Archives (NAA) Box 59: Reviews of City of Women. As citações disponíveis estão na bibliografia.

processo de pesquisar. Ele reclamou explicitamente que “[...] Landes não estava adequadamente equipada de maneira nenhuma para encontrar os problemas práticos da pesquisa do campo nos trópicos” e que “[...] ela sabia tão pouco da origem africana do que iria estudar nem perspectiva ela tinha”. Ele também notou definitivamente que “[...] a tese básica é errada”. Herskovits, Ramos e agora o antropólogo Matory procuravam a desaprovar sua tese de matriarcado e homossexualidade do candomblé e mantinham que “[...] os homens ocupam espaços tão importantes como os das mulheres” (Herskovits 1948: “Review of City of Women”*)).

Landes sempre percebia um conflito entre ela e Herskovits, mas não sabia da severidade dos ataques de Herskovits e Ramos até bem mais tarde na sua vida. Em carta escrita a Édison em 1946, ela explica como “[...] Herskovits não gosta de mim porque eu estudei com Boas em vez dele! O mundo de antropologia é muito pequeno, e pessoas amam brigar! (Mas não importa porque eu não acho que vou voltar a este mundo)” (RL a EC, CNFCP, 13/4/1946). Décadas pela frente num discurso ela reclamou, “[...] parece que isso [o criticismo de Ramos] apareceu em publicações em português e francês há 25 anos ou mais, embora eu não soubesse até que um colega brasileiro [Édison Carneiro] escreveu ensaios sobre o assunto” (Landes Lecture: 6)*. Perto do final de sua carreira, Landes foi solicitada a responder à crítica no artigo “A Woman Anthropologist in Brazil” (1970). Nesse artigo, ela finalmente enfrentou a acusação de que ela era “[...] sem formação e duvidosa”, “[...] usou iscas sexuais para segurar informantes”, até que ela “[...] dirigiu uma bordel no Brasil” (Landes 1970: 129*). Enquanto muito disso pode ser diminuído a boatos e a lealdades pessoais, as críticas de Landes têm preocupações legítimas em relação a suas metodologias, conclusões e seus efeitos na sociedade Baiana.

Como fonte primeira, *A Cidade das Mulheres* é muito valiosa e inevitavelmente subjetiva. Em geral, seu estilo narrativo estabelece um jeito acessível de examinar o candomblé e acessar suas experiências nas cerimônias raras que poucas pessoas gravaram naquela época. A presença de Landes nos candomblés da Bahia ainda é bem forte e sua memória é celebrada como uma aliada e defensora das mulheres baianas. Mas no livro ela falha em contextualizar sua análise de matriarcado

na tradição Nagô e nos terreiros específicos que ela e Carneiro estudavam e valorizavam. Também de muitas maneiras sua análise derivou de suas intenções predeterminadas de estudar e defender os papéis de mulheres em culturas como seu projeto de antropologia. Além disso, seu tratamento de raça neste trabalho parece simples e curto, aceitando a tese de democracia racial de Freyre em vez de desafiar a questão de raça baseada em seu ambiente verdadeiro na Bahia. Embora seus métodos de pesquisar facilitassem ligações significativas com indivíduos, sua decisão de trabalhar sozinha fora da colônia americana era ousada e potencialmente perigosa. Enfim, após ter examinado o trabalho e a carreira inteira de Carneiro, parece que o tratamento dele em *A Cidade das Mulheres* nem lhe dá o crédito merecido nem representa sua visão progressiva como devia dado seu relacionamento tão profundo.

Deve ser notado que quase nunca se discute Carneiro na literatura sem pelo menos uma referência ou uma seção dedicada a Landes. Em menor medida isso é também verdade na literatura sobre Landes. Eles são ligados inextricavelmente como vozes unidas nos estudos afro-brasileiros. Até este próprio ensaio começou como uma pesquisa sobre os trabalhos e a carreira de Carneiro, mas se transformou num exame detalhado sobre sua colaboração com Landes. Isso aconteceu porque em minhas pesquisas não achei nenhum dado estudado especificamente sobre os detalhes desse relacionamento tão interessante e controverso.

No presente ensaio revela as complexidades da carreira de Carneiro e seu relacionamento com Landes como complicado e às vezes ambíguo. Landes chegou no Brasil em 1938 com uma perspectiva informada por questões de gênero, pressões da tradição de Franz Boas e estruturas antropológicas que influenciaram seu processo e suas conclusões. Embora sua tese seja um pouco generalizada e pré-determinada, seu processo é útil para entender porque sua experiência tinha um impacto tão grande no Brasil. Um foco em Carneiro como o indivíduo que guiou Landes permite que ele seja entendido como um acadêmico baiano signficante e aliado da comunidade do candomblé. Carneiro começou sua carreira como comunista, jornalista e historiador para apoiar e representar a comunidade negra brasileira. Mas as pressões das elites, a competição pela autoridade e o oportunismo distraíram Carneiro de suas intenções primárias. Possivelmente sua atitude inconsistente e sua

disposição de formar aliados deixou-o nas sombras de colegas mais orgulhosos e ousados.

Dentro de todas essas opiniões e reações conflitivas sobre Landes e Carneiro, este ensaio procura a neutralidade, sem envolver emoções ou fofocas, usando a evidência fundada em pesquisas originais. Contextualizei este ensaio em minha experiência própria vivendo em Salvador, Bahia e visitando os mesmos terreiros, espaços e universidades onde Carneiro trabalhou e Landes visitou. As sugestões que os professores e funcionários baianos me deram para pesquisar este relacionamento sugere que pessoas ainda estão pensando e lembrando o legado profundo de Ruth Landes na Bahia.

Referências

Fontes Publicadas

BRAGA, Julio. Candomblé in Bahia: Repression and Resistance. In: *Religions, Culture and Resistance*, 1999.

CAPONE, Stefania. Lucy Lyall Grant, trans. *Searching for Africa in Brazil: Power and Tradition in Candomblé*. Duke University Press, 2010.

CARNEIRO, Édison. Ladinos e crioulos: Estudos sobre o Negro no Brasil. In: *Retratos do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, v. 28-30.

CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO DA BAHIA, 1940.

ESTUDOS SOBRE O NEGRO BRASILEIRO, 1953.

A PÁTRIA PARA O NEGRO BRASILEIRO, 1957.

UM FALSETE DE ARTUR RAMOS, 1964.

CARNEIRO, Édison. Candomblés da Bahia. In: *Retratos do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978 [Original 1948], v. 106.

CARNEIRO, Édison. *Castro Alves: uma interpretação política*. Andes: Rio de Janeiro, 1947.

- CARNEIRO, Édison. *Religiões Negras e Negros Bantos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981 [Original].
- CARNEIRO, Édison. The Structure of African Cults in Bahia. *The Journal of American Folklore*. Vol. 53, N°. 210 (Oct-dec., 1940), p. 271-278. *American Folklore Society*.
- CARNEIRO, Édison. *O Quilombo dos Palmares*. 2. ed., Biblioteca Pedagógica Brasileira. Vol. 302, 1958.
- CARNEIRO, Édison. *Folgedos Tradicionais*. Rio de Janeiro: FUNARTE-INF. 1982.
- COLE, Sally. *Ruth Landes: A Life in Anthropology*. University of Nebraska Press, 2003.
- CORRÊA, Mariza. O Mistério dos Orixás e das Bonecas: Raça e Gênero na Antropologia Brasileira. In: *Etnografia*, 2000.
- DANTAS, Beatriz Góis. Stephen Berg, trans. *Vovô Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1988.
- FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS. *In Memoriam. Revista de Antropologia*. Vol XXI (2ª. parte) Universidade de São Paulo. Departamento de Ciências Sociais (área de Antropologia). São Paulo, Brasil, 1978.
- FREYRE, Gilberto. *The Masters and the Slaves*. Translated by Samuel Putnam Knopf Press: New York, 1964.
- Gacs, Ute, et al (Aisha Khan, Jerrie McIntyre, Ruth Weinberg, editors). *Women Anthropologists: A Biographical Dictionary*. Greenwood Press, 1988.
- PARK, George and Alice. *Ruth Schlossberg Landes*, 208-213.
- GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- HEALEY, Mark. The Sweet Matriarchy of Bahia: Ruth Landes' Ethnography of race and Gender Duke University in *Disposition XXIII.50*

(1998): 87-116. Department of Romance Languages, University of Michigan.

LANDES, Ruth. "A Woman Anthropologist in Brazil" in *Women in the Field: Anthropological Experiences*. Peggy Golde, ed. University of California Press, 1970.

LANDES, Ruth. *The City of Women*. New York: Macmillan Company, 1947.

LANDES, Ruth. A Cult Matriarchate and Male Homosexuality. In: *Journal of Abnormal Psychology*. 1940.

LANDES, Ruth. Fetish Worship in Brazil. In: *The Journal of American Folklore*, Vol. 53, No. 210 (oct.-Dec., 1940), p. 261-270.

LAPSLEY, Hillary. *Margaret Mead and Ruth Benedict: The Kinship of Women*. University of Massachusetts Press, Amherst, 1999.

MATORY, J. Lorand. *Black Atlantic Religion: Tradition, Transnationalism and Matriarchy in the Afro-Brazilian Candomblé*. Princeton University Press, 2005.

NASCIMENTO, Abdias do. *Quilombo: Vida, problemas e aspirações do Negro*. São Paulo: Editora 34, 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Introduction. Sao Paulo: 2002.

CARNEIRO, Édison. *Liberdade de Culto*. 2nd year, Number 5, 1950, p. 7.

OLIVEIRA, Waldir Freitas; LIMA, Vivaldo da Costa, eds. *Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos: de 4 de Janeiro de 1936 a 6 de Dezembro de 1938*. São Paulo: Corrupio: 1987.

O NEGRO NO BRASIL: TRABALHOS APRESENTADOS AO 2º CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. [accessed at the Instituto Geográfico e Histórico in Salvador, Bahia].

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCDOB). *Bamba Comunistas: Militância Vermelha em outros Carnavais, 4 de Março de 2011-9h45*, Porto Vermelho

PRICE, David H. *Threatening Anthropology: McCarthyism and the FBI's Surveillance of Activist Anthropologists*. David H. Price. Duke University Press, 2004.

RAMOS, Arthur. Acculturation Among the Brazilian Negroes. *The Journal of Negro History*, Vol. 26, N° 2 (April 1941), p. 244-250. Association for the Study of African-American Life and History, Inc.

RAMOS, Arthur. Pesquisas estrangeiras sobre o Negro Brasileiro. In: *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1942, Vol. 224.

ROMO, Anadelia. Rethinking Race and Culture in Brazil's First Afro-Brazilian Congress of 1934. In: *Journal of Latin American Studies* 39, no. 1, 2007.

ROMO, Anadelia. *Brazil's Living Museum: Race, Reform and Tradition in Bahia*. The University of North Carolina Press: Chapel Hill, 2010.

SOARES, Ângelo Barroso Costa. *Academia dos Rebeldes: Modernismo a Moda Baiana*, 2005. State University of Feira de Santa, Department of Letters and Arts, Graduate Program in Literature and Cultural Diversity.

TALENTO, Biaggio; COUCEIRO, Luiz Alberto. *Édison Carneiro: o Mestre Antigo: Um estudo sobre a trajetória de um intelectual*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2009.

VARELA, Sergio Armando G. "Violence and Marginality, Capoeira in Bahia before 1930" in: *Varela, Power, Symbolism and Play in Afro-Brazilian Capoeira*. PhD dissertation, University College, London, 2007.

Preview this item

Acessado na Biblioteca Barris em Salvador: Periódicos Antigos

CARNEIRO, Édison. O programa dos trabalhos deste importante certame científico. Salvador, *O Estado da Bahia*. 8/1/1937.

CARNEIRO, Édison. Instala-se hoje o 2º Congresso Afro-Brasileiro. *Estado da Bahia*. Salvador. January 11, 1937.

CARNEIRO, Édison. O dia de ontem do Congresso Afro-Brasileiro. *Estado da Bahia*. Salvador. January 13, 1937.

CARNEIRO, Édison. 2º Congresso Afro-Brasileiro. *Estado da Bahia*. Salvador. January 21, 1937.

CARNEIRO, Édison. Era a mais popular mãe-de-santo da Bahia. Salvador. *O Estado da Bahia*. Salvador, January 5, 1938.

Fontes não Publicadas

Acessado na Biblioteca Amadeu Amaral no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP)/IPHAN. Rio de Janeiro, Summer 2011.

Édison Carneiro e Ruth Landes, Correspondências, 1946-1951.

EC to RL, Rio de Janeiro, Fev 22, 1946, CNFCP

RL to EC New York, Fev 27, 1946, CNFP

RL to EC New York Fev 27, 1946, CNFCP

RL to EC New York Abril 13, 1946, CNFCP

RL to EC, New York, Junho 19, 1946, CNFCP

EC to RL, Rio de Janeiro, Julho 28, 1947, CNFCP

FERREIRA, Maria. *O sexto sentido do pesquisador: A experiência de Édison Carneiro*. 5/6/2010. Autor: Anna Carolina Carvalho de Almeida Nascimento. Mestrado Programa Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, UFRJ.

PUTMAN, Samuel. Philadelphia. (undated). Book Review of *O Quilombo dos Palmares*. In: *Books Abroad*, October 1947. (Carneiro Correspondências).

Acessado no National Anthropological Archives do Instituto Smithsonian: Papeis de Ruth Landes

Caixa 2: Série 1 Correspondências: Cartas Recebidas

EC to RL, 28 de Maio, 1946, NAA

EC to RL 8 de Junho, 1939, NAA

EC to RL 7 de Julho, 1939, NAA

EC to RL, 14 de Julho, 1939, NAA

EC to RL 31 de Julho, 1939, NAA

EC to RL, 14 de Agosto, 1939, NAA

EC a RL, 22 de Outubro, 1940, NAA

EC to RL, 24 de Outubro, 1940, NAA

EC to RL, 18 de Novembro, 1939

EC to RL, 11 de Novembro, 1939

EC to RL 22 de Dezembro, 1939, NAA

Caixa 59: Resenhas de City of Women (Citações incompletas)

Priestesses Rule 400,000 in Brazil: Women of Cults Dominate Jungle, Anthropologists Reports. (Boston Sunday Post, August 6, 1939), 7/10/1939.

Review of City of Women, Macmillan Company, 5-20-47

Gannett, Lewis. "Book Review: City of Women" in *Books and Things*.

Herald Newspaper, "Review of City of Women", 6-22-49.

HERSKOVITS, Melville J. "Review of City of Women" in *American Anthropologist*, Jan-Mar 1948.

LANDES, Ruth. *Book Review of Afro-American Anthropology: Contemporary Perspectives*. By Norman E. Whitten and John f. Swed. 1971.

LANDES, Ruth, "Comment on Field Research" in *Western Canadian Journal of Anthropology* [undated].

MOORHEAD, Max L. "Review of City of Women", University of Oklahoma.

POZNANKSI, Gitel, "A Study of Folk Life of Brazil" *New York Times*, Aug 3, 1947.

SHACKELFORD, Nevyle. "Review of City of Women", 7-13-47.

WOLFE, Bertram D. "Review of City of Women" in *New York Herald Tribune*, August 24, 1947.

Outras Séries nos Papéis de Ruth Landes

NORD, Peter. "Ruth Landes: Women as Individuals" [date?] from National Anthropological Archives, Ruth Landes Papers. Box 60: Biographical and Personal Files.

LANDES, Ruth. "The Author Review His Book", 1948. Box 59: Publications, Reviews of City of Women.

LANDES, Ruth, "Comment on Field Research" in *Western Canadian Journal of Anthropology*

LANDES, Ruth. "Afro Brazilian Culture and New World Racism" [date?] from National Anthropological Archives, Ruth Landes Papers Box 47, Series 3: Writings.

LANDES, Ruth, Notebooks. Brazil IV, Bahia. Box 9: Series 2: Research materials.

Acessado no Library of Congress, Manuscripts, Margaret Meade Papers (MMP)

Carta de Margaret Meade a Ruth Landes Março 5, 1940, Caixa C3.

Margaret Meade, sem data, sem endereço, 1940, Caixa C5.

**Maria Quitéria nas palavras
de Maria Graham: uniforme
e armamento utilizados pelo
“Patrono” do QCO\Quadro
Complementar de Oficiais do
Exército Brasileiro, tal qual
descritos no *Journal of a Voyage
to Brazil-1822-1823-1824***

Ney Paes Loureiro MALVASIO

QCO\ História Ref. Foi professor do CMRJ e obteve o mestrado em História na UFRJ \Universidade Federal do Rio de Janeiro. Condecorado com a medalha do Marechal Trompowski. Autor de *Distantes Estaleiros: Arsenais de marinha e a reforma naval pombalina*. Paco Editorial, 2012.
neymalvasio@gmail.com

Resumo

O artigo traz um estudo que se estende pela real primeira figuração da combatente de nossa Independência, a alferes de linha, Maria Quitéria de Jesus (1822-23). Refazendo o uniforme e o armamento portado pela gloriosa baiana, traçamos o estudo até seu primeiro quadro que a traz com o *Kilt* e o fuzil *Baker*, o que nos remeteu ao grande *Diário* de Maria Graham, onde se encontra a primeira descrição que aqui trouxemos.

Palavras-chave: Maria Quitéria e Maria Graham; Guerra de Independência; uniforme e armamento de Quitéria retratada.

Maria Quitéria in the words of Maria Graham: uniform and armament used by the “Patron” of the QCO \ Complementary Framework Brazilian Army officers, as described in the Journal of a Voyage to Brazil-1822-23-24

Abstract

This work bring us a really new study about the first picture of Maria Quitéria de Jesus, a famous Lieutenant of the Brazilian Independence War (1822-23). Bringing up the uniform and the armament of this glorious brazilian soldier wee bring her first picture, with the use of a kilt in the uniform and the Baker Rifle, all from the Maria Graham Journal of a Voyage to Brazil, and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823.

Keywords: Maria Quitéria and Maria Graham; Brazil Independence War; uniform and armament of Lieutenant Quitéria depicted.

Introdução

É realmente algo estranho que nos dias de hoje, mesmo historiadores, proclamam que a famosa imagem que traz a heróica Maria Quitéria, seja apenas um burlesco invento artístico do século XX. O fato é que nossa grande heroína da Guerra de Independência (1822-1823) trajava exatamente um uniforme completamente diferente dos outros militares, devido ao seu caráter feminino em meio aos soldados de nosso Exército Libertador.

Esse uniforme foi trazido à luz, pela primeira vez, no diário de Maria Graham, importante lê-lo na versão original, em língua inglesa, mas é claro que a versão traduzida para a *Coleção Reconquista do Brasil* é excelente, inclusive também nos trazendo que a Sra. Graham

era chamada Maria, e não Mary como muitos acabam confundindo.¹ A britânica Maria conheceu Maria Quitéria de Jesus de perto, fora da Bahia, no Rio de Janeiro, e lá constatou seu traje e o que ela portava, o fuzil (rifle) inglês raiado, o excelente *Baker* padronizado em algumas unidades inglesas e portuguesas durante as Guerras Napoleônicas.

Em frente descreveremos essas questões pouco estudadas durante a vida militar de Maria Quitéria.

O *kilt* de nossa tenente

O *Kilt*, pouco observado e transcrito em trabalhos sobre nossa patrono² do QCO, é normalmente tido como invenção ou algo sobreposto ao uniforme no Rio de Janeiro. Na verdade, a falsa observação provém do quadro a óleo de Maria Quitéria, muito famoso, produzido em 1920 pelo italiano Domenico Failutti, constituindo-se na imagem que leva grande parte dos observadores, historiadores ou não, a acreditar que o *Kilt* veio dessa pintura colorida. Esse quadro foi produzido na Bahia e se encontra guardado no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Mas não é a primeira tela, pois isso não deixa de ser uma releitura de parte da grande obra de Maria Graham, *Journal of a Voyage to Brazil*, em que um belo desenho de Augustus Earle, gravado em 1824 por Edward Francis Finden no *Journal*, para realmente basear a descrição de Maria Quitéria em seu interessantíssimo livro. É uma gravura que reproduz da melhor forma a nossa patrono, fazendo parte da pitoresca explanação escrita no livro:

Sua vestimenta é a de um soldado de um dos batalhões do Imperador, com a adição de um saiote escocês, que ela me disse ter adotado da pintura de um escocês, como um uniforme militar mais feminino.³

¹ Maria Graham. *Diário de uma Viagem ao Brasil*, p. 15.

² O Exército Brasileiro utiliza o termo “Patrono” para a grande figura histórica de Maria Quitéria, por isso o utilizo em todo o texto.

³ Maria Graham. *Diário de uma Viagem ao Brasil*, p. 349.

Realmente, o grande número de britânicos transitando pelo Brasil, que fossem escoceses militares ou comerciantes, é real devido ao número de livros e diários escritos na época. Foi a melhor ideia surgida para Maria Quitéria, apesar de Maria Graham escrever, lembrando da original proveniência dos masculinos *Kilts*:

Que diriam a respeito os Gordons e os MacDonalds [O traje dos velhos celtas, considerado um atrativo feminino!]⁴³

Mas não deixamos de constatar que era um uniforme galante e respeitável para nossa guerreira... ela o merecia, depois dos pesados combates de Independência travados na Bahia.



Maria Quitéria acima, reprodução do desenho de Augustus Earle, trajando o *Kilt* e portando o *Baker Rifle*.

⁴ Idem.



A tela de 1920, de Domenico Failutti, já com a alteração no armamento.



O baker rifle na ilustração de Maria Quitéria

Algo extremamente interessante da incrível memória militar deixada por Maria Quitéria é o seu armamento utilizado na Guerra de Independência (1822-1823). Esse fuzil, exposto em um retrato do *Diário de uma Viagem ao Brasil*, é considerado fora da veracidade, atribuído apenas a um artista inglês, ou mais simples ainda, negado por um artista do século XX, como vemos na tela de Domenico Failutti. Entretanto, lendo

o *Journal of a Voyage to Brazil*, de Maria Graham, sabemos do encontro pessoal das duas Marias, e a representação da tenente brasileira provêm dessa sabedoria da viúva Graham, inclusive passando-a para um bom artista que a fez para sua primeira edição do livro de viagens, em inglês.

As duas Marias, tão importantes para nossa História, encontraram-se no Rio de Janeiro em 29 de agosto de 1823, ou seja, após a vitória na província da Bahia. Pelo menos, esta é a data no grande diário da senhora Graham e dela ouvimos o mais importante sobre a tenente Quitéria e a origem de seu retrato... isso é importante, pois é após a vitória de 2 de julho sobre os portugueses baseados em Salvador. E ainda se constata, após ela encontrar o Imperador que a condecorou pessoalmente com uma medalha criada após a Independência. E isso tudo é demonstrado no quadro de Augusto Earle.

Mas a questão de aparecer nas mãos da Patrono do Quadro Complementar de Oficiais\QCO, a veterana Maria Quitéria, pode-se confirmar a verdade sobre esse armamento, após uma grande leitura histórico-militar do armamento proveniente do período das Guerras Napoleônicas, o *Baker Rifle*. O uso do armamento *Baker*, um fuzil raiado, desenhado por Ezekiel Baker,⁵ introduzido em 1800 no Corpo Experimental de Rifles do Exército Britânico e, a partir de 1802, foi colocado como armamento em toda uma tropa de *Regiment* inglesa (tal como nossos batalhões de caçadores de infantaria). É importante lembrar que, no Brasil, o armamento utilizado pela infantaria era a espingarda (maior tamanho), utilizado em tropas de granadeiros e a carabina, utilizada em tropas de caçadores. A carabina era menor que a espingarda, possibilitando uma maior agilidade a tropa, mas tinha um menor alcance em relação à espingarda... o surgimento do *Rifle*, (“refle” no linguajar dos soldados no Brasil); o fuzil *Baker* alterou essa situação no início do século XIX.

O que complicava sua utilização, contudo, era sua vagareza em cada disparo, devido ao cano raiado e ainda ser disparado pelo meio de pederneira... a agilidade no futuro apareceria com fulminantes mudanças do sistema de carga... mas aqui tratamos de um tempo de armamento militar que só utilizava a pederneira, como disparador no cão.

⁵ Peter Smithurst. *The Pattern 1853 Enfield Rifle*, p. 6.

Foi o *95 th Rifles* que continuou o emprego do *Baker* nas Guerras Napoleônicas, após seu teste.

They were effective at longer distances, too. Private Tom Plunkett of the 95 th shot General Colbert from his horse at the impressive range of 300 yds (274 m), an extraordinary feat.⁶

Nas batalhas europeias encontra-se mais uma influência no uniforme de caçadores, inclusive indo até o Exército brasileiro no tempo da Independência e o uso do “refle”. O *95 th Regiment* portava um uniforme verde, tal qual o 5º batalhão do *60 th Regiment* Britânico e dois batalhões leves da Legião Real Alemã, ou todos verdes ou com uma parte do uniforme esverdeada.⁷⁶

Essa farda passou-se ao Exército português durante a guerra de libertação de Portugal, sendo empregada nos uniformes de caçadores da infantaria portuguesa a partir da guerra de libertação⁸⁷ e, para manter o fio do pensamento, esses batalhões de caçadores portugueses estavam no Brasil na nossa Guerra de Independência (1822-1823). Portanto, é importante lembrar que o exército britânico, comandado por Wellington, foi uma segunda grande influência militar em Portugal, nos primeiros anos do séc. XIX. Tratei de segunda grande influência para não esquecermos os germânicos da segunda metade do séc. XVIII.

Explicando melhor, a primeira influência é mais notada durante a época de Sebastião de Carvalho e Melo, depois tornado marquês de Pombal sob o reinado de D. José I. Essa transformação militar veio com os germânicos contratados durante a guerra dos sete anos. Essa influência estendeu-se ao Brasil, principalmente nas guerras ao sul contra os espanhóis, aumentando o nosso território pela diplomacia ou pela guerra. Depois, após a retirada de D. João de Lisboa em 1807, chegan-

⁶ Martin Pegler. *Sniper Rifles: From the 19 th to the 21 st century*, p. 16. (Eles eram efetivos, inclusive numa longa distância. O soldado Tom Plunkett do 95º atingiu o General Colbert, montado, na impressionante distância de 300 jardas (274 m), um feito impressionante.)

⁷ Robert Bruce *et alii*. *Fighting Techniques of the Napoleonic Age – 1792-1815*.

⁸ Preben Kannik. *Uniformi di tutto il mondo*, p. 223-227.

do a nossa primorosa costa em 1808, temos Portugal deixada debaixo da influência britânica. Mesmo porque a invasão francesa continuava senhora do Portugal continental e, por ali, os ingleses e seus aliados começariam uma grande guerra de expulsão das tropas napoleônicas.

Essas duas modernizações do Exército português ficaram demonstradas nos seus textos e uniformes de infantaria e cavalaria, tudo trazido ao Brasil, nos diversos enfrentamentos com o exército espanhol. A primeira modernização, influenciada pelos germânicos, liderados pelo Conde de Schaumburg-Lippe. No exército, mais tarde foi criado o grande texto do General Zagallo e o outro sob os cuidados do general britânico Beresford, durante as guerras napoleônicas, ambos, trabalhos que formavam as táticas portuguesas. Essas, portanto, eram as táticas adotadas pelo nosso Exército da Independência.

Enfim, isso tudo gerou uma grande influência no uniforme de caçadores e uso do fuzil *Baker*, pois tínhamos novos batalhões de caçadores influenciados pelo exército britânico. Na Bahia, nas mãos dos integrantes de nosso patriótico 3º Batalhão de Infantaria (caçadores), os **Periquitos**, comandados pelo major José Antônio da Silva Castro, tivemos uma companhia de mulheres atiradoras, comandadas pela celebrada, até os dias de hoje, a tenente Maria Quitéria de Jesus. A combatente que, após o fim da campanha na Bahia, foi ao Rio de Janeiro onde recebeu das mãos de nosso primeiro Imperador, em suma, um *militaris Imperatoris*, D. Pedro I, uma condecoração. A condecoração que aparece no uniforme de Maria Quitéria, retratado em meio às páginas do *Journal* de Maria Graham.

No Exército Imperial do Brasil, sabemos de poucos *Baker*, adquiridos no tempo do Primeiro Reinado. Em uma das poucas edições (digital) que tratam desse assunto, falando da História de nosso Brasil,⁹ fala-se da aquisição de apenas 25 fuzis *Baker* entre 1822 e 1831! Ainda trataremos com mais cuidado dessa informação.

É por isso que temos de levar a sério o grande espírito de combate de Maria Quitéria, incluindo um pequeno destacamento de mulheres por ela comandado. Desse destacamento, existe a história de um severo ataque num dos acampamentos portugueses e, nesse combate, diversos fuzis

⁹ www.littlegun.be – www.littlegun.info

foram capturados. Quem sabe, o *Baker* retratado por Augusto (*Augustus*) Earle, foi capturado por Maria Quitéria na Bahia, na nossa Guerra de Independência. Essas são as duas versões, ou o armamento foi capturado das tropas lusas, ou foi um dos adquiridos, à época, por nosso Exército.

No museu belga, esse *Baker* adquirido pelo Exército de D. Pedro I, é identificado como o derradeiro exemplar dos *Baker rifles* brasileiros:

*This is probably the last example of the famous "Brazilian Baker Rifle"; the Baker Rifle is the first military British rifle manufactured in a big number, and is used for the first time in the battle of Obidos, in 1809, during the Wellington Campaign against the French invaders; as soon as Brazil declares its independence and Peter I becomes emperor, a special military unit was to be equipped with this rifle but only a small lot of probably twenty-five pieces is manufactured.*¹⁰

E ainda menciona-se seu uso:

*These few rifles were used by the emperor's personal guard and a few infantry sharpshooters.*¹¹

Devido a apenas vinte e cinco *Bakers*, indica-se no texto acima que o uso dos fuzis era apenas da “Guarda Pessoal” de D. Pedro I e de alguns atiradores muito bons. O nosso estudo traz uma outra visão do uso desses *Bakers* e a sua procedência, além dessas poucas peças que trazem o brasão do nosso Imperador, Pedro I.

¹⁰ www.littlegun.be – www.littlegun.info (Esse é, provavelmente, o último exemplar do famoso “rifle *Baker* brasileiro”; o *Baker Rifle* é o primeiro rifle militar britânico, produzido em grande número e foi usado pela primeira vez na batalha de Óbidos, em 1809, durante a campanha de Wellington contra os invasores franceses, tão logo quanto o Brasil declarou sua Independência e Pedro I se torna Imperador; uma unidade militar especial seria equipada com esse fuzil, mas apenas um pequeno lote de provavelmente 25 peças foi produzido).

¹¹ www.littlegun.be – www.littlegun.info (Esses poucos fuzis foram usados pela Guarda Pessoal do Imperador e por alguns infantes franco-atiradores).

Conclusão

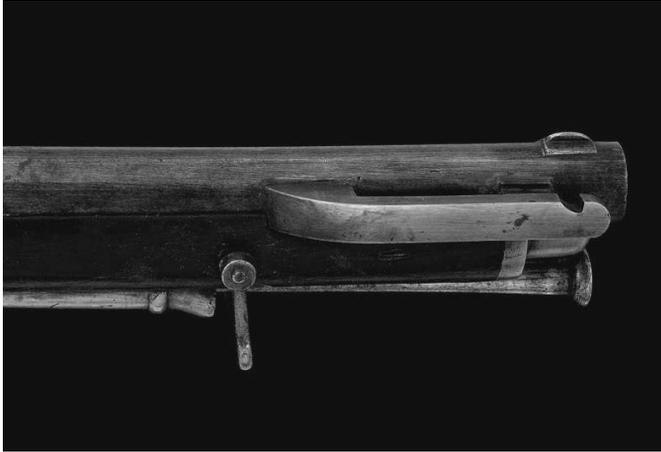
No caso estudado de Maria Quitéria, ao que parece, esse *Baker* foi apresado dos portugueses nos combates da Bahia, o que demonstra que não tivemos apenas vinte e cinco desses excelentes fuzis no Exército da Independência. É, por essa razão, dos combates de um pelotão feminino, liderado com total bravura que Maria Quitéria foi condecorada na Corte pelo próprio Imperador. Essa condecoração também aparece no desenho de Augusto Earle, demonstrando a veracidade dos heróicos combates terminados em 2 de julho de 1823 na Bahia e comemorados até hoje no estado.

É uma questão de um exército em combate ter não só seus fuzis encomendados ao fabricante, mas também tomados ao inimigo em pleno combate de libertação da Pátria auriverde nascente. Enfim, temos a clássica e verdadeira imagem trazida a nós pelo conhecimento de Maria Graham e pelo grande artista Augusto Earle, de uma combatente ostentando um *kilt* e junto a esse uniforme diferenciado, temos uma medalha conferida pelo próprio Imperador e, por fim, temos um bom fuzil de precisão, o *Baker* como armamento.



Fotos de um Fuzil *Baker* com o monograma de P. I, exposto no museu de armas belga:

Baker, calibre 15 mm, identificado com o monograma de nosso Imperador (1822-1831), debaixo da coroa.



Detalhe do Baker com a Coroa Imperial e a inscrição P. I. na frente do câo.

Diversos itens notados no modelo brasileiro. A alça de mira, o fixa-baioneta.

Referências

Sítios da Internet – www.littlegun.be, www.littlegun.info

Revistas – REVISTA DA BAHIA. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2002, v.32, n.º 36.

REVISTA DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR. Salvador: Gráfica Santa Helena, 2004. Ano XI, 15ª Turma.

A DEFESA NACIONAL: revista de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros. Ney Malvasio. *As reformas pombalinas e a conquista do Estado português*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2011. Ano XCVI, n.º 816.

Livros – AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

- BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- BARTHORP, Michael; EMBLETON G. A. *The Jacobite Rebellions (1689-1745)*. London: Osprey Publishing, 1998.
- BRUCE, ROBERT B. *et alii. Fighting Techniques of the Napoleonic Age (1792-1815)*. New York: Thomas Dunne Books, 2008.
- FREIRE, Gilberto. *Inglês no Brasil*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1948.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 1990.
- História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo*. Brasília: Edição do Estado-Maior do Exército, 1972. v. II.
- KANNIK, Preben. *Uniformi di tutto il mondo*. Torino: S.A.I.E., 1969.
- KRAAY, Hendrik. *Política Racial, Estado e Forças Armadas: na época da Independência – Bahia (1790-1850)*. São Paulo: Hucitec Editora, 2011.
- LIMA, Oliveira. *O Movimento da Independência (1821-1822)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- MALVASIO, Ney Paes Loureiro. *Distantes Estaleiros: Arsenal de marinha e a reforma naval pombalina*. Jundiá: Paco Editorial, 2012.
- MELEGARI, Vezio. *Armi e Uniformi: di tutti tempi e di tutti paesi*. Milano: Editore Compagnia Generale Editoriale, 1980. v. III.
- MUSCIARELLI, Letterio. *Dizionario delle Armi*. Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 1970.
- PEGLER, Martin. *Sniper Rifles*. Oxford: Osprey publishing, 2010.
- SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é (1824-1826)*. Brasília: Senado Federal, 2010.
- SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

SIQUEIRA, Vera Beatriz *et alii*. *Castro Maya, colecionador de Debret*. São Paulo: Capivara, 2003.

SMITHURST, Peter. *The Pattern 1853 Enfield Rifle*. Oxford: Osprey Publishing Ltd, 2011.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. *A Vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1972. Tomo II.

TITARA, Ladislau dos Santos. *Paraguassú: Epopeia da Guerra da Independência na Bahia*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1973.

WILKINSON, Frederick. *Uniformi: oltre 500 divise da tutto il mondo dalle origini ad oggi*. Milano: Mondadori, 2001.



Em nome do povo: uma representação popular pela qualidade das águas no século XVIII

Renato Wokaman Neri dos Santos

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo PPG-AU/FAU/UFBA.
Graduado em História pela UCSAL.

Adoniran da Silva Santos

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo PPG-AU/FAU/UFBA.
Graduado em Comunicação pela UCSAL

Jamile Trindade Freire

Mestre em Engenharia Ambiental Urbana pelo MEAU/
Escola Politécnica da UFBA.

Resumo

Na historiografia brasileira muito se tem narrado sobre os grandes eventos propulsores da independência e destacado a participação popular como elemento norteador da ruptura com o governo português. No entanto, a “questão ambiental” procedente da exploração das riquezas naturais pouco foi evidenciada como elemento fomentador de descontentamento e conflitos regionais, possivelmente

impulsionados pela crescente e indiscriminada espoliação do patrimônio natural em proveito de interesses individuais, produzindo, certamente, inúmeros conflitos territoriais na obstinada busca pela “qualidade de vida” nas vilas e cidades. Com o intuito de retratar um destes conflitos, o presente artigo tem por objetivo analisar um documento datado de 1797, que traz em seu teor uma representação pública intitulada “em nome do povo” destacando os interesses e conflitos na preservação da boa qualidade da água na Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira – BA, em função da implantação de um engenho de açúcar que propiciou a discussão acerca da saúde pública e do bem-estar coletivo. Neste contexto, ocorre a disputa pelo poder, pelo território e pela água. Assim, a busca por alternativas mitigadoras, à época, pode ser considerada inovadora e até atuais em virtude da utilização de mecanismos de gestão considerados modernos, a exemplo da análise de impacto ambiental, da parceria público privada e da participação popular.

Palavras-chave: Água; Vila de Cachoeira; intervenção; saúde pública. gestão.

On behalf of the people: a popular representation for the quality of waters in the eighteen century.

Abstract

In the Brazilian history, much has been said about the propelling great events of the independence and emphasized the popular participation as a guiding element of the rupture with the Portuguese Government. However the “environmental issue” derived of the exploration of the natural resources is little evident as the promoter of discontent and regional conflicts, possibly driven by the growing and indiscriminate looting of the natural heritage for the benefit of individual interests. Certainly it has produced countless territorial conflicts in the obstinate search of “the quality of life” in the villages and cities. With the purpose of depicting one of these conflicts, the present articles aims to analyze a document dated from 1797, that brings in it’s tenor a public representation entitled “on behalf of the people” emphasizing the interests and conflicts’ on the preservation of the good quality of the water in the Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira–BA, because of the introduction of a sugar mill that resulted in the discussion about the public health and collective well being. In this context there is a dispute for power, territory and water. So, the search for mitigating alternatives, at the time can be considered innovating and even current owing to the utilization of mechanisms of management considered modern such as the analysis of the environmental impact, of the public and private partnership and the popular participation.

Keywords: Water; Cachoeira Town; intervention; public health; management.

O Recôncavo e sua produção

O Recôncavo da Bahia abrange as terras em volta da Baía de Todos os Santos e ocupa uma área aproximada de 11.000km² na face litorânea da Zona da Mata entre os rios Sauípe e Jequiiricá, (Schwartz, 1988, p. 78), numa faixa em semicírculo entre 18 e 20 léguas de largura ao longo do mar (SAMPAIO, 1926, p. 19), compreendendo no passado uma rede urbana composta por cerca de quarenta municípios. Atualmente alguns estudiosos relacionam 20, entretanto, outros defendem a inclusão dos municípios da Região Metropolitana de Salvador, ampliando para 28 os municípios desta região.

Pensar o Recôncavo da Bahia significa associar e compreender sua estreita relação com a cidade do Salvador. Segundo a historiografia, a capital “[...] dominava a baía, mas dependia das terras ao seu redor para se abastecer de alimentos, provisões e produtos agrícolas que fizeram desta cidade um dos centros do comércio transatlântico” (SCHWARTZ, 1988, p. 77), transformando-o em importante polo irradiador¹ e de “crescimento”, por se apropriar de uma estrutura econômica interdependente e reunir os elementos necessários à composição de um valor de mercado direcionado à cultura do fumo, do açúcar e da mandioca, que beneficiados e escoados para o porto de Salvador e demais regiões produziam os elementos necessários à sua consolidação econômica e política.

Além do mais, ao ser banhado pelo rio Paraguaçu e utilizar de seus regatos para navegação, encontrou nas linhas de penetração “verdadeiras artérias por onde fluíam os produtos do Recôncavo e do exterior para o interior do Brasil” (IPHAN-UFBA, 1976), decerto, um processo de interiorização que contribuiu desde cedo para o fortalecimento comercial e para o destaque político da região, em especial da vila de Cachoeira que nasceu e cresceu entre os riachos Pitanga e Caquende, sendo considerada por seus visitantes “[...] belamente edificado e animado de atividade eu-

¹ Segundo Chistaller, a teoria dos lugares centrais parte do princípio de que as pessoas procuram o lugar central mais próximo para se abastecerem e que os fornecedores seguem o princípio econômico de maximização do lucro, por conseguinte, os lugares centrais e as respectivas áreas de influência tendem a dispor-se no espaço segundo uma malha hexagonal.

ropeia [...]. Sem dúvida a mais rica, populosa e uma das mais agradáveis villas de todo o BRAZIL”. (VON MARTIUS *apud* IPHAN-UFBA).

Consta nos relatos e escritos históricos que o Recôncavo possuía densas florestas como na maioria do litoral nordestino e que em meados do século XVII esta vasta floresta fora destruída pela agricultura, permanecendo apenas ao sul próximo a Jaguaripe reservas de matas que se tornaram posteriormente as principais fornecedoras de madeira e lenha. Por outro lado, as áreas de manguezais ou as terras onde os movimentos da maré invadiam sua extensão por até 6 km rio acima foram cobiçadas pelos senhores e geralmente devastadas em função dos interesses comerciais oriundos do plantio da cana-de-açúcar e das atividades fabris dos engenhos (Schwartz, 1988).

Embora fosse o açúcar a principal cultura de exportação, os donos de terras e a própria Coroa buscaram encontrar na região outras culturas comerciais, contudo, apesar dos esforços, apenas o “[...] fumo conseguiu um lugar ao lado do açúcar”. Ressalve-se que pequenos agricultores começaram já em 1620 a cultivá-lo nas terras em torno da confluência dos rios Paraguaçu e Jacuípe e além da orla do Recôncavo (Schwartz, 1988, p. 83) e que para a cidade do Salvador a Vila de Cachoeira representou um destacado entreposto comercial de imprescindível valor, uma rota de forte fonte de renda regional com destaque nacional.

Nesse cenário de crescente disputa comercial, principalmente o intercontinental, a evolução tecnológica adaptada às necessidades da indústria açucareira reorientou tanto a produção quanto elevou a qualidade do produto, bem como minimizou os esforços dos animais e homens, onde “[...] o trabalho de 100 braços que, não tendo o auxílio de machinas, produzia como 10, passou, com o uso destas, a produzir como 100; não faltando aos mesmos braços a ocupação necessária” (ALMEIDA *apud* FIEB, 2002, p. 52-53).

Se, por um lado, às máquinas a vapor ou movidas por rodas d'água dinamizaram a produção e economia local, por outro, provocaram danos ambientais, poluição atmosférica e das águas em função da queima de madeira para aquecimento de caldeiras, uso do fogo para limpeza do canavial e da monocultura intensiva, produzindo a devastação de áreas até então preservadas, em especial das matas ciliares.

A villa de Cachoeira

A Vila de Cachoeira surgiu como ponto de partida das expedições ao interior da Bahia, “uma porta de entrada para o sertão”, banhada pelo rio Paraguaçu e seus afluentes. Teve sua origem quando o Capitão Gaspar Rodrigues Adorno recebeu em 1654, por recompensa, quatro léguas de terra em ambas as margens do Paraguaçu, compreendendo nela os riachos Caquende e Pitanga, tomando, desde então, as providências para sua ocupação e consolidação.

Em 1683, o Rei de Portugal, por carta régia, recomendou ao governo provincial a criação de vilas, uma iniciativa que em função do extenso território propunha melhor amparar os habitantes. Entretanto, apenas em 29 de janeiro de 1698 deu-se a instalação da Vila de Nossa Senhora do Porto de Cachoeira, facultando-se uma nova vida para o agrupamento urbano, especialmente por ter, a partir de então, o registro oficial dos fatos ligados ao seu desenvolvimento. Em 13 de março de 1837 foi elevada à categoria de cidade pela Lei nº 44 (IPHAN-UFBA, 1979).

Certamente sua localização estratégica, características socioambientais, culturais e econômicas contribuíram para que a vila obtivesse destaque político e influência tanto regional quanto nacional. Nela instalaram-se “[...] ricos portugueses estabelecidos com grandes escritórios de fazendas e casa [...] de negócio, para lá convergia o movimento de quase todo o comércio sertanejo de minas e deste Estado, inclusive a zona do alto S. Francisco” (IPHAN-UFBA, 1979).

Na verdade compreendia uma região com forte ação política, possuidora de numerosas casas de moagens e laboratórios de engenho que movimentavam em paralelo à cultura da cana e a do tabaco, ambas significativas para seu fortalecimento, porém, em alguns momentos, conflituosas em função dos interesses divergentes das categorias de produtores.

Para alguns pesquisadores, acrescentam-se ainda como fatores determinantes para uma formação social e econômica diferenciada das demais existentes no Recôncavo, a capacidade de cultivo, produção e comercialização do fumo, tanto na vila de Cachoeira quanto em sua cir-

cunvizinhança. Economicamente, o diferencial de custos a menor para o beneficiamento do fumo em comparação ao necessário à produção do açúcar fazia com que o primeiro fosse menos dispendioso que o segundo, possibilitando deste modo que pequenos e modestos agricultores pudessem participar do mercado exportador e, da mesma forma que os donos de engenho, se destacassem na estrutura econômica e política².

Nesse ponto, Schwartz ressalva que, apesar do poder econômico e político dos produtores do fumo, estes eram considerados de menor prestígio em relação aos senhores de engenhos, e que a segregação socioespacial existente entre estas culturas, bem como a criação de gado, produziram conflitos territoriais, donde “[...] Fronteiras não demarcadas, gado extraviado, abertura de novos cursos d’água para impulsionar a moenda geralmente acarretavam conflitos com algum outro proprietário”, conduzindo à violência ou a disputa legal. (SCHWARTZ, 1988, p. 235). De outro modo, seguindo o raciocínio de Foulcault em Vigiar e Punir, a sujeição podia “[...] não ser violenta, não fazer uso das armas, nem do terror, ser sutil e, no entanto, continuar a ser de ordem física, fundamentada na forma moderna de se definir o poder: sob uma ótica plástica, móvel e adaptável às circunstâncias”, mesmo assim eficiente em seus objetivos, entretanto, nem sempre percebida.

Observa-se ainda que, apesar dos conflitos e interesses individuais advindos do comércio, Cachoeira desde sua consolidação como vila, encontrou em seus concidadãos demasiada preocupação com a organização espacial, especialmente aquela relacionada às práticas econômicas, trafegabilidade e facilidade de acesso às diversas rotas comerciais e até mesmo à saúde pública.

Em levantamento documental realizado pelo IPHAN-UFBA em 1979, encontram-se descritas algumas ações destinadas ao ordenamento e “uso do solo”, onde arruamentos foram concebidos “[...] no sentido de que as ruas ficassem cordeadas, alinhadas e regulares”, numa proposta “inovadora” que considerava o forte fluxo de produtos e cargas

² No livro *Segredos Internos: engenhos e escravos na Sociedade Colonial 1550-1835*, Schwartz enfatiza que, apesar da cultura do fumo ser geralmente tratada como secundária e seu cultivo também ser realizado por pequenos agricultores, esta não se tratava de uma “cultura do homem pobre” por exigir uso de muitos braços escravos.

em carroças e lombo de animais, bem como a segurança, já que estabelecia normas e padrões construtivos idealizados para “prevenção de acidentes” ou ainda que evitassem prejuízos aos imóveis.

Quanto à transposição dos obstáculos naturais, a exemplo dos rios Caquende, Pitanga e Paraguaçu, tomou-se por providência a construção de pontes como vias integradoras e necessárias ao crescimento linear as margens dos rios, como também a circulação de mercadorias e pessoas. Campanhas coordenadas pela câmara em parceria com comerciantes e sociedade foram fomentadas, numa demonstração de integração e participação da sociedade nas discussões acerca dos interesses urbanos.

Outro dado interessante nos remete à preservação e manutenção da ordem pública. Em documento da época, encontramos uma queixa reivindicando medidas punitivas quanto à permanência de pequenos comércios debaixo dos arcos da vila, donde “[...] costumavam todos a fazer quitandas”, ato considerado prejudicial ao povo por causar tumulto e elevada confusão por sons e gritos, sendo decidido desde então sua retirada, além de punição com prisão e multa aos escravos libertos e apenas multa aos senhores daqueles que infringissem ao determinado pelo poder municipal.

É curioso e mesmo surpreendente o nível de organização política e social em torno de questões de interesses coletivos e de notória relevância para a estruturação urbana desta vila ainda no século XVIII. Exemplos como a mobilização e discussão de estratégias destinadas a captar recurso para a construção da ponte sobre o rio Paraguaçu, quer seja pela cobrança de empréstimos ao governo da Bahia, ou por “[...] organização de uma companhia de acionistas locais e de Salvador”, além das já citadas, evidenciam e reforçam a premissa de ser este agrupamento um considerável celeiro político, de influência regional com interesses locais e quiçá capacidade de influência nacional.

Assim, a fonte dos recursos foi determinada – o dinheiro das Terças, por empréstimo – e apontado o modo de seu pagamento, o Pedágio, ou seja, “o rendimento da ponte”, que depois de pagos as despesas com a sua construção, deveria servir para construção da ponte de pedra,

essa sim definitiva, que, infelizmente nunca foi levantada, tendo sido substituída no último terço do século XIX pela monumental ponte metálica D Pedro II (IPHAN-UFBA, 1979, p. 47).

Outros termos igualmente significativos foram acordados e assinados no sentido de dar continuidade ao crescimento da vila e a própria manutenção das obras públicas. Dentre eles, o acordo firmado entre poder público e particular, quanto à manutenção e conservação de estradas e obras de cais, em que o responsável receberia em troca determinado pedágio por cada mercadoria transitada. Caso não honrasse o contato, avaliado através de vistoria, seria obrigado à parte pagar multa equivalente ao previsto no contrato, “[...] ficando o saldo porventura existente para o bem do conselho” (IPHAN-UFBA, 1979, p. 53).

Diante do exposto, pode se inferir que a vila de Cachoeira foi um centro econômico, politicamente organizado, com ampla participação da sociedade local, sendo a criação de infraestrutura um dos pilares necessários ao seu crescimento e fortalecimento político, enquanto importante polo comercial da província da Bahia. Se as questões relacionadas demonstraram preocupação com o ordenamento urbano, a representação a ser discutida reflete também uma preocupação com a salubridade “ambiental” em função da saúde dos moradores. Trata-se de uma manifestação pública que questionou a edificação e o funcionamento de um engenho às margens do regato Falleira³ por julgar ser este empreendimento um dos responsáveis pela má qualidade das águas que chegava à vila de Cachoeira.

Aqui, salvaguardando as devidas proporções quanto à ciência urbana e ordem social, encontramos nas observações de Engels datadas do século XIX, mais precisamente nos idos dos anos de 1845 no livro a Situação da classe trabalhadora na Inglaterra, no capítulo as grandes cidades, uma situação que retrata a condição sanitária de algumas cidades inglesas, em que “[...] Habitualmente as ruas não são planas nem pavimentadas, são sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem es-

³ Nos documentos em estudo datado do século XVIII constam os rios Ipitanga e Falleira, nos mais recentes a exemplo do estudo do IPHAN-UFBA de 1979, encontramos denominados como Pitanga e Caquende respectivamente.

gotos nem canais de escoamento, mas em contrapartida (sic) semeadas de charcos estagnados e fétidos”. (ENGELS, 1985, p. 38)

Em seu escrito, verifica-se a existência de cidades insalubre, com uma relação social individualista e condição de vida deplorável, em função de uma desagregação social, onde “[...] cada um tem seu princípio de vida próprio e um objetivo particular, numa atomização do mundo levada ao extremo”, (ENGELS, 1985, p. 37) resultado de uma explosão demográfica fortemente vinculada à Revolução Industrial que conduziu a incerteza e a desestabilização urbana, tendo em vista a rápida migração populacional em direção às cidades.

Observando ainda a situação da cidade de Salvador-BA, encontramos nos escritos de Marocci (2011, p. 100) uma condição sanitária que não se diferia daquela exposta por Engels, na Inglaterra. Segundo ela, quando a corte chegou à Bahia em 1808,

Após os primeiros arroubos da euforia pela acolhida, a dura realidade do dia a dia de Salvador: o mau cheiro proveniente dos esgotos a céu aberto, das fezes lançadas nas ruas ainda sem calçamento decente, o lixo, os porcos e outros animais disputando com as pessoas o espaço das ruas, o barulho das lojas, a disputa dos vendedores ambulantes, a quantidade impressionante de negros. Às vezes os reinóis ficavam confusos em saber de que lado do Atlântico afinal estavam [...]. (MAROCCI, 2011, p. 100).

Com isso pode se inferir que a cidade ainda apresentava condição sanitária, e quiçá hídrica, de incipiente salubridade como salientado por Pinheiro (2011) ao relatar as intervenções urbanísticas modernizadoras na Freguesia da Sé no século XIX. Corroborando com o relatado por Marocci, Pinheiro ainda enfatiza a necessidade de ações públicas sanitárias meio século após aquelas descritas por Marocci, em que a falta de higiene e amontoamento da população não são compatíveis com a cidade que a elite quer construir. A Cidade Alta, o centro, precisa modificar-se, modernizar-se e transformar-se no centro de uma cidade limpa, moderna, civilizada, “branca” (PINHEIRO, 2011, p. 138).

Notadamente, no caso da vila de Cachoeira importante entreposto comercial, a organização política e de ocupação e uso do solo diferencia-se da inglesa em causa e proporção, entretanto, já expõe uma dinâmica participativa e de ações voltadas ao ordenamento urbano, ligado à ordem produtiva agrária colonial resultante de interesses comerciais solidamente integrados aos anseios de uma metrópole ávida por lucros, sem, contudo, descuidar das particularidades locais, arruamento, qualidade sanitária, dentre outras ações necessárias à manutenção das “condições de vida”.

Von Martius escreveu na *Reise in Brasilien*, no século XIX, numa poética descritiva de singular sedução e contemplação, a qualidade aprazível do lugar: “Dois regatos, Pitanga e Caquende, que rapidamente descem das colinas, oferecem banho frio à sombra frondosa de loureiros aromáticos e lugares idílicos de descanso, junto das cachoeiras espumantes” (IPHAN – UFBA, 1979, p. 167), enfatizando, ainda, ser esta vila “a mais rica, populosa e uma das mais agradáveis de todo o BRASIL”. Provavelmente estas qualidades estejam relacionadas tanto ao sentimento de pertencimento de seus habitantes, bem como pela rigidez e interpretação provenientes duma visão futurista dos acordãos e posturas que norteavam a legislação brasileira à época e que nem sempre funcionaram nas demais cidades brasileiras, mas, nessa vila, obteve demasiada atenção.

Notadamente, ao se verificar no registro da correspondência colonial datado do século XVIII, a existência de uma representação feita à sua “Majestade”⁴ contra o Juiz de Fora⁵, requisitando o embargo de obras destinadas ao efetivo funcionamento de um engenho por comprometer a qualidade das águas e sugerir a construção de aqueduto, dentre outras ações de relevância ambiental, percebe-se que a estrutura legal fora aplicada “largamente” para dirimir diversas questões, e que, neste caso, pautou-se na observação documental, bem como pela

⁴ Trata-se do rei de Portugal.

⁵ Juiz de fora: eram letrados e de nomeação do rei, tinha autoridade sobre os alcaides para obrigá-los a fazer o serviço da polícia e segurança das cidades ou vilas e sobre os almotacés para cumprirem seus ofícios [...] abriam devassa sobre os juizes seus antecessores; julgavam em primeira e única instancia as questões sobre bens móveis até cinco mil reis e sobre bens de raiz até quatro, e podiam impor multas até mil réis. (LYRA, 1941, p. 38).

análise da situação sanitária, resultando em interessantes argumentos, ainda que por interesses adversos ou (in)consciência sobre as possíveis consequências que o empreendimento poderia “acarretar à vila e aos seus habitantes”.

Independente da ação que a início parece um emaranhado de intrigas e lutas pelo poder, tendo em vista ser possível que “[...] as ligações entre as famílias de senhores de engenho e os juizes poderiam criar uma rede de politicagem e facciosismo capaz de paralisar o funcionamento da estrutura judicial” (SCWARTZ, 1988, p. 236), e que, segundo Tavares (1974, p. 145), “[...] fossem quais fossem os motivos, dever--se-ia acentuar que estes choques configuravam a contradição de interesses entre os nascidos e os residentes na Bahia e na metrópole [...]”. As determinações para que se avaliasse a veracidade da representação nos parece de substancial valor histórico, tendo em vista sua relevância social.

Na citada representação, o diagnóstico detalhado das condições hidrossanitárias do rio desde sua nascente pode ser comparado ao que denominamos hoje de análise de impacto ambiental por apresentar e sugerir medidas mitigadoras concernentes à “qualidade ambiental” e da água. Salienta-se que, embora tal conflito não representasse uma preocupação ecológica, mas possivelmente uma disputa de poder entre particulares, pode se considerar um importante episódio na história baiana por abordar e dialogar com questões relacionadas à “preservação” dos recursos hídricos, tema amplamente debatido na atualidade.

Nessa acepção é salutar destacar que apenas em 1817 no governo de D João VI é que ocorreram maiores preocupações direcionadas a preservação de rios e nascentes, provavelmente por conta da estadia da família real no Rio de Janeiro. Segundo Franco 2000 *apud* Gorski (2010, p. 46), somente nesse ano foram editadas normas de proteção aos mananciais nessa cidade, objetivando a preservação da qualidade e do volume de águas disponíveis à época. Tratava-se duma ação emergencial em função da falta d’água potável e da preservação da mata ciliar de rios como o Carioca que nasce nas Paineiras do Parque Nacional da Tijuca. É curiosa e mesmo contraditória a situação a que esses rios foram relegados, pois, apesar da proteção legal instituída no século

XIX, estes sofreram e ainda sofrem agressões diversas tornando-os degradados, poluídos e impróprios ao uso.

Em matéria do Jornal O GLOBO (2012) a existência de uma descrição desoladora expõe de forma contundente e tenaz a condição hídrica atual desse manancial. Conforme seus autores:

O rio Carioca surge nas Paineiras, no Parque Nacional da Tijuca, com uma água cristalina que convida ao banho. Quem se aventurar a descer rio abaixo vai topor rapidamente com as agressões. No Cosme Velho, a comunidade dos Guararapes, em que as casas não têm seu esgoto ligado à rede formal, polui seu curso com dejetos e lixo. Dalí, depois de descer um belo resquício de Mata Atlântica, o Carioca chega ao Largo do Boticário, no Cosme Velho. Imundo. Arquiteto e historiador, Nireu Cavacanti resalta que o largo foi urbanizado justamente para realçar a presença do Carioca ali (O GLOBO, 24 de junho de 2012).

Atente-se para uma idealização pertinente e interessante que tem atualmente suscitado discussões e até modificações urbanísticas a partir de intervenções que devolvem à cidade as características aprazíveis de áreas de lazer em função da requalificação e/ou reabilitação de recursos hídricos como os ocorridos no rio Han e no riacho Cheonggyecheon 2003 em Seul na Coreia. No caso em específico, na cidade do Rio de Janeiro, havia o interesse do dito Boticário em preservar, para então comercializar turisticamente tanto o espaço quanto seus recursos naturais, nesse caso a água. Independente dos interesses comerciais, uma demonstração de usufruidor prudente que por livre iniciativa proporcionou à cidade e ao local, ainda hoje, uma convivência se não harmoniosa ao menos saudosa e aprazível de uma parte da urbe que ainda persiste em confrontar as imposições da modernidade, que pela “força da grana insiste em destruir as coisas belas” (VELOSO)

Em função desse enfoque é apropriado lembrar que Mattoso (1978, p. 27) chama a atenção para o processo de exploração das riquezas naturais e também da postura do “[...] agricultor brasileiro, colono

de outrora, o cultivador de hoje ‘que’ nunca teve em relação à sua terra uma mentalidade de usufruidor prudente”, realçando a premissa de se tratar de um país com dimensões continentais e recursos naturais abundantes e “infindáveis”, numa exploração imediata que vai até o abuso indiscriminado e insustentável das riquezas existentes. “[...] certamente inconsciência, frequentemente urgência [...], ‘onde’ as dádivas da natureza foram desperdiçadas”.

A partir dessa observação, a representação encontrada no livro doze das vereações às folhas 115 de 28 de março de 1781 que descreve a qualidade das águas em função do uso deste manancial, pode se inferir que, apesar da distância temporal, esta constitui ação atual, podendo inclusive ser comparada àquelas praticadas por nossa legislação ambiental, donde a “preservação e conservação” dos recursos naturais vêm sendo debatidas em função de argumentos divergentes entre sociedades, ruralistas e instituições capitalistas, numa disputa legal que geralmente culmina em perdas ecológicas e redução da condição de vida em detrimento de contrapartidas nem sempre positivas para o ambiente.

Atendendo aos prejuízos e danos da saúde publica dos moradores desta villa, que annualmente experimentão no uso das agoas do rio Ipitanga de que se costumão valer as quaes por muito infeccionadas e corruptas muito mais no tempo de inverno, recebendo outeiros as enxorradas em as quaes vem várias immundices de animaes podres que a elle decem, alem de fazerem continuamente os moradores das roças vizinhas lavagens de roupas com varrelas e saboens e outros deixando couros no mesmo rio para as enrolas dos tabacos, e cortumes dos mesmos couros, desde o seu nascimento até o lugar da villa, sobre o que havendo-se dado as providencias necessárias não só pelas posturas de 1698 e 1793, como pelos acórdãos de onze de fevereiro de 1764 e seis de novembro de 1779, e não se havendo efectuado com a conservação da natural pureza das agoas e da saúde dos povos, apartados de huma vez os meios

que a contaminao, foi ultimamente obrigada a comarca a esforçar-se e fazer por em prática o ultimo e unicamente eficaz remédio que restava com a factura de hum aqueducto fechado = e que as agoas do sítio do Tenente Felipe conhecida pelas melhores se conduzissem da sua origem com toda a sua pureza a esta villa (ARQUIVO PUBLICO).

A análise das condições hídricas, nesse processo, constatou a insalubridade e demonstrou a necessidade de obras que minimizassem os impactos que o lançamento de dejetos proveniente das atividades domésticas, dos curtunes e da enrola do tabaco, dentre outros, além do desvio do regato Ipitanga afluente do Paraguaçu, para movimentar a roda d'água do moinho do engenho a montante, causariam em seu entorno, especialmente a vila de Cachoeira, já que, ao utilizar-se “das agoas do regato Ipitanga, que atravessando as ditas terras vem cortar a villa e desaguar no rio paraguassu [...] tornadas infectas pelo uzo improprio dellas no laboratório do engenho”. (ARQUIVO PÚBLICO)

Araújo (2000) *apud* Schwartz (1988) lembra que:

O engenho de açúcar, unidade agro-industrial mais complexa à sua época, encadeava outras atividades ao seu dinamismo. A montante, além do fornecimento de animais de tiro e de corte, consumia mão-de-obra escrava indígena e africana, [...] O engenho era também um voraz consumidor de combustível vegetal fornecido pela derrubada das matas para além do recôncavo da baía e nas áreas menos densamente exploradas como o Recôncavo sul. A jusante alimentava todo um setor de construção e reparações navais que assegurava tanto um transporte interno quanto externo do produto final, o açúcar.

Neste caso, independente das disputas de poder, foi estabelecido que, ao bem da sociedade, algumas medidas tornavam-se necessárias ao equacionamento dos problemas já existentes e aos promovidos pela dita obra, e que estas seriam de obrigação do arrematante do engenho,

ficando a comarca incumbida da solução necessária, numa ação que remete à atual parceria público privada⁶.

[...] e sendo estituida a esta câmara ao prejuízo dos necessários dinheiros para fazer verificar aquella tão justificada arrematação, acordarão em tomar emprestadas quantias aos cofres da voluntaria contribuição ficando obrigados os rendimentos desta comarca a solução de tudo (...). Conta de vários exames a que tem mandado proceder a câmara que se achão feitas, principiando a nascente das agoas quatro centros e dezoito braças de encanamento alem da arca, tudo feito pelo sobre dito arrematante e duzentos e noventa e nove com setenta e seis de alicerce mandadas fazer pela câmara depois que tomou a sua conta o acabamento da obra, além do chafariz que se acha concluído na conformidade dos provimentos dos corregedores.

Observa-se neste documento que tanto a Câmara quanto o arrematador tornaram-se responsáveis pelo gerenciamento das obras, manutenção e melhoria da qualidade da água, numa corresponsabilidade, que permeia a atual gestão socioambiental. Assim, esta representação expressa o ponto de partida legal e de ajuste de conduta, por exigir ações efetivas, edificação de aqueduto, encanamento e construção de chafariz, como contrapartida para liberação das responsabilidades dos edificadores do engenho.

Pelo que respeita ao segundo, junto do edificio do engenho se encontram dous pequenos rios hum chamado Ipitanga e outro Talheira, sendo daquelle que se derivou a corrente para uso delle, a qual tornando a juntar-se aos mesmos rios, vão estes correndo até a villa misturadas as

⁶ Tendo em vista a impossibilidade de maior arrecadação de capital do setor privado por meio de recursos tributários e a ausência de fundos por parte do Estado para investimento em infraestrutura, se torna fundamental o estudo e o emprego das parcerias público-privadas (PPP) como forma de captação de recursos das esferas privadas na forma de investimentos (Camacho, 2011, p. 1).

suas agoas. O prejuízo público que se pondera na representação de se tornarem infectas e perturbadas as agoas quando tiver principio a sua aplicação na moagem do engenho, parece inteiramente accertada, tanto porque se acautella com um pequeno desvio do rio pela vizinhança do edificio, como porque fica melhorada a qualidade das ditas agoas pela obra do chafariz. (ARQUIVO PÚBLICO).

Cabe ressaltar que a aparente preocupação e iniciativa objetivando resolver as questões concernentes ao uso das águas, além de tornar possível a implantação de empreendimentos viabilizadores do desenvolvimento econômico na região, não constituiu necessariamente uma conscientização ambiental, mas uma necessidade a utilização e benefício da população através da captação da água para sobrevivência da própria vila.

Na atualidade, pode-se inferir que o paradigma da gestão das águas pauta-se na participação popular, através dos comitês de bacia, onde são considerados interesses individuais, muitas vezes em detrimento dos interesses coletivos, quando concernente ao uso e preservação dos recursos naturais, bem como da ação do Estado em regular e intervir apropriadamente, de forma a solucionar as demandas locais e/ou regionais. Para Lambert *apud* Junior, “[...] a solução demanda uma nova lógica econômica, uma economia planificada, uma organização racional do espaço e das atividades, uma gestão democrática dos recursos”, (JÚNIOR, 2011).

Se levarmos em consideração as orientações de gestão dos recursos hídricos no presente, (Lei das Águas – Lei Federal 9.422/1997, PNRH) será possível perceber que ações semelhantes já se encontravam, guardadas as devidas proporções, implantadas na cidade de Cachoeira no século XVIII. Uma demonstração de amadurecimento político e de estruturação urbana que, apesar dos interesses econômicos existentes no entreposto comercial cachoeirense, reflete certa preocupação com a “qualidade de vida” de seus moradores, ainda que por detrás das discussões e celeumas esteja camuflada a luta pelo poder.

Apropriadamente o professor Isaac Volschan, da Escola Politécnica da UFRJ e especialista em saneamento básico, em recente matéria do jornal citado, suscita uma discussão fundamental acerca das políticas públicas de saneamento e recursos hídricos. Para ele, a criação de estação de tratamento em um rio, nesse caso o Carioca, inverte a lógica das boas práticas, pois no lugar de despejar os dejetos oriundos do próprio “esgotamento” praticado, tanto pelo poder público, como pela população, a solução ideal estaria na ligação das residências à rede de esgoto formal, evitando-se conseqüentemente a poluição dos rios. Em sua fala conclui ser a exemplo o rio Carioca, “um dos emblemáticos rios que conduziram a história do estado do Rio de Janeiro e que hoje se encontram esquecidos. Mas há outros tão representativos, quanto, e como ele abandonados”.

Um exemplo de abandono e descaso com os recursos hídricos pode ser visto nas ações públicas sanitárias e de “requalificação” em Salvador, quando do envelopamento praticado exaustivamente na cidade em rios como dos Seixos na Avenida Centenário, do Camarujipe trecho da Av Vasco da Gama e das Pedras na Boca do Rio. Ao transformar esses rios, dentre outros em esgotos e sua superfície concretada em praças, em geral pouco arborizada, piso em granito e demais equipamentos nem sempre apropriados às condições climáticas e sociais da região, modifica-se a paisagem e microclima, altera-se o valor do solo, numa demonstração política de cosmética urbana em detrimento da valorização da qualidade ambiental.

Retomando as questões históricas da Vila de Cachoeira, quanto aos rios Caquende e Talheira e a representação pública por sua preservação, não se pode esquecer que mesmo com as obras de infraestrutura destinadas à mitigação dos impactos decorrentes dos diversos usos e atividades, em específico a edificação de moenda que alterava o curso do rio, tornando infecta suas águas, comprometendo a saúde pública, esta não representou uma ação definitiva, mas uma solução paliativa que apesar das técnicas e políticas aplicadas à época, pouco contribuiu para a solução das questões ambientais na região, uma vez que a jusante as comunidades permaneceram com suas águas comprometidas. Entretanto, faz-se notar a importante ação publico-privada e de participação popular presente nesse processo.

De igual modo, pode ser observado em matéria do Jornal O GLOBO (2012) a existência de uma descrição desoladora que expõe de forma contundente e tenaz a atual condição hídrica do Rio Carioca no Estado do Rio de Janeiro, que face ao período histórico semelhante tem sua história alterada a partir do século XX. Conforme seus autores, este,

[...] surge nas Paineiras, no Parque Nacional da Tijuca, com uma água cristalina que convida ao banho. Quem se aventurar a descer rio abaixo vai topar rapidamente com as agressões. No Cosme Velho, a comunidade dos Guararapes, em que as casas não têm seu esgoto ligado à rede formal, polui seu curso com dejetos e lixo. Dali, depois de descer um belo resquício de Mata Atlântica, o Carioca chega ao Largo do Boticário, no Cosme Velho. Imundo. (O GLOBO, 24 jun de 2012).

Atente-se para uma idealização pertinente e interessante que tem atualmente suscitado discussões e até modificações urbanísticas a partir de intervenções que devolvem à cidade as características aprazíveis de áreas lazer em função da requalificação e/ou reabilitação de recursos hídricos como os ocorridos em Seul na Coréia. No caso em específico, havia o interesse do dito Boticário em preservar, para então comercializar turisticamente tanto o espaço quanto seus recursos. Numa demonstração de usufruidor prudente. De acordo com o arquiteto e historiador, Nereu Cavalcanti o largo foi urbanizado justamente para realçar a presença do Carioca ali. (O GLOBO, 24 de junho de 2012)

Em um contexto como esse, a gestão da água pode compreender e inferir uma série de princípios e diretrizes voltados ao equacionamento e à resolução de conflitos, quer seja em relação à escassez ou uso adequado, podendo inclusive promover a harmonia e a compatibilidade dos seus múltiplos usos numa unidade territorial.

Em qualquer dos casos a gestão da água sempre esteve envolta na tomada de decisões em um determinado contexto político, histórico e cultural, onde geralmente encontram-se presentes, obviamente, valo-

res humanos preponderantes aos critérios de decisão determinados por condicionantes sociais, desejos e motivações que conduzem o comportamento humano tanto individual, quanto em sua coletividade.

Referências

ARNIZAU, José Joaquim de Almeida e. **Memória topográfica, histórica e política da Vila da Cachoeira da Província da Bahia**. Bahia: IGHB; FUNCEB; Fundação Maria América da Cruz, 1998. 78 p. il.

A BAHIA de outros tempos. As **posturas** do Senado da Câmara em 1785. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v. 11, p. 47-72, 1897.

BOCHI, Caio C. (org.). **Coleção sumária e as próprias leis, cartas régias, avisos e ordens que se acham nos livros da Secretaria do Governo**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2010. 263p. (Tesouros do Arquivo). I

BRITO, Cristóvão de Castro da Trindade. **A PETROBRAS e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. Salvador: EDUFBA, 2008.

BRANDÃO, Maria de Azevedo (org). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**, Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

CAMACHO, Bruno Sanna. Parcerias Público-Privadas. Conceito, princípios e situações práticas. **Revista Jus Vigilantibus**, 19 de junho de 2008. In: <<http://jusvi.com/artigos/34139>>, acessado em 15 Jul 2011.

DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo:EDUSP, 1980. In: ARAUJO; Ubiraran de Castro; A baía de Todos os Santos:um sistema geo-histórico resistente. **Revista Análise e Dados**. 2000. p. 14

ENGELS, Friederich, **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de Rosa Camargo Artigas. São Paulo: Global, 1985.

FILHO, Américo Simas (org.), **TERMOS DE ARREMATACÃO DE OBRAS DA CACHOEIRA – 1758/1781**. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1973.

GOMES, Fernando; MONTEIRO, Márcia. **A saúde em Alagoas no Brasil Império**. Alagoas: IHGA, 2004. 178 p. il.

GORSKI, Maria Cecília B. **Rios e Cidades: ruptura e reconciliação**. São Paulo: Editora do SENAC, 2010.

LYRA, Augusto Tavares de. **Organização política e administrativa do Brasil: Colônia, Império e República**. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941. (Serie 5ª Vol 202, Bibiloteca Pedagógica Brasileira).

NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (org.). **A urbanização de Salvador em três tempos** – Colônia, Império e República: textos críticos de história urbana. Vol. 1. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2011.

OGLOBO, OSRIOSDORIO, 2. ed., Domingo, 24 de junho de 2012, p. 18-21. In: http://pib.socioambiental.org/anexos/22269_20120626_174455.pdf, acessado em 10 de Set 2012.

RODRIGUES, Leda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal: defesa do federalismo (1899-1910)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 242 p. il. (Retratos do Brasil, v.38 A).

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: Centro Editorial e Didático da Ufba, 1974.

SCWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

WOLKMER, Antônio Carlos. **História do Direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

O ataque de Nassau ao Recôncavo baiano em 1638: Três documentos conservados na Biblioteca Pública Municipal de Évora

Pablo Antonio Iglesias Magalhães

Professor Adjunto de História do Brasil na Universidade Federal da Bahia.

Resumo

Esse artigo apresenta três relatos manuscritos, conservados na Biblioteca Pública Municipal de Évora, sobre a ofensiva militar da Companhia das Índias Ocidentais ao Recôncavo baiano e o sítio à Salvador, então capital da América portuguesa, entre abril e maio de 1638. Os três documentos descrevem aspectos militares, políticos e geográficos do episódio, apontando as contradições existentes nas forças que defenderam Salvador.

Palavras-chave: Guerras Neerlandesas; Cerco da Bahia em 1638; Maurício de Nassau

The attack of Nassau to the Recôncavo baiano in 1638: three documents preserved in the Municipal Public Library of Évora

Abstract

This article presents three reports manuscripts, preserved in the Biblioteca Pública Municipal de Évora, on the military offensive on the West India Company in the Recôncavo Baiano and the siege to Salvador, then capital of Portuguese America, between April and May of 1638. The three papers describe aspects of military, political and geographical's episode, pointing out the contradictions in the forces that defended Salvador

Keywords: Dutch Wars; Siege of Bahia in 1638; Maurício de Nassau.

O período da Guerra Defensiva contra os neerlandeses (1625-1654) no Recôncavo baiano ainda é pouco conhecido pela historiografia. À exceção da conquista de Salvador, entre maio de 1624 e abril de 1625, melhor documentado, o quarto de século seguinte reserva questões que necessitam de investigações. Em alguma medida, esse desconhecimento da História do Recôncavo baiano entre 1625 e 1654 pode ser atribuído à escassez de impressos portugueses sobre a Bahia, decorrente da política espanhola, dirigida pelo Conde-Duque de Olivares, que buscava sufocar a publicação de discursos autonomistas em Portugal, submetido à União Ibérica (1580-1640), em prol de um discurso da união das Armas Católicas.¹

Naquele contexto, por exemplo, as narrativas da resistência organizada pelos moradores do Recôncavo baiano e a subsequente vitória contra a invasão neerlandesa chefiada pelo Conde João Maurício de Nassau, entre abril e maio de 1638, foram sufocadas na imprensa portuguesa. Por outro lado, o referido episódio foi percebido como uma oportunidade pelas autoridades filipinas que buscavam afirmar a necessidade do apoio militar espanhol na defesa do território ultramarino português. Daí a origem e os objetivos da “Relação Oficial” do episódio em questão, preparada por D. Juan de Palafox y Mendoza, seguida,

¹ IGLESIAS MAGALHÃES, P. A.. A Relacion de la Vitoria que alcanzaron las Armas Catolicas en la Baia de Todos Santos, do Bispo D. Juan de Palafox y Mendoza. Topoi – Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 12, p. 43-65, 2011.

anos mais tarde, pelo livro pró-Castela de Duarte de Albuquerque Coelho, que descreveu o ataque de Nassau no capítulo final.²

Um significativo conjunto de narrativas manuscritas sobre o sucesso da Bahia em 1638, contudo, foi elaborado por observadores lusobrasílicos. O historiador espanhol Fernando Bouza Álvares valoriza a circulação dos manuscritos das correspondências epistolares, trocadas entre diversos personagens, e das relações de sucessos que noticiavam ações políticas, movimentos militares e eventos curiosos, dentro e fora do próprio reino. Essas epístolas e relações eram copiadas e ultracopiadas para serem difundidas, alcançando grande número de interlocutores. Bouza Álvares ainda atenta para o volumoso repertório de relações de sucessos impressas ao longo da Idade Moderna, que também circulavam manuscritas, que “[...] ejemplifica muy bien la doble circulación de noticias que em momento alguno se anulan entre si, sino que se refuerzan mutuamente”.³

Os relatos sobre o Cerco da Bahia também circularam manuscritos pela Península Ibérica e existem dispersos em arquivos e bibliotecas da Europa, ainda aguardando prelo. Recentemente, apresentamos uma relação anônima, que atribuímos ao senhor de engenho Henrique Moniz Telles, além da Relação do Médico Manoel Fernandes de Figueiredo e de uma carta do jesuíta Simão de Souto Maior, que testemunhou o episódio.⁴

Há, contudo, mais três relatos manuscritos sobre a ofensiva de Nassau contra a Bahia, conservados na Biblioteca Pública Municipal de Évora em Portugal. O conjunto é formado por uma carta do bispo

² COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memorias Diarias de la Guerra Del Brasil por Discurso de Nueve Años*. Madrid: Diego Diaz de la Carrera, 1654, fls. 283v-284.

³ ÁLVARES, Fernando Bouza. *Corre Manuscrito: Una historia cultural del Siglo del Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001. pp. 143, 147 e 163.

⁴ GALINDO, Marcos; TEENSMA, B. N.; IGLESIAS MAGALHÃES, P. A. *Episódios Baianos: Documentos para a História do Período Holandês na Bahia*. Recife: NÉCTAR, 2010. p. 229-291.

D. Pedro da Silva de Sampaio,⁵ outra do jesuíta Simão de Vasconcelos,⁶ cronista daquela Congregação no Brasil, e a terceira intitulada *Relação do que tem suscedido na Bahia até 5 de junho de 1638 anos*, escrita por Manuel de Vasconcelos.⁷ Todos os textos foram escritos por testemunhas do episódio que assinalou a primeira derrota na expansão militar do Brasil holandês.

A existência desses manuscritos já havia sido sinalizada, em 1850, por Cunha Rivara no seu *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública de Évora*.⁸ Theodoor Bussemaker também assinalou, em 1905, a existência de uma “*Brief van Manoel de Vasconcellos over hetgeen met de Hollanders is voorgevallen. Bahia, 5 Juni 1638. (Ik heb verzuimd de signatuur van het handschrift aan te teekenen)*”.⁹ São estes documentos que ora apresentamos e que foram conservados pelo Chantre da Sé de Évora, Manuel Severim de Faria, considerado um dos mais eruditos portugueses do século XVII.

Para entender a origem desse conjunto manuscrito é preciso investigar a rede de informantes construída por Manoel Severim de Faria no ultramar português seiscentista. O grande número de manuscritos e impressos coligidos por Faria, hoje conservados nas Bibliotecas do Rio de Janeiro e de Évora, levou a historiadora Ana Paula Torres Megiani afirmar que a origem de sua coleção decorre de “[...] uma malha de correspondências oriundas de várias partes dos reinos de Portugal e Espanha, da Europa, Índia, África e América, centralizada na cidade de Évora,

⁵ Biblioteca Pública Municipal de Évora. Cod. CXVI/ 2-3 as fols. 89-90v, CARTA do Bispo do Brasil ao senhores Urbano da Silva, e D. Antonio, Bahia 0/5/1638.

⁶ Biblioteca Pública Municipal de Évora. Cod. CXVI/ 2-3 a fol. 91-92v, CÓPIA de uma Carta do P. e Simão de Vasconcellos, da Companhia de Jesus, Mestre em Theologia. Bahia, 27.05.1638.

⁷ Biblioteca Pública Municipal de Évora. Cod. CXVI/ 2-3 a fol.93-96v. CARTA de Manoel de Vasconcellos ao seu tio... dando novas do que tem sucedido com os Holandezes. Bahia, 5/6/1638.

⁸ RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *Catálogo dos manuscritos da Bibliotheca publica eborensis*. Lisboa: Imprensa Nacional. 1850, Vol. 1, p. 21.

⁹ BUSSERMAKER, Carel Hendrik Theodoor. *Verslag van een voorloopig onderzoek te Lissabon, Sevilla, Madrid, Escorial, Simancas en Brussel naar archivalia belangrijk voor de geschiedenis van Nederland op last der regeering ingesteld*. W. P. Van Stockum & zoon, 1905, p. 31.

desde a última década do século XVI até meados do XVII.¹⁰ Não é exagero afirmar que o Chantre formou uma rede de informantes espalhados em diversos pontos do Império português. De Angola, o ouvidor André Velho da Fonseca enviou a Severim de Faria os manuscritos da sua *História do Reino de Angola*. Da Índia, Antonio Bocarro lhe remeteu os manuscritos da sua *História da Índia*, em 2 tomos, *Da reforma do Estado da Índia* e o *Livro dos Feitos de Gonçalo Pereira*.¹¹ A rede de informações de Severim de Faria se estendia também à América portuguesa. Do Maranhão recebeu, a partir de 1624, informações enviadas pelo seu irmão Frei Cristóvão de Lisboa (1583-1652) e deve ter visto o manuscrito da *História dos animais e árvores do Maranhão*.

Na Bahia, o mais ilustre informante de Manuel Severim de Faria era Frei Vicente do Salvador, a quem coube o mérito de ter escrito a primeira *História do Brasil*, dispondo em ordem cronológica os dados esparsos que pôde encontrar nos documentos manuscritos e na tradição oral de seu tempo.

O valor dos manuscritos eborenses sobre o cerco de Salvador em 1638 reside ainda no fato de que não houve relatos impressos sobre este episódio em Portugal. A monarquia filipina, por meio da imprensa castelhana, tomou as glórias da defesa da Bahia contra o ataque de Maurício de Nassau.

O primeiro documento é uma carta do Bispo do Brasil, Dom Pedro da Silva de Sampaio (c. 1572-1649), que teve seus irmãos como destinatários. A esta carta é seguida uma de Simão de Vasconcellos (1597-1671), que já é bem conhecido pelos historiadores por ser o autor da crônica dos jesuítas brasílicos (1663). Vasconcellos também escreveu as vidas dos padres João de Almeida (1658) e José de Anchieta (1672), além de um sermão impresso em 1663.

Menos conhecido que D. Pedro da Silva de Sampaio e o padre Simão de Vasconcellos, Manuel de Vasconcellos (teria algum parentesco com o jesuíta?) é o autor do mais importante documento deste

¹⁰ MEGIANI, Ana Paula Torres. Das palavras e das coisas curiosas: correspondência e escrita na coleção de notícias de Manuel Severim de Faria. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 8, p. 24-47, 2007.

¹¹ [FARINHA, José Banha]. *Summario da Bibliotheca Lusitana*. Vol. 1. p. 80 e 101.

conjunto, sendo necessário, portanto, apresentar algumas informações a seu respeito. Manuel de Vasconcelos era escrivão da Fazenda de Pernambuco, substituindo seu tio Manoel Mendes de Vasconcelos naquele ofício, pela primeira vez, entre 1625 e 1627.¹² Entre 1628 e 1629 seu tio voltou ao cargo, mesmo pesando sobre ele a suspeita de usá-lo em benefício próprio, conseguindo consideráveis propriedades no Brasil, inclusive a casa onde veio a residir João Fernandes Vieira, um dos chefes militares da Guerra de Pernambuco e um dos homens mais ricos daquela capitania. Em 1635 Manuel Mendes de Vasconcelos requereu que o cargo de escrivão da Fazenda fosse passado para seu sobrinho, que já o ocupava interinamente.¹³ Em 12 de maio de 1638, ironicamente em meio à guerra contra Nassau, foi expedida em Madrid uma portaria que confirmou o direito de Vasconcelos ao cargo de escrivão da Fazenda de Pernambuco.¹⁴ O fato é que Vasconcelos substituiu seu homônimo tio e para ele endereçou a Carta que ora transcrevemos.

A carta de Manuel de Vasconcelos é importante para a historiografia do Cerco da Bahia por confirmar as dissensões internas entre as autoridades da Bahia e o Exército de Pernambuco, que foram amenizadas

¹² AHU (Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa). Códice n. 35-A, Consultas do Conselho da Fazenda (1624). Consulta sobre Manoel Mendez de Vasconcelos, Escrivão da fazenda Capitania de Pernambuco que pede Sua Majestade licença para se Vir curar a este Reino, e que enquanto dura seu impedimento, fique servindo o dito ofício seu sobrinho Manoel de Vasconcelos. fls. 87v. AHU, Pernambuco. Cx. 3. Doc. 114. Requerimento do escrivão da Fazenda Real da Capitania de Pernambuco Manoel Mendes de Vasconcelos, por seu procurador Tomé da Silva, ao rei D. Felipe III pedindo licença para ir ao Reino tratar da saúde, deixando seu sobrinho Manoel de Vasconcelos no cargo que ocupa. Anterior a 15 de dezembro de 1625.

¹³ AHU, Pernambuco. Cx. 3. Doc. 125. Aviso do secretário de Estado Francisco de Lucena ao Conde de Miranda sobre a ordem para que se enviem os papéis referentes à renúncia do escrivão da Fazenda da Capitania de Pernambuco, Manoel Mendes de Vasconcelos, em favor de seu sobrinho. Lisboa, 31 de agosto de 1635.

¹⁴ AHU, Pernambuco. Cx. 4. Doc. 280. Portaria do Secretário de Estado do Conselho de Portugal Diogo Soares, determinando que se passe alvará permitindo a Manoel Mendes de Vasconcelos renunciar o ofício de escrivão da Fazenda Real da Capitania de Pernambuco, em favor de seu sobrinho Manoel de Vasconcelos. Madrid, 12 de maio de 1638. AHU. Códice n. 45, Consultas do Conselho da Fazenda (1643-1656). Consulta sobre Manoel de Vasconcelos, pede se lhe reforme em nome de Vossa Majestade hum Alvará que a seu favor se passou a seu tio Manoel Menezes (sic, por Mendes) de Vasconcelos. fls. 200v.

nos primeiros dias da resistência. O texto não poupa os oficiais militares. A acusação mais grave está no fôlio 94, onde afirma que a capital “[...] estava como de mãos que a queriam entregar”. Afirmção direcionada às autoridades civis e militares da Bahia. Manoel de Vasconcelos, não obstante, estava ligado ao exército chefiado pelo Conde de Bagnuoli e, por essa razão, assume uma postura simpática ao mesmo.

Sua verve ácida transparece nas críticas aos capitães dos contingentes militares estabelecidos na Bahia entre 1625 (Terço Velho) e 1631 (Terço Novo), afirmando que os soldados não encontravam seus capitães nas batalhas porque eram “[...] oficiais mecânicos (uma ofensa para um militar no século XVII, pois usava as mãos para trabalhar), que serviam de cantar nas Igrejas, acompanhar mulheres por dinheiro e pentearem o cabelo”. Esta última afirmação deve ser um ataque explícito ao contingente de D. Vasco Mascarenhas, que fugiu ao invés de enfrentar os soldados da Companhia das Índias Ocidentais (W.I.C.). Vasconcelos observa que o Capitão do Forte do Rosário ficou doente durante a campanha e ido o inimigo, sarou quase que por milagre. Sabemos, no entanto, que o Conde de Bagnuoli e os seus oficiais estiveram próximos de abandonar Salvador, como fizeram com Porto Calvo e Sergipe em 1637. Os moradores da cidade que impeliram os militares a improvisar as defesas da capital em abril de 1638, conforme foi demonstrado na *Relação Breve e Verdadeira*.

A geografia das batalhas pela capital aparece no documento. Os neerlandeses entraram na Barra da Bahia a 16 de abril, desembarcando nas proximidades da ermida de Nossa Senhora da Escada, no atual bairro de Plataforma (chamado de Praia Grande de Pirajá). O primeiro avistamento entre as duas forças militares ocorreu “[...] em uma campina rasa” (Campinas de Pirajá). Foi assinalada, também, a organização das defesas católicas nas trincheiras de Santo Antônio Além do Carmo e a ocupação, pelos neerlandeses, da colina onde estava a casa do Padre Ribeiro. Aliás, Vasconcelos é o que melhor localiza este sítio, afirmando que ficava “[...] superior ao Forte de Água de Meninos”, o que hoje deve ser nas proximidades do atual Convento da Soledade. As referidas posições definiram os contornos da batalha que, pela primeira vez desde a invasão de Pernambuco, pendeu para o lado das “forças católicas”. Vasconcelos afirma que a 29 de maio os inimigos “fizeram vela”, ou

seja, fugiram derrotados para Pernambuco. Foi a maior derrota militar da carreira de João Maurício de Nassau.

Manuel de Vasconcelos escreveu a epístola ao seu tio no dia 5 de junho, menos de uma semana após a rendição dos neerlandeses. O escrivão ainda permaneceu na Bahia ajudando a administrar as 2.865 rações de farinha diárias para o Exército de Pernambuco e, por conta da guerra, estava com os ordenados vencidos, assim como muitos outros oficiais de Pernambuco.¹⁵ O autor concluiu o manuscrito solicitando a proteção régia para sua mulher e filhas, sendo que uma delas chamava-se Isabel Maria de Vasconcelos, que pediria, mais tarde, à regente D. Luísa de Gusmão, a mercê do ofício de Escrivão da Fazenda de Pernambuco, que pertencera ao seu tio-avô e ao seu pai, para o seu futuro marido.¹⁶

Foram mantidos os três documentos conforme suas características paleográficas originais. Assim, em muitas palavras, ao invés do “v” foi utilizado o “u”; não há regras para maiúsculas e minúsculas e ainda há as abreviações. A razão disso é estimular jovens estudantes de história a entrarem em contato com uma escrita muito diferente da atual. Em alguma medida, isto é um desafio aos historiadores menos experientes, mas com desejo de aprofundar os estudos de documentos históricos.

Documentos anexos

DOCUMENTO 1 – Cod. CXVI/ 2-3 as fols. 89-90v CARTA do Bispo do Brasil ao sr.es Urbano da Silva, e D. Antonio SAMPAIO, D. Pedro da Silva e / 03.05.1638

¹⁵ MÚRIAS, Manuel (Org.) Relação Diária do Cerco da Baía de 1638 por Pedro Cadena de Vilhasanti. Lisboa: 1941, p. 133, 154, 159-164.

¹⁶ AHU, Pernambuco. Cx. 7, doc. 611. Consulta do Conselho Ultramarino à rainha regente D. Luísa de Gusmão sobre o requerimento de Isabel Maria de Vasconcelos, filha de Manuel de Vasconcelos. Lisboa, 19 de setembro de 1659.

Fl. 89

Dando pressa nossos peccados, e tardando tanto a / armada ou esquadra
Claro está amigos, e irmãos / meus q haviu de Vir o inimigo Como
Veyo o Nazau E / entrou em 16 do Passado nesta B.^a Com 30 Velas
grandes / e Com 18 Barcassas, e lanchas, desuiandosse dos fortes, que /
Com esta enseada tam larga O pode fazer, foi deitar / ferro defronte da
praya de Piraja 3 legoas daqui, e ahi / no mesmo dia gente, e isto Com
tirar a que tras de Pernãobu- / co sem lhe Vir O socorro de olanda q se
esperaua, e Veyo / esse Conde de Nazau marchando Com 5 mil homêns
numero / mais certo dos coniecturados, e do que dizem os prizioneiros
/ q lhe himos (sic) tomando na Campanha Onde saem a Roubarnos /
a saber dous mil, ou 2500 soldados uelhos Olandezes E / mil ou mil,
e quinhentos bizonhos, e o mais jndios, gente / da terra e negros, e
athe as negras uestem de habitos de homem / p^a parecer mais gente – e
quis nosso S.^{or} por seus diuinos / Segredos, e mizericordia q tuesse O
inimigo feito Retirar ao / Conde de Banholo, q na Verdade Segundo
Vemos e todos dizem / he hum dos Scientificos na guerra q deue hauer,
e deza- / loiado de Serigipe del Rei 50 legoas daqui fes alto na / Torre q
dista 12 legoas desta Cidade onde teue noticia

[Na Margem :] P. ^a Vrbano da silua, e D. An.¹⁰

[Fl. 89v]

q o inimigo nos uinha buscar, e elle logo marchou / Com a sua gente
q seram 1500 e Veyo o imigo (sic) Como dito he / e logo marchou por
terra Contra a Cidade, e o Conde Com o g.^{or} / Pero da Sylua e mil e
quinhentos de prezidio tambem com / elle, dandosse Rebate a noite q
Com as armas, tambores E / Clamores parecia a ultima, e eu no meio
de todos, pera / hir com elles Cortandome o Coraçam Ver as molheres,
e os / fracos q Choarauão, e Clamauão por mim Como q se eu / fosse
poderoso p. ^a os liurar, – O s.^{or} g.^{or} me mandou ficar / na Cidade por
entam e forão aloiar em hum alto defronte / de Outro onde o imigo
(sic) aloiou mas não podiam peleiar sem / gram Rodeyo, Retirarãose
os nossos pella menham Couza / q pos em grande desconfiansa a terra
e em ultima tristeza / e neste dia por alguans (sic) Rezoes m.¹⁰ grandes
Se tinha a terra / por perdida, e sempre eu Continuaua, o Cabido, e

Clero Com / procissoes na See, e ladainhas, missas, pedindo diante do sanctiss.^o / descuberto mizericordia, e assi se Vai fazendo, e as Religiões / tambem orações e missas, aqui sahi Com toda a efficaçia / e abrassei as dificuldades, e as uensi a Deos graças, e tornarão / a outro dia a marchar os prezidios, e eu entre elles Confessando / em pee, e de toda a maneira dando a bensam e animando a que / todos morressem Valerozamente por defender a fee, a igr.^a / e Cidade del Rei, – aqui não hauia ter as lagrimas, e estando / a ponto defronte donde o imigo (sic) uinha demandando E / eu na Vanguardia diante falei Claro as Cabessas, e quis

[Fl. 90]

Nosso S.^{or} q se acordassem, e he tam poderosa a Verdade / e a merse que Deos me faz, que pelo q ali disse ao / Conde de Banhol e malta uos, entedi q me não ueria / mais, mas dando uolta a hum pequeno monte logo me / tornou a buscar Com mostras de não agrauado, e nisto o / inimigo q Vinha atento por q sabia q diante Vinha / o mestre de Campo Dom fernando Com hum terso nosso / mas não poderozo p.^a lhe fazer guerra fes alto donde Cha- / mão agoa de mininos, e aqui se intricheiou e nos / mete nestes dias as ballas dos tiros na Cidade, e nos / nos fortificamos bem defronte delle, e puzemos la artelha- / ria Com q lhe fazemos m.^{to} dano.

Cuidou o imigo q hauia de leuar a Cidade pella auensa do / anno passado, e de noite fes, arremetida, e nos quis des- / peiar das trincheiras e entrar a Cidade mas os nossos se / ouuerão ualerozamente, e Ds os ajudou, e matarão / delles, e 2 de Concideração, tomarão lhe armas fizerãonos / Recolher, e todas as horas de noite, e de dia esperamos que / Sayão para pelearmos, e elles não o fazem mas q atirar / Sempre, e alguans (sic) pessoas poucas tem morto os seus tiros E / iunto a minha Caza deu o primeiro – mandão tropas / a Campanha a Roubar mas as nossas lhe matam,e Catiuão / prezioneiros q trazem – a gente q estaua na Cidade he / m.^{ta}, o mantimento não tanto, mas Deos acudira p.^a ser / tudo o Remedio de sua mão pois o da armada parece que / Se deue de ordenar pera quando nem B.^a nem nada haia

[Fl. 90v]

Estou espantado de Ver o estado a que nos deixam / chegar, e Como não Conclideram que perdido o Brasil / de todo se perdem as jndias e q foi do brio Portugues / quando acudiam aos Sercos no estado em que as nouas os / tomauam – ja não digo de mim q Concliderando os / trabalhos desta triste terra, e destas Cansadas ouelhas e o q / Seria Se o imigo nos entrasse pedia a nosso s.^{or} q me desse / 24 horas pera tratar de minha alma,e logo me leuasse / acudo aos Concelhos q o s.^{or} g.^{or} e o Conde fazem e logo a hum / e a outro, e aos da Cidade de Cuia fortificação me Coube / e a Clerezia hum lanso q ia está em ponto defensauel / alguans pertubacões quis hauer principio de perdiçam / e a gente clamando por mim acudi, apaziguei q paresse / q obraua Deos em Vazo tam fragil, e daua na gente tal / amor, e Respeito q me dauão Credito, e isto tudo doente q soo / me peza Ser necessario leuarem me de hũa parte pera a / outra de Cadeira – e Certo q no fim de hua n.^a ladainha / Veyo hum ajudante Correndo dar-me Recado do s.^{or} g.^{or} q acudisse / Com a clerezia a trazer hũa pessa a Cidade q não hauia quem / a trouxesse o q logo fis e ia no Caminho Vinha Com gente / e Com o s.^{or} g.^{or} e aiudei, e hora leuaua perto de mim hum / pagem com hũa espada nua, e espingarda, e o Cabido, e Clero / Com armas me Rodeaua, hora hum Capitular Com hum / Cruxifixo cuberto pera o descobrir e tomar o seu tempo / eis aqui senhores em suma o estado do Brasil tambem / Com pouco q tenho ajudado, e Vms, perdoem me escreuer / sobre pentem (sic) da armada não olhando q as uezes lhes / tenho escrito q me aVizem do q ouuer q não hei de ficar Com Vida se a Cidade se toma segundo / Se entende dos inimigos, e judeus – hoie não estamos Com menos esperansas de Ds nos ajudar, e dar Victoria, mas / não seia isto parte pera nos não acudir armada ou esquadra de 12 galeões q se agora Viera fora a Victoria Certa / e tomarasse tambem Pernãobuco, cuia forsa aqui está nosso s.^{or} g.^e a Vms B.^a 3 de mayo de 638.

I. E. de V.^s m.^s
O Bpõ do Brasil

DOCUMENTO 2 – Cod. CXVI/ 2-3 a fol. 91-92v
CÓPIA de uma Carta do P. e Simão de Vasconcellos, da
Companhia de Jesus, Mestre em Theologia
VASCONCELLOS. Pe. Simão de / 27.05.1638

[Fl. 91]

Cópia de hũa Carta do P. ° Simão de Vasconcellos
da companhia de Jhus mestre en (sic) theologia

Por me parecer q a modestia do s.^{or} Bpõ ficara m.^{to} atras em Referir as Couzas de seu / louuor, nesta occazião da entrada do Inimigo olandez nesta Bahia, me Resoluy / escreuer a Vm sem outro fundam.^{to} mais q dezeijar que pois o ditto s.^{or} soube / fazer tantos seruiços a Deus E a Smg.^{de} saiba o mundo conhecellos E agradeçe / rihos (sic) esse Reyno. E Vm como Irmão goze tambem de suas glorias, E certo / que se pode Bem com Rezão chamar esta cidade (como reuera Jase começa / a clamar do pouo) a ditoza en (sic) seus prelados E pastores Em ocaziõins de gerra (sic) / porq se o outro antecessor do s.^{or} Bpõ presente o s.^{or} Dom Marcos teix.^{ra} soube con (sic) suas / boas traças dar Remedio a esta praça depois de ya Rendida, o s.^{or} Bpõ dom p. ° da silua / com seu grande e feruoroso zello da onrra de Deus e de sua mag.^{de} soube dar / traças con (sic) que se não Rendesse, taes e de tal efficaçia que por seu Meyo a Bahia / E por conseq.^{te} o estado, ficara em pee como confiamos E com Rezão pormos en questãõ / A quaes mais se daua hum bom Capello de cardeal se as traças con q aquelle prelado / antecessor Remedeou malles ya feitos se as con q de prezente preuenio que se / não fizessem; taes são as con q o s.^{or} Bpõ Irmão de Vm se ouue na oCazião pressente / Como logo nesse Rejno publicara a fama das uozes deste pouo q na oCazião / conheçoo melhor seu prelado apellida seus louuores, E chegou a querelo apelly / dar não por pastor som.^{te} mas por capitãõ da propria gerra.

Prim.^{ra} Mente o s.^{or} Bpõ pareceo que mais profetizaua deçerto do q a reçaoua com / duuida a uinda deste Inimigo Porq algũ tpõ antes quando menos conforme / ao comũ se esperaua pello sucesso, começoou a

espertar o pouo E os do gouerno / a que se preparasse con tal zello E
afficaçia (sic) como se ya forão presentes os / Inimigos. Ja say e em
pessoa hũa e muitas Vezes a caza do Sñor g.^{dor} Requeren / do da parte
de Deus E de Smg.^{de} que estiuesse tudo prestes como se ya entra / ssem
o Inimigo. Ja com praticas e preguacoins Pastoraes que fazia em / sua
catedral auizaua ao ditto Sõr g.^{or} ao pouo E a todos do gouerno do /
perigo en q estauão clamando hũa e muitas Vezes q prouessem A Cidade
de / mantimentos p.^a o Serco as entradas de trincheiras as fortalezas de
monicois / Carretas e mais Pretechos necess.^{ros} E por que isto tiuesse
mais effecto com / bom despendio de sua Saude Vizitou as forcas todas
desta cidade q são muitas / E mais distantes Armazen Cazas de poluora
leuando consigo homens / intilgentes na milícia E apontando pello Rol
do q faltaua o tinha necessidade / do concerto ou melhoria o qual Rol
assy acabado fez cõ o s.^{or} g.^{or} mandasse / logo conprir (sic) como con
effecto se fez isto feito.

Senão quando pouco depois, como se per mais não esperasse, aos 16 de
/ Abril entrão pella Barra dentro os olandezes com n.^o de 30 e tantas /
Velas E 6 U. homens de peleja Pouco mais ou menos, Aqy digo eu

[Fl. 91v]

então que folgaria Vm deuer o animo o prestimo, o zello e feruor do s.^{or}
Bpõ / tudo sobre suas forças E idade, não sabia descansar ya en hũa ya
en / outra parte tudo prouia E Remedeaua.

Mas como o Diabo não dorme quando mais se prometa [ou penetra] e
quando com sua boa / mão as couzas parece que comessauão a ter Bom
rostro, então se ocazio / nou materia do mor trabalho que teue o s.^{or} Bpõ
por Ventura de mor perigo / que teue esta cidade. A não ser a muita
Industria do dito s.^{or} e foy o cazo / que saindo a nossa infantaria fora
da cidade con intencão de cometer / o Inimigo que desembarcado en
terra estaua Alojado 2 legoas e tendo / Ja cazy (sic) sercado pera o ditto
Effecto por assento tomado la entre os do / gouerno E principalmente
por uotto do Conde de Banholo forão mandado / Retirar sobre a cidade,
este mandado sentirão tanto Vniuersalm.^{te} / cazy (sic) todos que o pouo
se amotinou todo en tal forma que estiuerão / a ponto de apellidar

nouas cabeças ou Inda de passar a mais como / la se contara mais largo tocando a Camara o sino ajuntandosse / o pouo na praça E no meyo desta decucão (sic) E Reuolta tão perigosa en q nem / as cabeças concordauão ñẽ entressy ñẽ cõ o pouo E g.^{te} de gerra, foy de tanta / emportancia o bom zello E auturidade do s.^{or} Bpõ que a faltar esta / estiuera en notauel perigo A Cidade foy necessario andar pellas Ruas / p^{la} praya e pella praça pellas cazas do s.^{or} g.^{or} E outros do gouerno portestan / do (sic) compondo E concordando de tal maneira que quem menos se em / maguinaua (sic) con (sic) ispiração (sic) en hũ corpo E unidos E concordados, todos des / puzerão de tal modo as couzas que logo daly comessarão a fomentar / experanças.

Nem con isto o s.^{or} Bpõ descansaua animando en hũa e outra p. ^{te} prome / tendo ajuda de seu trabalho de seus bens e de sua Vida contanto que / ficasse em pee a cidade de Smg.^{de}. Sabendo que faltaua dr.^o p. ^a socorrer / os soldados offereção ao s.^{or} gouernador E con effecto lhe mandou / logo todo o que tinha q erão 2 U tt.^{dos} en dr.^o offerecendo cõ elles juntam. ^{te} / se fosse neçess.^{rio} a mais Alfaya de sua caza não faltando no mesmo / tpõ com outras esmolos a necessidade q auia de Valas e trincheiras en q / os nossos se defendessem e detiuessẽ o inpetu (sic) do Inimigo q cada vez / se uinha mais asercado, p. ^a meter calor a todos a trabalhar cõ a força / e preça neçess.^{ria} elle mesmo tomou a sua q.^{ta} con seus cõnegos E cleresia / hũa das mais emportantes que com seu trabalho E yndustria en breue tpõ

[Fl. 92]

se acabou Imetando a seu exemplo os Relg.^{os} e logo todo o mais pouo cõ tal / competência que muy en breue se segourou tudo.

Con estes bons principios tiuemos a pr.^a E segunda acometida do Inimigo / con bom animo E ualentia a Ds graças como mais largam. ^{te} escreuerão / m.^{tos} morrendo en hũa e outra bateria mais de 600 dos Inimigos e outros / tantos ou mais feridos e morrendo de nossa parte so 40 homens E / feridos 120. Con estes se ouue o s.^{or} Bpõ con grande zello e piedade / consolandoos confessandoos E ayudandoos a curar / fazendo de sua caza botica E dezejando tela grande p. ^a esta oCazião /

não faltava em acompanhar os que estauão p.^a morrer en suas Cazas / E os que ja erão mortos a sepultura.

Tudo isto e muitas outras Couzas que não conto por não parecer estimador / obrou o zello E animo do s.^{or} Bpõ. E o que daquy Rezultou foy ficar / em pee a cidade de Smg.^{de} porq o Inimigo uendosse muy deminydo / na flor de sua gente e os nossos bem pretrechados (sic) E animados hũa / nouthe aos 25 p.^a 26 de mayo secretam.^{te} desaloyou fugindo a / se embarcar con tanta preça e medo que deixarão muita partte (sic) de suas / peças de Artelharia E muitas outras Couzas de que os nossos se a / proueitirão e ficarão tam animados cõ a Vitoria que com pouca mais / Ajuda lhes parece poderião conquistar o mais estado.

Tudo isto se deue em grande parte ao s.^{or} Bpõ que breuem.^{te} quis escreuer / como testemunha que bem o sabe pera que Conste da Verdade E Vm / como Irmão goze das glorias de tão bom sucesso a quem Eu como Ca / pellão E amigo muy particular que sou do s.^{or} Bpõ me offereço a / couzas de seu seruico Cuya Caza e pessoa guarde o sñor deste / Colegio da Bahia a 27 de mayo de 638. Capellão de Vm / o P.^e Simão de Vasconcellos – comcorda com o oreginal em lx^a / a 24 de ag.^{to} de 638.

Antonio da Silua

[Fl 92v]

Treslado de hũa Carta en q se
declara o sucesso do Brazil

DOCUMENTO 3 – Cod. CXVI/ 2-3 a fol.93-96v
CARTA de Manoel de Vasconcellos ao seu tio...dando
novas do que tem sucedido com os Hollandezes
VASCONCELLOS, Manoel / 05.06.1638

[Fl. 93]

Relação do q tem susedido
na bahia atee 5 de junho de
638 annos

Pelo q tiuemos a uista não deixou de dar cuidado e maior fora e sem esperanssas de Re / medio se o nosso exerçitto de Pernambuco não estiuera nesta praça da Bahia / em dezasseis de Abril proximo passado cõ uinte nauios de guerra e uinte e duas barcassas e / lanchas por esta Bahia demtro entrou Maurição comde de Nazao no mesmo dia dezem / barcou em terra na praia grande de Piraya com passamte de sinco mil homens; o nosso ex.^{to} / e o conde de Banholo mestre de campo general neste tempo; se estaua aquartelamdo em / Villa uelha meia legoa desta Cidade; e uemdo a Armada do Inimiguo preuinio seu / ynprestimo e mandou as portas de são bento os dous terços do mestre de campo Luis Bar / balho Bezerra; e ector delacalçe; cõ couza de seissentos homens pera q tomassê o nome / e seguissem; a hordem do gouernador pedro da silua fazendolho a saber q cõ o terço / Portugues e castelhano Cauallaria tropas do cappitão mor camarão e guouernador Hen / rique dias ficaua prestes cõ as Armas na mão para acudir aonde sua s.^a ordenasse / porquanto desta praça; elle dito guouernador e suas fortallezas auia dado omenagê y foi / o comde Respondido q não tinha neçessidade de gente q a sua e os moradores bastauão p. ^a / defendersse; cõ qual se mandou Retirar aos nossos aos seus quarteis e dezembarcou / o ynimigo sem empedimento algũ.

Moradores ualentes e faladores Infanteria deste prezidio e seus superiores mar / charão pera aquela parte; deixando a Cidade desguarnecida; a quẽ siguio o comde / Com toda a sua gemte e se auistarão cõ o Inimiguo

q em hũa campina Raza e Inmi / nemte estaua cõ escoadrão formado
tãobem como elle custuma fazer; emtra- / rão em conselho, e ouue
Votos pouco exprimentados q se emuistisse o Inimigo. / Não foi o nosso
mestre de Campo g.¹ de tal paesser; pela pouca Comfiança q fazia / Das
aparencias e corpos fantasticos q falauão sem fundam.^{to}; em Rezão /
De não estar a Cidade fortificada; fortallezas desguarnecidas de tudo;
nenhũs / Bastimentos; e serem os moradores gemte euemdissia (sic);
e os soldados Bizonhos / q senão auião achado e seus cappitães em
ocaziõis de Pelleya e q a maior parte / Delles herão offiçiais macanicos;
e q mais seruião de Camtar nas ygreias

[Fl. 93v]

Acompanhar molheres por dr.^o e pemtearem o cabelo; q de se
empreguarem na / Profissão das Armas; tãobem porq a Retirada lhe
ficaua larga de mais de trez / leguoas; e q podemdo subçeder qualquer
Rotta; per mar e terra não auiria du / uida q a Cidade se emtreguasse
loguo ao ynimigo; por não estar fortificada e a / uer suspeita geral
na uos do pouo de estar uendida; pello q oie guouerna e distribuy / a
fazemda Real; cõ Indissios tão Conhessidos; e por assy lhe paesser; se
Retirou o Conde / cõ a sua Infanteria a Cidade a preuinar o neçessario;
uisto auerem deixado dezembar / car o ynimigo; e não se quererem
valler delle nem de sua gemtte; o mesmo fes o g.^{or} / Pedro da silua,
cõ todos os seus, e mestre de Campo Dom fernando de ludenha dei /
xamdo a campanha liure ao Inimigo.

O Comde tomou posto em Sancto Antonio nelle se fortificou; o mesmo
fes em todas as / auenidas por onde o Inimigo podia uir cõ Artelharia
a bater a Cidade; q foi a cauza / De nosso Remedio; a dezoito do dito
mes de abril; do Posto e quartel de nossa Infan / taria de sancto Antonio;
tiuemos uista do poder do ynimigo tiro de pessa de pomtto / fixo em
hũ alto e morada do P.^e Ribeiro superior ao forte de Aguoa de mininos
/ homde loguo tratou de fortificarsse como fes; a uinte e hũ do dito mes
no quarto da Pry / ma cõ passamte de dous mil homens nos ueio buscar
a trincheira; e foi Ds seruido / não na leuar; porq estamdo de guarnição
nella a Infantaria deste Prezidio / a dezemprou cõ tão grande medo e
Inpeto de fogida; q o cauallo do Comde lho le / uauão pellos ares; e lhes

agradeseo muito o tornarem em sy; neste meio tpo / o nosso mestre de campo Luis Barbalho Bez.^{ra}; Sarg.^{tos} maiores Martt̃y fr.^a e / fran.^{co} duarte; cappitais e soldados de seus terços q estauão de fora da trincheira / em emboscadas e o terço Castelhana; derão sobre o Inimigo e lhe matarão e / firirão muita gemte; ocazião em q perdemos ao capp.^{am} de Arcabuz.^{ros} João da silua / de azeuedo esteuão de tauora e o Ayudante Manoel do Reguo; algũs soldados / Cappitais sargentos Alferes Reformados e m.^{tos} feridos; cõ o q se Retirou / o Inimigo Rotto e desbarattado deixamdo Armas e prizioneiros; aos / Mortos de seu sepultura; e aos feridos o neçess.^{rio}; e se foi continuando cõ as / fortificassõis; porq como diguo a Cidade as não tinha e estaua como

[Fl. 94]

De mãos q a querião entreguar; a este tempo ya os dous fortes de monsarratte e / são bertolameu de q erão cappitais o guerra e o guordioia cõ q Artelharia e mais petre / chos de guerra e sem partido se auião entregues ao Inimigo; sem dispararem / pessa mosquete nem Arcabus; he uerdade q diserão q se lhe não dera gemte p.^a sua / Defemssa nem mantimentos p.^a se comseruarẽ; e o do Rozairo se desmantelou / e se leuantou a omenagẽ ao cappitão delle q loguo cahio doemte e hido o Inimigo / Sarou.

De uinte e hũ do dito mes de abril ate uinte sinco de maio; bateu o Inimigo a nossa / Trincheira e a Cidade; de dous Redutos q leuantou cõ Doze pessas de dezoito ate / Vinte sinco de calibre en q nos deu perda; por nos matar algũs e boñs soldados / e offiçiais Reformados, da nossa parte se lhe Respondia na mesma Comformidade / estamdo as couzas neste estado porq o mestre de campo Dom fernando de ludeña / por não querer obedecer e guardar as hordeñs do Comde; oue (sic) entre elle e o g.^{or} / Perante m̃y algũ descobrim.^{to} de palauras cõ Rezeruado Resp.^{to} de seus cargos / e pessoas; e damdo cõ o chapeo no chão o comde; lhe disse q semdo mestre de campo g.¹ / Se lhe perdia o Respeito tratase sua s.^a de defender a praça desta Cidade por / auer dado della omenagẽ a smag.^{de} q elle se hia meter no mosteiro de sam fr.^{co} / o g.^{or} lhe Respondeo q o não dezemparasse e q lhe entregaua o gouerno; o mesmo / Requerim.^{to} lhe fes o pouo e o bispo; assi o pasarey por Certidão todas

as Vezes / q se me pidir; cõ o q se aquietou e foi dispmndo as couzas como comuinhão.

Em agradezim.¹⁰ do q o nosso ex.¹⁰ auia feito e trabalhado a camara e Pouo deu de / Sy hũ Donatiuo pera dar hũa paga g.¹ ao dito ex.¹⁰ como em effeito se lhe fes / e a mỹ me tocarão uinte mil e oitoseitos RS; q aseitei como de esmolla cõ q / Remediei partte da fome; por uir Roubado das Rottas de campanha e me / Auer ficado em poder do ynimiguo minha fazemda; e por se me não pa / Guarẽ meus ordenados uençidos; q se me deuem tres mil e tamtos Cruzados / A Comta dos quais o prou.^{or} Mor q oie Serue P. ° de Cadena Vilasancty / me dar Couza algũa; por eu não Ser daquelles q a elle ou a seu f.º

[Fl. 94v]

Dom greg.¹⁰ largão mais de a metade dos Conhesimentos em forma q se paixão / sobre o tizoureiro g.¹ deste estado fran.^{co} do Amaral; q he da sua facção / A uinte sinco do dito mes q he o pomto atraz; Segunda ues emuistio o Inimiguo / nossas fortificaçois cõ passante de quatro mil homens escolhidos antre os seuz / cõ tamto uallor e diliberação q chegarão a botarnos granadas e alcanziáz, e a porensse / em sima da nossa trincheira e troneiras da Artelheria; e Como a nossa Infantaria / estaua ocupada toda nas fortificaçois q se fazião; de q ao ynimigo se auia dado / ponto; esteue quazi perdida se os nossos não chegarão a tempo; por quanto o q / auia subçedido da primeira ocazião subçedeo nesta segunda; estando a nossa / Infantaria de fora da trincheira nas mesmas emboscadas damdo Cargas serra / das ao Inimiguo; em q perdeo emtre mortos e feridos mais de mil e quinhentos / Homẽns, e da nossa partte perderiamos Semtto e tamtos e m.^{10s} feridos; e aos Cappitãis / Sebastião de Soutto e Dom Pedro de Roxas; e feridos e estropeados, An.¹⁰ Ro / ãz deauilla e dom João de touar Sendoual e Roxas, João Paiz de Mello / Antonio Bezerra monteiro e o sarg.¹⁰ maior Antonio de freitas da Silua, e m.^{10s} / Soldados e Reformados feridos; o q tudo subçedeo das Sette oras da Noite / ate as des cõ q o Inimiguo se Retirou largando as Armas e cõ toda / a descompustura e no dia seguinte pedio tregoas p. ^a emterrar os Morttoz / q se lhe consedeo e em Carros se lhe leuarão os q comodamente pode ser / gemte q a uista paresia Ser de

muita Comtta; ficamos Senhores do campo / Alegres e Comtemtes e se foi continuando cõ as fortificasõis e se leuou / Artelharia ao Reduto q se tinha mandado fazer pello capp. ^{am} mor Ca / marão q desquartinaua o aRaial do Inimigo do qual se lhe fazia tamto / Dano q foi cauza de dezaloyarse e embarcasse; deixando quatro / Pessas de Artelheria (sic) Crauadas muitas moniçõis e petrechos Armas / e Bastimentos; a uinte noue do dito mes se fes a uella e passando / A uista da Cidade se lhe deu salua cõ toda a Artelheria dos fortetz / e Infantaria a q Respondeo Com Silemçio cõ q todos

[Fl. 95]

ficarão liures de sua desconfiança, agradeSENDONOS o sermos depois de / deos Seus Redemtores; podera ser q aos Criminozos não fosse tamtto / de aplauzo; mas como a cauza hera de Deos tratou do Remedio della / Subposto foi cõ algũ castiguo cõ o grande estrago q o inimiguo fes na / Campanha Matando a muitos moradores molheres e mininos em cuiou / Numero entrou Antonio de Sa mahia e outros m.^{tos} e Catiuarão Cantidade / De negros q comsiguo leuarão como tãobem asuq.^{res} e outras couzas q Rou / barão.

Comuem q smag.^{de} q ds g.^{de} acuda breuem.^{te} suas Armadas, e cõ pessoa / e cõ yurdição larga para conheser dos compleseSES (sic) comtra lege (sic) para pre / mio dos maus seruidores seus e ser emformado de aquelles q cõ o Respeito / Deuido a seu Real seruiço o seruê; auera exemplo; bẽns pera a coroa sã / pouco ynpenho della; porq carttas são odiozas e minha natureza não he / de malsinar me não declaro mais; cõ tudo m.^{to} p. ^a Chorar he uer q os minis / tros superiores se emganão cõ quẽ sempre teue offiço emRedarsse E em / Redar.

Esta he em suma abreuiada e uerdadeira o q ha subçedido depois da entrada / Do Inimiguo e seu desaloyam.^{to} assy o yuro aos sanctos euangelhos.

Tornamdo em parte a meu Intemto; os da guerra e fazemda desta Bahia emcon- / trarão sempre q o comde e seus soldados não uiesem a Ella; pellos não auerẽ mis / ter; e q elles bastauão p. ^a defemdersse; porq

tinhão gemte; Bastimentos, E a Cida / De fortificada; o q tudo se achou pello comtrario e em mizerauel estado; e se lhe / deue preguntar o em q se fundauão; e porq o sal de elRey o mandarão p. ^a / o Rio da pratta; ferro e poluora; e porq descomtão aos soldados a farinha / A Cruzado o Alqueire; Semdo q lhe custa e se carrega em Resseita; a dous tostõis / e os pagamentos q se fazem as partes; por comta da fazemda de smag.^{de}; lhos fã / zem em drogas; por esseçiuos preços; e lhos tornão a comprar; por intrepostas / Pessoas por menos a metade do q lhos dão e porq se Comsertão cõ as mesmas / Parttes em lhe fazerem pagam.^{tos} cõ lhe larguarẽ a metade de seus Conhe

[Fl. 95v]

Ssimentos em forma; e de leuarẽ dr.^o aos nauios q uem do mar em fora pera q descarre / guem, e aos q uem tomar Carga, e q dem tãobem a q tuerão p. ^a deixarem queimar / o nauio do crauo; semdo q estaua cõ o beque em terra; podemdosse saluar a fazemda / De smag.^{de}, e de partes, e não quererem dar Reção de vaca e farinha ao capp.^{am} mor / Camarão e sua gentte; de q smag.^{de} faz tamto Cazo e ao g.^{or} Henrique dias q cõ tam / To vallor se ouuerão nestas oCaziõis q se oferessero cõ o Inimiguo; e de não auer / Igualdade nos Pagam.^{tos} por fazerem o q Respeitos odiozos lhes mouem as uontades / cõ o q se mostra e tem bem uisto; q so se defere a quẽ sabe comprar seus Crimez / e se esquesẽ de quẽ de amtemão, se lhe deuem por merissim.^{tos}; e ficarei eu por fi / ador q auemdo apurador de estas e outras uerdades se se leuantarẽ forcas não / sera embalde.

A Relação q der o thenemte g.^l da Artelh.^{ria} Fran.^{co} Peres de Sotto; sera a uerdadeira; porq falaria / Como que o emtemde; e o polpou; os demais uão soberoados; e antes q bebão aguoa / Desses Reino, sera neçess.^{to} q uzem da preuenção da cobra; e conforme o cabedal / q leuão se pode Julgar os offiços q qua fazião.

Em se aquietando mais o Pouo tratarey da execução cõ gabriel nunez / e uisto não se me pagarẽ os ordenados q se me estão deuemdo vemssidos em / guerra Viva cõ tantas perdas na Rotta da campanha e trabalhos aya VM pro / uizão pera q aqui se me paguẽ alias lhe Remeterey a VM tudo

por Certidão / De como não oue (sic) pagam.^{to} neste Almoxt.^{do} desde o tempo q ha siruo (sic) este offiçio. / Pedro de cadena não trata mais q dessi e de emcherse cõ a massa q smag.^{de} e / Seus ministros lhe Remetẽ, leuandosse das timtas da sua escritura de q sem / pre Uzou ate cõ Luis uaz Rezemde semdo seu feitor em Madrid; e se o s.^{or} / Dom Dioguo de castro guouernara q bem o conhesia e dispintou a elleissão q / Delle se auia feito p.^a ir fazer hũa fortaleza a Paraiba pedindo a / el Rey Sincoenta mil Cruzados de cabedal q hera p.^a pagar o q deuia / Não Puzera elle o pe em Ramo uerde, Mao conheseo o sujeito do s.^{or} P.^o / Da silua, E lhe tem ayuntado tamto po q a qualquer Choueiro sera

[Fl. 96]

Cauza de m.^{to} lodo; a tudo se sogeita quẽ he cobisozo de Dinheiro mal adquerido / e pior empregado neste mundo; Serue de eterna condenação.

Patente de Cappitãis Nombramentos de Alferes Sarg.^{tos} a ajudantes nume / rarios e supernumerarios he cõ tamto excesso tenemtes generais e seus ayudan / tes q por me não uixẽ as mãos; estiue por uezes p.^a fazer deixação deste offiçio e no / Terço de Portugal se dão de leua a marchantes cristãos nouos tauerneiros e co / zinheiros, sem se asinalarem nem texẽ seruido a smag.^{de} e a outros m.^{tos} q qua / resem delles q se eu tiuera o Regim.^{to} q tenho mandado pedir ao comss.^o da fa / zemda emuiolauelmente se guardara; e não chegua a nação Portugueza / a tão mizerauel estado; pois faltou hũ homẽ q nos gouernasse; o odio / Pode m.^{to} e por essa Cauza fica o mestre de campo Ector delacalçe prezo e aRiscado / a hũa potemssia; do trabalho passado fiquei quebrantado e ando cõ Pouca / Saude Ds g.^{de} a pessoa de VM. Como pode [rubrica] Bahia 5 de junho / 1638 a minha tia a s.^{ta} Dona fellipa de Castro dou minha obediemssia / Molher e filhas Si dellas tera VM. o cuidado q lhe meressẽ.

[Com outra letra]

Ajame Vm. por desculpado de não hir esta feita por mão propria, q com o desp.^o / destas Carauelas que uam de avizo nam tenho hora liure,

nem pera alargarme / mais E Cae a Vm. de um q fico com o deuido Sertjmento de nas hir acompa / nhada, com Caixas de asucar ou letras de Dr.^o mas se me nam pagam / ordenados, e se me deuem 3Utt^{dos} e mais tenho desculpa; Pera se me auerẽ / de pagar, auemdosse Respeito a serem uemsidos em guerra cuia(?) em q tanto / tenho trabalhado, e trabalho, com despeza de minha fazenda e nam / sera justo q se me negue o mantjmento q smag.^{de} me manda dar a uista / de o estar seruindo cõ Dous off.^{es} na cõformidade que digua, E emq.^{to} a merce / do off.^o nam esta cõfirmada me de uir (sic) prouizam pera Ir contynuando, ou / Lissença p^a me poder hir p.^a ese Rejno a tratar da omrra E Remedio / de mjna molher E filhas, acabad. seis annos de ausencia passados cõ

[Fl. 96v]

Tantas Calamidades de tempo, e perigos de uida e gasto de fazemda / propria ; Lembro hũa E muitas uezes a Vm. que dezemguane a eses / s.^{res} do cons.^o pera q se acuda ao Brazil com armada e cõ quem / faça Justissa, pera Recuperar este nouo mumdo e castiguar / a traidores e maos seruidores del Rej que nam uem mais que / auemdiriar A Vinha athe a deixarem sem folha gr.^{de} Ds a Vm. / como dezeyo Bahia 5 de Junho 1638.

Sobrinho de Vm. M.^{el} de Vasconcelos



Irmão Paulo Lachenmayer, OSB: A arte germânica na Bahia¹

Paulo Veiga

Arquiteto, designer gráfico e mestre em artes visuais

Resumo

Este artigo faz um breve resumo da vida e da obra do artista Irmão Paulo Lachenmayer que dedicou quase 70 anos de sua vida às artes e à nossa cultura.

Palavras-chaves: Irmão Paulo Lachenmayer; vida e obra; a arte germânica na Bahia.

Frei Paul Lachenmayer, OSB: German art in Bahia

Abstract

This article is a brief summary of the life and work of the artist Frei Paulo Lachenmayer who devoted almost 70 years of his life to the arts and to our culture.

Keywords: Frei Paulo Lachenmayer; life and work; germanic art in the Bahia..

¹ Palestra proferida no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia no dia 17/7/2013.

Foi com surpresa que recebi a sugestão do professor Edivaldo Boaventura para proferir esta palestra. Mesmo com todo o empenho em divulgar a vida e a obra do artista Irmão Paulo Lachenmayer, não poderia imaginar receber um tão honroso convite para apresentar minha pesquisa de mestrado nesta insigne casa de cultura.

Com singular perspicácia, o ilustre educador e professor emérito da UFBA percebeu a ocasião oportuna para se debater sobre um quase desconhecido personagem da Bahia, que dedicou quase setenta anos da sua vida às artes e à nossa cultura.

Este encontro que homenageia a memória do monge artista do Mosteiro de São Bento da Bahia é também uma ocasião festiva. Neste ano de 2013 é celebrado o 110º aniversário de nascimento do religioso alemão. Esse registro passaria despercebido se não fosse a sensibilidade do professor Edivaldo Boaventura.

Ao abrir as portas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, graças à anuência da professora Consuelo Pondé de Sena, para reverenciar o monge beneditino, um passo importante é dado para o reconhecimento de Irmão Paulo como um artista de primeira grandeza nas artes da Bahia.

Ao relembrar as minhas primeiras divagações sobre o trabalho de Irmão Paulo, em exercício retrospectivo, sobressai a figura do meu pai, o professor Cláudio Veiga. Cliente e admirador do trabalho do monge alemão, meu saudoso amigo colecionou, a partir de solicitações pessoais, verdadeiras relíquias das artes gráficas da Bahia.

Naquela pequena coleção, três imagens de grande senso estético, reveladoras da herança germânica de fazer arte, me fizeram descobrir desde a juventude, um mundo novo, habitado por temas especificamente interessantes, pouco debatidos, muitas vezes esquecidos ou até mesmo desconhecidos do grande público baiano. Temas como heráldica, o ex-libris, a arquitetura sacra, a simbologia cristã, a língua latina, a arte caligráfica, a numismática, a gravura, a Bauhaus, o modernismo alemão, entre tantos outros assuntos, que faziam parte da vida e da formação do artista beneditino, neste momento homenageado.

Três imagens. O ex-libris em aspecto xilográfico que resume a formação franco-baiana do emérito professor de literatura francesa da

UFBA, a capa da primeira edição da *Gramática Nova do Francês* que repete o símbolo da França em estilizada composição e, finalmente, a representação do busto de São Francisco Xavier, padroeiro desta cidade e exposto na sacristia da Catedral de Salvador.



Nesta última imagem, o santo de devoção do professor Cláudio Veiga surpreende pela “[...] capacidade de síntese do artista, que reduz o original a um esquema de poucos e efetivos traços, verdadeiro testemunho das experiências artísticas acontecidas na Alemanha, nas primeiras décadas do século XX”. (VEIGA, 2012, p. 81).

Muito embora não tenha conhecido Irmão Paulo, pessoalmente, o tenho como um grande amigo. Um amigo de longas datas. Um espírito amigo que me acompanha vivamente nessa minha caminhada que hoje faz escala neste prestigioso Instituto, (a Casa da Bahia).

Os primeiros questionamentos surgidos nesse encontro com o universo imagético de Irmão Paulo foram os mesmos que nortearam as hipóteses definidas em trabalho acadêmico. Afinal, quem foi Irmão Paulo Lachenmayer OSB e o que esse artista representou no cenário artístico baiano?

Distante das promoções da vida mundana, recolhido em sua vida de clausura, o monge artista OSB, só mais recentemente, começou a ter sua obra avaliada, sendo a pioneira nesse recorte, a professora Jane Lydia Moreira de Azevedo da Universidade Estadual da Bahia/UNEB. São dessa professora os primeiros artigos acadêmicos sobre Irmão Paulo Lachenmayer.

A minha primeira fonte de pesquisa, não podendo ser de outra forma, foi o professor Veiga. Dele foi possível registrar depoimentos enriquecedores, de quem foi próximo ao monge beneditino. Com ele também tive acesso a outros trabalhos gráficos, muitos deles originais, a exemplo do seu ex-libris finalizado em nanquim sobre papel.

Surpreendentemente, ao abrir meu raio de pesquisa, constatei que Irmão Paulo Lachenmayer era um artista desconhecido inclusive no meio acadêmico. Apesar de alguns artigos encontrados em periódicos, foi percebida uma ausência de informações que fossem além dos dados biográficos, dos elogios às suas virtudes de caráter e artística, como também de reconhecimento e gratidão. Em verdade, muito pouco havia sido escrito sobre o monge artista. Nenhuma biografia, poucas análises, nenhuma taxologia. Intrigava-me aquele desinteresse por um artista tão raro.

Quando, ainda sem muita experiência em pesquisa acadêmica, iniciei as investigações, tive a oportunidade, graças à confiança do Abade Dom Emanuel d'Able do Amaral de me confrontar com um extenso arquivo de Irmão Paulo. Sem uma metodologia pré-estabelecida, o desfecho daquela fase de pesquisa foi uma coletânea fotográfica dos documentos disponíveis, que foram impressos e organizados por temas. Brasões, capas de livros, plantas arquitetônicas, ex-libris, ilustrações sacras, rascunhos, identidades visuais, fotografias pessoais e correspondências.

Já em outra etapa, foram mantidos contatos com os amigos remanescentes de Irmão Paulo, entre eles o historiador Cândido da Costa e Silva, o artista plástico Mário Cravo Junior, o crítico de arte Pedro Moacir Maia, o Abade Dom Emanuel do Amaral, o embaixador português Jorge Preto, Dom Gregório Paixão OSB, Dom Ivan Andrade OSB e Madre Elisabeth, do Carmelo da Bahia.

Ao concluir aquela fase de entrevistas pude descobrir que o meu vínculo com Irmão Paulo se tratava, em verdade, de uma missão. A missão de levar o nome e a obra de Irmão Paulo Lachenmayer para um lugar merecido na história das nossas artes. Em movimento de grande confiança, trabalhos feitos por Irmão Paulo me foram oferecidos por pessoas que enxergaram a necessidade de um estudo sobre o artista

de São Bento. Passei a ter em mãos um material que demandava uma sistematização. A pergunta que surgiu foi: Como organizar tantas informações?

A resposta encontrada foi o Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFBA, a quem sou muitíssimo grato. Ao concluir o mestrado em 2012, mais do que responder as hipóteses de um trabalho acadêmico, havia conquistado a certeza de que estava lidando com um artista diferenciado em nosso acervo, graças à sua rica história pessoal e à sua formação artística ímpar em nossa cultura.

Irmão Paulo nasceu em 1903, sendo seu nome de batismo Ernst Lachenmayer. Sua pequena cidade natal, Langenargen, está situada no sudoeste alemão, no Estado de Baden-Württemberg, às margens do Lago de Constança que faz fronteira também com a Suíça e a Áustria.

Naquela passagem de século, os alemães viveram, nas palavras do germanista francês Louis Dupeux, “[...] a mais rica e certamente a mais complexa história cultural do continente europeu” (DUPEUX, 1992, p. 13). Inserido naquela realidade, Irmão Paulo testemunhou, de perto, as consequências de três grandes momentos da história da Alemanha: A unificação alemã, a Revolução Industrial e a Primeira Guerra Mundial.

A unificação dos reinos germânicos aconteceu apenas 32 anos antes do nascimento de Irmão Paulo. Isto é, em 1871. A afirmação do germanismo, o pensamento subjetivo do romantismo, a oposição ao racionalismo mediterrâneo, a busca de uma identidade nacional, faziam parte da mentalidade alemã onde o jovem Lachenmayer se formou.

A consolidação do capitalismo financeiro atingiu gravemente a maior fatia de trabalhadores alemães, composta em sua maioria de camponeses e artesãos, categorias que estavam incluídos, respectivamente, a mãe de Irmão Paulo, Mathilde Bachmor e o pai, Albert Lachenmayer. Os efeitos das mudanças acontecidas na sociedade alemã foram sentidos pela família Lachenmayer.

Irmão Paulo nasceu em família humilde e católica. Quando tinha apenas dois anos de idade, o pai se mudou com a família para Ravensburgo, cidade vizinha e mais promissora. Fugindo da crise, montou um

pequeno comércio em novo endereço, mas não obteve êxito. Faleceu três anos depois e deixou a família em situação ainda mais difícil.

Quando a Primeira Guerra Mundial começou, o jovem Lachenmayer estava com 11 anos de idade. Era o terceiro de quatro irmãos que perderiam a mãe no final do conflito, em 1918. Os quatro irmãos, adolescentes e sem autonomia, por questão de sobrevivência, enfrentaram a separação. As duas irmãs se recolheram em conventos beneditinos alemães, e seu irmão mais velho, Adolf, se mudou para Munique, onde criou raízes. Irmão Paulo foi adotado pelo seu mestre.

Neste episódio reside uma interessante peculiaridade da formação artística de Irmão Paulo. Quando tinha 14 anos de idade, o jovem Lachenmayer decidiu ser escultor. A vocação artística, ancestral, levou aquele jovem para uma oficina de arte sacra. Na prática, Irmão Paulo estava ingressando em um dos últimos modelos de corporação de ofício – as velhas guildas medievais –, remanescentes na Alemanha e estruturadas nas figuras do aprendiz, do oficial e do mestre.

Com a morte da mãe de Irmão Paulo, o seu mestre, Theodor Schnell, influente escultor sacro no sul da Alemanha, adotou o seu pupilo e passou a dedicar-lhe atenção especial, ensinando-lhe os segredos das artes sacras. Após quatro anos, depois de receber as lições para a formação e habilitação de aprendiz, Irmão Paulo foi submetido a um exame, com uma banca proveniente da Câmara de Artes e Ofícios de Ulm. A avaliação valia a obtenção do grau de Oficial.²

Aprovado com notas máximas, Irmão Paulo teve em sua formação artística a convivência com fatos marcantes da Alemanha do começo do século XX, onde se destacaram o movimento litúrgico e o modernismo alemão. Esses dois movimentos vão ilustrar duas tendências na vida de Irmão Paulo: a fé cristã e a arte.

Fenômeno inicialmente europeu, o movimento litúrgico aconteceu mais intensamente no sudoeste da Alemanha, muito próximo a Irmão Paulo, sendo Beuron a principal cidade. Centenas de milhares de jovens alemães vão se dedicar, naquele período, à vida monástica. Esse

² O oficial, na hierarquia de uma guilda, dominava um ofício, era remunerado e já podia pleitear a condição de mestre e ter sua própria oficina.

movimento católico patrocinou uma renovação da arte e da arquitetura sacra com ênfase na liturgia.

A proximidade que existia entre a cidade de Ravensburgo e a capital da Bavária vai colocar Irmão Paulo muito próximo ao epicentro dos acontecimentos artísticos daquelas décadas. Munique foi, ao lado de Paris, a cidade protagonista nas artes de vanguarda no mundo. É em Munique onde acontecem importantes fatos artísticos como a *Deutsche Werkbund* (1907), influente associação de artistas e artesãos alemães e o *Der Blaue Reiter* (1911), movimento expressionista de grande repercussão na Europa. Ressalta-se também o estreito vínculo que o *Professor* Theodor Schnell possuía com os artistas de Munique, sendo também um difusor do *Jugendstil*, o *Art Nouveau* alemão.

Mais do que uma sólida formação profissional constituída em modelos medievais, Irmão Paulo consolidou sua personalidade artística através de debates e intercâmbios com as novas tendências modernas acontecidas em sua juventude.

Historicamente, é possível identificar episódios de cunho religioso, social e político, acontecidos no Brasil e na Alemanha, que colaboraram na decisão de Irmão Paulo de deixar para trás as suas raízes e viver em um país sul-americano na condição de monge.

Enquanto na Alemanha pós-guerra a comunidade católica se multiplicava em número crescente de mosteiros, no Brasil as ordens religiosas, por mais de cem anos, conviveram com um contínuo esvaziamento que quase aniquilava a vida monástica. Decretos régios proibiam novos noviços em mosteiros brasileiros. O sistema de Padroado submetia a Igreja ao Estado. Com a República, o Estado se tornou laico e as ordens religiosas puderam pedir ajuda para reerguer os convalidados cenóbios.

Naquele contexto, a vinda de Irmão Paulo para a Bahia pode ser inserida em fenômeno migratório de monges alemães que vão se espalhar pelo Brasil com a missão de revitalizar os institutos religiosos.

Irmão Paulo Lachenmayer chegou à Bahia em 13 de agosto de 1922. Junto com ele chegaram mais três monges. Dom Clemente Maria da Silva Negra, Dom José Lohr Endres e Dom Conrado Metzzer. Na

época, o Abade do Mosteiro de São Bento era Dom Ruperto Rudolf que lhe deu o nome monástico Paulo.

Primeira turma de vocações depois da Primeira Guerra Mundial, três daqueles quatro noviços alemães iriam prestar serviços relevantes para a história e para as artes da Bahia. Dom Clemente e Dom José Endres na história, e Irmão Paulo no campo das artes.

Apesar de jovem, 19 anos, Irmão Paulo Lachenmayer chegou ao Brasil com uma formação já estruturada e com um repertório filosófico e técnico fortemente influenciado pelos costumes pictóricos do seu país.

Será possível perceber no trabalho de Irmão Paulo influências do movimento litúrgico, das ideias funcionalistas defendidas pela Bauhaus, da linguagem xilográfica dos expressionistas, da cultura germânica da ilustração, do livro e da caligrafia.

É possível afirmar, sem margens de erro, que Irmão Paulo foi um dos precursores da arte moderna na Bahia. Enquanto esse movimento de vanguarda só viria a acontecer em nosso estado na década de 40 do século passado, já em 1922 chegava da Alemanha, um artista moderno em seu mais puro significado.

Lachenmayer possuía ascendência sobre os artistas modernos baianos que eram seus amigos. Entre eles, podemos destacar Mario Cravo Junior, Carlos Bastos e Alberto Valença.

Como ser um artista de vanguarda quando se é um religioso seguidor de normas monásticas? Algumas tentativas foram feitas por Irmão Paulo no intuito de implementar a nova filosofia. O desfecho é exemplificado pelo jornalista Reynivaldo Brito em seu blog. Ele escreveu:

Na qualidade de escultor, o Irmão Paulo fez um grande Cristo completamente diferente dos que estamos acostumados a ver. Conta ele que fez ainda uma Santa Teresinha, bem moderna, e o então cardeal D. Augusto Alvares da Silva mandou retirar as duas imagens porque não representavam o Cristo e a Santa (BRITO, 1978).

Prevaleceu a hierarquia, e Irmão Paulo se adaptou à rotina monástica, dedicando-se, com sucesso, à arquitetura sacra, à heráldica e às artes gráficas.

Na arquitetura religiosa, Irmão Paulo deixou exemplares de igrejas e altares, na capital e no interior baiano. Em estilo despojado, seus projetos eram comprometidos com novos ditames litúrgicos ratificados pelo Concílio Vaticano II. Destaca-se, entre outras, a capela do Carmelo da Bahia, no bairro de Brotas, com méritos para tombamento. Observa-se também as consultorias prestadas para o agenciamento interno das grandes catedrais modernas do Brasil. Entre elas, a Catedral de Brasília, quando Irmão Paulo trabalhou com Oscar Niemeyer. São conhecidos também projetos de restauro em alguns monumentos históricos de Salvador, a exemplo da Igreja da Graça, da Igreja de Monserrat e da Igreja Abacial do Mosteiro de São Bento da Bahia. Ainda na área da arquitetura, é possível identificar no legado iconográfico de Lachenmayer, entre outras reconstituições, as do Mosteiro de São Bento da Bahia em distintos períodos.

No campo dos brasões, Irmão Paulo desempenhou papel de destaque na heráldica brasileira. Além de renovar o armorial eclesiástico brasileiro com mais de duas centenas de iluminuras heráldicas, o monge artista conseguiu abranger, na Bahia e no Brasil, as mais diversas áreas daquela ciência medieval, incluindo brasões para famílias, municípios e universidades. É de Lachenmayer a autoria do brasão de armas da UFBA que é, certamente, a nossa mais forte identidade visual legitimamente baiana.

Sobre a heráldica de Irmão Paulo, o especialista Luiz Gardel (1962) comentou:

Os anos mais nefastos para a arte heráldica são aqueles compreendidos entre 1900 e 1935 [...]. Esse período calamitoso termina aproximadamente no fim de 1940, graças aos esforços de um heraldista de gênio, o Irmão Paulo Lachenmayer OSB, conhecedor profundo de nossa ciência e artista de gosto irrepreensível, Irmão Paulo renovou e colocou em honra no Brasil a

heráldica eclesiástica. Por seus conselhos a vários prelados vindos consultá-lo sobre os armoriais que desejavam tomar e compondo ele mesmo um grande número de brasões, Irmão Paulo criou verdadeiramente um estilo de armorial e despertou o interesse geral pelo brasão enquanto obra de arte (GARDEL, 1962, p. 13).

A história do design gráfico da Bahia tem em Irmão Paulo, um dos seus pioneiros. Ao lado de Manuel Querino, Arthur Arésio, Lênio Braga, Nelson Araújo, entre outros, o monge leigo de São Bento colaborou com grande frequência para a formatação das artes gráficas baianas. Autor de dezenas de capas de livros e diversas ilustrações, sacras e civis, Lachenmayer teve sua obra marcada pela representação dos símbolos da Bahia e da sua cultura.

Apesar de ter sido, o mestre de Irmão Paulo, um escultor sacro, a maioria dos seus trabalhos foram desenvolvidos na bi-dimensionalidade, sendo o papel o principal suporte. Sempre com um senso de equilíbrio, de simetria e de composição – comportamentos típicos das normas heráldicas –, as peças gráficas produzidas por Irmão Paulo vão receber diferentes tratamentos técnicos. Algumas particularidades vão predominar no trabalho do monge beneditino como o binômio ilustração/texto, o aspecto xilográfico dado às ilustrações, a assinatura com um monograma e a estilização elegante das formas e das letras.

O artista beneditino esteve mais vinculado à classe erudita da Bahia. Os intelectuais e os religiosos católicos movimentaram, em maior medida, a arte de Irmão Paulo Lachenmayer. Entre os membros da Igreja Católica sobressaem Dom Augusto Alvares da Silva, Dom Avelar Brandão Vilela, Dom Eugênio Sales, Dom Clemente Maria da Silva Nigra, Dom Hélder Câmara e Dom Lucas Moreira Neves. No âmbito civil, destacam-se o ex-reitor da UFBA, Dr. Edgar Santos, os ex-governadores Luís Viana Filho, Roberto Santos e Antônio Carlos Magalhães, os professores Cláudio Veiga e Frederico Edelweiss, os médicos Edgar Cerqueira Falcão e José Silveira, o embaixador português Jorge Preto e os poetas Carlos Chiacchio e Clóvis Lima.

O monge alemão também prestou serviços para instituições públicas e particulares das quais se destacaram a Prefeitura da cidade do Salvador, o Governo do Estado da Bahia, a Universidade Federal da Bahia, a Ótica Ernesto, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia / DERBA, a Empresa de Correios e Telégrafos /ECT e o Instituto Brasileiro para Investigação de Tórax / IBIT.

As capas e frontispícios de livros, e as composições gráficas feitas para ilustrar diversas publicações na Bahia já podem ser consideradas referências no design gráfico do nosso estado. Uma espécie de marca registrada de Irmão Paulo que levam o traço específico do artista. Entre eles, *Quatro séculos de história da Bahia*, *Relíquias da terra de ouro*, *Relíquias da Bahia*, *Livro do Velho do Tombo*, *Missal Quotidiano*, *400 anos do Mosteiro de São Bento da Bahia*, *Gramática Nova do Francês*, *A grande Salvador – Posse e uso da terra e a coleção de capas para a Revista Fiscal da Bahia e para Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN*. Entre outros.

O espólio deixado por Irmão Paulo Lachenmayer no acervo das artes da Bahia representa um vasto e ainda inexplorado conjunto iconográfico com vertentes para as mais diversas áreas de estudos no campo das ciências visuais. A história da arte baiana se enriquece com a inclusão desse artista nos debates, nas publicações, nas exposições e nas pesquisas que se ocupam em conhecer e divulgar a nossa cultura.

Antes de finalizar, gostaria de relembrar dois fatos que apresentaram fisionomias muito similares e que podem servir de inspiração para uma meta maior que é o desafio de montar uma exposição sobre a vida e a obra de Irmão Paulo Lachenmayer. Os episódios remontam grandes esforços concentrados na execução de duas exposições sobre dois artistas notáveis na arte baiana.

A primeira exibição foi uma retrospectiva da pintura de Alberto Valença acontecida em 1970 que contou com o apoio do Conselho Estadual de Cultura e da Universidade Federal da Bahia. Destacou-se na realização daquele evento, o poeta Godofredo Filho. A outra exposição aconteceu em 1983 em homenagem ao centenário do artista Presciliano Silva e foi realizada graças ao comprometimento do poeta Vasconcelos Maia.

A diversidade da obra de Lachenmayer e a sua dispersão serão fatores que exigirão trabalho extra no planejamento da mostra que será justificado pelos benefícios que irão levar à comunidade baiana.

Concluindo, quero renovar meus sentimentos de gratidão para com a professora Consuelo Pondé de Sena como também com o professor Edivaldo Boaventura pelo convite e pelo acolhimento que refletem a sensibilidade e a conexão com o que de valioso existe na cultura e na arte da Bahia. Fica também, neste momento, a lembrança saudosa do professor Cláudio Veiga, primeira e principal interface entre mim e Irmão Paulo Lachenmayer e grande incentivador da pesquisa que me trouxe para essa tribuna. Por último, um agradecimento especial para o meu amigo e irmão Paulo por todas as oportunidades. Muito obrigado!

Referências

BRITO, Reynivaldo. *Monges beneditinos. O trabalho e as ideias. A Tarde – domingo, 3/2/1978*. Disponível em: <<http://reynivaldobrito.blogspot.com.br/2011/10/monges-beneditinos-o-trabalho-e-as.html>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

DUPEUX, Louis. *História Cultural da Alemanha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

GARDEL, Luiz D. *Les Armoiries Ecclésiastiques au Brésil (1551-1962)*. Rio de Janeiro: Companhia Gráfica Luz, 1962.

VEIGA, P. C. *Irmão Paulo Lachenmayer, OSB: Um artista alemão no Mosteiro de São Bento (1922/1990)*. Salvador. Universidade Federal da Bahia 2012. 179 fl. – Escola de Belas Artes, Dissertação (Mestrado em Artes Visuais).

O pioneirismo da TV Itapoan

Sérgio Mattos

Jornalista, Mestre e Doutor em Comunicação pela Universidade do Texas, Austin, Estados Unidos. Membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, da Academia de Artes e Letras do Salvador, da Associação Bahiana de Imprensa, da União Brasileira dos Escritores e Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia –UFRB.

Resumo

Este artigo relata a história da TV Itapoan que foi a primeira emissora de televisão a funcionar na Bahia, destacando os primeiros anos de seu funcionamento que comemora 53 anos de transmissões em 2013. Alguns aspectos dessa emissora, referentes aos primeiros anos de sua instalação, também são revelados. Um breve histórico das demais emissoras instaladas em Salvador é apresentado na última parte deste artigo.

Palavras chaves: História da televisão; emissoras de TV na Bahia; Brasil.

The pioneering TV Itapoan

Abstract

This article describes the history of TV Itapoan which was the first television station to operate in Bahia, highlighting the early years of its operation that celebrates 53 years of transmissions in 2013. Some aspects of this station, referring to the early years of its installation, are also disclosed. A brief history of

other stations installed in Salvador is presented in the last part of this article.

Keywords: History of television; TV stations in Bahia; Brazil.

Introdução

Quando a televisão chegou ao Brasil, a vida cultural do país era concentrada no Rio de Janeiro. O Copacabana Palace Hotel oferecia atrações internacionais a todos aqueles que desejavam jogar no que era considerado o menos violento cassino do mundo, como descrito em folhetos turísticos promocionais da época. Quando o jogo foi banido, nos anos cinquenta, a elite foi encorajada a procurar por novos tipos de diversões, numa época em que estava consciente que lhes faltava o último e mais moderno símbolo de desenvolvimento tecnológico que seus semelhantes estavam desfrutando nos países industrializados: a televisão. A implantação da televisão no Brasil atendeu ao crescente desejo das classes, alta e média, por novos entretenimentos.

A televisão brasileira foi inaugurada oficialmente no dia 18 de setembro de 1950, em estúdios precariamente instalados em São Paulo, graças ao pioneirismo do jornalista Assis Chateaubriand. A TV Tupi Difusora surgiu numa época em que o rádio era o veículo de comunicação mais popular do país, atingindo quase todos os estados. Ao contrário da televisão norte-americana, que se desenvolveu apoiando-se na forte indústria cinematográfica, a brasileira teve de se submeter à influência do rádio, utilizando inicialmente sua estrutura, o mesmo formato de programação, bem como seus técnicos e artistas. No entanto, a Televisão só chegou à Bahia 10 anos depois de instalada no Brasil, mais precisamente no dia 19 de novembro de 1960, quando a TV Itapoan – Canal 5 –, integrante do grupo dos Diários Associados, liderado por Assis Chateaubriand. Neste ano de 2013, como emissora afiliada à Rede Record, a TV Itapoan comemora 53 anos de transmissão usando o seguinte slogan: “TV Itapoan – A TV que mudou a imagem da Bahia”.

A TV Itapoan foi a terceira emissora de televisão a ser implantada no Nordeste e a primeira da Bahia. As duas primeiras emissoras do Nordeste são pernambucanas: A TV Rádio Clube de Pernambuco –

Canal 6, e a TV Jornal do Comércio – Canal 2, instaladas no mesmo dia, 18 de junho de 1960 e no bairro de Santo Amaro, em Recife. No mesmo ano, depois da Itapoan, também foi inaugurada, em Fortaleza, a TV Ceará, Canal 2.

A primeira exibição pública de televisão em Salvador ocorreu no ano de 1957 com equipamentos e televisores cedidos por emissoras de outros estados, improvisando-se um estúdio no antigo Belvedere da Sé, em cujo subsolo funcionava o órgão de turismo do município. Alguns televisores foram instalados na Praça da Sé, na Misericórdia e na Avenida Sete de Setembro com o objetivo de divulgar e dar credibilidade ao novo meio de massa que ainda não havia sido implantado na Bahia. A transmissão de um show com artistas e apresentado por José Jorge Randam, em circuito fechado, obteve o sucesso esperado e então foi iniciada a venda de ações, constituindo-se uma sociedade, um Condomínio Acionário de Capital Aberto, para a instalação do novo veículo, símbolo de modernidade e de desenvolvimento.

A Companhia de Investimentos, encarregada de colocar as ações no mercado, além daquelas que tinham sido vendidas a pessoas ligadas à organização – à época, os Diários Associados controlavam a propriedade da Rádio Sociedade da Bahia e dos jornais *Diário de Notícias* e *Estado da Bahia* – teria de vendê-las, também, ao público. Os Diários Associados detinham 51% das ações, enquanto 49% das ações eram pulverizadas entre vários acionistas. O diretor geral dos Diários Associados na Bahia era Odorico Montenegro Tavares, um jornalista e intelectual pernambucano, que estava radicado em Salvador, onde já dirigia os veículos de comunicação do grupo.

Assim, três anos mais tarde, no dia 19 de novembro de 1960, foi inaugurada em Salvador a primeira emissora de televisão, a TV Itapoan – Canal 5, integrante do grupo dos Diários Associados. Na época, o governador Juraci Magalhães ofereceu um banquete no Palácio da Aclamação, tendo em vista que a festa de inauguração da televisão proporcionou o lançamento da Campanha de Unidade Nacional.

A história da televisão na Bahia é repleta de lutas e de êxitos, mas também de muitas gafes e pioneirismo. A chegada desse veículo de massa na Bahia contribuiu para acelerar a mudança de mentalidade da

população como também de profissionais e empresários, além de servir para lançar os artistas do segmento musical que hoje fazem sucesso nacional tais como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Gal Costa e Bethânia, entre muitos outros. As vendas a crédito para o público em geral, por exemplo, só foram incrementadas em Salvador após o advento da televisão, quando inúmeras agências de publicidade por aqui se estabeleceram e as já existentes criaram departamentos especializados para atender aos clientes que queriam anunciar no novo veículo.

Por quase uma década a TV Itapoan reinou soberana no mercado local, sem enfrentar qualquer tipo de concorrência, pois a segunda emissora baiana, a TV Aratu – Canal 4, só foi inaugurada em 15 de março de 1969. Hoje, as principais redes de televisão nacionais possuem afiliadas transmitindo suas respectivas programações em Salvador: Globo, Record, Bandeirantes, SBT e Cultura/TVE.

O objetivo deste artigo é resgatar parte da história dos primeiros anos da TV Itapoan que, em 2010, comemorou 50 anos de transmissões. Assim sendo, não é objetivo desse artigo fazer uma história completa nem da TV Itapoan, nem tão pouco da televisão na Bahia. Pretendemos, sim, mostrar alguns aspectos pouco conhecidos da TV Itapoan, resgatando fatos dos primeiros anos de sua instalação. Na última parte deste texto apresentamos um breve histórico das demais emissoras instaladas em Salvador.

Primeira emissora baiana

A televisão só chegou à Bahia dez anos depois de ter sido inaugurada em São Paulo. O primeiro canal instalado em Salvador foi a TV Itapoan – Canal 5, do grupo dos Diários Associados, inaugurado no dia 19 de novembro de 1960. Até então, o rádio era o maior veículo de comunicação de massa na Bahia. O número de veículos de massa que havia na época, em Salvador, era limitado a três emissoras de rádio (a Sociedade, a Excelsior e a Cultura) e a quatro jornais diários (*A Tarde*, *Diário da Bahia*, *Diário de Notícias* e o *Estado da Bahia*). A chegada da Televisão à Bahia foi muito festejada. O jornal *Diário de Notícias*, do grupo liderado por Assis Chateaubriand, fez o seguinte registro:

A Bahia passa a integrar hoje [19/11/1960] a Rede Nacional de Televisão ao inaugurar às 17 horas a sua TV Itapoan. Os baianos assistirão entre festas e num ambiente de entusiasmo o início de funcionamento da primeira estação emissora de televisão na Bahia e a terceira do Norte e Nordeste do país. A sua fase experimental, que durou duas semanas, assinala a nitidez do seu som e a perfeição de sua imagem, constatando que, no país, não existe TV com melhores características. Assim, com todas as possibilidades de triunfo, será inaugurada a TV Itapoan que será um marco no progresso baiano.

Quando a TV Itapoan, Canal 5, foi inaugurada, em 1960, no bairro da Federação, sob a liderança do pernambucano Odorico Tavares, representante maior dos Diários Associados na Bahia. O prédio, construído no alto de uma colina no bairro da Federação – mesmo local onde ainda se encontra hoje – era composto de dois grandes pavilhões, semelhantes aos armazéns de estiva, onde estavam abrigados as dependências administrativas, um centro de operações técnicas e dois estúdios. No início só um dos estúdios era utilizado, enquanto o outro funcionava como pavilhão de cenografia.

À época, nenhum comerciante baiano acreditava na força de venda da televisão. E, exatamente por isso, o pessoal da emissora teve que realizar um trabalho de base para convencer os comerciantes a anunciarem na televisão, ao mesmo tempo em que insistiam para que vendessem aparelhos receptores também. O custo mensal do departamento comercial da emissora, na época dirigida por Zelito Abreu, era de apenas “600 contos”. Para sua manutenção a equipe dos Diários Associados conseguiu que os 12 maiores comerciantes da cidade anunciassem em todos os intervalos ao preço de “50 contos”, o que dava uma média de seis anúncios por noite para cada um deles.

A TV Itapoan contribuiu diretamente para o aparecimento das primeiras agências de publicidade locais especializadas em produzir anúncios para o novo veículo, tais como a JJ Publicidade, Argus e a Maricesar Publicidade. Contribuiu também para atrair grandes agências do

sul do país, a exemplo da Norton Publicidade, que foi responsável pela criação, produção e veiculação das primeiras telenovelas transmitidas na Bahia. Para tanto a Norton Publicidade utilizou-se das verbas nacionais de grande anunciantes como a General Eletric e Nestlé, além de modificar totalmente a prática da propaganda na Bahia, introduzindo, por meio da TV Itapoan, a prática da propaganda cooperativa, quando os custos do patrocínio dos programas eram divididos por dois anunciantes.

De imediato, segundo depoimento de Luiz Maranhão Filho, com larga experiência, a Norton tratou de conquistar as maiores contas publicitárias locais, listando entre seus clientes, anunciantes de prestígio como “C. Bastos – Loja A lâmpada”, “Romelsa”, de Ezra Rosembliit, “Lojas O Cruzeiro”, de Deraldo Mota, “Fratelli Vita”, com seus refrigerantes, e “Café Cravo”. Acreditava-se na época que a Bahia não tinha mercado para sustentar um canal de TV, por ser um veículo muito caro. No entanto, aconteceu uma surpresa: 70% dos anunciantes eram locais e somente 30% eram de outros Estados. Em pouco tempo, a TV Itapoan passou a ser a emissora do grupo dos Associados a ter o maior faturamento do Brasil.

Desde o seu início na Bahia, a televisão logo ultrapassou o rádio que até então atraía a maior fatia dos investimentos publicitários. Além de anunciar sistematicamente no novo veículo, as agências de publicidade captavam também patrocínio para a produção de vários programas locais, transmitidos ao vivo, pois não existia ainda o recurso técnico do videoteipe, que só chegou ao Brasil em meados da década de 1960. A TV Itapoan produziu e veiculou vários programas com forte conotação regional, tais como “Escada Para O sucesso” (programa de calouros) e o musical “J&J Comandam o Espetáculo”, que eram dois dos mais populares.

Outros programas, como “Poder Jovem”, produzido por Dometila Garrido, que foi responsável pelo lançamento de artistas como Moraes Moreira, Galvão, Pepeu Gomes, Gerônimo, entre outros, pouco tempo depois, passou a ser líder de audiência, superando o Ibope de programas nacionais comandados por J. Silvestre e Flávio Cavalcanti. Segundo os jornais da época, a programação da Itapoan obteve sucesso absoluto e cada receptor tinha uma audiência média de 30 pessoas, contribuindo para unir vizinhos na casa que tivesse um televisor.

O canal baiano, além de alterar consideravelmente os hábitos da sociedade, afetou o comércio e movimentou o mercado publicitário local, iniciando a veiculação de anúncios publicitários ao vivo e que eram potencializados pela novidade: unia a imagem e o áudio numa única peça. Um exemplo dessa mudança de comportamento estava presente no horário de exibição das novelas: a partir das 17 horas, quando as ruas ficavam vazias e o comércio tinha que fechar as portas mais cedo, chegando a causar descontentamento aos membros da Associação Comercial da Bahia, que se reuniram para discutir a questão e pedir à emissora que parasse a exibição nesse horário, em função da queda nas vendas. Na época a audiência era total e quem não tinha televisor assistia as transmissões na casa do vizinho.

No início, a emissora funcionou apoiada principalmente nos profissionais de rádio e nos de artes cênicas, provenientes da Escola de Teatro da UFBA. Sua programação ao vivo procurava valorizar e dar visibilidade à mão de obra local. Nos primeiros anos sua grade de programação era constituída por produções ao vivo, com destaque para os programas de auditório e musicais. 70% de sua programação – excluindo as telenovelas que utilizavam videoteipe e mesmo assim depois de 1964 – eram transmitidos ao vivo com artistas e atores da Bahia. Apenas cerca de 30% dos programas vinham do Sudeste do país.

A Norton Publicidade comprava espaços na grade da TV Itapoan o que lhe acarretava um ônus maior para a criação e produção de programas, sem qualquer responsabilidade da emissora, cuja direção se limitava a aprovar ou não a proposta dos programas. Foi assim que, segundo depoimento de Luiz Maranhão Filho, a Norton formou o seu próprio elenco, composto de artistas locais como Mariza Rangel, Carmen Lúcia, Maria Orquídea, Raimundo Carvalho, Juvenal Morena, André Luiz, Yumara Rodrigues, Jurema Pena, Rosália Carvalho Giselda Lafite e Hamilton Macedo entre outros. Os artistas foram selecionados por Luiz Maranhão em três locais básicos: o elenco de rádio-teatro da Radio Sociedade, a Escola de Teatro na época dirigida por Nilda Spencer e nos programas de calouro da própria Itapoan. Sobre as primeiras telenovelas transmitidas ao vivo pela TV Itapoan, Luiz Maranhão Filho nos deu o seguinte depoimento:

A telenovela na Bahia começou no primeiro semestre de 1961 com a encenação de “Colégio Interno”. Texto nosso [de Luiz Maranhão Filho] que pinçava alguns episódios de uma série radiofônica feita nos anos 1950 no Recife. A novela foi vivida com destaque por Mariza Rangel no papel de diretora do internato. As alunas eram Carmen Lucia, Yumara Rodrigues, Rosália Carvalho e figurantes. Os professores eram André Luiz e o autor [Luiz Maranhão] Raimundo Carvalho era o bedel da escola. Costa Junior vivia um misterioso personagem. Palhaço de circo, no final, é revelado como o pai da aluna vivida por Carmen cuja mãe era própria diretora do colégio. Mariza Rangel viveu a cena máxima com emoção ao fazer a revelação.

A segunda novela foi mais ousada. Embora pesquisadores paulistas não o registrem e se confundam nas datas do pioneirismo, ainda no primeiro semestre de 1961, a TV Itapoan apresentou a adaptação que fizemos do romance clássico de José de Alencar, “Senhora”, tendo nos papéis principais de Aurélia e Fernando, os atores Yumara Rodrigues e André Luiz.

A terceira telenovela nos asseguraria a certeza de reter o público sem se preocupar com o acesso ao conteúdo. Era mais um original nosso, este sem vínculo com o Rádio, com exceção da temática: a vida cigana. Já havíamos atuado como intérprete de novela cigana no rádio, sabíamos do sucesso de personagens assim, por isso que “Buena Dicha”, a terceira novela, ousou mais. Foi a chance de acionarmos os dois estúdios da TV Itapoan com a alegria do mestre Odorico Tavares.

A última novela da série do ano de 1961 foi sobre temática nordestina. Chamou-se “Aves de Arribação”, um pássaro migratório bem característico da região. O entrecho envolvia um fazendeiro, sua filha resguardada para um grande casamento e envolvida pela sedução de um

forasteiro, um desses migrantes que mudam de pouso como acontece com a avezinha. Por muito pouco a novela não foi substituída em virtude de uma reviravolta na composição do elenco e que veio enriquecer a nossa experiência. Foi a chegada de Yoná Magalhães. O final do ano foi o final da novela.

Foi assim que ocorreu com a telenovela. Dois capítulos semanais de meia hora durante a semana. Repetiu-se com o Teatro de Romance, peça completa de meia hora aos sábados e com o Teatro de Aventura, com a presença de um super-herói produzido na Bahia para preencher as tardes da garotada. A TV Itapoan também foi pioneira na produção e veiculação de seriados de aventura, com um super-herói baiano. Como a Norton Publicidade tinha conquistado a conta da empresa Schindler & Adler, fabricantes do chocolate Chadler, Luiz Maranhão Filho teve a ideia de criar um super-herói para a promoção de lançamento do chocolate: o Capitão Chadler. No entanto, às vésperas do lançamento do projeto, a matriz da Norton vetou o programa por causa da Nestlé, um cliente de porte nacional da agência e a Chadler, um concorrente na indústria de chocolate, era um cliente que precisava ser descartado para evitar choque de interesses. A solução de emergência encontrada para dar sequência ao projeto, segundo Luiz Maranhão, foi a compra, por empresários pernambucanos associados à Norton, de uma pequena agência, de propriedade de Lia Mara, que assumiu a conta da Chadler e também o seriado “As Aventuras do Capitão Chadler”, que estreou no final de 1961. O personagem do super-herói baiano foi gerado pelo locutor, tele-ator e desenhista Fernando da Silva Maia, que também chegou à Bahia vindo de Pernambuco juntamente com Luiz Maranhão Filho. O personagem, que usava uma roupa criada e inspirada a partir do rótulo lustroso, preto e branco, que embalava os tabletes de chocolate da Chadler, foi interpretado pelo ator Valdir Oliveira. Trabalharam também no seriado o próprio Luiz Maranhão Filho, interpretando um falso indu que se apresentava como chefe dos bandidos e que na verdade era um policial disfarçado. A atriz e dançarina Giselda Lafite, descoberta nos programas de calouros da TV Itapoan, também foi peça fundamental no seriado.

Considerando o fato de que praticamente 70% da programação da Itapoan era transmitida ao vivo, o sucesso e a popularidades dos apresentadores era um fato, mas muitas falhas, erros técnicos, alguns até considerados folclóricos, também foram cometidos. Apresentadores e artistas da emissora eram identificados nas ruas e restaurantes da cidade, sendo assediados por fãs que solicitavam autógrafos. Foi baseado nessa popularidade que Newton Paz, um diretor da emissora e apresentador do programa “Escada para o sucesso”, chegou a se candidatar, sem obter sucesso, a uma vaga na Assembleia Legislativa, usando em sua campanha o seguinte slogan: “Se em cada casa que tiver um aparelho de televisão eu tiver um voto, estou eleito”.

Dentre as folclóricas gafes cometidas pela Itapoan, destaca-se a que envolveu o radialista paulista Gastão do Rego Monteiro. Como ele fazia sucesso com um programa radiofônico intitulado “Na Polícia e Nas Ruas”, acabou sendo escolhido para fazer um programa de variedades na televisão, entrecortado com quadros de entrevistas. Certo dia, irritado com o não comparecimento de uma autoridade convidada, ele resolveu dar prosseguimento ao programa, substituindo a autoridade por um jumento. O animal foi levado ao estúdio, ocupando o lugar da autoridade ausente e, enquanto as perguntas eram feitas e dirigidas em *off*, a imagem do jumento era transmitida em substituição a da autoridade. A partir de então, nenhuma autoridade aceitou ser entrevistada pelo “entrevistador do jegue”. Como também o convidado não gostou da substituição, o Gastão foi forçado a desaparecer de Salvador para não criar problemas maiores. O programa dele acabou deixando de ser transmitido.

Dentre as inúmeras mancadas cometidas nos primeiros anos da TV Itapoan, quando todos os programas eram transmitidos ao vivo, destacam-se a acontecida no programa “Os Bichos e a Bruxa”, que acabou exatamente no dia em que os produtores resolveram fazer a bruxa voar de verdade. Deram uma vassoura à bruxa, passaram uma corda pela cintura da atriz e prenderam a outra ponta numa plataforma. Tudo foi planejado nos mínimos detalhes, mas quando o programa entrou no ar com o sensacional voo, a bruxa despencou do alto arrastando o cenário. Quem assistiu ao programa ainda se lembra da expressão assustada, ou de medo, da feiticeira.

De outra feita, uma garota-propaganda, que havia sido treinada para anunciar um produto ao vivo, vomitou no ar. No dia da estréia da propaganda, com a presença do cliente, no momento exato em que ela começou a apresentar o produto, uma mosca entrou na boca da garota, que não resistiu e vomitou no ar. Alguns telespectadores mais antigos e que assistiram a cena contam que “[...] o vômito foi tão real que parecia que era em cima da gente”. A existência de moscas nos estúdios da Itapoan era um problema e só era explicado devido à proximidade de um curral nas redondezas. Observe-se que por causa das moscas, muito artista importante também já vomitou. A atriz Sônia dos Humildes, por exemplo, bebeu chá com mosca e, profissionalmente, esperou sair do ar para dar vazão ao nojo.

Na época os produtores, diretores e apresentadores não podiam contar com a ajuda de recursos tecnológicos e tudo dependia muito do poder de imaginação e de improvisação de cada um. Para fazer uma abertura de programa, ou ilustrá-lo, era preciso improvisar com cartolina ou madeira. Por muito tempo a Itapoan funcionou com apenas quatro câmeras (duas fixas, presas no chão, e duas móveis), inclusive para transmissão de novelas ao vivo. Comentando a época das improvisações na TV Itapoan, José Jorge Randam, um dos primeiros apresentadores televisivos da Bahia, relembra em depoimento a este autor:

O telejornalismo era uma aventura: o cinegrafista saía com uma câmera manual, tendo ao seu lado um repórter que anotava os dados para o texto final. Chegando ao laboratório da TV, o filme era revelado e enxugado à base de ventiladores e daí seguia para a sala do chefe de jornalismo que visualizava o produto em negativo juntamente com o locutor apresentador e o repórter para a montagem do texto na sequência das imagens que seriam transmitidas. Era um verdadeiro ensaio, pois as imagens das películas só seriam positivadas na mesa da engenharia, tornando-se visível para o telespectador. [...] Foi uma época fantástica em que se conseguia substituir a tecnologia inexistente pela sensibilidade e criatividade dos profissionais que passaram a amar o novo veículo assim que ele se

fez presente com força total em todos os bairros da nossa cidade, desde os mais tradicionais até a periferia, como as palafitas dos Alagados que se tornaram verdadeiros paliteiros de antenas externas de TV.

A propósito do telejornalismo, vale registrar que no início das atividades da TV Itapoan, o telejornal daqui não seguiu o nome padrão adotado pela rede dos “Associados” no sul do país, onde era identificado como o “Repórter Esso”. Na Bahia, por decisão exclusiva de Odorico Tavares, o telejornal era identificado como “Repórter Petrobras”. Ele preferiu o patrocínio da estatal que na época praticamente ditava o modo de viver dos baianos, pois o valor dos aluguéis, a estratificação social e a composição dos quadros de sócios dos clubes locais passaram a ter a influência direta e indireta da Petrobras. Pouco tempo depois, no entanto, a multinacional conseguiu assumir o patrocínio também do telejornal local.

Por quase uma década, a TV Itapoan reinou sozinha nos lares baianos até a inauguração da TV Aratu, em 1969, quando o Canal 5 passou a perder audiência. Os problemas da TV Itapoan agravaram-se no final da década de 1970 quando o império montado por Assis Chateaubriand desmoronou devido à má administração. A situação do condomínio dos Diários Associados tornou-se insustentável e no dia 14 de julho de 1980, o governo federal cassou, por corrupção financeira, a concessão de todos os canais da Rede Tupi, pertencentes aos Diários Associados, os quais foram distribuídos entre Sílvio Santos, que montou a Rede SBT – Sistema de Televisão Brasileiro – e Adolpho Bloch, que montou a Rede Manchete de Televisão. Então a concessão da TV Itapoan foi entregue, em 1982, ao deputado federal Pedro Irujo e a emissora passou a integrar a rede do SBT. O deputado montou a Rede Nordeste, uma rede de empresas de comunicação regional constituída por emissoras de rádio, jornais e televisão. Anos depois a TV Itapoan deixou de transmitir a programação do SBT, pois a rede Nordeste foi vendida e o controle acionário da mesma passou a ser exercido pela Rede Record, pertencente ao bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, transmitindo na Bahia até hoje (2011) a programação nacional da Rede Record de Televisão.

Desenvolvendo um forte trabalho de integração comunitária, a TV Itapoan firmou-se como uma emissora modelo, até meados da década de 70 do século passado, quando o sonho da televisão baiana quase foi destruído por um grande incêndio que acabou com suas instalações. Ressurgindo mais forte, com a reconstrução das instalações e aquisição de novos equipamentos, a TV Itapoan se firmou definitivamente como uma emissora que valorizava a produção local e os valores regionais.

A partir de 1997, quando a emissora passou a ser filiada da Rede Record, investiu ainda mais numa programação regionalizada com enfoque social e voltada para a família baiana. Por isso, a TV Itapoan conta, hoje, com a maior programação local do Estado. Os programas jornalísticos apresentados e de maior sucesso são: o “Record Nordeste”, “Bahia no Ar” e “Bahia Record”. Além desses, diariamente são apresentados ainda os programas “Balanço Geral” e “Se Liga Bôcão”, que transmitem as principais notícias do dia. Destaque-se que o programa “Balanço Geral”, formato criado pela TV Itapoan, serviu de base para programas semelhantes reproduzidos em várias capitais, onde a Record mantém emissoras próprias ou filiadas. O programa de cunho popularesco promove também ações em bairros populares, prestando serviços de saúde e orientação às comunidades.

Ao longo de sua existência, a TV Itapoan sempre teve a preocupação de acompanhar o avanço da tecnologia, adquirindo equipamentos de ponta, para a produção e transmissão de seus produtos. Desde 2007, a TV Itapoan passou a ser a principal emissora do Grupo Record na região Nordeste, passando a atuar como cabeça de rede na região. A partir do dia 19 de novembro de 2010, quando completou 50 anos de existência, a TV Itapoan começou a transmitir com sinal digital, tendo investido no projeto cerca de R\$ 10 milhões. De acordo com informações oficiais da emissora, os investimentos deverão continuar ao longo de 2011 para dotar a emissora com um sistema de captação, estúdio e edição em sistema HD. Isso sem contar com a aquisição do estúdio móvel digital, um caminhão de gravações externas.

A TV Itapoan começa o ano de 2011 com 250 funcionários e seu sinal atinge 247 dos 417 municípios da Bahia. Com isso a audiência potencial da TV Itapoan na Bahia é estimada em 12 milhões de telespectadores.

Outras emissoras

TV Aratu – A segunda emissora baiana, a TV Aratu, Canal 4, foi inaugurada no dia 15 de março de 1969, no bairro da Federação, em Salvador. Começou transmitindo a programação da Rede Globo de Televisão, que começava na época sua escalada para se transformar na maior potência monopolizadora de audiência do país. A programação da Rede Globo ajudou a transformar a TV Aratu rapidamente em líder de audiência na Bahia, desbancando a TV Itapoan. A concessão do canal da TV Aratu foi outorgada a um grupo de investidores constituído por quatro pessoas: o jurista Milton Tavares, o construtor Humberto Castro, o empresário Carlos Alberto Jesuíno e o deputado federal e construtor Luís Viana Neto.

Conta-se que a TV Aratu foi, talvez, a única emissora de televisão brasileira que conseguiu a façanha de inaugurar sem cometer mancadadas devido a experiência de seus funcionários. Com a ajuda de uma programação de melhor qualidade facilmente a Aratu atraiu as atenções dos telespectadores, passando a liderar a audiência. A TV Aratu liderou a audiência na Bahia enquanto transmitiu a programação da Rede Globo durante o período de 1969 a 1987, quando perdeu o direito de retransmitir a programação global para a TV Bahia, de propriedade de familiares do senador Antonio Carlos Magalhães.

Com os prejuízos advindos da queda de audiência a partir de 1987, o controle acionário da TV Aratu foi vendido, passando a pertencer ao ex-governador Nilo Coelho e a seu irmão Sílvio Roberto, donos de 55% das ações e 42% passaram a pertencer ao então deputado federal Joaci Góes, que era proprietário do jornal *Tribuna da Bahia*. Os 3% restantes foram pulverizados entre pequenos acionistas. Em 1993, o controle acionário total da TV Aratu passou a pertencer aos irmãos Coelho.

Em junho de 1995, com o fim da Rede Manchete, a TV Aratu passou a retransmitir a programação da CNT e, em 1997, o Canal 4 mudou mais uma vez passando a transmitir a programação da SBT, pois a TV Itapoan, que a transmitia passou para a Record. A TV Aratu passou a integrar a rede de afiliadas do SBT no dia 14 de junho de 1997, levando-a depois de um longo período de prejuízos e baixos índices de

audiência voltar a ser a segunda maior emissora da Bahia em audiência.

TV Bandeirantes – A terceira emissora de televisão a ser instalada em Salvador foi a TV Bandeirantes da Bahia, Canal 7, inaugurada no dia 13 de abril de 1981 com a presença de autoridades e personalidades televisivas nacionais. João Saad, fundador e presidente da Rede Bandeirantes de Televisão, fez-se acompanhar de Walter Clark, um dos responsáveis pelo sucesso da Rede Globo, que acabara de ser contratado pelo grupo. A chegada da emissora estava cercada da expectativa dos baianos por uma alternativa a mais na programação que lhes era oferecida. A Rede Bandeirantes oferecia uma programação inovadora aproveitando os ventos da abertura política. O programa “Canal Livre”, por exemplo, dirigido por Fernando Barbosa Lima e apresentado por Roberto D’Avila, dirigido a um público mais escolarizado e formador de opinião foi um sucesso de audiência. A sede da TV Bandeirantes da Bahia foi construída no bairro da Federação, no Alto do Gantois, hoje tombado como sítio histórico, em frente ao terreiro de Mãe Menininha. A TV Bandeirantes da Bahia tinha um sócio baiano, o empresário Renato Rebouças que tinha 20% de participação acionária no empreendimento, hoje reduzida a apenas 3% e nas mãos de sua filha, Fátima Rebouças. A TV Bandeirantes, Canal 7, se constituiu como sendo a única emissora instalada em Salvador que pertence diretamente a uma rede, pois as demais aqui existente são afiliadas.

TV Bahia – A TV Bahia, Canal 11, a quarta emissora baiana, foi inaugurada no dia 10 de março de 1985, transmitindo inicialmente a programação da Rede Manchete, mudando o contrato de afiliação para a Rede Globo, em 1987. A mudança da programação da Manchete para a Globo gerou um fato inusitado na Bahia, pois a TV Aratu já retransmitia esta mesma programação, e por um tempo razoável o telespectador soteropolitano tinha duas opções de canais para assistir a Rede Globo (o Canal 4, da TV Aratu, e o Canal 11, da TV Bahia). Por fim, a TV Bahia conseguiu ser a única retransmissora da Rede Globo. Localizada em Salvador, também no bairro da Federação, a TV Bahia, além de ser cabeça de rede nacional, exerce o controle acionário das retransmissoras da Rede Globo no estado, que integram uma rede regional. A TV Bahia é líder de mercado e possui os maiores índices de audiência em todas

as faixas horárias. As outras emissoras que integram a Rede Bahia de Comunicação são a TV Santa Cruz, a TV São Francisco, a TV Oeste, a TV Subaé, a TV Sudoeste da Bahia e a TV Salvador.

A TV Bahia se caracteriza como tendo sido o primeiro investimento da Rede Bahia no segmento de TV aberta. Além de veicular a programação Globo, a TV Bahia também investe na produção de uma programação local de qualidade, através dos seus telejornais, que levam notícia e informação aos telespectadores, tratando de assuntos do dia-a-dia da comunidade. São três telejornais, três programas de variedades e um programa rural, além da participação local em um dos principais programas esportivos da Rede Globo. No dia 7 de janeiro de 1997, por exemplo, foi exibida nacionalmente o primeiro especial de ficção para televisão totalmente produzido na Bahia, “Danada de Sabida”, com técnicos e atores locais, baseado no conto “O artista que veio dançar com as moças”, de João Ubaldo Ribeiro. A produção foi rodada no Recôncavo baiano nas cidades de São Francisco do Conde e Cachoeira. Além disso, a emissora tem voltado sua atenção para a cultura baiana. Exemplos disso são inúmeros projetos, tais como “Janela para o Teatro”, “Festival de Cultura Popular” entre outros, divulgação e apoio da “Caminhada Axé” e a revitalização do grupo “Zabiapunga”, do município de Nilo Peçanha. A TV Bahia, Canal 11, lidera a audiência na Bahia desde os primeiros dias de sua existência. A TV Bahia, que é líder de mercado, incentivou o crescimento do mercado publicitário baiano e foi a primeira emissora a transmitir com sinal digital.

TV Educativa – Em 1982, o governo do Estado assinou convênio para a instalação do Canal 2, TV Educativa da Bahia, para retransmitir a programação da TV Cultura de São Paulo. A TV Educativa da Bahia, Canal 2, pertencente ao Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia se caracteriza como a primeira emissora de TV não comercial do Estado, foi inaugurada em 9 de novembro de 1985 e funciona na sede do IRDEB – Instituto de Radiodifusão Educativa do Estado da Bahia, no Alto do Sobradinho, bairro da Federação. Em meados de 1985, o sinal da TVE foi colocado no ar, em caráter experimental e, em 9 de novembro do mesmo ano foi inaugurada oficialmente. A TV Educativa foi a quinta emissora de TV a ser instalada em Salvador. O sinal da TVE

chega a 250, dos 417 municípios baianos, atingindo cerca de 70% da população do Estado.

TV Salvador – A TV Salvador, que é a única emissora a transmitir em UHF em Salvador, foi inaugurada em 31 de dezembro de 2000. A emissora integra também a Rede Bahia de Comunicação, controlada pelo grupo político do senador Antonio Carlos Magalhães. Trata-se de uma emissora local criada com o objetivo de valorizar a cultura baiana com uma programação 100% regional. A sintonia da emissora é feita através do Canal 28 (UHF) ou via NET (cabo), pelo Canal 36.

Referências

CADENA, Nelson. *450 Anos de Propaganda na Bahia*. Salvador, 1999.

CADENA, Nelson. *Almanaque de Comunicação da Bahia – Salvador*, 2005.

FERREIRA, Vera Lúcia Martins. *Quando o cerco se fecha*. Salvador: FACOM/UFBA, 2002 [Dissertação de mestrado].

MATTOS, Sérgio. *O Contexto Midiático*. Salvador: IGHB, 2009.

MATTOS, Sérgio. *História da Televisão Brasileira: uma visão econômica, social e política*. Petrópolis: Editora Vozes, 5ª edição, revista e ampliada, 2010.



Revista do Ins
do Instituto
stituição
Ge
ráfico e Histór
História

Mesa
redonda



Rumo ao bicentenário do Dois de Julho

*Luís Guilherme Pontes Tavares**

Sócio do IGHB, Luis Guilherme Pontes Tavares é jornalista e produtor editorial. Foi o coordenador da mesa redonda “A Independência da Bahia”.

A mesa redonda “A Imprensa na Independência da Bahia”, ocorrida na tarde dia 28 de junho de 2013, no Salão Nobre do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) inaugurou o debate sobre o tema e surpreendeu com a informação de que, entre 1821 a 1924, circularam na Cidade do Salvador 13 jornais que se confrontavam na luta a favor e contra o fim do jugo português. O evento foi promovido pelo IGHB em parceria com a Associação Bahiana de Imprensa (ABI) em homenagem aos 190 anos do Dois de Julho.

Aberta ao público, a mesa redonda atraiu mais de 100 participantes que ouviram com atenção os quatro oradores da tarde: o jornalista e pesquisador Nelson Varón Cadena, um dos fundadores do Núcleo de Estudos da História dos Impressos da Bahia (Nehib), falou sobre “A Imprensa como protagonista”; a professora Consuelo Pondé de Sena, presidente do IGHB, tratou do *Sentinela Bahiense*; o professor Pablo Iglesias Magalhães, da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), discorreu sobre “Ignacio José de Macedo: da *Idade d’Ouro* ao *Velho Liberal do Douro*”; e o professor Lucas de Farias Junqueira,

da Faculdade Jorge Amado (Unijorge), expôs o tema “A pedagogia da ordem na Bahia – constitucionalismo e formação do Estado nacional pós-Dois de Julho no periódico *Grito da Razão* (1824)”.

Com a mesa redonda de 28 de junho, realizada, portanto, quatro dias antes do Dois de Julho de 2013, o IGHB e a ABI tomaram a iniciativa de animar os estudos sobre a atuação da nascente imprensa baiana nos episódios que antecederam, ocorreram durante e sucederam a independência da Bahia. O estudo da história da imprensa baiana sofre de um lamentável deficit de pesquisa. A ação dos acadêmicos nesse vasto e curioso território da história da Bahia – a imprensa – é tímida. As contribuições mais recentes para preencher o vazio bibliográfico sobre o tema foram dadas pelo IGHB, pela ABI e pelo Nehib quando publicaram obras como *Anais da Imprensa da Bahia* (2.ed.), *Apontamentos para a história da imprensa na Bahia* (2.ed.), *Memória da imprensa contemporânea e 200 anos de imprensa na Bahia. Artigos & pronunciamentos*, dentre outros.

O evento do IGHB e da ABI ocorreu numa sexta-feira após o feriado promovido por Decreto Municipal devido ao jogo da Copa das Confederações na véspera. Apesar disso, o público prestigiou a mesa redonda iniciada por volta das 14h com a revelação de Nelson Varón Cadena de que os embates entre 1821 e 1824 em função da independência baiana e confirmação da independência do Brasil aconteceram também nas páginas de 15 periódicos que circularam no período. Cadena serviu-se na ocasião de várias imagens e completou a exposição com fac-símiles de capas de jornais e revistas que dedicaram no século XIX e na primeira metade do século XX edições especiais ao Dois de Julho.

Em seguida a presidente do IGHB, professora Consuelo Pondé de Sena, ofereceu sua contribuição ao tema ao recordar os resultados que obtivera com a pesquisa sobre o *Sentinela Bahiense*, um dos periódicos que Cadena citara pouco antes. A professora publicou em 1983 o livro *A independência reacionária na Independência: Sentinela Bahiense*, que figura como o número 100 da série mantida pelo Centro de Estudos Bahianos da UFBA. Ela enriqueceu a exposição com episódios afins com o Dois de Julho, dentre os quais aquele que resultou

na autorização do IGHB para que a “Cabocla”, um dos ícones venerados pelos baianos, pudesse embarcar para ser exposta em Portugal. Na ocasião, revelou a professora, houve quem mostrasse certa indignação porque a autorização foi dada sem que fosse associada a igual procedimento em relação ao “Caboclo”. A professora Consuelo Pondé de Sena teria ouvido: “Como é que deixaram ela (“Cabocla”) ir sem a companhia dele?”

O evento de 28 de junho no IGHB resultou do trabalho voluntário de alguns, cabendo o destaque à jornalista Cleide Nunes, que desempenha com ardorosa dedicação as tarefas de secretaria executiva do Instituto. Desse modo, não faltou ao evento o intervalo para o coffee-break, oportunidade de confraternização de pessoas das mais variadas áreas. Após isso, a palavra foi concedida ao professor Pablo Iglesias Magalhães, cujas pesquisas têm revelado novas informações sobre os personagens que atuavam na imprensa do início do século XIX na Bahia. Ele apresentou ao público o perfil do padre português Ignacio José de Macedo e o apontou como o principal colaborador de Manoel Antonio da Silva Serva, o pioneiro da indústria gráfico-editorial privada brasileira. Padre Macedo, segundo o professor Pablo Magalhães, foi o redator principal do *Idade d’Ouro do Brazil*, o primeiro jornal da Bahia.

O professor localizou detalhes da biografia do padre Macedo nas entrelinhas do jornal *Velho Liberal do Douro*, inclusive o relato de que, apesar das contribuições que dera à expansão do conhecimento entre os baianos, ele acabou expulso da Bahia, por ocasião da independência, na humilhante condição de português indesejado. O professor Pablo Magalhães, que é criterioso bibliófilo, possui, adquirida num alfarrabista em Portugal, uma das duas coleções completas do *Velho Liberal do Douro*, jornal que o padre Macedo iniciou no Porto e findou em Lisboa após sua expulsão do território baiano. As informações contidas no artigo do professor que enriquece esta edição da secular *Revista do IGHB* são inéditas, decorrentes de pesquisas que ele realizou em fontes primárias portuguesas e brasileiras.

A mesa redonda “A Imprensa na Independência da Bahia” foi abrilhantada também pela exposição do professor Lucas Junqueira

sobre os reflexos da recente independência nas páginas do periódico baiano *Grito da Razão*, publicação de iniciativa de Vicente Ribeiro Moreira, que possuía tipografia própria na Cidade do Salvador. O professor explicou o papel didático desempenhado em 1824 por esse periódico quando fornecia ao público informações sobre o processo de redação e votação da nova constituição e assim auxiliava o leitor a entender como isso influenciaria na vida da Nação e de cada cidadão brasileiro. A palestra do professor Lucas Junqueira foi seguida de debate e o público dirigiu questões a todos os palestrantes. O vice-presidente do IGHB, ex-desembargador Eduardo Jorge Magalhães, mostrou especial interesse de como a censura atuava naqueles dias da década de 1820, permitindo respostas que arriscaram comparações com os procedimentos dos dias de hoje. No encerramento, o presidente da ABI, jornalista Walter Pinheiro, que prestigiou o evento desde o início, fez breve análise da situação da imprensa brasileira nos dias do hoje, face às novas tecnologias e às trepidações na economia e na política nacionais.

Quiçá frutifiquem os estudos sobre a imprensa nos episódios da independência baiana para que possamos colher resultados substanciais em 2018, quando transcorre os 195 anos do Dois de Julho, e, mais ainda, em 2023, quando festejaremos o bicentenário da independência da Bahia. Parece açodamento pensar em algo que ainda irá acontecer daqui há alguns anos. A prudência e a seriedade recomendam iniciar as providências para que o Dois de Julho de 2023 venha a ser premiado com obras (o professor Ubiratan Castro teria deixado o esboço do que poderia ser o memorial da data), livros, monumentos e novas ideias. Que nos próximos anos nos encaminhemos para o portal de 2023 e o atravessemos para alcançar dias muito melhores.

Axé-Amém!

O Dois de Julho: A imprensa como protagonista

Nelson Varón Cadena

Jornalista e pesquisador da história da imprensa

Resumo

Este artigo situa o papel dos jornais que circularam no período que antecedeu e durante a Guerra da Independência e destaca o engajamento de alguns de seus redatores, que mais do que jornalistas desempenhavam funções executivas e legislativas que interferiram na logística do conflito armado. Destaca ainda a apropriação por quase toda a mídia do ideário Constitucional, com interpretações que divergiam ao sabor dos interesses dos grupos envolvidos. E revela como a imprensa se apropriou dos simbolismos do desfile do Dois de Julho, contribuindo para fortalecer a representatividade da festa entre os baianos.

Palavras-chave: Imprensa na Bahia; A Guerra da Independência; O protagonismo da imprensa.

The Dois Julho: the press as protagonist

Abstract

This article places the role of newspapers that circulated in the period before and during the War of Independence, emphasizes the involvement of some of its copywriters, who played more than journalists executive and legislative functions which interfered with the logistics of the armed conflict. Also point out

the appropriation by almost all media, of the Constitutional ideals, with interpretations which differed at the mercy of the interests of the groups involved. And it reveals how the press has appropriated of the symbolisms of the July Two parade, contributing to strengthen the representativity of the party among the Bahians.

Keywords: The press as protagonist; The war of Independence, the role of the press.

Lacunas

A Guerra da Independência da Bahia é um dos temas relevantes da nossa historiografia; gerou vasta matéria editorial, através de livros, ensaios e algumas centenas de artigos publicados em jornais e revistas e, em especial, na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia-IGHB ao longo de seus 117 anos de publicações.

Dois assuntos, porém, permanecem em aberto, e ambos dizem respeito à comunicação, ambos palpitantes. Uma dessas lacunas é o papel dos abaixo-assinados de diversos grupos representativos dos dois lados do conflito. Cabe aqui ressaltar o de mais de uma centena de senhoras e senhoritas baianas, enviado às Cortes do Rio de Janeiro em 1822, documento este que põe em xeque a teoria da omissão das mulheres nas questões que diziam respeito à política como se convencionou afirmar.

Outra questão é o papel da imprensa e seu protagonismo como formador da opinião pública nesse processo. Assunto que pela primeira vez veio à baila em seminário promovido pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia-IGHB e Associação Baiana de imprensa-ABI, com abordagens sobre o tema pela professora Consuelo Pondé de Sena, professores Pablo Magalhães e Lucas de Farias Junqueira e este escriba. Uma contribuição que esperamos abra e estimule um debate em torno de um assunto que sugere novas revelações.

Hora de formar opinião

Quinze jornais circularam na Bahia entre março de 1821, ou seja, um mês após o levante de 10 de fevereiro que resultou na aclama-

ção de uma Junta Provisória de Governo, e junho de 1823, às vésperas da rendição e retirada do General Madeira e a entrada triunfante do exército brasileiro pela Estrada das Boiadas. Quatorze dessas publicações nasceram com o único objetivo de influenciar a opinião pública em torno dos objetivos da mudança do sistema do governo, ou a defesa do modelo vigente, alinhado ou não a Lisboa, ou às Cortes do Rio de Janeiro; em todo caso, objetivos que num determinado momento convergem em torno do conflito armado: a Guerra da Independência.

O Idade D'Ouro do Brasil, primeiro jornal baiano, foi a única publicação que não surgiu nesse contexto. Circulava regularmente desde 14 de maio de 1811 com uma breve interrupção nas suas atividades, após a morte de Manoel Antônio da Silva Serva, proprietário da tipografia que editava o jornal, em 1919. Atividades retomadas pela sua esposa Dona Maria Rosa da Conceição, associada a José Teixeira de Carvalho, constituindo a tipografia então denominada de Viúva Serva & Carvalho, oficina que operou por mais duas décadas.¹

Era um jornal empresa, com ânimo de lucro, subvencionado por anúncios do comércio em especial dos negociantes que gravitavam em torno do porto e isso fez a diferença na sua postura editorial tímida em relação à guerra, “uma folha morta”² como julgavam alguns portugueses. Avaliação diferente do jornal “áulico”, assim rotulado por Nelson Werneck Sodré, numa leitura seletiva das coleções, conceito infelizmente difundido entre muitos historiadores da mídia. Era governista, mas não áulico no sentido pejorativo que Sodré fez parecer, o estigma de jornal rendido aos caprichos da Corte, a de Portugal, ou a do Rio de Janeiro.

Quinze jornais circularam por tanto na Bahia no período de dois anos e três meses, treze registrados por Alfredo de Carvalho e João Nepomuceno Torres nos Anais da Imprensa da Bahia, editados em 1911, para comemorar o primeiro centenário da imprensa baiana. São eles

¹ Cf. CASTRO, Renato de Castro. **A Primeira Imprensa da Bahia e suas publicações**. 1811-1819. Salvador: Secretaria de Educação/BA. 1968, p. 50.

² Cf. *Revista do IGHB*, n° 58, 1932, p. 310.

por ordem de fundação: *Idade D'Ouro do Brasil*, *Semanário Cívico*, *Minerva Bahiense*, *Diário Constitucional*, *O Constitucional*, *Sentinella Bahiense*, *Analysador Constitucional*, *Baluarte Constitucional*, *Espreitador Constitucional*, *Idade de Ferro*, *Despertador dos Verdadeiros Constitucionais*, *A Abelha* e *O Independente Constitucional*.

Quase todos os jornais aqui citados foram impressos na Tipografia da Viúva Serva & Carvalho, com exceção do último título, impresso na Tipografia Nacional de Cachoeira, ainda no prelo, foi enviado por José Bonifácio, com anuência de D. Pedro I, para o Conselho Interino de Governo constituído no Recôncavo em 25 de junho de 1822. Duas publicações, contudo, não fazem parte da relação dos Anais da Imprensa da Bahia: *O Morcego*, jornal manuscrito que pregava a deposição da Junta Provisória de Governo, de iniciativa de uma loja maçônica³ e que teria circulado em três de novembro de 1821 e *A Voz da Verdade* que circulava em maio de 1823, assinada por Reis Mota e que tinha como colaborador Antônio Luís Soares, um dos jornalistas presos por ordem do General Madeira por suposta indiscrição, não intencional ou “de caso pensado”, mas que estaria contribuindo para a “fermentação dos espíritos”.⁴

Muitos jornais e poucos leitores

Salvador tinha então uma população estimada em 50 mil habitantes, maioria de negros e mestiços e uma alta taxa de analfabetismo também entre a população branca. Não se tem estatísticas confiáveis quanto a isso, daquele tempo, mas o censo de 1.872, o primeiro realizado no Brasil, já estimava em 82,3% o número de analfabetos no país. Não se fazem projeções em sentido regressivo, mas é lícito imaginar que no período da Guerra da Independência menos de 10% da população estivesse habilitada para a leitura.

É de se considerar também que uma expressiva parcela do público leitor tinha abandonado a cidade, refugiara-se nas vilas do Recôncavo.

³ Cf. TAVARES, Luís Henrique Dias Tavares. **História da Bahia**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Unesp, 2001, p. 230.

⁴ Cf. **Semanário Cívico**. 15 de maio de 1823, n° 114.

cavo e nos subúrbios distantes. Os 15 títulos que aqui circularam, nove deles simultaneamente, visavam por tanto as 5.000, para mais ou para menos, pessoas alfabetizadas e cabe aqui uma ponderação: a matéria editorial das publicações não era texto de fácil compreensão e nem tinha o caráter informativo, não era notícia e sim conteúdo de opinião, textos que enveredavam pela retórica, no sentido de um discurso estilístico, como meio de persuasão.

Sabemos, dito pela própria gazeta, que em 1818 a *Idade D'Ouro do Brasil* circulava com apenas cento e tantos exemplares,⁵ não há registros das outras publicações, mas o número referido é um bom padrão comparativo. Quem era o público-alvo, então? Quem os 5.000 cidadãos habilitados à leitura das então chamadas pelas autoridades, na documentação de época, de “folhas públicas”? Um grupo restrito formado por governantes, funcionários públicos, militares de alta patente, padres e cônegos, senhores de engenho, comerciantes e profissionais liberais. Público de fato formador de opinião, no sentido de multiplicador, através dos púlpitos das igrejas, na caserna, nas salas de aula, ou na senzala.

Somos todos constitucionais

Sete jornais se diziam constitucionais e dois deles bahienses, expressões incorporadas aos títulos e que tinham um significado implícito. Os jornais constitucionais pretendiam interpretar para os leitores o sentido da Constituição que estava sendo escrita nas Cortes de Lisboa, decorrência da Revolução do Porto de 1820 e que na Bahia teve como efeito imediato o levante de fevereiro de 1821 e a formação de uma Junta Provisória de Governo. Divergiam quanto a essa interpretação e desse modo atendiam facções de público, alinhadas com uma ou outra expectativa da Constituição em relação a seus efeitos práticos na Província.

⁵ Cf. CASTRO, Renato de Castro. *A Primeira Imprensa da Bahia e suas publicações. 1811-1819*. Salvador: Secretaria de Educação/BA. 1968, p. 34.

Três linhas de pensamento se apoiavam na Constituição. Uma que pregava o alinhamento com as cortes de Lisboa, lhe era mais vantajoso ter a justiça e o parlamento para além do mar e enxergava um futuro mais promissor para os negócios, com menor dependência dos ingleses e de sua política contra o tráfico de escravos que lhes causava prejuízos; outra, alinhada com o então regente D. Pedro I que já sinalizava o desejo de constituir um governo autônomo, e uma terceira corrente que também defendia a Independência do Brasil, mas pregava um governo federativo, semente da ideia republicana. Mas nenhum desses grupos era unânime como ficou provado após a Guerra da Independência da Bahia quando vencedores e vencidos promoveram uma política de acomodação de interesses.

Os jornais *Diário Constitucional*, *O Constitucional* e *O Independente Constitucional* representavam senhores de engenho e comerciantes alinhados com a proposta de uma constituição brasileira com Dom Pedro I como Imperador e as instâncias legislativa e judicial funcionando no país com autonomia. Eram jornais de oposição. Os outros jornais ditos constitucionais, todos governistas, por convicção, ou aparência, representavam basicamente comerciantes, militares e funcionários públicos, mas divergiam quanto às formas de governo, interesses às vezes conflitantes em função da natureza dos negócios.

Foi essa divergência quanto às expectativas dos novos sistemas de governo que fomentou o surgimento de vários veículos de imprensa, aparentemente com o mesmo objetivo, mas cada um atendendo um grupo específico de público, dentro do público leitor que se queria influenciar. Os títulos revelavam os propósitos. O *Analysador Constitucional* explicava a Constituição; o *Baluarto Constitucional* explicava os fundamentos; o *Espreitador Constitucional* observava os trabalhos da Constituinte; o *Despertador dos Verdadeiros Constitucionais* separava o joio do trigo, o falso argumento do verdadeiro.

Já a nomenclatura bahiense dos jornais *Minerva Bahiense* e *Sentinella Bahiense* trazia implícito o conceito de Hipólito da Costa quando lançou o *Correio Braziliense* em 1808 e diferenciou o seu público. Brasileiros eram, segundo Hipólito, todos os cidadãos europeus residentes no Brasil e brazilienses os nascidos no país, mesmo que fi-

lhos de europeus. Baianos eram, nessa mesma linha de argumentação, os europeus residentes na Bahia, na sua maioria cidadãos portugueses, enquanto bahienses eram os baianos natos.

Os jornais da época faziam essa distinção e se o *Minerva* e o *Sentinella*, que eram governistas, adotaram o Bahiense no título é por que queriam influenciar esse público. Em especial o constituído pelos comerciantes, que era o que estava em cima do muro, questionava as barreiras comerciais e os privilégios dos portugueses, mas hesitava em tomar posição com medo de represálias e acabaria, no decorrer do processo, aderindo ao grupo aristocrático do recôncavo, contribuindo e somando com as forças libertadoras.

Os protagonistas de fato

Dos quinze jornais aqui referidos apenas três foram protagonistas de fato da Guerra da Independência: *Idade D'Ouro do Brasil*; *Semanário Cívico* e *O Independente Constitucional*, este continuação do *Diário Constitucional* e do *O Constitucional*. Os demais foram co-adjuvantes, alguns circularam alguns meses apenas, tiveram influência limitada.

O *Idade D'Ouro do Brasil* era dos três o único que não estava envolvido diretamente na guerra; o seu redator, o Padre Inácio de Macedo não desempenhava qualquer função executiva, ou deliberativa, ou mesmo consultiva, no governo sob o comando do General Madeira. Era também o único jornal-empresa, vivia de anúncios e venda de assinaturas, não fazia distribuição gratuita e constituía ao longo de uma década uma ampla rede de relacionamento comercial. Todas as facções envolvidas na guerra faziam parte desse relacionamento.

Foi essa característica empresarial que determinou um posicionamento menos engajado da publicação, a despeito de ser governista, a ponto de ser considerado tímido no seu discurso proselitista pelos 1.052 “constitucionais”, no manifesto assinado enviado diretamente às Cortes de Lisboa em 10/6/1822, através de Francisco Mendes da Silva

Figueiredo e lavrado em cartório.⁶ No abaixo assinado, o *Idade D'Ouro do Brasil* foi rotulado de “folha morta”. Na análise dos cidadãos que assinaram o documento, não se podia contar com o *Idade D'Ouro*, o *Semanário Cívico* “afrouxava” e apenas sentiam-se representados pelo *Analysador Constitucional*. Segundo eles, sua doutrina, essa sim, “animava o espírito público”.

O *Semanário Cívico* e *O Independente Constitucional* e os títulos que o antecederam, por sua vez, estavam diretamente envolvidos no conflito através de seus proprietários e redatores. O *Semanário* era uma iniciativa do comerciante luso Joaquim José da Silva Maia, representava os comerciantes da praia, ele próprio comprava e vendia escravos e ganhava muito dinheiro com isso. No período da guerra foi procurador do Senado da Câmara, um cargo que hoje corresponderia ao de Presidente da Câmara de Vereadores, mas que naquele tempo tinha funções executivas também; Silva Maia autorizava obras na cidade, fez interferências na Barroquinha e no Maciel: “[...] no tempo de nossa procuradoria, fizemos mais obras públicas do que nunca se fizeram em outro tempo, no espaço de 10 anos”, dizia.⁷

Silva Maia tinha o poder de convocar reuniões extraordinárias do Senado da Câmara, nomear suplentes na ausência dos titulares e representava o triplo papel de autoridade; liderança de um grupo de negociantes, inclusive para arrecadar recursos que ajudaram a financiar a guerra; e de jornalista. Foi figura exponencial no levante de 10 de fevereiro de 1822, negociou com as duas partes envolvidas no conflito e foi ele a voz divergente da sessão da Câmara de 26/6/1823 que deliberou não se envolver nas tratativas de rendição do General Madeira por considerar que isso era atribuição dos militares. Silva Maia considerava que a Câmara deveria se pronunciar, sim, sobre a matéria.⁸

⁶ Cf. **Revista do IGHB**. n° 58, p. 310-311.

⁷ Cf. **Semanário Cívico**, n° 56. 28 de março de 1822.

⁸ Cf. Documentos da Municipalidade de Salvador relacionados à Independência do Brasil. 1821-1623. Departamento de Cultura da SMEC. 1972, p. 95.

O Independente Constitucional era também jornal engajado e parcial no noticiário da guerra, como o *Semanário Cívico*. Seu redator principal, Francisco Gomes Brandão Montezuma, tinha sido vereador no Senado da Câmara de Salvador e foi dele o parecer de 2/3/1822 contrário à pretensão do General Madeira de tomar posse como Governador de Armas. Então, era redator do *Diário Constitucional* que, em abril de 1822, passava a se chamar *O Constitucional* e seria empastelado por ordem do Comandante de Armas em 21 de agosto do mesmo ano, tarefa executada pelo tenente coronel Victorino Serrão, apelidado de O RUIVO.

Em setembro de 1822 Montezuma era nomeado secretário da Junta Provisória de Governo de Cachoeira, a quem estavam subordinadas todas as autoridades militares das fileiras oposicionistas. A junta organizou batalhões, adquiriu e distribuiu armas, arrecadou recursos, cuidou da logística, teve função ativa até a chegada do General Labatut em novembro daquele ano, para assumir o comando do exército libertador.

Tanto Montezuma, como Antônio Pereira Rebouças e Miguel Calmon Du Pin e Almeida, redator e colaboradores do *O Independente Constitucional*, integraram a Junta Provisória de Governo. Rebouças já era um dos colaboradores do *O Diário Constitucional* quando impresso em Salvador na tipografia Serva e continuou a ser um colaborador ativo no *O Independente Constitucional*. Mas era a Montezuma que Silva Maia atribuía a argumentação pro-independência que julgava como “tiradas dos lugares comuns” e adjetivava de “fanfarrônicas”.

O Independente Constitucional noticiava a guerra do ponto de vista da Junta Provisória de Governo instalada em Cachoeira. Era parcial e doutrinário tanto quanto o *Semanário* e não poderia ser diferente. Os historiadores da mídia rotularam-no como um jornal progressista. Não era. Defendia os interesses do grupo aristocrático, incluída a manutenção da escravidão e do *status quo* que até então prevalecera e tinha profundas divisões internas como se revelou após o 2 de julho de 1823.

O *Semanário Cívico* que, ao longo de sua existência, polemizou com as folhas do *Rio de Janeiro* e foi um aguerrido defensor da união da Bahia com as Cortes Lisboetas, saudou com desdém o aparecimento do *Independente Constitucional*. Silva Maia tinha acesso à publicação, assim como Montezuma recebia o *Semanário*. Não era fácil adquirir os

jornais. A cidade estava sitiada, cortadas as linhas de comunicação entre o recôncavo e a capital, não chegavam víveres, a escassez de alimentos já era calamidade pública, mas emissários dos dois lados do conflito faziam circular as folhas impressas. A mídia mostrava-se eficiente ao circular na clandestinidade.

O redator Silva Maia

Os Anais da Imprensa da Bahia atribuíram a Silva Maia, redator do *Semanário Cívico*, a paternidade do *Sentinella Bahiense*, jornal que circulou entre junho e outubro de 1822, o que considero pouco provável. Alfredo de Carvalho e João Nepomuceno Torres basearam-se em alguma ficha de cadastro, não se sabe a metodologia de catalogação por eles adotada, ou então, confundiram-se com a matéria de 7 de agosto de 1822 quando o redator do *Sentinella* explica: “[...] Um dos objetos que mais me excitou na tarefa da redação deste periódico, foi auxiliar a doutrina do *Semanário Cívico*...”⁹ (10) que no meu entender não se trata necessariamente da anuência no sentido de um mesmo escriba.

Fora esse registro, não há nenhuma evidência de que Silva Maia tenha sido o redator do *Sentinella*, muito pelo contrário. Silva Maia era um redator de estilo, uma pena leve, escrevia com clareza e seu texto era envolvente, lembra o estilo de Hipólito da Costa de quem se confessava admirador e teria sido inclusive distribuidor em Salvador do *Correio Brasileiro*, segundo relatou no seu jornal. Silva Maia era também um sujeito fino, educado, leal, transparente nas suas convicções e nos seus objetivos, o contraponto do redator do *Sentinella Bahiense* que recorria a termos chulos, insultava adversários, beligerante e arrogante, sonegava informação e parecia distante dos fatos, sem noção da atualidade da notícia.

Por outro lado, do ponto de vista econômico não justificaria Silva Maia abrir outra frente de despesas; queixava-se dele próprio ter de financiar o *Semanário Cívico*. “[...] Agora a edição é por conta do redator”, lamentava em 19 de setembro de 1822, após um longo período de subvenção que não revela as fontes. E por mais de uma vez Silva Maia,

⁹ Cf. *Sentinella Bahiense*, nº 6. 7 de agosto de 1822.

que era homem ocupadíssimo, reclamava do excesso de atribuições e de se expor demais e à sua família redigindo o *Semanário*? Por que, então, lançaria outra tribuna de opinião? Quais as vantagens?

Outro argumento que desconstrói a suposta paternidade do comerciante é o texto do suplemento especial de 3/7/1822 onde se refere ao redator do *Sentinella* como outra pessoa: “[...] Temos anunciado por mais vezes nesta folha o plano dos áulicos do Rio de Janeiro, e o ilustre redator do *Sentinella* ainda melhor o tem feito”. E mais tarde é o próprio *Sentinella Bahiense* que melhor nos esclarece a respeito, quando, no seu derradeiro número de 7 de outubro de 1822, lacônico se despede dos leitores: “[...] Vejo as coisas cada vez piores e tenho acertado por ora não continuar; é verdade que pouca falta faço, mas o que eu poderia dizer, o faz melhor o *Semanário Cívico*”.

Pode-se interpretar esta última alusão ao *Semanário* como uma confissão de pertencerem as duas publicações ao Procurador da Câmara. Porém, não acredito nessa hipótese, senão algum jornal de oposição teria denunciado; Silva Maia era vigiado nas suas atitudes 24 horas por dia, nenhum periódico da Bahia ou Rio de Janeiro fez alusão a esse fato, e quanto ao estilo seria admitir uma dupla personalidade do redator. Não era de seu feitio. Silva Maia nunca se escondeu e rebateu com elegância todo que lhe foi atribuído, como comerciante, político ou polemista.

Outros redatores

Quase nada sabemos dos demais redatores das folhas públicas, coadjuvantes no propósito de formar opinião pública, jornais que circularam simultaneamente, nove deles entre junho e agosto de 1822. Três nomes despontam nesse contexto: Francisco das Chagas de Jesus, redator do *Espreitador Constitucional*; Manoel José da Cruz, redator do *Analysador Constitucional* e Antônio Thomaz de Negreiros, redator do *Baluarte Constitucional*.

Não encontramos nenhum registro biográfico de Francisco das Chagas de Jesus, mas supomos que permaneceu na Bahia, ao contrário dos demais redatores das folhas situacionistas que embarcaram com o General Madeira em 2 de julho de 1823. Chagas de Jesus reaparece em

1828 como redator da *Sentinella Constitucional da Liberdade*, impresso na tipografia da Viúva Serva & Filhos e no ano seguinte como redator de “*A Massa de Hercules*”, desafeto do *O Baiano*. Alfredo de Carvalho errou na escrita, no verbete de *A Massa...* grafou Chagas Castilho. Quanto a Manoel José da Cruz que tanta confiança inspirava aos portugueses do manifesto abaixo assinado referido neste artigo, não há o menor indício.

Já, de Antônio Thomaz de Negreiros sabe-se que era homem de negócios, ligado ao mercado de capitais, escreveu um tratado sobre o assunto: “Tratado de Operações de Banco ou Diretório de Banqueiros”, editado em 1817 na Tipografia de Silva Serva.¹⁰ No processo da Guerra da Independência empenhou-se em criar uma Sociedade Patriótica, não teve o apoio dos comerciantes da praia; Silva Maia o considerava omisso e chegou a suspeitar que fosse um agente infiltrado, dizia que estava mais para fomentar intrigas e “semear a cizânia” do que para defender os ideais constitucionais e considerava nesse sentido “o Baluarte mais perigoso do que o finado Constitucional”¹¹

Negreiros, ao que parece, tentou seguir uma linha menos engajada, representava provavelmente um grupo com interesses divergentes quanto à ideia de alinhamento absoluto com as Cortes de Lisboa. Tanto que foi preso por ordem do General Madeira em maio de 1823 junto com o Antônio Luís Soares, escriba de *A Voz da Verdade*, dentre outros indivíduos detidos sob a suspeição de serem agentes de dupla função. Nem tanto. Negreiros voltou para Portugal, estabeleceu-se como um próspero fazendeiro, a sua vinícola de Santo Thyrso lhe angariou alguns prêmios pela qualidade dos vinhos, considerados de safra especial.¹²

No dia seguinte

Em 3 de julho de 1823 a mídia deixou de existir porque não mais existiam as razões que motivaram o seu aparecimento, inclusive

¹⁰ Cf. CASTRO, Renato de Castro. **A Primeira Imprensa da Bahia e suas publicações**. 1811-1819. Salvador: Secretaria de Educação/BA. 1968, p. 142.

¹¹ NILZA, Maria Beatriz Nizza da. **Semanário Cívico**. Bahia, 1821-1823. EDUFBA. 2008. p. 148-149.

¹² Google Books. **Jornal da Sociedade Agrícola do Porto**, Volume 3.

o *Idade D' Ouro do Brasil* por conta da retirada de seu redator o Padre Macedo que embarcou com o General Madeira, assim como Silva Maia, redator do *Seminário*. Preservou-se a Tipografia da Viúva Serva & Filhos, nenhuma atitude de represália foi tomada pelos brasileiros no calor das comemorações e a euforia da vingança contra estabelecimentos portugueses. Em agosto retomava a sua rotina imprimindo o “*Echo da Pátria*” e no mesmo ano de 1823 “*O Liberal*”.

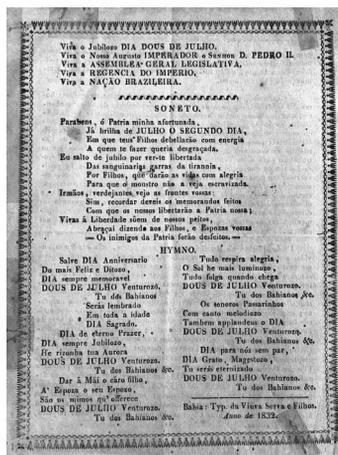
Apenas *O Independente Constitucional*, órgão oficial dos vencedores, continuou a circular, não por muito tempo, até dezembro de 1824. Deixava de ser oposição para ser governista. Reaparece em 2 de agosto de 1823, não mais impresso em Cachoeira, mas em Salvador no mesmo prelo da Tipografia Nacional, instalado num prédio da Rua do Bispo, na Freguesia da Sé (11). Em janeiro de 1825 adotava o nome de *Diário O Independente Constitucional*, redigido por Francisco José Corte Imperial que administrava a Tipografia Nacional em cargo acumulativo com o de Secretário do Governo. Não via conflito de interesses nisso.

Corte Imperial foi preso naquele ano por ordem de José Egídio Gordilho de Barbuda, presidente da comissão militar por preservar a identidade do autor do folheto “Reflexões”, impresso na tipografia. O folheto questionava a legitimidade da comissão para apurar o assassinato do Governador de Armas, Felisberto Gomes Caldeira. O episódio provocou um sério desentendimento entre Gordilho de Barbuda e o presidente da Província Vicente Vianna, foi preciso a intervenção dos ministros da Guerra e do Império para determinar a liberação do jornalista.

Enquanto isso o General Labatut, em resposta às acusações de que fora objeto pelo Conselho de Guerra, relativas à sua prisão ocorrida em 21 de maio de 1823 e deposição do comando das tropas, pelos seus próprios subordinados, acusava Montezuma de tê-lo insultado ao lhe entregar uma bandeira de Pernambuco supostamente para honrar o batalhão mais bravo. Acusou também *O Independente Constitucional* de tê-lo difamado na época e a Miguel Calmon Du Pin e Almeida de ter incitado à folha a censurar escritos em sua defesa.¹³

¹³ **Revista do IGHB**. n° 65. 1939. Páginas 57 a 124.

Miguel Calmon rebateu as acusações. Alegou que as supostas intrigas a que Labatut se referia não tinham fundamento; anexou declaração juramentada de Corte Imperial, administrador da tipografia de Cachoeira, lavrada em cartório, desmentindo a acusação de censura a eventuais escritos em defesa do general deposto. Finalmente declarou que, pelo contrário, ele, Calmon, tinha autorizado o seu secretário para inserir no jornal declaração de Labatut contra Montezuma. Ficavam a descoberto as intrigas de bastidores do jornal oposicionista na Guerra da Independência.

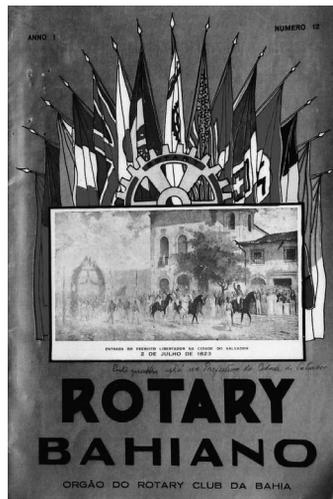
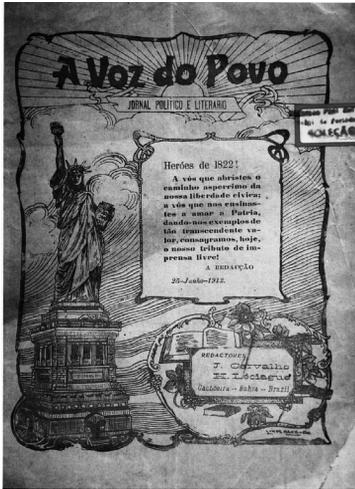


Pela mesma época, Euzébio Vaneiro, redator que tinha sido do *Constitucional* e alinhado ao grupo de Rebouças, Montezuma e Corte Imperial, publicava um artigo no *Diário O Independente Constitucional* relatando denúncia, no Tribunal da Bahia, contra Antônio Pereira Rebouças (que era mulato) acusado de pertencer à Gregoriana. A denúncia falava numa suposta sociedade revolucionária com o nome aludido que tramava na surdina a eliminação dos brancos. Rebouças defendeu-se no jornal “O Grito da Razão”, as acusações não prosperaram; os aliados de antes da Independência agora eram desafetos. Em 1828 fundou *O Baiano*, ingresso no Partido Constitucional e mais tarde combateu a Sabinada, posicionando-se a favor da legalidade.

O Dois de Julho na Mídia

O fim da guerra não chegou a desarmar por completo os espíritos. Os vencedores antes unidos em torno de um objetivo, a deposição do General Madeira, agora estavam divididos. Cumpria-se a profecia de Silva Maia, o redator do *Semanário Cívico*, em edição de 12 de setembro de 1822, quando analisava a aliança entre as facções que de-

nominava de aristocrática e democrática. Dizia que estes dois partidos tinham se dado as mãos momentaneamente “para depois da Independência devorarem-se uns aos outros”.



De fato senhores de engenho e comerciantes estavam divididos. Um grupo desejava total adesão ao Imperador Pedro I, outro queria autonomia para a província com instâncias de decisão no executivo, legislativo e judiciário. A população, por sua vez, sentiu-se traída ao assistir a retomada da repressão aos escravos, a discriminação racial no exército, a exclusão total do povo do novo sistema de governo onde vencedores e vencidos ensaiavam uma reconciliação, a chamada política de acomodação de interesses. E tudo se agravava com a dissolução da Constituinte por Dom Pedro I em 12 de novembro de 1823 que já sinalizava a volta de um sistema monárquico, autoritário e centralizador.

O povo foi às ruas para expor as suas mágoas e assim nasceu o tradicional desfile do Dois de Julho, um ato de protesto, que teve a sua configuração em parte desenhada pela imprensa no que diz respeito às coreografias e aos elementos simbólicos incorporados ao longo do tempo. Foi a imprensa que organizou os primeiros Batalhões Patrióticos: *O Baiano*, em 1830, organizado pelo tipógrafo Antônio Olavo da França Guerra; *O Brasileiro*, no ano seguinte organizado por um certo Tranquilino, da tipografia onde era impresso *O Baiano* e muitos anos depois *O Alabama*, em 1864, do jornal do mesmo nome, que resultou em confusão com supostos desordeiros promovendo brigas na noite da levada de carros para a Lapinha.¹⁴

Os incidentes que envolveram *O Alabama* devem ter repercutido dentro da sociedade baiana, pois a comissão organizadora dos festejos tomava a decisão de suspender os desfiles à noite, o préstito da véspera (1º de julho) que incluía cavaleiros portando tocheiros acessos e outros tocando clarins; danças de cocumbis no melhor estilo carnavalesco com seus cânticos de origem africana ecoando pela noite; desfile de mascarados; as sacadas das residências iluminadas com candeeiros e decoradas com mantas e flores; fogos de artifício explodindo nos céus. Retornam ao desfile em 1874, ou seja, dez anos depois com Ruy Barbosa, então redator do *Diário da Bahia*, comandando o Batalhão Patriótico denominado *Legião da Imprensa*.

A imprensa também promovia a edição de suplementos especiais que circulavam na data magna com a publicação de odes triunfais e bandos convocando os baianos, assim como o lançamento de folhas

¹⁴ Manoel Querino. **Bahia de Otrora**. Salvador: Livraria Editora Progresso. p.

sem periodicidade que circulavam uma vez por ano e nunca mais. Em 1832 a Gazeta da Bahia publica edição extraordinária e em 1836 surge *O Pirajá* com a divisa “É dever da pátria amar a liberdade”. E em 1839 *A Aurora*, editado na tipografia da Viúva Serva & Filhos, imprime e distribui suplemento de 4 páginas com o título “Dois de Julho” e referência de ser a 5ª edição em anúncio publicado dias antes, o que nos induz a crer que era editado anualmente desde 1935. Em 1849 e 1850 circula *O Dois de Julho, reaparece em 1852*. E em 1858, *O Dia Dois de Julho* editado na tipografia de França Guerra.

Mas é Abílio Bensabath que se notabilizou pela publicação de edições especiais, revistas em datas comemorativas, quem melhor promoveu os festejos, com o lançamento em 1905 da *Revista Cívica* que sabemos ainda circulava em 1923 quando editou edição comemorativa do Centenário da Independência da Bahia. Bensabath é um empreendedor que está a merecer um estudo de sua obra, é o maior editor de revistas da imprensa baiana em todos os tempos ainda que suas publicações tivessem um viés comercial. Em 1912 encontramos edição comemorativa de *A Voz do Povo* de Cachoeira e em 1936 edição especial da revista *Rotary Bahiano*. A grande imprensa não deixava por menos, dedicava na data manchetes a oito ou nove colunas, descrevia os Bandos Anunciadores dos bairros e ufanista convocava a população para festejar a data magna.



Sentinella Bahiense

Consuelo Pondé de Sena

Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
e membro da Academia de Letras da Bahia

Familiarizada com a Biblioteca Frederico Edelweiss, que frequentei durante muitas décadas, desde que me tornei aluna do ilustre tupinista, deparei-me, certa feita, com dois antigos periódicos do tempo da campanha pela independência do Brasil na Bahia: *Sentinella Bahiense* e *Semanário Cívico*.

Militando na imprensa baiana, decidi escrever um artigo sobre o periódico *Sentinella Bahiense*, que Dr. Jorge Calmon fez editar nas páginas de *A Tarde*, edição de 1º de julho de 1982. Em seguida, o mesmo mestre sugeriu-me enriquecer o texto com maior número de comentários, a fim de publicá-lo na *Série Centro de Estudos Baianos*, da Universidade Federal da Bahia, àquela altura sob a minha direção.

Privilegiei o *Sentinella Bahiense* por ser uma coleção de pequeno vulto, mais acessível à divulgação por um jornal, a fim de torná-la conhecida do povo da minha terra. Intitulei a publicação: “*A Imprensa Reacionária na Independência - Sentinella Bahiense*”.

Todavia, interessada em que o *Semanário Cívico* fosse analisada pela consagrada historiadora luso-brasileira, repassei cópia microfilmada desse jornal à Profa. Dra. Maria Beatriz Nizza da Silva (USP), que se ocupou dessa tarefa, publicando-a muitos anos depois.

Na primeira página do meu texto escrevi: “Antes de qualquer consideração, cabe-nos informar que a preciosa de apenas quinze números pertence ao acervo da Biblioteca Frederico Edelweiss, do Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, constituindo-se num documento de inegável importância para a história de nossa terra. Sobre o referido jornal, de formato pequeno, pois apenas mede 28,5cm de comprimento por 18,5 de largura, sabe-se que passou a ser editado, nesta cidade, a 21 de junho de 1822, na Tipografia da Viúva Serva S. Carvalho, representando um auxiliar do “Semanário Cívico” na sua propaganda lusitana. Redigido pelo mesmo articulista deste último Jornal, proprietário de ambos, o português Joaquim José da Silva Maia tinha por lema o seguinte dístico:

Alertas cidadãos! que o despotismo
Vos pretende lançar novas cadeas.....

Não consegui identificar a razão pela qual só foram publicados 15 números do Sentinella Bahiense, que teve vida efêmera, sendo por mim comentado ao longo de suas 73 páginas apenas. Em contrapartida, o Seminário Cívico, elaborado pela Profa. Dra. Nizza da Silva atingiu o número 119, porquanto a publicação estendeu-se de 1821 a 1823”.

Desta forma, é com alegria que o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em parceria com a Associação Bahiana de Imprensa, realizou a mesa-redonda sobre a Imprensa na Independência, no dia 28 de junho de 2013.

Ignacio José de Macedo: da Idade d'Ouro ao Velho Liberal do Douro (1774-1834)

Pablo Antonio Iglesias Magalhães

Resumo

O presente artigo investiga a primazia do padre Ignacio José de Macedo na História da Imprensa na Bahia. Redator da *Idade d'Ouro do Brasil*, o primeiro periódico baiano, Macedo exerceu importante influência na vida política e intelectual na Capitania da Bahia entre 1811 e 1823, inclusive durante a Guerra de Independência. Também é investigado a fase em que foi editor e redator de *O Velho Liberal do Douro*, jornal português que fez oposição ao governo absolutista de D. Miguel I.

Palavras-chave: Imprensa na Bahia; Tipografia de Serva; Maçonaria; Guerra de Independência.

Ignacio José de Macedo: the golden age to the old Liberal Douro (1774-1834)

Abstract

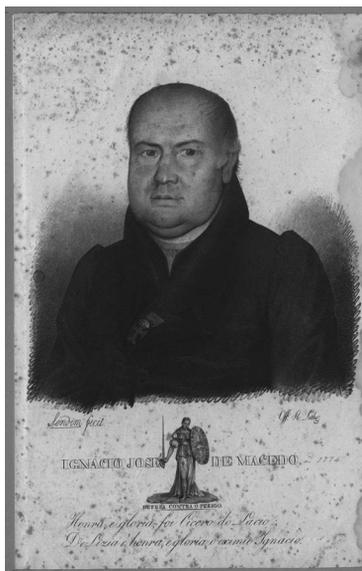
This article investigates the primacy of the priest Ignacio José de Macedo in the History of Printing in Bahia. As Editor of the *Idade d'Ouro do Brasil*, the first periodical of Bahia, Macedo played an important influence on the political

and intellectual life in the Captaincy of Bahia between 1811 and 1823, including during the War of Independence. It also investigated the stage at which he was publisher and editor of The Old Liberal Douro, Portuguese newspaper that made opposition to absolutist government of D. Miguel I.

Keywords: The press in Bahia; The war of Independence; Serva's typography; masonry.

1. Ignacio gazeteiro

A História da imprensa periódica na Bahia, ao tempo em que esteve a cargo da Tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva e seus herdeiros (1811-1846), conta com competentes estudos feitos por Hélio Viana, Renato Berbert de Castro, Marcelo e Cybelle de Ipanema, Maria Beatriz Nizza da Silva e Lus Guilherme Pontes Tavares.¹ Em particular, o primeiro jornal da Bahia, a *Idade d'Ouro do Brazil* (1811-1823), foi investigado por Nizza da Silva. Apesar do esforço de investigação empreendido pela referida historiadora, um personagem ligado à criação do primeiro periódico na capitania da Bahia continua envolto em sombras. Trata-se do Padre Ignacio José de Macedo.



Desde 1860, o Padre Macedo foi apontado por Inocêncio Francisco da Silva como o redator do principal periódico da Tipografia dos Serva, a *Idade d'Ouro do Brazil*. O nome de Macedo, contudo, caiu no esquecimento levando Hélio Viana e Renato Berbert de Castro a afirmarem que o redator dessa gazeta seria o português Diogo Soares

¹ O presente estudo é dedicado a Luís Guilherme Ponte Tavares, batalhador da História da Imprensa na Bahia e caro amigo.

da Silva e Bivar. Pedro Calmon, fundamentado em um manuscrito conservado no IHGB, assinalou que a *Idade d'Ouro* estava “[...] sob a responsabilidade de um redator idôneo, Gonçalo Vicente Portella”, professor régio de latim. Depois, Calmon conclui que “[...] Amanhecera o jornalismo na Bahia com um clérigo a orientá-lo, o padre Inácio José de Macedo, valente redator de A Idade d'Ouro do Brasil (1811-23).”² Maria Beatriz Nizza da Silva, fundamentada no *Almanaque de 1812*, indica que a Idade d'Ouro estava a cargo de Portella, mas afirma que a partir de 1816 o redator da gazeta foi o padre Ignacio José de Macedo, com base na informação do cônsul inglês na Bahia.³ Assim, o estudo de Nizza da Silva, entretanto, acaba por negligenciar a atuação do Padre Macedo na gênese da imprensa bahiense e no empreendimento tipográfico dos Silva Serva.

Antes de confirmarmos o pioneirismo de Macedo a frente da Idade d'Ouro, vejamos quem são seus supostos concorrentes ao posto de primeiro jornalista da Bahia. Pedro Calmon foi quem assinalou Gonçalo Vicente Portella, professor régio de latim na Bahia, à frente da Idade d'Ouro. Portella, contudo, é uma figura esquecida e de poucos méritos literários, sendo que da sua autoria só alcançamos localizar impresso uma *Ode a D. Rodrigo de Sousa Coutinho*, a quem o professor de latim devia a mercê da sua permanência na Bahia desde 1795.⁴ Por volta de 1800 foi acusado pelo juiz de fora do crime Lucas Antonio Monteiro de Barros de deixar as aulas de latim para exercer a advocacia e de que “[...] se vale de algum talento e saber, para enredar o foro, e para resistir ao poder, e autoridade dos Ministros da Justiça”. O Conselho Ultramarino examinou uma representação preparada por Vicente Portella, no qual desmentiu as faltas no exercício do magistério e comparou-se com os professores José da Silva Lisboa e Manoel Jacinto de

² CALMOM, Pedro. História da literatura bahiana. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949, p. 97 e 107. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 402, manuscrito 1873.

³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brazil**. Salvador: Editora de Universidade Federal da Bahia, 2005. p. 33.

⁴ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Bahia, Catálogo Eduardo Castro. Doc. 16.738. Offício do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que accusa o aviso da prorrogação de licença concedida ao professor Gonçalo Vicente Portella. Bahia, 27 de dezembro de 1796. Collecção de poesias ineditas dos melhores autores portuguezes, Lisboa: Imp. Régia, 1809, Volume 1, p. 184-187.

Sampaio, que também exerciam a atividade e professor com a “vida de consulto”. Na representação afirmou que “[...] O Direito Patrio não he, Senhor, e nem deve ser monopólio do jurista”. Com quinze meses de salários atrasados, Portella, natural de Lisboa, vivia numa cidade “[...] em que não tem hum só parente, e amigos muito poucos”.⁵

Em meio a sua batalha “[...] O medo que o actual Governador D. Fernando José de Portugal mostra sem disfarce ter de todo o homem constituído em dignidade, e com jurisdição, dá ansa (sic) a estes despotas para opprimirem o Povo de V.A. e qualquer capitão mor, ou Ministro he hum régulo insubordinado á Lei, e á razão”.⁶ Após combater os “novos despotismos” na capitania da Bahia, Gonçalo Vicente Portella retornaria para Portugal em fins de maio de 1822, na galera São Gualter, junto com o Major Antonio José Ozório da Fonseca de Pina Leitão.⁷

O nome de Diogo Soares da Silva Bivar também aparece ligado a Idade d’Ouro, pois Inocêncio da Silva afirmou que “Ouvi que fora por muito tempo redactor juntamente com o P. Ignacio José de Macedo, da Idade d’Ouro”.⁸ É possível que Bivar, eventualmente, tenha colaborado com o periódico, mas preso no forte do Barbalho, dificilmente poderia ser o editor ou redator de um jornal, conforme Berbert de Castro já observara. Bivar tomou parte, não obstante, na redação da revista *As Variedades*, considerada a primeira do Brasil, publicada em 1812.

Diogo Soares da Silva e Bivar era conhecido pedreiro-livre,⁹ havendo criado a 13 de maio de 1802, na Vila de Abrantes, em Portugal, a Sociedade Tubuciana.¹⁰ O prestígio de Bivar seria, contudo, minado

⁵ AHU, Bahia, Catálogo Eduardo Castro. Cx.110, Docs. 21572-21574.

⁶ Idem.

⁷ Diário do Governo, n. 126. Quinta-feira, 30 de maio de 1822. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 2.

⁸ SILVA, Innocencio Francisco da. Diccionario Bibliographico Portuguez. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860, Tomo II, p. 175-176. Ver também, Tomo IX, 1870, p. 129-130.

⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira. **História da maçonaria em Portugal. Dos origens ao triunfo**. Lisboa: Editorial Presença, 1990, Vol. 1, p. 351.

¹⁰ Suplemento à Gazeta de Lisboa n. XXXIII. Sexta-feira 20 de agosto de 1802. p.3 e 4. Havendo-se estabelecido na Villa de Abrantes huma Sociedade Litteraria, denominada Tubuciana, a diligencias de Diogo Soares da Silva e Bivar, pessoa bem conhecida da mesma Villa, a qual fez a sua abertura no dia 13 de Maio de 1802, por ser o dos

após a invasão napoleônica, pelo auxílio que prestou as tropas de Junot. O cronista José Acursio das Neves registrou que no dia 24 de novembro de 1807 entrou Junot em Abrantes com seu exército, ordenando

[...] imediatamente ao juiz de fora José Macedo Ferreira Pinto que lhe fizesse **aprontar 12 mil rações e 12 mil pares de sapatos, com a cominação de impor uma** contribuição à terra de 300 mil cruzados novos, e o tratou tão asperamente que este digno magistrado logo na noite seguinte evitou com a fuga os resultados que podiam seguir-se. Ficando vago por este motivo aquele emprego, Junot, depois que tomou o governo do reino, o conferiu a um moço [Diogo Soares de Bivar], filho da mesma terra, que se não tinha habilitado nem frequentado as aulas da Universidade, querendo por esta forma mostrar-se agradecido a seu pai, Rodrigo Soares de Bivar, em cuja casa se aquartelara, pelas grandes despesas que fez na sua hospedagem. Até para o vestir lhe deu camisas!¹¹

Acursio das Neves pode ser assinalado como um cronista parcial e de pouco rigor, mas, afastado o perigo de invasão francesa, a denúncia contra Bivar tramitou sob a acusação de crime de inconfidência.¹² Seu

Annos de S. A. R. Q Príncipe Regente N. S.; e tendo a mesma Sociedade formado hum Plano de Estatutos para o seu bom regime e governo económico, foi S.A. R. servido, por Aviso de 31 de Julho, dito, expedido pela sua Secretaria d'Estado dos Negócios da Real Fazenda, não só dar lhe a sua Regia Approvação, mas ordenar que se possa fazer público por meio do Prelo. O mesmo Senhor foi servido, por Decreto de 21 de Julho dito, fazer mercê ao referido Diogo Soares da Silva e Bivar do Habito da Ordem de Christo, em attenção aos muitos e relevantes serviços feitos por seu Pai Rodrigo Soares da Silva e Bivar, tanto na Guerra de 1762, como na próxima passada. GUERRA, Luís Bivar. "A Academia Tubuciana e os seus membros". In: **A historiografia portuguesa anterior a Herculano**, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1977, p. 463-490. Programma da Sociedade Litteraria Tubucciana de 15 de Janeiro de 1803 / [Diogo Soares da Silva e Bivar]. Lisboa : Regia Off. Typ., 1803.

¹¹ NEVES, José Acúrcio das. **História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal**. Lisboa: na Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1810-1811. Tomo I, cap. XVI.

¹² Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Secretaria de Estado do Ministério do Reino. Fundo: Negócios de Portugal (n. 59), Caixa 659, pacote 01 (1782-1809) Certidão de

castigo foi o degredo na região do Rio Sena em Moçambique, mas “Chegado à Bahia, encontrou no conde dos Arcos, então governador d’aquella provincia, favor e protecção, que valeu ser-lhe commutado o degredo em outro mais suave para a propria provincia da Bahia”.¹³ Enquanto estava preso em Salvador, na sua terra natal “os bens do confiscado Diogo Soares da Silva e Bivar, na Villa de Abrantes, e que por partilha lhe couberão, se hão de rematar nas casas da residência do Desembargador Juiz do Real Fisco por Inconfidência José Antonio da Silva Pedrosa.¹⁴

Berbert de Castro atribuiu à Bivar a publicação de um *Compendio de lingua francesa*, que a Silva Serva publicou anônimo em 1811, além do *Almanaque da Bahia*, em fins d 1811.¹⁵ O bibliógrafo está correto nas suas suposições, até porque não era possível ao padre Ignacio de Macedo publicar uma gramática francesa, pois ele mesmo declarou “que aprendi Francez sendo muito pequeno, e mal pronuncia-va algumas palavras. Contentava-me em entender o que lia em Francez,

prisão do réu Diogo Soares da Silva e Bivar, onde este é acusado de ter hospedado em sua casa, na vila de Abrantes, o general Junot no período em que o exército francês passou pela dita vila. Também é acusado de ter ficado tão “afeiçoado” aos invasores, que passados poucos dias da invasão, este foi até Lisboa solicitar o cargo de juiz de fora. Lisboa, 23 de maio de 1809. Arquivo Histórico de Abrantes, Livro de Actas da Câmara Municipal de Abrantes, fl. 66 v. O manuscrito está comprometido por borrões de tinta para disfarçar seu conteúdo, mas em que se reconhece a assinatura de Diogo Soares da Silva e Bivar. O livro de 1807 foi propositadamente mutilado na sua parte final, encontrando-se umas vezes mutilado com folhas arrancadas (79 a 96) e uma manchada com grossas pinceladas de tinta negra, de alto a baixo, para impossibilitar a leitura. Devia conter matéria importante e comprometedora para a vereação da altura, para ter sido assim riscado. Dá para entender, no entanto, que passou a assinar o colaboracionista Diogo Soares da Silva e Bivar, em vez do juiz de fora José de Macedo Ferreira Pinto. Na última página consegue-se ainda ler: «As folhas que faltam neste livro foram queimadas na fogueira (?) das... de Sua Majestade». Continuam a faltar os livros de Atas da Câmara Municipal de Abrantes para os anos de 1808 a 1810.

¹³ SILVA, op. cit., Vol. IX, 1870, p. 129-130.

¹⁴ Gazeta de Lisboa, n. 187. Quarta-feira, 10 de agosto de 1814. p.3. Executados na tarde de 25 de agosto e 1 de setembro.

¹⁵ AHU-Bahia, cx. 249, doc. 124 AHU_ACL_CU_005, Cx. 259, D. 18072. [ca. 1816] REQUERIMENTO de Diogo Soares da Silva Bivar, que fora preso no forte de São Pedro, na Bahia, e condenado ao degredo em Moçambique por traição contra o Estado no período da invasão francesa a Portugal, ao rei [D. João VI] solicitando perdão do crime.

Inglez, Italiano, e não sei fallar essas línguas”.¹⁶ O fato é que Bivar só foi isentado do crime de inconfidência por decreto de D. João VI de 26 de março de 1821, quando foi restituído à sua liberdade com todos os seus direitos, honras e prerrogativas. Decerto Bivar teve presença intelectual na Tipografia de Serva, possivelmente por suas conexões junto a maçonaria local, mas não teve a liberdade suficiente para editar uma gazeta publicada duas vezes por semana.

Há outros nomes, de menor monta, relacionados à *Idade d’Ouro* e ignorados pela História. O geógrafo e estatístico Adrien Balbi (Veneza, 25 de Abril de 1782 - Pádua, 14 de Março de 1848), autor de valiosa obra sobre a situação socioeconômica de Portugal no primeiro quartel do século XIX, afirma que a *Idade d’Ouro* teve por redatores “L’abbé Ignacio José de Macedo et l’avocat Brito.”¹⁷ O “advogado Brito” deve ser Paulo José de Mello Azevedo e Brito, que depois da Independência tomou parte na junta que governou a Bahia. Por fim, há ainda mais um colaborador da *Idade d’Ouro*, também esquecido pelos historiadores: Manuel dos Passos e Figueroa. Encontrei seu nome num conjunto manuscrito conservado na Biblioteca Nacional.¹⁸

É bem possível que a *Idade d’Ouro* tenha recebido a colaboração eventual desses indivíduos, mas a leitura da sua coleção, comparada a outras fontes, permite afirmar que Ignacio José de Macedo foi oredator que iniciou o jornalismo na Bahia em 1811 e seguiu escrevendo até 1823. Penso que o próprio *Prospecto* do Jornal, em 1811, já fora da lavra do próprio Macedo. Os cronistas e bibliógrafos do século XIX indicam isso, pois além do já citado Innocencio Francisco da Silva, um texto publicado na *Revista de Santiago*, em 1873, afirma que “[...] En la

¹⁶ O Velho Liberal do Douro, n. 38, 1833, p. 358-359.

¹⁷ BALBI, Adriano. Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d’Algarve, comparé aux autres états de l’Europe, et suivi d’un coup’oeil sur l’État actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hémishéres. Paris: chez Reyeh Gravier, libraires, 1822, Volume 2, p. clxxxii.

¹⁸ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), Coleção Carvalho, Localização:I-32-,15,003; Localização Antiga: Cód. MLXXIV (24-8) nº31-32,15,3C.210. Título: DOCUMENTOS relativos a Manuel dos Passos e Figueroa, que foi redator da Idade do Ouro, [S.l.], 1834. 16f. 9 docs. Um dos documentos trata-se de uma edição do periódico Sentinela da Liberdade.

ciudad de Bahia se instaló tambien una imprenta por esa época, i se publicó un periódico con el nombre de Idade de ouro (edad de oro), cuyo principal redactor fué el clérigo portugues Ignacio José de Macedo, mui famoso mas tarde en los anales periodísticos de Portugal

Ignacio de Macedo ficou à frente da redação da *Idade d'Ouro* durante toda a existência do jornal. De início, o próprio Macedo dá a dica: já no número inicial da gazeta, publicado a 14 de maio de 1811, o primeiro nome publicado no periódico é o dele mesmo, colocando-se na terceira pessoa (o que comumente fazia), onde afirma que “[...] recitou o Reverendo Padre Ignacio José de Macedo huma elegantissima Oração Gratulatoria”. Assim, o texto do número 1 é da lavra do próprio Macedo e na *Idade d'Ouro* permaneceu até o último ano, em 1823, quando a manutenção da unidade constitucional entre Brasil e Portugal dava o tom do jornal.

Por fim, e mais importante, o próprio Macedo confirma que esteve a frente da *Idade d'Ouro* desde sua criação. Os historiadores da imprensa baiana não investigaram *O Velho Liberal do Douro*, jornal editado no Porto e Lisboa por Ignacio José de Macedo a partir de 1826; falta justificável pela raridade desse periódico, como adiante será explicado. Folheando *O Velho Liberal* salta aos olhos, de imediato, que a epígrafe de autoria de Sá de Miranda, que estampou a *Idade d'Ouro* desde o seu primeiro número, estava lá também presente: “*Fallai em tudo verdades; A quem em tudo as deveis.*” Epígrafe que Macedo, finalmente, explica logo no primeiro número do periódico português. Além disso, foi no *Velho Liberal* que Macedo admitiu nominalmente ter sido o redator, já em 1811, da *Idade d'Ouro*:

Quando escrevíamos na Bahia a *Idade d'Ouro do Brazil*, fomos censurados pelo Hippolyto, Author do Correio Braziliense em Londres; o qual ao mesmo tempo que elogiava os nossos Escriptos, estranhava, que advogassemos o Governo do Brazil, sendo hum Governo puramente Militar.¹⁹

¹⁹ O Velho Liberal do Douro, n. 27, 1827, p. 304.

Ora, a controvérsia com Hipólito da Costa, bem como o elogio a um dos impressos de Macedo, teve lugar no volume 7 do *Correio Braziliense*, ainda em 1811, quando o jornalista radicado na Inglaterra registra que “[...] recitou o padre Ignacio José de Macedo, na presença do governador o Conde dos Arcos, uma oração gratulatoria”, afirmando ainda que:

[...] a Oração está bem escripta ; mas não podemos deixar de nos escandalizar com alguns dos principios que nella inculca o Orador; porque a admissão de taes principios produz terriveis consequências. O padre Macedo toma por concedido, que “o Brazil acaba de sahir do estado colonial,” he o primeiro principio, que nos lhe negamos mui formalmente. E se não diganos o Snr. Orador, em que melhorou a sorte da gente do Pará, Maranhão, Matto Grosso, &c. o mudar-se a Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro? – He isso o que extingue o systema colonial, o ter-se mudado o lugar da Corte, em quanto se não compõem os negocios da Europa, ou, se assim o quizerem, para sempre? Os recursos do Pará ao Rio de Janeiro estão mais remotos do que a Lisboa, e até mais remotos do que á Russia, vindo pela via de Inglaterra; porque a communicação de Londres a S, Petersburgo He muito mais breve do que de Londres ao Rio de Janeiro. A extinção pois do systema colonial, depende da abolição do governo militar, que he próprio só de conquista, ou de um Estado Despotico, como são os Asiáticos; e da mudança geral de outros muitos estabelecimentos desta natureza; que não he para agora o discutir: a residencia da Corte em Lisboa, no Rio de Janeiro, na Bahia, nos Açores, ou em qualquer outra parte dos domínios de Portugal, não tira nem põem cousa alguma ao systema de governo colonial.²⁰

Hipólito discorda do padre Macedo, que afirmara ter o Brasil saído do estado colonial por meio da Abertura dos Portos em 1808, quan-

²⁰ Correio braziliense: ou, Armazem literário, Volume 7, 1811, p. 239.

do ainda permanecia subordinado aos interesses metropolitanos nos anos que se seguiram. Diverge também de Macedo que qualificou de “sublime graça” a instalação da tipografia e a criação da biblioteca com doações particulares. Hipólito considerou que “[...] Estamos no caso de um ladrão de estrada que rouba ao passageiro todo o seu dinheiro e depois dá-lhe pequena porção, e diz-lhe que lhe faz um favor. Não há tal... Chamar a isto graça sublime é insultar a razão e o senso comum”.²¹ Macedo respondeu “[...] com a modestia possível àquelle Campeão da Liberdade, que depois se converteo em catavento”, que a causa dos problemas do Brasil não era o governo dos capitães gerais, mas “[...] a má Economia Política, e ruim Administração da Justiça”. Macedo ainda afirmara que os governadores da Bahia eram “todos limpos de mão”, mas que o Brasil experimentava o “Depotismo dos Ministros”, concluindo que “[...] o tal Hippolyto percebeo a força do argumento; e não vociferou mais contra o Governo Militar, como causador das dilapidações e Despotismos do Brazil”.²²

O fato é que a controvérsia entre Hipólito e Macedo ocorreu ainda em 1811. Isto posto, a crer na afirmação de *O Velho Liberal do Douro*, fica confirmada a primazia do Padre Macedo na redação da *Idade d’Ouro*, desde seu primeiro ano de funcionamento, sublinhado a colaboração eventual de um ou outro intelectual nesse periódico.

Mas quem foi, então, o Padre Ignacio José de Macedo? *O Velho Liberal do Douro*, além de outras fontes, permitem reconstruir aspectos da biografia do primeiro jornalista da Bahia, desde a infância até sua morte em fevereiro de 1834.

Nascido no Porto em 1774, Ignacio de Macedo seguiu para a Bahia em 1782, contando, então, oito anos de idade.²³ Pouco se conhece de suas origens familiares, mas Macedo se refere a Duarte Ribeiro de Macedo (Lisboa, 1618 – Alicante, 1680) como “nosso mui prezado tio”, indicando possível ligação familiar em relação ao magistrado e intelectual seiscentista.²⁴ Em relação a sua família, apuramos que o menino

²¹ Idem.

²² *O Velho Liberal do Douro*, n. 27, 1827, pp. 304-305.

²³ SILVA, op. cit., 1859, Vol. 3, p. 209. Ver também: Vol. 17, 1883, p. 53.

²⁴ *O Velho Liberal do Douro*, n. 49, 1827, p. 658.

Macedo teve “huma irmã mais velha, que á noite me contava historietas para eu dormir, porque eu era um tanto estropetino, como ella dizia”.²⁵ Já na Bahia, seu pai era um homem de poucos recursos e isso impediu o filho de cursar os graus acadêmicos superiores, pois “(...) dinheiro e honras, que meu pai não teve. Conheci muito disto no Brazil (...) e ainda que fossem para lá vender cachaça descalços em huma taberna, quando casavão roião ás vezes as unhas com fome para mandar os filhos a Coimbra, e terem hum Doutorsinho, ou hum Fradinho em casa”.²⁶

O bem informado Alexandre de Mello Moraes afirma que Macedo “foi caixeiro de uma taberna em S. Gonçalo dos Campos da Cachoeira, depois donato e por fim ordenou-se frade no convento de S. Francisco da Bahia, e se tornou por seus talentos um homem notável”.²⁷ Suas primeiras poesias foram feitas no tempo de estudante, quando os dava “[...] a uma Brasileirinha (...) muito vaidosa aos doze annos, e perdida por versos, que a lisongevão”.²⁸

O próprio Macedo descreve aspectos da sua formação intelectual, afirmando que “[...] Fui educado por Jesuitas na minha infancia, percebia aos 18 annos os defeitos de toda a Theologia Ultramontana, reformei os meus Estudos antes de ser Lente de Letras Sagradas, intendi (sic) que meus primeiros Mestres não pensavam como eu”.²⁹ É curioso Macedo afirmar que foi educado por jesuítas, já que nasceu após a Congregação haver sido expulsa dos domínios da Coroa de Portugal. Ele, não obstante, explica isso: “[...] Nós conhecemos na Bahia dois, ou tres Jesuítas (...) que forão Mestres do Collegio; os quaes sabião latim muito bem, e Instituições Canonicas (...). Verdade que elles ensinavão a mocidade bem no Latim, e Ortografia, trivios, Quadrivios, &c.”³⁰

Macedo afirma que aprendeu a ler com a *Deducção Chronologica e Analítica* (1768), obra anti-jesuítica escrita por José de Seabra

²⁵ O Velho Liberal do Douro, n. 33, 1833, p. 311

²⁶ O Velho Liberal do Douro, n. 36, 1833, p. 341.

²⁷ MORAES, Alexandre José Mello. Historia do Brasil-reino e Brasil-imperio. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro, 1871. Vol. 1. p. 115.

²⁸ O Velho Liberal do Douro, n. 37, 1834, p. 344.

²⁹ O Velho Liberal do Douro, n. 4, 1833, p. 29.

³⁰ O Velho Liberal do Douro, n.33, 1827, p. 384.

e Silva, a quem conheceu na Bahia. Já adulto, detestava os inicianos, “piores do que todos”, mas admirava a obra e a história do padre Antonio Vieira, a quem, de certa maneira, tentou imitar ao longo da vida.³¹ Leu *A Arte de Furtar*, que afirmou, corretamente, ser da lavra de Duarte Ribeiro de Macedo e não do padre Vieira, a quem era então atribuída. Também admirava a obra de Gregório de Matos, a que teve acesso por meio de manuscritos que circulavam na colônia. Apesar de ter ingressado num Colégio da Bahia, Macedo pode ser considerado um autodidata e ele mesmo sublinha isso:

He preciso estudar muito em casa, porque ao sahir da Universidade e Collegios somos mui pouca cousa; (...). Eu no fim de sete annos de estudo em hum grande Collegio no Brazil fui aos vinte e cinco annos lente de Filosofia, de Dogma, e Historia, e prégava com grande applauso dos litteratos; mas confesso que entrando então a estudar mais seriamente no gabinete conheci aos trinta e dois annos que era hum charlatão, e não merecia alguma contemplação senão dalli em diante. (...) entrei em hum Collegio para estudar altas materias; e os Mestres me prohibião a lição de qualquer livro, á excepção daquelles por onde me ensinavão. Eu, que já então era travesso, e muito dado à liberdade, pedia livros emprestados, e comprava outros, que tinha escondido dos Mestres (...) Mr. Brissot (...) assigna as Universidades e Academias como causas que agrilhoão o voo do pensamento humano, e mantem o despotismo das sciencias. He preciso longo estudo, que se acquire no Gabinete, nos bons livros, e na pratica do Mundo, que não são os cinco annos de Coimbra ou das Cadeiras do Claustro. Para se lerem bons livros he necessario gastar grosso dinheiro, ou ter boas amizades com homens de gosto, e boa livraria.³²

³¹ Idem

³² O Velho Liberal do Douro, n. 54, 1834, p. 519; n. 50, 1834, p. 470; n. 49, 1834, p. 458; n. 28, 1833, p. 248.

Macedo era um voraz leitor dos clássicos e dos pensadores do seu século. Ainda muito jovem, na Bahia, aproximou-se dos círculos intelectuais da época e de homens influentes, a exemplo de D. Fernando José de Portugal, Marquês de Aguiar, “que me argumentou muitas vezes na Bahia, sendo eu Collegial, (...) traduzio no Rio de Janeiro o *Ensaio da Critica de Pope*, e mandou-me um exemplar á Bahia”.³³ Seguiu também, durante toda a vida intelectual, a linha de pensamento de Edmund Burke. Além de Pope e Burke, Ignacio de Macedo admirava as obras de Newton, Bacon, Loke, Descartes, Montesquieu, La Land, Rancine, Montagne, D’Alembert, Voltaire e Fleury, que teve conhecimento por meio de impressos e manuscritos que circulavam pela Bahia. Apesar de ser um padre, não apreciava os autores eclesiásticos e, inspirado pela leitura de Pope, afirmou que “[...] os Claustros tem produzido grossos volumes de controversias inuteis e questões ociosas”.

Nunca cursou os graus superiores e costumeiramente atacava o pedantismo e a incompetência dos acadêmicos de Coimbra. Assim, sua educação pouco teve de formal. Inocêncio da Silva afirma que Macedo “[...] escrevia com muita facilidade e presteza, e por isso a sua phrase e linguagem não eram sempre correctas. Pouco seguro na critica, e fálto de memoria, transtorna muitas vezes os factos, e não ha que confiar nas suas citações”.³⁴ Essas afirmações são graves, mas justificáveis. Primeiro, os quarenta anos em que viveu na Bahia imprimiu na escrita de Macedo características da linguagem colonial, e depois, em Portugal, de uma linguagem falada ou coloquial, visto que o próprio Macedo afirma que “Criado no Brazil de tenra idade, não sei que nome se dão a certas cousas de Portugal; e vou sempre pelo uso dos outros, que fallão”.³⁵ Essa linguagem colonial e coloquial, decerto era pouco apreciada por intelectuais portugueses do século XIX, inclusive por Inocêncio. Em segundo, o próprio Ignacio revela a ironia e a verve crítica característica dos seus escritos: “[...] Charlatães como eu, que borrrão papel para dizerem quatro graçolas safadas em meia duzia de anthiteses.”³⁶

³³ O Velho Liberal do Douro, n. 7, 1833, pp. 58-59.

³⁴ SILVA, op. cit., Vol. 3, pp. 209 e 210.

³⁵ O Velho Liberal do Douro, n. 8, 1826, p. 83.

³⁶ O Velho Liberal do Douro, n. 38, 1833, p. 358

Sua história literária se inicia ao tempo em que carreira de pregador ganha impulso, após proferir em 1811 a oração que celebrou o aniversário da Abertura dos Portos, ocorrida três anos antes. Mas Macedo viveu numa Bahia em transição, quando as notícias deixaram de ser anunciadas nos púlpitos das igrejas e passaram a ser divulgadas pela imprensa. Foi a imprensa, e não o púlpito, que lhe deu nome. Além do nome, sua ligação com a *Idade d'Ouro* logo lhe deu um apelido, hoje esquecido: Ignacio Gazeteiro. Encontrei o registro da alcunha “Gazeteiro” na carta de frei. Amador de Sancta Cruz, datada de 1817, e no diário particular do médico inglês Dr. Jonathas Abbott, escrito nos anos de 1830.³⁷ Apelido que, agora, pode ser restituído ao primeiro jornalista da Bahia.

2. Além da idade d'ouro

É possível afirmar, ainda, que a influência do Padre Macedo nos círculos intelectuais da Bahia vai além da sua atuação a frente da *Idade d'Ouro*. Os historiadores que investigaram a Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva não perceberam a real participação do padre portuense no desenvolvimento daquele empreendimento. Manoel Antonio foi o negociante que tornou possível a criação de uma tipografia na Bahia, mas Ignacio José de Macedo foi a força intelectual da primeira fase da referida tipografia. Antes, porém, de indicar a participação de Macedo na produção intelectual da época, é necessário revelar alguns aspectos da sua atuação política na Bahia.

Existem acusações contra o Padre Macedo, ligando-o aos quadros maçônicos do Recôncavo baiano colonial, sendo que as sociedades iniciáticas (ou secretas) àquela época eram mal vistas aos olhos da monarquia portuguesa, bem como proibidas pela Igreja Católica. Uma leitura mais atenta da *Idade d'Ouro do Brasil* indica que, desde 1811, seu redator já estava atento à movimentação entre maçonaria portuguesa e a inglesa, quando noticiou o ingresso de Domingos de Sousa Coutinho, irmão do Ministro D. Rodrigo, num “club” londrino que servia de fachada para uma loja maçônica presidida pelo madeirense José Sebastião

³⁷ GALVÃO, Fernando Abbott (Ed). O Diário de Jonathas Abbott. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007, p. 127.

de França e Andrade.³⁸ Entre os membros desse “club” se encontravam o secretário Jacinto José Dias de Carvalho, o tesoureiro Manoel Ribeiro Guimarães, Antonio Martins Barroso, João Ferreira Duarte, José Antonio Gonçalves de Oliveira. Manoel Fernandes Alves, Ignacio Palyart, João Antonio Frutuoso, Domingos José Martins, Francisco Alves de Carvalho Vianna, Henrique Correia. Vale ressaltar que 1810, a firma *Barroso, Martins, Dourado e Carvalho*, propriedade de três indivíduos acima indicados, exportou os prelos para estabelecer uma imprensa na Bahia, que segundo o embaixador português em Londres, fora uma iniciativa secreta do próprio Hipólito da Costa, que estava alinhado aos interesses da maçonaria inglesa liderada pelo Duque de Sussex. A maçonaria estava, então, dividida entre a influência do Grande Oriente Francês (maçonaria vermelha) e das lojas inglesas (maçonaria azul).

Domingos José Martins seria, aliás, a chave para entender a maçonaria nas capitanias do norte da América portuguesa entre 1811 e 1817, sendo um dos líderes da Revolução Pernambucana. Evaldo Cabral de Melo afirmou que “A partir de 1813, [a maçonaria pernambucana] fora reativada não de Lisboa ou do Rio, mas de Londres, por Domingos José Martins, emissário de pedreiros-livres ingleses. Desde então, as lojas pernambucanas haviam-se tornado exclusivamente brasileiras, excluindo portugueses, os quais por isso mesmo fizeram seu inferno à parte”.³⁹ O que Evaldo Cabral não percebera é que Martins também já estivera em Salvador em 1812 e sua presença foi divulgada nas páginas da Idade d’Ouro.⁴⁰ Sob o pretexto de resolver problemas de sua empresa comercial, pode ter se aproximado das três lojas maçônicas que ali funcionavam. Poucos anos depois, em 1817, a atuação política de Martins levaria à eclosão da Revolução Pernambucana.

O ano de 1817 foi complicado também para Ignacio de Macedo, em decorrência de duas denúncias contra ele, acusando-o de maçom. A

³⁸ Idade d’Ouro do Brazil. N. 56, sexta-feira, 22 de novembro de 1811. Estava na Bahia em 1812, divulgando suas duas firmas, em Londres e Liverpool, em sociedade com o supracitado Antonio Martins Barroso. Idade d’Ouro do Brazil. N. 23, sexta-feira, 20 de março de 1812.

³⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 36.

⁴⁰ Idade d’Ouro do Brazil, n. 23, sexta-feira 20 de março de 1812.

primeira, uma carta destinada a D. João VI, em 1817, escrita por certo frei Amador da Sancta Cruz revelou a ligação do jornalista com os pedreiros livres na Bahia. A carta denunciou ao monarca que

[...] a malvada seita dos Pedreiros Livres, cujo principal acento he nesta Cidade, plantada, há mais de vinte annos por Joze Francisco Cardozo (...). Os **Padres Ignacios, Gazeteiro**, o M.^o de Grammatica, e outro mestre da mesma lingoa, Dominicano, e o Substituto das mesmas Cadeiras são iguaes aos antecedentes, todos elles profanadores do seo estado, e as mais fortes columnas da Massonaria; elles são, q. explicão o cathecismo, e Ritual das funções massonicas, cujo livro foi impresso em Londres com o titulo = Compendio p.^a o Oriente da Bahia= na Impressão de Segredo.⁴¹

O conteúdo da carta era grave e Macedo teria razão em se preocupar com a denúncia, visto que em 1817 a maçonaria foi responsável pela turbulência política nos dois lados do Atlântico. Em Portugal ocorreu a Conspiração de Gomes Freire de Andrade, levando ao cadafalso doze pessoas acusadas de Inconfidência, incluindo o próprio líder, que ocupava naquele ano o cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano.⁴² Na América portuguesa teve início, em março, a Revolução Pernambucana, chefiada por Domingos José Martins.⁴³ Sobre isso existem duas interpretações historiográficas. Em 1843 o historiador Abreu e Lima, filho do emissário enviado pelos dirigentes do movimento pernambucano para a Bahia, afirmou que os dois movimentos haviam sido arquitetados em conjunto pelos pedreiros livres do Brasil e do Reino, com o objetivo de impelir a saída de D. João VI do Rio de Janeiro para Lisboa e recuperar a autoridade do governo para a monarquia, visto que

⁴¹ PEREIRA, Ângelo. *D. João VI, Príncipe e Rei*. Lisboa: Imprensa Nacional de Publicidade, 1956, Vol. III, p. 251 e 252.

⁴² MARQUES, op. cit., Vol. I, pp. 112-5.

⁴³ TAVARES, Francisco Muniz. *História da revolução de Pernambuco em 1817*, 3a. ed., Recife: Imprensa Industrial, 1917.

estava sob as ordens de Lord Beresford.⁴⁴ Segunda, de Evaldo Cabral de Mello, afirma, não obstante, que o movimento de 1817 ocorreu devido a uma divisão na maçonaria pernambucana, que ficou sob influência da maçonaria inglesa, enquanto os centros maçônicos do Rio de Janeiro e da Bahia permanecerem alinhados às lojas do rito francês.⁴⁵

A outra denúncia contra o Padre Ignacio de Macedo o acusa de ser ligado à Revolução em Pernambuco e ter convidando, em Salvador, algumas pessoas para jurar bandeiras francesas. Existe, inclusive, uma lista dos conspiradores da Bahia supostamente ligados ao movimento pernambucano, quase todos, senão todos, pedreiros-livres, sendo alguns ligados a Tipografia de Serva.⁴⁶ Mas os indícios apontam que Macedo não estava ligado à maçonaria francesa, pois uma carta de Antonio de Moraes Silva para o Dr. Rodrigues de Miranda, a 11 de julho de 1817, considera que nesta denúncia “vai um toque relativo aos pedreiros livres da Bahia, que talvez tenha mais de calúnia, que de verdade”. O célebre lexicógrafo ainda pondera que “os vis conspiradores desta terra (...) espalharam que na Bahia e Rio havia muita gente desta, que fazia causa comum com eles. Eu não tenho dados para julgar disto; vi os catecismos que se acharam em casa do infame Martins”.⁴⁷ O fato é que coube a Macedo celebrar na Bahia o aniquilamento da Revolução Pernambucana, por meio de uma oração onde tentou demonstrar os erros do movimento, “misturando os preceitos da Filosofia Moral, e Política com os Dogmas da Religião mostrou quaes erão os perigos da liberdade mal entendida; e que assim na ordem Moral como na ordem Fisica deve haver hum centro commum, e legitimo de atracção, e subordinação para que as Nações se-

⁴⁴ LIMA, José Inácio de Abreu e. *Compendio de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843, vol. 1, p. 274 e 275.

⁴⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. *Dezessete: a Maçonaria dividida, Topoi*. Revista de História, Rio de Janeiro: PPGHS / UFRJ, vol. 4, março de 2002, p. 9-38.

⁴⁶ *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1953, Vol. CII, p. 204 a 206. Entre os implicados na denúncia de que eram “comprometidos na revolução de 6 de março de 1817 [e] Convidavam para jurar bandeiras francesas”, em maior ou menor medida ligados a Tipografia de Serva, estavam Paulo José de Melo, Alexandre Gomes Ferrão, Joaquim Alves Branco, Padre Inácio José de Macedo, José Francisco Cardoso. O documento, assinado por D. João IV, termina com: “Dado por Bernardo Teixeira, o qual lhe entregou o Padre Cura da Bahia.”

⁴⁷ *Ibidem*, p. 39 a 41.

jão felizes”.⁴⁸ O próprio Macedo, afirmaria, já na velhice, que “O Velho Liberal do Douro instruído nas doutrinas do sabio Burk (sic) não entende pela palavra Reforma a destruição da Nobreza, nem de Frades, nem de Freiras, como entenderão os innovadores Francezes”.⁴⁹ Macedo nunca demonstrou ser simpático aos princípios da Revolução Francesa ou ao republicanismo presente na maçonaria de origem francesa.

Assim, é possível que na maçonaria baiana também houvesse grande influência da maçonaria inglesa, mais conservadora e tendendo ao monarquismo constitucional. A carta de Santa Cruz afirma, inclusive, que o catecismo usado por Macedo e José Francisco Cardoso havia sido impresso em Londres. Seriam os mesmos catecismos maçônicos Moraes Silva encontrou na casa de Martins? Não posso confirmar ou negar isso, até porque nenhum exemplar do *Compedio para o Oriente da Bahia* é conhecido.⁵⁰ Nem mesmo pude verificar a existência de uma Tipografia do Segredo.

Mas havia a Tipografia de Serva na Bahia e é possível identificar a influência do padre Macedo nas suas publicações. Seu nome não está estampado no frontispício, mas alguns dos mais importantes livros daquela tipografia foram impressos por sua diligência. A revista *As Variedades*, 1812, por exemplo, atribuída a Bivar merece mais algumas considera-

⁴⁸ Idade d’Ouro Supplemento Extraordinario, n. 42, sexta-feira 30 de maio de 1817..

⁴⁹ O Velho Liberal do Douro, n. 26, 1827, p. 294.

⁵⁰ Penso que esse catecismo maçônico indicado por fr. Sancta Cruz e Moraes Silva é a edição primitiva das *Instruções Maçônicas, ou Catecismo e Regulamento Geral do Grão de Aprendiz, Primeiro Grao da Maconeira Azul*, impressas em Londres por Hipólito da Costa. Nenhum bibliófilo as registra, tampouco as encontrei em bibliotecas, mas a correspondência da embaixada britânica arquivada no Itamaraty conserva uma carta de Domingos de Sousa Coutinho, parte da qual publicada por Mecenas Dourado, onde o embaixador revela que “Ouvi dizer depois que elle tinha escrito certas cartas maçônicas e um catecismo que aqui se imprimiu em portuguez”. Há exemplares de uma tardia edição fluminense, impressa em três pequenos folhetos, por diligência de Januário da Cunha Barbosa: *Instruções Maçônicas, ou Catecismo e Regulamento Geral do Grão de Aprendiz, Primeiro Grao da Maconeira Azul; organizados segundo o original francez, a traducção e annotações de Hypolito* (Londres), e *adoptados aos trabalhos da Loja Brasileira Commercio e Artes pelo seu veneravel J. da C. B. Cav.;* R.: +.: Rio de Janeiro: Na Typ. dos Ilrm .: Seignot-Plancher e Ca. rua d’Ouvidor, N. 95, 1833. Ver também: DOURADO, Mecenas. Hipólito da Costa e o Correio Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1957, p. 121.

ções. É possível afirmar que o *Prospecto das Variedades* e a apresentação da revista foram redigidas por Macedo e a escrita solta não deixa espaço para dúvidas. A escrita de Bivar é mais sóbria e organizada como demonstra o texto *Sobre a Felicidade Doméstica*, que saiu impresso no primeiro número. Talvez o *Quadro Demonstrativo da Filosofia Antiga*, publicado no segundo número, também tenha a influência de Macedo, afinal, ela já era Lente desta disciplina em Salvador e muitos dos autores citados são dos preferidos do padre, como o abade Fleury e Mr. Barthelemy.⁵¹ O mais consistente indício de que Macedo estava envolvido diretamente na publicação da revista na Bahia é a de que ele reutilizou o nome *Variedades* na seção literária de *O Velho Liberal do Douro*, anos depois, onde fez análise de livros e inseriu anedotas ao mesmo modo que a Tipografia de Serva imprimiu na revista publicada na Bahia.

Também não é coincidência que os dois livros de filosofia impressos na Tipografia de Silva Serva tenham sido publicados em seguida à posse de Macedo como substituto na cadeira régia de filosofia, que ocorreu em 1816.⁵² Em 1817, a Silva Serva publicou o livro de Antonio Genovesi, *Institutiones metaphysicæ in usum tironum scriptæ curante Benedicto Josepho de Sousa Farinha*, com 9 páginas de introdução e mais 304 do texto.⁵³ Esse livro havia sido traduzido na língua portuguesa por Bento José de Sousa Farinha, como *Lições de Metafísica*, em Lisboa no ano de 1790. O eborense Sousa Farinha foi professor régio de filosofia em Lisboa, bibliotecário na Biblioteca Real d'Ajuda, que ganhou reconhecimento como autor do *Summario da Bibliotheca Lu-*

⁵¹ TAVARES, Luís Guilherme Pontes (ed.). *As Variedades ou Ensaios de Literatura*. Bahia: Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1814. Facsimile publicado pela Fundação Pedro Calmon, 2011.

⁵² *Idade d'Ouro*, n. 71, terça-feira 3 de setembro de 1816. É a primeira menção de Macedo como "Professor Régio.

⁵³ CASTRO, Renato Berbert de. *A primeira imprensa da Bahia e suas publicações*. Salvador: Impr. Oficial da Bahia, 1969, p. 101. Antonio Genovesi (1713-1769) nasceu em Castiglione e estudou em Salerno e Nápoles, onde foi aluno de Giambattista Vico. Apontado como professor de metafísica e Ética em Nápoles no ano de 1741. Genovesi logo entrou em conflito com a Igreja Católica Romana por causa dos seus escritos sobre racionalismo e do ateísmo. Em 1754, abandonou a filosofia para aceitar em Nápoles a primeira cadeira de economia a ser estabelecida em uma universidade na Europa.

zitana e editor de textos clássicos da história portuguesa. Falecido em 1820, não há qualquer notícia de que passou ao Brasil ou tenha incorrido diretamente nesta publicação da Tipografia de Seva. Então, coube a Macedo traduzir do português para o latim, língua que dominava com fluência, está “Editio Prior Brasilica”.

O outro livro de filosofia publicado na Serva foi o de Eduardo Job, *Institutiones philosophiae practicae, sive principia ethicae universalis atque specialis, juris naturae, ac politicas*. Bahiae : Typis Emmanuelis Antonii da Silva Serva 1817, com 214 páginas, considerada “muito apreciadas pelos jesuítas da época”. Esses dois livros eram, aliás, os preferidos de Macedo no ensino da filosofia, como ele próprio confessaria: “[...] Tem-se feito muitas Logicas e Metaphisicas; mas todas são muito inferiores á de Genuense (...). A Ethica de Heinecio he huma mystica seccante; e a de Job, que he melhor, seria hum compendio digno com alguma correção”.⁵⁴ Assim, é possível considerar que Macedo publicou estes dois livros como compêndios para seus alunos de filosofia. Além disso, esses impressos poderiam lhe ajudar a obter, em meio às denúncias que o ligava a maçonaria em 1817, a confirmação no cargo de professor régio de filosofia por D. João VI, pois estava tendo problemas em relação a isso, como sugere o manuscrito abaixo endereçado ao próprio monarca:

Ignacio José de Macedo, Pregador Regio, e Lente de Filosofia na Cidade da Bahia, não podendo hir beijar as Mãos de V. Exmo. e procurar pessoalmente a Sua Alteza Protecção, toma a ousadia de representar o seguinte: O Ex.mo Snr Conde dos Arcos pela amizade com q. sempre me honrou proveo-me na Cadr. de Filosofia [ilegível] pelo Despacho de Francisco Carneiro de Campos a Juiz de Orfaos desta Cidade. Este provimento foi feito em virtude da Carta Regia, q. manda prover as Cadeiras Vagas pelo Gov. de acordo com o Arcebispo, precedendo [ilegível] e ficou o Supperior na posse da Cadeira o Remetendo porem o Supperior a Sua Provisão ao Dezembargo do Passo por vir confirmada segundo o estillo, acontece q. ha mais de 2 annos

⁵⁴ O Velho Liberal, n. 10, 1826, p. 95.; n. 46, 1827, p. 603.; n. 49, 1834, p. 460.

não tem sahido a confirmação, ou por malicia de procuradores, ou porq. alguns pertendentes a Cadeira tem embaraçado a confirmação athe q. sahido daqui o Snr. Conde dos Arcos podessem obter a Cadeira por Decreto obrepticio.

Nestas circumstancias ininteligiveis não tem o Supperior outro remédio / como o mesmo Snr. Conde dos Arcos lhe ordenou / senão escrever a V. Exma, por exigir q. Sua Majestade confirme por hum Decreto a posse da Cadeira q. está provido segundo as Regias Ordens.

O procurador do Supperior apresentara a V. Exma. a Provisão do Snr. Conde dos Arcos, e do falecido Arcebispo para q. de huã vez cessem tão suspeitosas delongas, e por q. alguã trama não perturbe a posse em q. o Supperior se acha, desempenhando a sua obrigação como bem poderá informar que se dignou dar-lhe a Cadeira. O Supperior toma a confiança de esperar a mencionada Graça com muita justiça porq. mereceo a Cadeira por Seu exame publico; e mereceo, q. Sua Majestade o fizesse Seu Pregador Sem q. o Supperior o pedisse, mas pelo Agrado, q. mereceo a Oração pregada, e impressa por ocasião da elevação do Brazil a Reino.

Il.^{mo}, e Ex.^{mo} Senhor. Deos Guarde [folha de trás]
Regia [...] o Avizo de 6 de Abril de 1818.⁵⁵

Ignacio de Macedo alcançaria a confirmação para a referida cadeira em 1819. Além de professor e jornalista, foi também poeta, publicando versos laudatórios em 1817, na *Relação do Festim, que ao Illm.^o e Exm.^o Senhor D. Marcos de Noronha e Brito, VIII Conde dos Arcos*, volume de 64 páginas que contém deste autor uma *Invocação* (p. 14 e 15) e o *Elogio ao Commercio* (p. 28 a 34). O padre foi um poeta medíocre, um orador oportunista, um professor respeitado, mas principalmente um jornalista atuante o suficiente para protestar contra

⁵⁵ BNRJ, Coleção Documentos biográficos, C-0081,007. MACEDO, Ignacio Jose, Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando confirmação de propriedade da cadeira de filosofia da Bahia. [S.l.], 1817.

os erros na administração colonial. Usou o jornal para criticar a corrupção que grassava na Mesa de Inspeção em Salvador, após ler livros de economia-política, com destaque para a obra de Jean Baptiste Say e a *Riqueza das Nações* de Adam Smith, introduzidos na Bahia por volta de 1800, tornara-se inimigo de corporações e defensor dos princípios do liberalismo. Acusou a existência no “Tribunal de Inspeção para assucar, e tabaco” de corrupção mediante suborno “que enriquecia muita gente para andar de sege”. Segundo Macedo:

Eu então lia Smith, e persuadi ao Conde dos Arcos para que empregasse o seu valimento com El-Rei no Rio de Janeiro a fim de abolir aquelle Tribunal Theologico, tão nocivo á Lavoura e ao Commercio. O Conde fez Representações eloquentes baseadas em principios de Economia Politica; e nada valeo, porque no Rio existião patronos para conservarem o Tribunal da Inspeção. O Rei foi enganado pela Oligarchia Fluminense; e o Tribunal foi julgado então huma cousa santa, e muito louvavel para haver bom assucar, e bom tabaco.⁵⁶

Para Macedo, contudo, o maior problema do Brasil e de Portugal era a estrutura estamental daquelas sociedades e o desejo de ser fidalgo era a origem de todos os males. Contrário à escravidão no Império português, o Velho Liberal observa que “Os Peninsulares, e os Brasileiros tem todos os mesmos vícios, tem muita propensão para a Aristocracia, e pouco amor ao trabalho (...)”.⁵⁷ Os ensejos fidalguescos atalhavam a criação de uma Constituição que limitasse os poderes da monarquia e pusesse fim no absolutismo que vigorava desde o medievo. Segundo Macedo:

O Conde dos Arcos, ultimo Governador da Bahia, (...) era tão meu amigo, como o podia ser um hum fidalgo orgulhoso de hum Clerigo plebeo. Discorrendo ás vezes sobre os males de

⁵⁶ O Velho Liberal do Douro, n. 12, 1833, p. 109-110; n. 29, p. 257

⁵⁷ O Velho Liberal do Douro, n. 26, 1827, p. 294.

Portugal e do Brazil, e lamentando a huma Monarchia que ia caindo aos pedaços, e que carecia de huma reforma, tecia conversações longas commigo sobre tal assumpto, e muito se irritava quando algum folheto da Europa fallava na palavra Constituição. Era amigo das letras, muito inimigo de Desembargadores ladrões, dos quaes depoz alguns na Bahia; mas ainda era mais inimigo das Constituições. Eu, que privava muito com elle, apesar da opposição, (...) Fiquei então convencido de que era mais facil converter hum convento de Frades, do que hum Fidalgo do seu preconceito. O mais que esta mania está espalhada por todo o Reino, e antigas conquistas, aonde se falla a lingua Portugueza. Todo o Senhor de Engenho no Brazil he Fidalgo, e só nisso quer ter origem Europea. Todas as Villas do Reino e Aldeas estão cheias de Fidalgos, e aonde elles dão o *la mi re* não pode haver Constituição.⁵⁸

Gregorio de Mattos, insigne Poeta Bahiense, e contemporaneo do Padre Antonio Vieira, escreveu em versos chulos a arte de enfidalgar, na qual desenvolve com muita verdade a mania dos homens a este respeito. Elle pertendeo (sic) fazer o que fizera Cervantes aos cavalleiros andantes; mas sua arte não foi tão feliz em seus effeitos, como o livro de D. Quixote. Gregorio de Mattos malquistou-se com toda a nobreza da Bahia, e a mania fidalguesca lá ficou tão arraigada quanto no Minho. (...) Nos Paizes de grande escravatura he mais ordinaria esta mania. Os senhores de Engenho no Brazil são quasi todos fidalgos; e como gerão muitos filhos de differentes escravas, fazem huma povoação fidalguesca de todas as cores. Huma preta do Brazil, que chega ser forra, e que pôde comprar alguma escrava, he *ipso facto* fidalga; e raro he o mulato, que não presume ser filho de um fidalgo. Daqui inferimos nós que não he preciso

⁵⁸ O Velho Liberal do Douro, n. 37, 1834, p. 349-351.

nascer nobre para ter infatuações; isto he um defeito orgânico.⁵⁹

O Gazeteiro rompeu com o Conde dos Arcos, “sendo notavel o despejo com que o padre Ignacio José de Macedo, outr’ora seo amigo, empregou contra o mesmo conde o virus das injurias na Idade d’ouro, que então redigia”.⁶⁰ Segundo Pedro Calmon, o Conde dos Arcos, após ser preso na Corte, foi remetido a Portugal, sendo que “Ao passar o navio que o conduzia pela Bahia, a turba portuguesa, instigada pelo padre Macedo, redactor da Idade de Ouro, vaiou-o no cáes e queimou o seu retrato, que havia no salão de honra da Junta do Commercio”.⁶¹

Suposto pedreiro livre, Professor de Filosofia, censor, examinador sinodal, Ignacio Gazeteiro galgou o reconhecimento pela sua atuação como jornalista. A *Idade d’Ouro* e os outros impressos na Tipografia de Serva lhe deram prestígio na Bahia. Consideração que levou Macedo a dar o tom da eloquência na celebração dos eventos que marcaram a vida política na década que antecedeu a Independência. Em 10 de fevereiro de 1815 foi o responsável por celebrar em Salvador e elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarve “tomando por tema ás palavras de S. Paulo”.⁶² No dia 25 de maio de 1821, as bases da Constituição portuguesa foram aclamadas na Bahia “servindo de orador no *Te deum* o padre Ignacio José de Macedo, que desenvolveo o seo grande talento oratorio, apropriado ao objecto em famoso episodio, a passagem de Esdras, quando na volta do captivoeiro dos Hebrêos, se achou o esquecido livro da lei no destruido templo de Jerusalem”.⁶³ Sua linha editorial seguiu sempre em defesa da unidade constitucional entre Brasil e Portugal e para Macedo isso significava “huma consummação real da União dos tres Reinos, que S. M. unira no

⁵⁹ O Velho Liberal do Douro, n. 49, 1827, p. 667-669

⁶⁰ SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. Memorias historicas, e politicas da Provincia da Bahia. Bahia: Typ. do Correio Mercantil, de Précourt e C., 1836, Vol, 2, p. 33.

⁶¹ CALMOM, Pedro. História da Bahia. São Paulo: Comp. melhoramentos de S. Paulo (Weiszflog irmãos Incorporada), 192?, p. 134.

⁶² SILVA, Op. Cit., 1835, Vol, 1, p. 318.

⁶³ Ibidem., 1836, Vol. 2, p. 32.

Diploma do Brazil em Reino Unido a Portugal, e Algarves”.⁶⁴ Porém, o início dos conflitos entre brasileiros e portugueses comprometeu a posição política de Macedo.

3. A idade d’ouro e a guerra na Bahia

A Guerra de Independência na Bahia teve início em 19 de fevereiro de 1822, com o ataque das tropas portuguesas, chefiadas pelo tenente-coronel Inácio Luis Madeira de Melo, ao Forte de São Pedro. Essa investida ocorreu em meio às tensões da Carta Régia, que nomeou Madeira de Melo para o cargo de Governador das Armas na Bahia, substituindo o brasileiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães e exaltando os sentimentos pátrios dos habitantes da Bahia.

Após o início do conflito, o padre Macedo firmou sua posição pela manutenção da unidade constitucional e usou a *Idade d’Ouro* para atacar os partidários da independência. Infelizmente, muitos exemplares da *Idade d’Ouro*, especialmente do primeiro semestre de 1822 não puderam ser localizados, mas a Biblioteca Nacional conserva exemplares do segundo semestre e dos meses de janeiro e fevereiro de 1823. Por meio deles é possível ler que “A Revolução na Bahia (digão lá o que quiserem) não passa de huma facção; Muito antes do rompimento trabalharão os facciosos ás claras, e ninguém lhes foi á mão. Sabia-se muito bem que em taes casas [da vila de Cachoeira] se fazião depositos de armas.”⁶⁵ Além de ver a guerra como obra de uma facção política, talvez uma referência à Sociedade dos Jardineiros, Macedo deixou claro que “Nós queremos a integridade do Reino Unido, queremos manter o juramento de 10 de Fevereiro; e quem quer o contrario vá para o Reconcavo”.⁶⁶

Quando Hipólito da Costa, em Londres, advogou no *Correio Brasiliense* que os áulicos do Rio de Janeiro tomassem um empréstimo de 20 milhões na Inglaterra para contratar mercenários, Macedo lhe respondeu pela *Idade d’Ouro*:

⁶⁴ Idade d’Ouro do Brazil, n. 14, quinta-feira 15 de fevereiro de 1821.

⁶⁵ Idade d’Ouro do Brazil, n. 12. 11 de fevereiro de 1823.

⁶⁶ Idade d’Ouro do Brazil, n. 87, terça-feira 29 de outubro de 1822.

Ora, o Sr. Hypolito anda ha muitos annos por fora da Patria, não sabe o que por cá vai e de certo não faz idéa do alto gráo de desmoralização, e ignorancia, em que se encontra o Brazil. Sr. Hypolito, a liberdade he como o vinho generoso: carece usar-se dele com calculada proporção; e hum povo inimigo do trabalho, amigo de frivolas vaidades, dado á ociosidade, e ao luxo não póde ser ainda hum povo como V. m. quer. Todos suspirão pela liberdade; mas o facto mostra, que os maiores declamadores della só a querem para si. Sr. Hypolito, leia bem os Decretos do Rio, e veja, que bella liberdade. Mas aquelles que o seduzem para V. m. escrever querem ser Mandarins, e por isso detestão a Constituição; (...) nos amamos o Brasil tanto quanto V. m., mas não queremos ver o Brasil perdido com fumaças de Império independente; nem com Quixotadas Republicanas de 1817.⁶⁷

Além dos escritos na *Idade d'Ouro*, Macedo atuou diretamente na Guerra de Independência, em duas frentes. Na primeira, simbólica, continuou pregando contra os separatistas. No dia 25 de outubro de 1822 a imagem de Nosso Senhor do Bonfim foi transferida da sua capela em Itapagipe para o altar mor da Igreja dos Terceiros de São Domingos, em procissão. Na ocasião, Macedo proferiu uma oração pela adesão do Senhor do Bonfim “á causa da Nação e do Rei, contra os embutes, e hostilidades dos facciosos, que nos rodeão, e que nos querem exterminar desta Cidade”.⁶⁸ Na segunda, no *manus militari*, Macedo afirma que “teve muitos Estudantes, a quem ensinou a formação de hum Batalhão de Minerva para defender a Bahia em uma época perigosa”, sublinhando que “As sciencias socião muito bem com as armas”.⁶⁹

Em oposição à Independência no Centro-Sul do Brasil, acreditava que Portugal poderia manter a posse de territórios entre Salvador e o Pará. Usou o jornal para denunciar a aliança entre o grupo de Francisco

⁶⁷ Idade d'Ouro do Brazil, n. 98, sexta-feira 6 de dezembro de 1822.

⁶⁸ Idade d'Ouro do Brazil, terça-feira, 29 de outubro de 1822.

⁶⁹ O Velho Liberal do Douro, n. 36, 1827, p. 444.

de Montezuma no Recôncavo e José Bonifácio no Rio de Janeiro e estimular a moral dos portugueses residentes na cidade. Demonstrou também que compreendia os contornos da guerra:

Os planos políticos dos facciosos da Bahia tem falhado; e de nada valeo a occulta trama de se baldearem para a facção Fluminense; Nós só temos sentido falta de carne fresca; e dos mais gêneros nunca a Bahia esteve tão abundante. Quem pode dominar desde a Victoria até a Soledade, há de ser sempre Senhor da Província, huma vez que tenha a barra aberta, e que possa bloquear o rio de Nazareth, Cachoeira, e a Torre.⁷⁰

Macedo tinha consciência que o ponto fraco do governo de Madeira de Mello residia no cerco que as vilas do Recôncavo imputaram à capital, que estava impedida de se reabastecer. O jornalista conhecia bem a história da fracassada invasão neerlandesa de 1624-1625 e sabia que os invasores foram derrotados por não conseguirem romper o cerco que lhes foi imposto a partir do Recôncavo. Teve esperanças que a barra da Bahia ficasse aberta para a navegação, mas isso não ocorreu e daí nasceu o seu ódio contra o almirante Cochrane, que pudemos resgatar nas páginas do *Velho Liberal*:

Lembre S. Ex.^a marítima do ataque vergonhoso, que lhe fez a Charrua Princeza Real em frente da Bahia, quando elle com sua Esquadra chula se foi refugiar no Morro de S. Paulo. Lembre-se da sua covarde fuga diante da Fragata Perola na Costa da Torre de Garcia d'Ávila. Lembre-se da infame, e nocturna aleivosia contra a pequenina Corveta Calipso, perto da Equinoccial, quando o Velho Liberal do Douro gritou em cima da tolda – Ah perfido Cochrane, quanto deves a João Felix! – E eis ahi os seus feitos. Elle com a sua Náo estremecia do Vasconcellos em huma Fragata (...). Tornando porém ao se-

⁷⁰ Idade d'Ouro do Brazil, n. 99, terça-feira 10 de dezembro de 1822.

rio, e deixando facécias; que fez Lord Cochrane no Brazil ? Os Batalhões da Bahia já resolvão abandonar aquella Cidade, quando desconfião, que S.M.I queria devéras declarar o Brazil independente, e que obrava de acordo com seu Augusto Pai contra o Congresso das Necessidades. Os Europeos alli residentes não fazião mais, que olhar a direcção da Tropa para salvar suas fortunas (...). Na Bahia nunca houve guerra de Povo; houve dissidencia militar das Tropas Europeas com as Brasileiras; humas ao Pai, outras ao Filho. Ainda que Lord Cochrane não fosse á Bahia, e que os Bahienses não conspirassem contra os Europeos, sempre o resultado seria o mesmo a respeito da Independência, desde que cahissem as Cortes em Lisboa; porque nesse caso nenhum Europeo pugnaria mais por hum Governo absoluto, tendo um Governo constitucional no Rio de Janeiro. Logo a viagem de S. Ex.^a marítima a Bahia não influiu na independencia do Brazil senão tanto como a de outros presumidos, que se contemplão como causas efficientes daquella Independencia, que foi obra do tempo, da razão, e da politica europeia. Os Europeos de com senso, que residião no Brazil querião a Independencia, porque tinham nella as mesmas vantagens que os Nacionaes; e se elles se oppozerão a Ella, foi por seguirem o exemplo da força armada, e por desconfiarem, que a Independencia não degenerasse em Republicas tumultuosas como hia acontecendo em Pernambuco.⁷¹

Por terra, as tentativas de romper o cerco eram infrutíferas, pois “Os rebeldes armados, que andão para a banda das Brotas, tem armado suas traições aos nossos Soldados”.⁷² Rebeldes armados chefiados por Pedro Labatut, a quem Macedo se refere como o Sr. Nigromantico.

Vale ressaltar até sua morte, uma década após a Independência, Macedo manteve sua posição política e continuava a enxergar as lutas

⁷¹ O Velho Liberal doDouro, n. 16, 1826, p. 160-161.

⁷² Idade d’Ouro do Brazil, n. 102, sexta-feira 20 de dezembro de 1822.

de 1822-23 como obra de uma facção que se aliou aos interesses políticos dos áulicos fluminenses:

Desde 1820 que lidei no Brazil com os homens mais Liberaes, e que mesmo antes de falar em Constituição Portugueza erão homens amigos de ler livros com idéas liberaes, que na Bahia corrião com mais franqueza, que em Portugal; porque ali houve sempre uma Liberdade de facto, muita propensão a livros filosoficos. Quando a Constituição Portugueza foi ali proclamada e jurada, desenvolveo-se hum entusiasmo e união entre Europeos e Brasileiros, que parecia extinguir de todo certo espirito de bairro, e certa indisposição, que havia muitos anos reinava entre os filhos da terra, e os filhos de Portugal. Nunca vi tantas amizades, e até espantosas reconciliações entre inividuos e famílias, que nunca se fallavão. Porém, os Aulicos do Rio de Janeiro, que querião abafar o espirito Constitucional, lembrarão-se de excitar a velha balda dos Brasileiros contra os Portuguezes; e com impressos e agentes de viva voz mandarão persuadir os Brasileiros, que Portugal com suas Cortes queria escravizar de novo o Brazil, e fazer dele huma Colonia mostrando lhe um prestigio de Liberdade Constitucional. Desde que começou a propagar-se essa ridicula suspeita ninguem pôde mais ser Europeo no Brazil, á exceção de algum lisongeiro podre, que se baldeava para os Brasileiros, e que receberão disso boa recompensa, como foi hum General Gordilho, que eles assassinarão em premio do seu amor á causa Brasileira. Eu escrevia então a Idade de Ouro do Brazil com a mesma Epigrafe de que agora uso desvanecendo os receios dos Brasileiros; e como desde menino fui criado entre eles, julgava que elles me terião por seu amigo e patricio, como de facto sempre me tratarão antes daquella época: mas quando elles virão que eu não approvava a repentina independencia do Brazil por aquelles meios que me pareciam injustos e contrarios ao primeiro

juramento que havíamos dado de nos unirmos todos a Portugal, elles logo me puzerão maroto, Bonzo, e fanatico inimigo do Brazil, a quem dei provas de muita adhesão e amor pregando todas as Festas Reaes na Cathedral, e sendo o primeiro Escriptor. Alguns Estrangeiros, e outros Portuguezes, que me ouvião e lião sem me conhecer de perto, todos me julgavão filho da Bahia, e os mesmos Bahianos que por tal me reputavão, disseram afinal que eu era o mais ingrato e perigoso Europeo que lá estava. O Regimento d'Artilharia da terra, que rompeo primeiro o grito da Constituição, e que foi secundado pelo Batalhão 12 de Portugal, quando a Legião da terra fez fogo aos Artilheiros, foi o primeiro que pretendeo fazer embarcar para Lisboa todos os Soldados Portuguezes. Em fim começou huma barbara guerra civil indigna de gente civilizada, e todas as idéas Liberaes dos Bahianos se limitavão a aborrecer Europeos, e querer uma liberdade lá ao seu modo, e não como eu a entendia, e segundo as circumstancias em que se achava aquelle paiz, que já queria competir com a America Ingleza.

Conclui que os Brasileiros erão muito contradictorios em suas idéas de Liberdade, e muitos Europeos, que os conhecião bem, começarão logo a emigrar antes que a guerra civil se declarasse. Muitos deles, meus amigos velhos, não aspirarão senão a fazer corte aos Aulicos do Rio de Janeiro, que lhes promettião patentes militares, e titulos de Barões, e Marquezes. Foi facil o despotismo áulico zombar da sinceridade de homens, que aliás tinham boas idéas, e amor á Liberdade, como o Cirurgião Barata, e outros energúmenos, que morrião pela Liberdade, mas que por suas contradicções não sabião em que a Liberdade consiste. Esse Barata já recebeu o premio dos seus patricios, e o General Felisberto Gomes foi por elles assassinado, apesar de que elle era o peor e mais sanguinario inimigo dos Portuguezes. Oh que de cousas, que eu vi! Que contradicções Liberaes! Até hum pobre Cleri-

go filho do Porto, que se fez Brasileiro para ser Vigário, e que era tido por muito Liberal, votou no Governo da Cachoeira, que fossem assassinados todos os Europeos, excepto elle. Forão tão frívolos e contradictorios os Bahianos, que me exterminarão, e adorarão o tal bandalho de coroa, que sabia apenas um pouco de Latim, e que era hum monstro moral.

Os amigos mais intimos e juramentados com os Europeos para a causa da Liberdade do Brazil fugirão para o Reconcavo a fazer fogo sobre os amigos da Cidade; e muitos Europeos honrados da célebre Cachoeira, que se dizia uma segunda Filadelfia, forão presos, roubados, e algemados por quase duzentas leguas para morrerem nas cadeias de Pernambuco; e tudo isto feito pelos Liberaes, que detestavão habitos de Christo, que desdenhavão de Fidalgos, e que estão prontos a morrer pela Liberdade como os Americanos Inglezes: mas quando forão ameaçados por hum habito de Christo, por hum titulo, ou por huma pantente de Coronel e Milicias, ou hum emprego na Alfandega, adeos Liberdade, adeos amizade, adeos juramento! Viva o Brazil, morrão os marotos, he nullo o matrimonio de filha do Brazil com filho de Portugal! O dinheiro dos filhos de Portugal he nosso, porque foi ganhado na nossa terra! Eis o filosofismo e liberalismo, que com poucas excepções observei na Bahia! Mas deixemos aguas passadas, e fallemos das mazelas dos Europeos, porque em Lisboa e Portugal tenho presenciado o mesmo. Vim de lá corrido como de Herodes para Pilatos, e posso dizer com Sá e Miranda: *A conta sahio-me má, / Como bem dizem as velhas / Cá e lá más fadas há.*⁷³

Macedo tem alguma razão em denunciar a atuação do governo fluminense à cooptar e exortar os separatistas. A Biblioteca Nacional conserva uma carta inédita de José Henriques de Paiva, agente enviado

⁷³ O Velho Liberal do Douro, n. 34, 1833, p. 315-317.

do Rio de Janeiro à Bahia por José Bonifácio de Andrada e Silva e o Grande Oriente Brasileiro, que revela aspectos ainda não investigados da luta pelo controle da Bahia:

Cheguei a esta malfadada Cidade / já hoje feliz / a 2 de Fevereiro. Hum só momento não perdi para o complemento de tão arriscada como ponderosa empresa, e tive a fortuna de no curto espaço de 5 mezes, ver coroada uma obra, que tão digna se faz d'occupar longas paginas da Historia Brasilica. Empreguei toda a minha astucia e sagacidade. Convenci e fiz marchar pelo verdadeiro caminho da razão aquelles espiritos allucinados, que infelizmente erão illudidos pelos Vandalos nossos asquerosos inimigos, e que tantos victimas innocente tem reduzido á fome, e a mizeria. Entendi-me com aquellas Auctoridades que julguei precisas, as quais promptamente concorreram quanto estava ao seu alcance. Obtive um pleno conhecimento de quanto se manejava clandestinamente por as principaes Repartições, fazendo nellas empregar para este effeito pessoas já comigo d'antemão combinadas, e detendo aqui outras de confidencia para o seguro manejo do negocio; ao mesmo passo q.ª promovia para o Reconcavo a fuga d'outras. Suscitei a intriga para segregar do Quartel General do infame Madeira alguns dos mais temiveis Corifeos, entre os quaes fiz derramar a discordia, e pouca intelligencia. Foi anihillar a reputação dos dous Governos por meio da opinião publica conseguindo que pela Secretaria do Civil tudo fossem duvidas, e sempre se objectasse as requisições pecuniarias, que eram feitas por Madeira. E finalmente, depois de fixadas todas estas providenciais, no dia 23 de Junho, mesmo com Posse do General sahi da Cidade em companhia do Tenente Coronel Manoel Ignacio da Cunha ao Reconcavo a tratar-mos com o Bravo Coronel Lima Commandante em Chefe das Forças Imperiaes, da conveniente Negociação sobre a evacuação do Vandalismo, que obrigado pela fome, medo, e pela nossa ve-

gilante intriga tomou a resolução de abandonar a Cidade. E porq. o denodado Lima deu ao General uma resposta desfavoravel as suas pertencões, e em um tom Militar, e decisivo; na noite do dia do corrente correram os Vandalos, a bandeiras despregadas, ao seu refugio destinado, e na manhã seguinte / Dia de grande gloria e regozijo / fizeram-se á Vela com um comboy de 83 navios, levando os petrechos de guerra q. puderão, e tudo o mais que roubarão das cazas ondem estavam aboletadas, e algumas pefsoas d'artilharia que ainda deixavam, encravaramas, quebrando até o pão da Bandeira do Forte do Mar: e por este precipitado embarque ficamos livres do saque geral que naquelle dia pertenderão assolar a Cidade. Mas Lord. Cockrene, que não tem desamparado a barra algumas veses a tiro de bala da Esquadra Vandalica será o justo vingador de tamanhas afrontas. Bahia 5 de Julho de 1823. – 2º da Independencia.⁷⁴

Macedo continuava a afirmar que a Guerra na Bahia era estimulada por uma aliança entre José Bonifácio e Francisco de Montezuma, alegando que “O povo tem bons padrinhos, que não são Bonifacios, nem Tupinambás (...). Hum pouco de paciencia, e constancia,; e veremos esses presumidos afdalgados recolhidos ao Bastidor porque a Comedia ha de acabar”.⁷⁵ Era, segundo o jornalista, uma aliança que o sistema constitucional “tinha contra si desde o Rio de Janeiro até ao Rio Grande do Norte os Aristocratas, e os independentes de 1817”. Continua a afirmar que “Estes dois partidos derão-se as mãos com reciproco engano (...). O povo foi victima dos embusteiros para pegar Armas com o falso pretexto de que Portugal o queria escravizar”.⁷⁶

Sobre o jornal editado por Montezuma, afirmou, mais tarde, que “[...] No Brazil, desde 1820 tem havido huma inundação de Periódicos

⁷⁴ BNRJ, Seção de Manuscritos, C-0091,051 nº002. PAIVA, Jose Henriques de. Carta a Jose Bonifácio de Andrada e Silva, com relato sobre os movimentos rebeldes na Bahia.[Bahia],1823

⁷⁵ Idade d'Ouro do Brazil, n. 97, terça-feira 3 de dezembro de 1822.

⁷⁶ Idade d'Ouro do Brazil, n. 100, sexta-feira 13 de dezembro de 1822.

cos, e aquelle vasto Continente não apresenta indícios de melhoramento algum. Odio contra Europeos, e hum amor tonto de Liberdade, sem indagar em que ella consiste, eis a Política do Brazil”.⁷⁷ Em Salvador não “Ousa alguém aclamar o Imperador Bonifacio, bem a Republica abaratada”. Sua postura Constitucional o levou a questionar até José da Silva Lisboa, que vivia então no Rio: “E quem diria, que o probo velho e sempre honrado Lisboa havia tomar a linguagem dos Linos, e dos Baratas? Não somos nada neste mundo! Sr. Silva, já se esqueceo do grande Burk?”⁷⁸ Lembrando que foi Silva Lisboa, o Visconde de Cairú, o tradutor das obras de Edmund Burke para a língua portuguesa e, como Macedo, era um monarquista constitucional. Aliás, os mais significativos autores que gravitavam em torno da Tipografia de Serva defendiam essa linha política, a exemplo de José Eloi Ottoni, e até mesmo o herdeiro de Manoel Antonio da Silva Serva foi um dos signatários das listas que apoiavam o governo de Madeira de Mello. O padre Macedo, contudo, foi o único que manteve sua posição política até o fim da guerra, com a vitória dos brasileiros sobre os portugueses, celebrada a 2 de julho de 1823.

Evaristo da Veiga, figura proeminente do período imperial, escreveu um soneto, datado de 10 de junho de 1823, contrário ao Padre Macedo e sua atuação a frente da *Idade d'Ouro*, por sua defesa aos interesses dos portugueses na Guerra de Independência da Bahia: “O inimigo valor contando em pouco / A Talaveira Tropa Lusitana, / Do astuto Labatut zombava ufana / Por franco o tinha por pedante, e louco. / Cançado (sic) de escrever, de fallar rouco / Grita o Macedo que na Terra indiana / Os Lusos inda alem da Taprobana / Derão da Gloria, e fama a vida em troco. / Ouvindo ao Pregador, a Casta Brava / No passado proposito persiste:/ Jura que quer morrer, mas nunca escrava, / Porem mal com dinheiro lhe assiste / Já Macedo, e Madeira aos Demos dava / Que ao oiro do Brazil ninguem resiste”.⁷⁹ A rejeição dos “patriotas brasileiros” contra o periódico mostrou-se tão intensa que o livreiro Paul Martin, seu agente no Rio de Janeiro, desistiu de vendê-lo, reembolsan-

⁷⁷ O Velho Liberal do Douro, n. 15, 1833, p. 130.

⁷⁸ Idade d'Ouro do Brazil, n. 105, terça-feira 31 de dezembro de 1822.

⁷⁹ Poesias de Evaristo Ferreira da Veiga. in: Anais da Bibliotheca Nacional, 1911, vol 33, p. 294.

do aos clientes o valor das assinaturas recebidas. Era o fim do primeiro jornal da Bahia. Também chegou ao fim a longa fase baiana da biografia de Macedo, que retornou para Portugal no primeiro trimestre de 1823.

4. O velho liberal do Douro

Ignacio José Macedo sentiu as agruras do exílio em Portugal e afirmou, mais tarde, que “Muito mais perdemos no Brazil, aonde tínhamos estabelecimento honroso, e amizades, que nunca teremos por cá”.⁸⁰ Ficou em Lisboa entre os anos de 1823 e 1826, quando se mudou para a cidade do Porto, sua terra natal, onde, após quarenta anos, afirmava estar só. Macedo não demorou, contudo, a perceber que estava diante do novo e maior desafio da sua vida: a luta contra o absolutismo português representado na figura de D. Miguel de Bragança, irmão do Imperador do Brasil. Aos 53 anos, a arma que dispunha para lutar contra o recrudescimento do absolutismo na sua terra natal era *O Velho Liberal do Douro*.

A História, até o presente, ignora seu período à frente de *O Velho Liberal do Douro*. Decerto, isso deve ao fato trata-se de um periódico raro. Só pudemos localizar quatro coleções, sendo a primeira na Biblioteca Pública Municipal do Porto, com números impressos naquela cidade e em Lisboa, a segunda na Biblioteca Nacional de Portugal, a terceira na Hemeroteca Municipal de Lisboa. Pode adquirir uma coleção, idêntica à que se conserva na BNPT.⁸¹ A raridade de *O Velho Liberal do Douro* decorre de que o jornal foi apreendido pela polícia portuguesa sob o governo autoritário de D. Miguel, sendo que a censura foi tão eficaz que o próprio Macedo ao fim de sua vida já não possuía os exemplares e sequer tinha esperanças de reconstituir o primeiro volume da coleção:

⁸⁰ O Velho Liberal do Douro, n. 32, 1827, p. 374.

⁸¹ Biblioteca Pública Municipal do Porto, O Velho Liberal do Douro, 1 (1826)-[n. 53 (1828)]; 2a série, n. 52 [sic] (1832)-[1834]. Os no 6 (1826)-no 50 (1827) e os no 7 e no 10 (1833) foram impressos, em Lisboa, na Imprensa da Rua dos Fanqueiros no 129 B; Biblioteca Nacional de Portugal, Fundo Geral Revistas, Cota: P.P. 25133 V, Nº 1-51 (1826-1827); nº 1-60 (1833-1834). Doação de Jaime Batalha Reis. “Estado: A não ser recebido”. A Livraria Fólio, em Lisboa, dispõe da coleção de 1833-34 por US\$ 2,716.81.

As tesouras censorias de 1828 e a guerra civil interromperão minha marcha; mas eu cheguei a encadernar 52 N.^{os} precedidos de dois Discursos sobre a Religião, e hum Prólogo, e tudo compunha hum livro grosso com o título – *Ensaios Politicos de Macedo* – A Policia de Lisboa me roubou muitos destes exemplares com outros muitos papeis de sermões, que ella entendia, N.^{os} novos, que pertendia imprimir na Restauração do Reino, e dos quaes nada me lembra hoje, nem he possivel recuperar aquella perda. Talvez o meu Impressor possa restaurar fragmentos do meu testamento velho, escolhendo alguns N.^{os} mais interessantes por sua materia para fazer hum livro com prologo Ensaios Politicos, e os dois Discursos sobre a influencia da Religião na política e nos costumes, ajuntando-lhe os N.^{os} que imprimi no Porto, quando chegou o Exército Libertador. Pouco importa em tal materia seguir a ordem numerica, porque a cousa vale mais do que a sua formalidade. Seguir-se há depois meu testamento novo, desde a Restauração de Lisboa, começando pelo N.^o 1, e incorporando á obra as minhas Considerações sobre as causas da elevação e decadencia da Monarchia Portugueza desde D. Affonso Henrique até á Senhora D. MARIA II. Assim se pôde conservar huma Escriptura, que será perdida de todo ficando os folhetos avulsos sem curiosidade que os ajunte e encaderne.⁸²

Inocência Francisco da Silva descreve os exemplares que conseguiu ver ainda no século XIX:

O Velho Liberal do Douro.— A collecção completa d’este jornal politico, noticioso e litterario, compõe-se de duas series, ambas no formato de 4.^o. A primeira consta de 54 numeros, que costumam andar enquadrados em um volume, com 764 pag. de numeração seguida. Começou em 1826, e findou em 1828 com a aclamação

⁸² O Velho Liberal do Douro, n. 60, 1834, p. 578-580.

do sr. D. Miguel. Os numeros 1 a 5 foram impressos no Porto, na Offic. de Gandra; os do n.º 6 em diante o foram em Lisboa, na Imp. da Rua dos Fanqueiros n.º 129, D. A esta serie se podem ajuntar tres opusculos, que o auctor publicou em separado, a saber:

Influencia da religião sobre apolitica do Estado. Lisboa, Imp. da Rua dos Fanqueiros 1826. 4.º de 14 pag.

Influencia da religião sobre os costumes. Ibi, 1826. 4.º

Ensaios politicos de Macedo, ou Collecção do Velho Liberal do Douro, precedida de dous discursos sobre a influencia da religião na politica e nos costumes. Lisboa, na mesma Typ. 1827. 4.º de 10 pag.— Este serve de frontispicio, e contém o prologo, ou introducção a toda a collecção.

Interrompida a publicação do jornal com os successos de 1828, e subsequente prisão do auctor, só veiu a recommençar a segunda serie depois do desembarque do sr. D. Pedro no Porto. Ahi se imprimiram então varios numeros soltos, os quaes foram depois reunidos e impressos sob o título:

Collecção dos numeros do Velho Liberal do Douro, impressos na cidade do Porto antes da restauração de Lisboa. Lisboa, Imp. da Rua dos Fanqueiros 1833. 4.º de 120 pag.

Continuou a mesma serie, com nova numeração, mas sem rosto especial (que eu visse) em Julho de 1833, e findou com a morte do auctor em Fevereiro de 1834. Comprehende 60 numeros, com 584 pag., todos impressos em Lisboa, na Rua dos Fanqueiros.⁸³

⁸³ SILVA, op.cit. T. III, p. 210.

Tive a sorte de encontrar o “Velho Testamento” e depois o “Novo Testamento” de Macedo, mas o meu exemplar com a coleção da primeira fase do jornal consta de 51 números, assim como o da BNPT. O da Biblioteca do Porto indica 53 números e nenhum deles os 54 números que indicou Inocêncio da Silva. Era publicado aos sábados e na sua primeira fase saíram suplementos aos números 8, 19, 35, 42, 44, 47 e 49. A obra de Macedo, infelizmente, não teve a sorte que seu autor lhe desejava quando escolheu o formato da publicação:

Escolhi hum papel, e hum formato de Imprensa, que fosse proprio para encadernar; porque não sendo meus Numeros como Gazetas, que apenas são lidas no dia em que sahem á luz, tomei acordo do *Espectador Inglez*, que escreveo ha muitos annos, e que hoje he muito estimado dos Literatos, porque nelle em pequenos, e variados Números se acha a Historia, e a Politica do seculo, em que elle escreveo. Cada Numero desta Obra forma hum assumpto independente, que não tem relação com outro; e este maneira de escrever he mais deleitosa para o Leitor, porque o dispensa de conservar na memória a fieira, e nexo de hum volume.⁸⁴

A encadernação não salvaria muitos exemplares da *Collecção de Macedo* da censura miguelista, sendo que o jornal teve os 5 primeiros números impressos na Imprensa de Gandra no Porto (reimpressos também em Lisboa) e a partir do 6 foi transferido para a Imprensa da Rua dos Fanqueiros na capital portuguesa. Macedo, então, passou a ser editor e redator do jornal, revelando ao público quem era o autor daquelas linhas, além da razão de mudar de cidade:

O Primeiro N.º deste Folheto bem disse, que elle era como o Tristes de Ovidio, que hia correr incertos Fados. Que difficuldades não achou elle para imprimir no Porto! Só Deos o sabe; e o

⁸⁴ MACEDO, Ignacio José. Ensaio Político de Macedo ou Collecção do Velho Liberal do Douro, Precedida de Dois Discursos Sobre a Influencia da Religião na Politica, e nos Costumes. Lisboa: Na Imprensa da Rua dos Fanqueiros N.º 129B, 1827, p. 9.

seu Author. Mas Lisboa deo-lhe melhor ventura em Typographia. Isto foi fado Typographico, e não culpa de Censores, sempre promptos para o licenciar. Desde que o N.º 6 cantou solfa politica ao Marquez de Chaves, apparecerão difficuldades de Imprensa. Não importa: o Velho Liberal do Douro affronta os perigos; e desde o N.º 6 por diante he Author, e Editor. O seu nome, quando queirão citar, he – Ignacio José de Macedo; – e não concede que lho augmentem, nem tirem, sem ordem escripta;⁸⁵

O jornal atacava abertamente os agentes do absolutismo português. Atacou Vicente José Ferreira Cardoso da Costa (Bahia, 5 de Abril de 1765 — Ponta Delgada, 14 de Agosto de 1834), o Velho Liberal do Tejo, que, segundo Macedo, costumava “encher o papel de letras, e a deixa-lo vasio de ideas”.⁸⁶ Seu principal adversário foi, contudo, o José Agostinho de Macedo, padre e intelectual que concorreu para defesa das instituições absolutistas. E o governo despótico foi reforçado em Portugal à partir de 1828, com a ascensão política de D. Miguel. Na cidade do Porto, ocorreu a Belfastada, designação dada à sublevação militar contra o regime miguelista desencadeada a 16 de maio daquele ano, com o desembarque de um grupo de exilados liberais vindos de Inglaterra a bordo do navio Belfast. Após o fracasso dessa ação, seus partidários foram punidos pelas autoridades miguelistas.

Macedo sentiu o peso da mão dos partidários de D. Miguel, sendo preso em Lisboa em agosto de 1829. Segundo Silva Lopes “Entrou na Torre [de São Julião da Barra] em 30 de agosto de 1829. Recomendado para estar com toda a segurança”. O jornalista ainda foi enviado para o subterrâneo da mesma torre e depois removido para o Porto em 11 de julho de 1830.⁸⁷ Em sua defesa, Macedo alegou que não poderia ser preso, justificando que:

⁸⁵ O Velho Liberal do Douro, n. 7, 1826, p. 62.

⁸⁶ O Velho Liberal do Douro, n. 11, 1826, pp. 98; 100-106.

⁸⁷ LOPES, João Baptista da Silva. Istorica do cativoiro dos prezos d'estado na Torre de S. Juliao da Barra de Lisboa; Lisboa: Imprensa Nacional, 1833, vol. 1, p. XXVII; vol. 2, p. 43.

Quem me conhece sabe que eu fui para o Brazil de oito annos de idade sabendo apenas ler: alli existi quarenta annos, e me achei no acto da separação, e independencia do Brazil. Fiquei naturalizado pela Lei do Imperio – Ergo sou Estrangeiro para Portugal e não podia ser preso, nem o Deposito de Lisboa podia ficar com o meu dinheiro, e toda a mobilia (...). Alem disso nunca fui sentenciado, nem condemnado por não dar essa confiança aos Esbirros de Toga.⁸⁸

Não adiantou o protesto. A sua prisão serviu para aumentar seu ódio em relação à monarquia absoluta. A ironia da História de Macedo reside no fato que seu inimigo no Brasil seria a sua esperança em Portugal: D. Pedro I (ou IV, se preferir). O imperador que representou os interesses dos áulicos fluminenses, que outorgou uma constituição de características absolutistas no Brasil, seguiu para Portugal lutar pela causa constitucional, tão cara ao velho Macedo. A vitória do partido de D. Pedro sobre o grupo político irmão de D. Miguel, após dois anos de guerra civil, representou para Macedo a maior vitória da sua vida. Além da liberdade, conseguiu retomar o ofício de jornalista da frente de *O Velho Liberal do Douro*, e publica seu “Novo Testamento” à partir de 1833.

5. O fim

No número 8 do seu “Novo Testamento”, Macedo publicou um sermão para celebrar a entrada em Lisboa da Rainha Constitucional D. Maria II, filha de D. Pedro, em 23 de setembro de 1833. A liberdade constitucional estava, finalmente, assegurada. Ao fim desse sermão, Macedo afirma ser “Abade de S. Nicoláu da Cidade do Porto”.⁸⁹ No número 12 publicou a sua *Falla na posse da minha Abbadia de S. Nicolau do Porto*, cargo alcançado por sua dedicação à causa constitucional. O cargo, contudo, lhe dava mais reconhecimento do que meios concretos de subsistência. Um dos poucos atos que tomou a frente de São

⁸⁸ O Velho Liberal do Douro, n. 27, 1833, p. 244.

⁸⁹ O Velho Liberal do Douro, n. 8, 1833, p. 71.

Nicolau foi instar os seus fiéis a sepultar os mortos em cemitério e não mais nas Igrejas, que deveriam ser reservadas para o culto divino.

O inverno na cidade do Porto, em janeiro de 1834, foi tão rigoroso que o Velho Liberal afirmou que “me meteo mais medo que todos os meus zoilos”. Afinal, vivera no calor da Bahia. Por causa dos efeitos do frio, estava cercado por remédios à cabeceira da cama, “tonicos emolientes e anti-defluxivos”. Lamentava ter “perdido os meus melhores escriptos, tanto impressos no Brazil, como em Lisboa; e perdi, ou me roubarão muitos manuscriptos, que nunca virão o prelo. (...) He desgraça que eu achasse mais acolhimento entre estrangeiros por meus escriptos, que entre meus nacionaes, que me prendêrão e roubarão por eu os querer instruir. (...).⁹⁰ Revelou que seu “desabafo he borrar papel” e que já não sabia mais “como [seu] Impressor se entende com taes garatujas”. Confessa, afinal, que:

Estou falto de roupas, porque D. Miguel me roubou tecidos, e muitos ricos cobertores, que zombavão de mil janeiros. O Conde da Taipa (...) bem me podia indemnisar de dois contos pouco mais ou menos que me forão roubados em mobilia, que tanta falta me faz agora. Nem livros tenho para lêr, e queria passar pela memoria o Padre Antonio Genuense, que se ensina nas aulas de Lisboa, e mesmo nas casas particulares de grande logica. Tenho apenas os meus breviarios, huma arte de cosinha, e toda a minha biblioteca he exactamente que hum Conego de Hespanha deixou em legado a Gil Braz de Santilhena. (...) Huma tosse impertinente não me deixa dormir. As fibras do cérebro andão tão trasmalhadas, como he facil conjecturar a quem ler meus escriptos.⁹¹

Esse foi o último número de *O Velho Liberal do Douro* terminado pelo padre Macedo. O seguinte, de número 60, o mesmo da sua idade, encerrou informando que “Neste N. finalizão os *Ensaios Politicos*

⁹⁰ O Velho Liberal do Douro, n. 60, 1834, pp. 578-580.

⁹¹ O Velho Liberal do Douro, n. 59, 1834, p. 575.

de Macedo, ou Colleção do Velho Liberal do Douro, por haver fallecido seu Author em o dia 17 de Fevereiro pretérito”.⁹² O inverno e a penúria custaram-lhe a vida. O pioneiro do jornalismo na Bahia morreu em plena atividade e continuou a escrever apesar da perseguição política pelos miguelistas e, depois, dos graves problemas de saúde. Coube a José Maria da Costa e Silva (1788-1854) escrever-lhe uma composição poética fúnebre.⁹³

É difícil mensurar o legado intelectual de Macedo. Penso, entretanto, que se a carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel em 1500 pode ser considerada a certidão de nascimento da colonização portuguesa no Brasil, foi o Padre Macedo, por meio dos seus escritos jornalísticos e parenéticos, quem assinou a certidão de óbito da mesma empresa ultramarina. Foi Macedo quem escreveu e cantou o fim da América portuguesa.

O pioneiro da imprensa Bahia deixou discípulos, como António Rodrigues Sampaio (25 de Julho de 1806 – 13 de Setembro de 1882) a quem iniciou no ofício do jornalismo ainda na prisão. O maior legado de Ignacio José de Macedo reside, não obstante, em ser o primeiro jornalista da Bahia, aquele que abriu o caminho para as gerações seguintes dos trabalhadores da tinta e do papel.

⁹² O Velho Liberal do Douro, n. 60, 1834, p. 584.

⁹³ Poesia na Morte do Reverendo Padre Ignacio José de Macedo (O Velho Liberal do Douro) – Epicedio. In: O mosaico: jornal d’instrucção e recreio, n. 31, 1839, Lisboa, Na Imprensa Nacional, pp. 243-247.

A pedagogia da ordem na Bahia – constitucionalismo e formação do Estado nacional pós-Dois de Julho no periódico *Grito da Razão* (1824)

Lucas F. Junqueira

Mestre em História Social pela UFBA. Professor do Centro Universitário
Jorge Amado.

Resumo

O surgimento e primeiro ano de circulação em Salvador do periódico *Grito da Razão* (1824-1827) são aqui investigados. Busco analisar o discurso político que emerge das páginas do *Grito* em 1824, ano crítico para a definição da adesão ou não da Bahia ao regime instituído com a Constituição outorgada por Pedro I. O ideário e o posicionamento perante os conturbados eventos ocorridos naquele ano contidos neste periódico indicam que seu primeiro redator, Vicente Ribeiro Moreira, era um liberal moderado, ao que parece vinculado aos círculos maçônicos da Bahia do pós-guerra de Independência.

Palavras-chave: Imprensa na Bahia; constitucionalismo; maçonaria; *Grito da Razão*.

The pedagogy of order in Bahia - training national State constitutionalism and pos-Dois de Julho at the periodic “Scream of reason” (1824)

Abstract

The emergence of the periodic *Grito da Razão* (Cry of Reason) (1824-1827) and its first year of service in Salvador are investigated here. It analyzes the political discourse that emerges from its pages in 1824, considered as the critical year for the definition of adherence or not of Bahia to the arrangements introduced with the Constitution afforded by Peter I. The ideals and the positioning towards the troubled for events that occurred in that year contained within in this journal indicate that its first editor, Vicente Moreira Ribeiro, was a moderate liberal, although it seems linked to the Masonic circles of Bahia postwar Independence.

Keywords: Press in Bahia; constitutionalism; freemasonry; Cry of Reason.

A historiografia já consagrou notórios estudos sobre a imprensa documentada da Bahia nos seus primeiros anos, de 1811 a 1823. Contudo, a concentração das pesquisas especialmente sobre o período crítico entre 1821-1823, fecundo para a imprensa baiana, deixou lacunas ainda por preencher acerca do periodismo pós-Independência, e uma delas é ausência de uma análise sistemática sobre o periódico *Grito da Razão*, que circulou entre 1824 e 1827 (CARVALHO; TORRES, 2007).¹ A pesquisa aqui apresentada se limita ao exame parcial dos números disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, referentes ao período de 13 de fevereiro de 1824 a 2 de agosto de 1825.² Assim, resta em aberto um trabalho que analise a fundo o periódico em todas as suas fases.

¹ Outra lacuna, ainda mais sensível, se refere ao *Correio da Bahia*, redigido por Inocêncio Rocha Galvão, de cunho liberal-radical, de cujo pouco se tem notícia, dada a raridade dos registros sobre seus exemplares. Vicente Moreira não nutria simpatia pelas doutrinas contidas no *Correio da Bahia*, vide n. 5 do *Grito*, 19 de janeiro de 1825. As principais referências ao *Grito da Razão* até agora encontradas na historiografia foram as de Hendrik Kraay (1999), em relação às menções sobre aos festejos do 2 de Julho neste periódico, e do professor Luís Henrique Dias Tavares, em seus trabalhos sobre o Levante dos Periquitos (1990; 2003).

² Disponíveis em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

A atenção por ora se concentra no início da circulação do *Grito*, período conturbado, marcado pelas cicatrizes da guerra deixadas na província, em meio à crise econômica, monetária e ao clima de insegurança que se estendeu ao Recôncavo e vilas do Sertão (TAVARES, 2003; SOUZA FILHO, 2003). Grassavam as disputas e ressentimentos entre naturais da terra e portugueses, e mesmo as divisões políticas entre os patriotas liberais que lutaram lado a lado contra o domínio de Madeira de Melo turvavam as águas da política baiana, após o golpe da dissolução da Assembleia Constituinte e consequente outorga da Constituição de 1824.³ A partir de então, liberais moderados e os tidos como “anarquistas” ou “demagogos”, uns e outros amiúde envolvidos nos círculos maçônicos, tomaram posição quanto à adesão ou não à ordem imperial centralizadora emanada do Rio de Janeiro. O Levante dos Periquitos, iniciado a 25 de outubro daquele ano, foi a expressão entre os militares do descontentamento na Bahia em relação ao regime de Pedro I (TAVARES, 1990; 2003).

Foi nesse cenário político instável que Vicente Ribeiro Moreira lançou seu *Grito da Razão*, defendendo o constitucionalismo e a aliança com a Corte do Rio de Janeiro, contra a “anarquia” (república?) e o despotismo (absolutismo). Muito há por se reconstituir sobre a vida dessa personagem, especialmente quanto às suas ligações políticas e sociabilidade maçônica. Não obstante dispomos de registros que permitem reconstituir, em linhas gerais, sua biografia. No Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) constam registros sobre os Ribeiro Moreira, cujos mais antigos até agora identificados datam de 1794: dois requerimentos de Vicente Ribeiro Moreira “[...] relativos a uma causa pendente na Ouvidoria Geral do Cível da comarca da Bahia, entre Jerônimo Moniz Fiuza Barreto e José Pinheiro da Cunha”.⁴ Entre alguns documentos do

³ É conhecida a “mágoa” com a qual a Câmara de Salvador recebeu a notícia da dissolução (ACCIOLO, 1835). Ressalto que a maçonaria em geral não primava pela homogeneidade, seja ela espiritual, seja política (MOREL; SOUZA, 2008). Divisões e mesmo antagonismos eram (e são) recorrentes entre *irmãos*.

⁴ AHU, Bahia, Catálogo Eduardo de Castro, III. Docs. 16.025 e 16026. *Anais da Biblioteca Nacional*, 1912, vol. 34 (1914). Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais.htm>. Acesso em: 06 ago.2013 (registro que ortografia e gramática das transcrições neste trabalho foram atualizadas). Nada pude reconstituir sobre a relação dos Ribeiro Moreira com os dois relacionados. Uma pesquisa mais extensa no

AHU datados de 1802, encontram-se esclarecedores dados biográficos sobre os *Vicentes* Ribeiro Moreira.⁵ Em requerimento daquele ano, V. R. Moreira solicitou a legitimação de cinco filhos, alegadamente nascidos após o falecimento de sua esposa. Entre estes, consta um chamado Vicente Ribeiro Moreira, nosso personagem ora examinado. Sobre o pai, ficamos sabendo pelo requerimento que era

Professo na ordem de Cristo Comercial e Matriculado na Real Junta de Comércio, Capitão Mor Reformado do Primeiro Regimento de Milícias da Cidade da Bahia, que tendo sido casado com Dona Leonor Maria de Vasconcellos, já falecida, ainda que deste matrimônio tivesse três filhos, morreram todos. Assim [...], sem herdeiro necessário que lhe suceda em dois Engenhos de Fazer Açúcar, suas Fábricas, e outros bens de que é senhor [...]. (AHU, Bahia, Doc. 24.944)

Além destes elementos sobre a posição socioeconômica senhorial dos Moreira, sabemos igualmente através destes registros que V. R. Moreira pai era também filho de Vicente Ribeiro Moreira (já falecido, e talvez autor dos primeiros requerimentos, de 1794) e Maria Ferreira da Conceição (falecida em julho de 1802), bem como irmão de Thereza Maria de Jesus. Assim, temos ao menos três gerações homônimas, avô, pai e filho. Consta ainda um requerimento de 1806 “[...] do negociante desta Praça da Bahia Vicente Ribeiro Moreira, no qual pede a legitimação de seus filhos naturais Pedro Alexandrino Ribeiro Moreira e José Joaquim Ribeiro Moreira”,⁶ portanto em princípios do XIX, o V. R. Moreira pai possuía ao todo sete herdeiros. No número 20 do *Grito da*

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) poderá lançar alguma luz sobre esta e outras lacunas biográficas.

⁵ AHU, Bahia, Catálogo Eduardo de Castro, V. Docs. 24.944 a 24.948. *Anais da Biblioteca Nacional*, 1915, vol. 37 (1918). <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais.htm>. Acesso em: 15 jul. 2013.

⁶ AHU, Bahia, Catálogo Eduardo Castro V. Doc. 30.351. *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 37, 1915, p. 492 (1918). Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais.htm>. Acesso em: 15 jul. 2013.

Razão, de 20 de abril de 1824,⁷ o Vicente redator desabafava: “[...] mil vezes temos amaldiçoado a imprudência com que empreendemos uma tarefa tão árdua, e perigosa, tão superior aos nossos conhecimentos, com a qual por certo não podia nossa curta idade!” Adiante, no mesmo número do *Grito*, Moreira esclarece que “[...] somos nascidos na Bahia, temos bens, mulher, e filhos”. Estimo que, quando redigia este periódico, V. R. Moreira (“neto”) teria entre 25 e 30 anos.

Em fins de 1824, portanto, quando já era redator do *Grito da Razão*, nosso Vicente Moreira pretendeu o cargo de administrador da Tipografia Nacional da Bahia, então administrada por Francisco José Corte Imperial. Para o abono de sua causa junto ao Imperador, Moreira obteve sete atestados de boa conduta como cidadão e “homem público” em defesa do regime monárquico constitucional.⁸ São importantes registros sobre suas relações sociais e posições políticas, bem como atuação à frente do *Grito* e a importância deste periódico no combate aos “carvalhistas” na Bahia, “anarquistas e demagogos” partidários da Confederação do Equador e do Levante dos Periquitos. De teores semelhantes, transcrevo, conforme registro de Berbert de Castro (1984, p. 68-69), apenas o do Capitão-Adido ao Estado Maior do Exército, Francisco Joaquim Álvares Branco Moniz Barreto, datado de 29 de dezembro de 1824:

Atesto que Vicente Ribeiro Moreira, natural desta Cidade, logo que viu a sua Pátria ameaçada dos males da anarquia, desamparou os seus negócios e só cuidou em ver se podia restabelecer a boa ordem, principiando por este motivo a ser o redator de uma folha intitulada “o Grito da

⁷ *Grito da Razão*, n. 20, 20 de abril de 1824. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

⁸ Atestaram, então, favoravelmente a Moreira: Antônio Cardoso Pereira de Melo, Sargento-mor Graduado de Artilharia, Manuel Gonçalves da Silva, Cel. Comte. do 1º Batalhão de Milícias de Salvador, Francisco José de Freitas, Desembargador da Relação da Bahia, Ouvidor Geral do Crime e Intendente da Polícia, Francisco da Costa Branco, Ten. Cel. Comte. do Batalhão N. 4 de Caçadores, José de Sá de Bittencourt e Câmara, Ten. Cel. Comte. do Batalhão de Minas Gerais, Francisco Joaquim Álvares Branco Moniz Barreto, Cap. Adido ao Estado-Maior do Exército e João Francisco de Oliveira Botas, Cap. -Ten. e Comte das Barcas (CASTRO, 1984, p. 63-70).

Razão” o que na verdade cooperou muito para cessar a cruel perseguição que se fazia aos portugueses, e até foi o autor de um requerimento em que se pedia a anulação da decantada Ata de 17 de Setembro, digo de Dezembro de 1823; sempre rebateu por meio de seus escritos as infernais doutrinas dos demagogos do Recife, concorrendo por esta maneira a fazer com que um tão pernicioso sistema não progredisse nesta Província no dia 1º de Abril, em que uns poucos militares furiosos e paisanos anarquistas foram à Câmara para depor às autoridades e ao Exmo. Presidente da Província, ele foi à Câmara a fim de pacificar as desordens daquele dia e esteve, então, em risco iminente, sofreu por maneira tal perseguição dos anarquistas que se viu na indispensável obrigação de andar armado, de trazer seus escravos também armados, para sua defesa [...]. Logo que aconteceu o desastroso movimento da insubordinada tropa do dia 25 de Outubro [...] foi imediatamente para Abrantes, e parece que já se multiplicava, pois aparecia já na Cidade, já em Pirajá, já a bordo da corveta Maria da Glória [...], a beneficio da causa pública, para manter o juramento prestado para ser fiel ao Nosso Imperador [...].

Destaco especialmente o último trecho do atestado de Moniz Barreto, no qual afirmou: “[...] juro sob minha palavra de honra, pois sou incapaz de proteger demagogos e anarquistas, tendo-lhe sempre feito claramente toda a oposição.” Por que teve o cuidado de realizar tal juramento, único do gênero entre os sete atestados sobre Moreira? Teria a intenção de livrar-se, aos olhos do Imperador, de alguma suspeita a recair sobre sua família pelos eventos daquele agitado ano de 1824? Não por nada, três meses depois, ofícios (igualmente transcritos por Berbert de Castro) do Brigadeiro, Comandante das Armas e Presidente da Comissão Militar, José Egídio Gordilho de Barbuda, faziam ciente ao Imperador e ao Ministro da Guerra (João Vieira de Carvalho), a prisão de Corte Imperial, por ter se recusado a revelar a autoria de um escrito por ele impresso, intitulado *Reflexões sobre a Comissão Militar...*, assinado com as iniciais *B* B** e vindo a lume em Salvador a nove de

março de 1825. Foi “distribuído grátis com o periódico denominado ‘*Independente Constitucional*’ a todos os assinantes e não assinantes”, como relatou o Brigadeiro Barbuda a Pedro I, 14 dias depois (1984, p. 47). O *Independente Constitucional* era redigido e impresso por Corte Imperial.

O suposto autor das *Reflexões*, segundo Gordilho de Barbuda, seria Joaquim Francisco Alves Branco Moniz Barreto, filho de Joaquim Anselmo Alves Branco Moniz Barreto e formado em Direito pela Universidade de Coimbra, entre 1819 e 1824. Pedro Alexandrino Ribeiro Moreira, um dos irmãos do Moreira redator, também estudou Direito em Coimbra, tendo se matriculado em novembro de 1820, quando na Universidade reverberava o clima de efervescência política pós-Revolução do Porto. Segundo Francisco Morais (1942, p. 245), Pedro Alexandrino foi “mandado riscar da Universidade, por pertencer, como soldado da 4ª Companhia, ao Batalhão de Voluntários Acadêmicos, organizado no ano letivo de 1826-1827”, evidência das tendências liberais que ostentava. Quando Joaquim Francisco e Pedro Alexandrino lá estudavam, saía daquele curso parte importante da nova geração liberal da política baiana, como os irmãos Miguel⁹ e Antônio Du Pin e Almeida – parentes de Corte Imperial – e Francisco Gê Acaiaba de Montezuma – tido como um dos fundadores da carbonária *Jardineira* em Coimbra, ramificada na Bahia pelo seu Jardim *Independência* (AZEVEDO, 2010). Acrescente-se que Joaquim Francisco era sobrinho do Brigadeiro Domingos Alves Branco Moniz Barreto, aquele que em sessão do Grande Oriente do Brasil, no Rio de Janeiro de 1822, propôs o título de “Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil” ao então Príncipe Regente.¹⁰

⁹ Quando Miguel Calmon pretendeu rebater a *Declaração Franca* do General Labatut, escolheu o *Grito da Razão* para publicar uma carta-resposta. Veio a público no n. 14, de 30 de março de 1824. O futuro Marquês de Abrantes assim cumprimentou Moreira ao concluir sua missiva: “É do Sr. Redator, muito atento Venerador.” Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 jun. 2013. Ao saber que Labatut iria imprimir o processo ao qual foi submetido e absolvido, Moreira avisava em 20 de abril seguinte que “era bom que o Snr. Doutor Miguel Calmon apresentasse, quanto antes, a refutação à *declaração franca que fez aquela General* conforme prometeu em sua carta”. *Grito da Razão*, n. 20, disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em 15 jun. 2013.

¹⁰ A citação é de A. Varnhagen (1962, p. 117). Ver também interessante síntese biográ-

Ao se queixar ao Imperador (a 14 de março de 1825) acerca das manobras para a libertação de Corte Imperial, ao qual justificava a prisão por acobertar a autoria “de um escrito incendiário e contendo doutrinas as mais anárquicas”, Barbuda acrescentava que encontrava-se “a mais decidida proteção para com este indivíduo, homem cujas ideias sempre foram revolucionárias, amigo, compadre e sócio do ex-deputado Montezuma¹¹ e finalmente homem atrabiliário [...] representado como um dos principais demagogos”. Ponderou ainda o Brigadeiro que era

forçoso apresentar à alta consideração de Vossa Majestade Imperial, não sei ao certo quem sejam os autores do impresso revolucionário, mas posso afirmar que a opinião geral indica como tais o doutor Antônio Calmon Du Pin e Almeida, parente do réu, o tenente Gaspar Lopes Vilas Boas¹², e a Joaquim Francisco Alves Branco Moniz Barreto, sobrinho do brigadeiro Domingos Alves Branco, há pouco despachado para juiz de fora do Maranhão, e que não menos tenho mui fortes motivos de me persuadir que o Presidente da Província foi ciente do original, antes de ser levado à imprensa [...]. (CASTRO, 1984, p. 43).

Ao Ministro da Guerra, a 23 de março, denunciava Barbuda “[...] a grande cabala, composta, como sei agora de certo, do Juiz de Fora do Maranhão, Branco Barreto, autor do impresso, e seus colaboradores, o Juiz de Órfãos Calmon, o Corregedor Paim e o façanhoso Antônio Policarpo Cabral” (CASTRO, 1984, p. 45). Continuando suas intrigas, escrevia Barbuda particularmente ao Imperador informando haver “paralisado os rápidos e terríveis planos da tremenda cabala, apoiada pelos atos públicos do Governo Provincial”, na figura do Presidente Fran-

fico-maçônica do brigadeiro Moniz Barreto em *O poder da maçonaria* (MOREL; SOUZA, 2008, p. 105-108).

¹¹ Note-se que Montezuma à época estava exilado na Europa, deportado por ordem do Imperador.

¹² Gaspar Lopes Vilas Boas foi fuzilado, tal qual Sátiro da Cunha, após julgamento sumário pela Comissão Militar presidida por Gordilho de Barbuda, responsabilizados pelo Levante dos Periquitos.

cisco Vicente Viana, que “[...] em abono da verdade, sem pertencer à seita”, mesmo assim conspirava contra ele (CASTRO, 1984, p. 47). Parece ser uma referência à maçonaria (ou à carbonária) a tal “seita” citada por Barbuda.¹³

De forma deliberada ou não, as denúncias de Gordilho de Barbuda corroboraram para a destituição de Corte Imperial do cargo de administrador da Tipografia Nacional na Bahia, sendo nomeado Vicente Ribeiro Moreira para o seu lugar, em novembro de 1825, fixando-se posteriormente seu ordenado em 500\$000rs anuais. Assim, para além de redator, iniciava Moreira sua carreira no ramo dos negócios tipográficos, tendo administrado a Tipografia Nacional até sua extinção, em 1831 (CASTRO, 1984). Foi a Tipografia arrematada em leilão “[...] à Francisco Vicente Ribeiro Moreira, afiançado por João de Oliveira Guimarães, e José Joaquim Ribeiro Moreira, pela quantia de 4:304\$520rs constante do Termo que ofereceu”.¹⁴ Francisco era um dos cinco irmãos

¹³ Apesar da proibição vigente, havia loja(s) maçônica(s) funcionando na Bahia em 1824. Testemunho disto deu o inglês Jonathas Abbott em seu *Diário*, tendo sido iniciado na maçonaria naquele ano, quando da sua estada em terras baianas (ÁVILA JÚNIOR, 2000, p. 64). Segundo o professor Luís Henrique Dias Tavares, no princípio de 1824, o Cel. Felisberto Gomes Caldeira participou de um “conselho privado da maçonaria” dedicado a examinar a possibilidade de adesão da Bahia aos planos revolucionários de Pernambuco (TAVARES, 2003, p. 190-191). Note-se que o Gordilho de Barbuda era ligado aos círculos maçônicos e do Apostolado no Rio de Janeiro de 1822, sendo então destacado para a Bahia visando garantir a adesão desta província à independência centrada na Corte fluminense (OLIVEIRA LIMA, 1962). Quando escreve o ofício reservado ao Imperador em 1824, Barbuda externava “os vivos desejos que tenho de beijar-lhe a Augusta Mão, de abraçar minha família, de ver meus amigos e de gozar da tranquilidade do seio de Abraão” (CASTRO, 1984, p. 49). Ora, segundo A. H. de Oliveira Marques (1986, vol. I, p. 10), na simbologia maçônica Abraão é o “Patriarca Bíblico, pai de Isaac [...]”. Surge nos rituais dos graus 18º do REAA [Rito Escocês] e 7º do RF [Rito Francês] (Cavaleiro Rosa-Cruz), como símbolo da fé e do sacrifício.” Note-se ainda que Barbuda se dirigia a um amigo e *irmão* maçom, feito Grão-Mestre dois anos antes, e que Pedro, segundo o mesmo Oliveira Marques (1988, p. 50-51), mesmo tendo proibido as atividades maçônicas em 1822, “nunca renegou, contudo a sua condição de maçom.” Transcreve O. Marques, a seguir, carta de Pedro a D. João, de 15 de julho de 1824, na qual o Imperador escrevia: “Eu, meu pai, entrei para maçom”, adiante considerando a maçonaria “uma tão filantrópica instituição.”

¹⁴ Ofício de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Ministro da Fazenda, em resposta de três de outubro de 1831 a ofício da Junta da Bahia que informava o arremate. *Diário do Governo*, nº. 138, 14 de dezembro de 1831. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>

legitimados na mesma ocasião que Vicente, em 1802. Assim, pode V. R. Moreira continuar sua faina como redator, imprimindo na agora tipografia da família. Antes¹⁵ publicou pela Tip. Nacional os periódicos *Diário Mercantil da Cidade da Bahia* (em 1826) e *Correio Mercantil da Cidade da Bahia* (entre 1827 e 1832, com a fase final publicada na tipografia da família, circulando novamente entre 1833 e 1856). Temos, em fins de 1831, registros da existência de uma “Typ. de Moreira”, e na década de 1850, encontramos a “Typ. Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira”, evidenciando a longevidade de Vicente Moreira na história da imprensa baiana (CARVALHO; TORRES, 2007).

Concluo estas notas biográficas sobre Vicente com um episódio trágico, mas sintomático das posições políticas moderadas da família Moreira. Não por nada, envolvendo um dos principais agitadores políticos da província baiana de então: Francisco Sabino Álvares da Rocha, futuro líder da Sabinada (1837-1838). Evaristo da Veiga, em seu *A Aurora Fluminense* de 22 de novembro de 1833, noticiou “um acontecimento, triste consequência da licença horrível a que tem chegado entre nós o jornalismo” no qual Sabino, que redigia o *Investigador*, “entretinha uma polêmica azeda, e às vezes muito pessoal, com o Sr. Vicente Ribeiro Moreira”, sendo que o “primeiro defendia a revolução, seus princípios e interesses, que o outro agredia sem cessar”. As palavras ofensivas viraram agressões físicas, com o irmão de Vicente, Alferes José Joaquim Ribeiro Moreira, afrontando Sabino, que “tirando de um dos ferros de cirurgia [bisturi] que trazia consigo, feriu mortalmente o infeliz militar, que pereceu pouco depois”.¹⁶

Por todos os registros, podemos auferir que Vicente Moreira era uma figura destacada na sociedade baiana, de posses consideráveis, ao ponto de armar uma escolta de escravos para sua defesa no período

DocReader/DocReader.aspx?bib=706744&PagFis= 8311>. Acesso em 15 de maio de 2013.

¹⁵ Quando se dirigiu ao Rio de Janeiro pleitear o cargo na Tipografia, publicou nove números do *Grito da Razão* naquela cidade, entre 23 de fevereiro e 22 de março de 1825, onde expôs ao público da Corte a situação da província baiana.

¹⁶ *A Aurora Fluminense*, n. 844, 22 de novembro de 1833. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&PagFis=3688>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

crítico de meados de 1824. Era sem dúvida bem relacionado na Cidade da Bahia e tinha participação política ativa, sendo considerado “homem público”, o que também lhe rendia muitos inimigos. Foi um dos que constaram na lista da Câmara de Salvador do ato de juramento da Constituição de 1824, por exemplo (CASTRO, 1984). Teve também importante papel na repressão ao Levante dos Periquitos, iniciado em 25 de outubro daquele ano e do qual o *Grito da Razão* é fonte privilegiada.

Segundo os *Anais da Imprensa da Bahia* (CARVALHO; TORRES, 2007, p. 46), o *Grito da Razão* “era redigido a princípio por Vicente Ribeiro Moreira.” Conforme Marco Morel e Françoise Souza (2008, p. 105-7), quem o sucedeu como redator (em princípio compartilhou a redação, ao que parece) foi Domingos Alves Branco Moniz Barreto, figura de destaque na maçonaria brasileira, “que sofreu, após 1822, prisão, perseguições e perseverou na pregação maçônica, mesmo quando esta se encontrava proibida.” Em 1825, Moniz Barreto “publicou o jornal *Despertador Constitucional Extraordinário*, onde fazia assumida propaganda e defesa das maçonarias, comprovando assim que estas não estavam totalmente adormecidas, no período.” Em seguida, “[...] redigiu também, ainda em 1825, o periódico *Grito da Razão*, em Salvador.”

Ignoro o teor exato das relações de Vicente Moreira com os Moniz Barreto, as circunstâncias em que Domingos Alves Branco passou a redator do *Grito*, e mesmo com a trama traçada linhas acima, envolvendo figuras que supostamente defendiam os réus implicados no Levante dos Periquitos, fartamente publicada por Moreira.¹⁷ Lembro que um V. R. Moreira (avô ou pai) havia feito requerimentos que envolviam certo Jerônimo Moniz Fiuza Barreto, em 1794, evidenciando algum grau de relacionamento de pelo menos três décadas entre as famílias. Em janeiro de 1825, estava Vicente Moreira no Rio de Janeiro pleitean-

¹⁷ Contudo, no último n. de 1824, o 77, Moreira afirma que extinguiu uma “sociedade que teve na Sumaca Americana, que navegava para África, a negócios de escravos com Pedro Gomes Brandão, hoje Pedro Gê Acayaba Montezuma, e que com o mesmo terminara a dita sociedade em muito boa harmonia.” Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 mai. 2013. Fica claro que Vicente possuía relações, ao menos econômicas, com a família dos Montezuma.

do o cargo de Corte Imperial na Tipografia Nacional na Bahia, o que parece indicar certa oposição entre eles. Indício do fracionamento do campo liberal-maçônico na Bahia ou mero interesse pessoal? Seria de fato Vicente Moreira pedreiro-livre? No estágio em que se encontra a pesquisa, nada posso afirmar. Contudo, os indícios são fortes a este respeito, seja pelo interesse do Brigadeiro Moniz Barreto em compartilhar a redação do periódico com Moreira (e aparentemente, por fim, redigi-lo sem este), seja pelo teor do discurso de Moreira à frente do *Grito da Razão*, ou mesmo por conta do título deste. No n. 25, de 6 de maio de 1825,¹⁸ aparece pela primeira vez registro indicando que “[...] Os Redatores do *Grito da Razão* publicam, que não admitem Correspondências desairosas ao Público”, evidenciando a nova autoria compartilhada do periódico.

Não pretendo aqui traçar o itinerário da maçonaria baiana nas primeiras décadas do século XIX. O fato é que consta a fundação efêmera em Salvador da Loja Virtude e Razão, em 1802, posteriormente reorganizada com a denominação Virtude e Razão Restaurada (1807), e por fim intitulada, em 1808, Humanidade (ÁVILA JUNIOR, 2000; MOREL; SOUZA, 2008). Aparentemente, entre as *palavras simbólicas* mais utilizadas por Vicente Moreira no *Grito* está *virtude*, atrás somente de *razão*, quiçá também de *luzes*. Dizia ele, logo no n. 1 do periódico, que “só a virtude e as luzes podem fazer a nossa felicidade.”¹⁹ É um linguajar marcadamente maçônico.

O título *Grito da Razão* pode ser considerado um tanto ambíguo. “*Razão*” pode ser tida, e os testemunhos parecem indicar que assim era percebida pela população em geral, como sinônimo de ordem, moderação. Tal como se fala vulgarmente que alguém “deve ser chamado à razão”, ou seja, ser ponderado, mudar suas atitudes incorretas e tais. Mas também pode conter um significado talvez oculto à maioria de nós hoje, mas que não devia escapar a muitos dos que viveram na Bahia de então. A começar pela lembrança da *Loja Virtude e Razão*, aliás termos

¹⁸ Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em 15 mai. 2013.

¹⁹ *Grito da Razão*, 13 de fevereiro de 1824. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

comuns em denominações de lojas no século XIX, e mesmo atualmente.²⁰ Com efeito, *Razão* possui um papel central na simbologia maçônica. Nas palavras de Paul Naudon (*apud* ASLAN, 1976, p. 936), na “marcha ascensional para a Luz, onde a via intuitiva parece primordial, é evidente que a razão não pode ser afastada. Em todos os seus ritos, a Maçonaria a invoca sem cessar.” No *Diccionario carcundatico ou explicação das phrases dos carcundas*, publicado no Rio de Janeiro em 1821 por José Joaquim Lopes de Lima, consta no verbete Razão:

“Todos os Escriptos Carcundáticos abundão de razões sem razão, como as forenses...”²¹

Assim, procuro entender (sem concluir) que o título “*Grito da Razão*” fosse sinônimo de “*Porta-Voz da Maçonaria*” moderada, ou da *Maçonaria Azul*, no linguajar dos maçons, aquela defensora da monarquia constitucional nos moldes britânicos ou algo próximo disto.²² Curioso é que encontrei apenas uma referência direta à maçonaria²³ nos números analisados do *Grito da Razão*, e nenhuma alusão a seitas, ex-

²⁰ Segundo Kurt Prober (1975), foram fundadas no Brasil ainda nos Oitocentos as lojas *Razão* (Cuiabá, 1830), *Azilo da Razão* (Goiás, 1835), duas *Razão e Virtude* (RS, 1833/1856) e a *Razão Universal* (Salvador, 1839). Oliveira Marques (1986, Vol. II), em seu *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, elenca três lojas que continham *Razão* em seus nomes em Portugal, entre 1849 e 1929, e uma em Madri, em 1869. Encontrei na internet quatro lojas maçônicas em funcionamento hoje (15 de maio de 2013) no Brasil que tem *Razão* em seus nomes (*Razão e Justiça*, *Razão e Lealdade*, *Azilo da Razão* e *Suprema Razão*).

²¹ Ver verbete à página 12. O *Diccionario* é uma paródia do linguajar político da época, especialmente de cunho maçônico. Disponível em: <<http://purl.pt/6641/3>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

²² Ver em obra dos irmãos Ferreira (1975, 2 vols.), síntese sobre as maçonarias *Azul* e *Vermelha* na independência brasileira, especialmente no Rio de Janeiro. Para a Bahia, faltam trabalhos com esta perspectiva. No estágio atual da pesquisa deste autor, ainda não foi possível construir um quadro claro destas disputas na província.

²³ No n. 3, de 12 de janeiro de 1825, há um extrato transcrito do *Diário Fluminense*, n. 141, contendo correspondência atacando a “espécie de proclamarão feita aos Brasileiros, como iniciação para lhes lazer conhecer os trabalhos das lojas Maçônicas de Hespanha”. Importante registro que indicaria a oposição de Moreira à *Ordem*. Entretanto como era comum pedreiros-livres destratarem outros irmãos, assim considero tal extrato transcrito. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

ceto uma curiosa menção a um motim carbonário punido em Nápoles, Sicília.²⁴

Quanto à primeira epígrafe do *Grito*,²⁵ “*La Liberté, La propriété, La sureté, sout lés uniques liens, qui attachent lés hommes a La terre, quile habient*”, do liberal francês Barão D’Holbach (1723-1789), é um indício de que apesar de moderado politicamente, Vicente Moreira era liberal em termos filosóficos. Considero a referência à obra *Politique Naturelle* (“tomo I, p. 125”, conforme referência de Moreira) uma escolha ousada, dado ser o Barão, enciclopedista de renome, um dos principais defensores do ateísmo no século XVIII.

O *Grito* era impresso na Tipografia da Viúva Serva & Carvalho, continuação da famosa Tipografia de Manoel Antonio Silva Serva, da qual saíram publicações escritas por pedreiros-livres com conteúdo maçônico, mesmo que encoberto pelas metáforas poéticas ou a linguagem cifrada da imprensa.²⁶ Possuía diversos pontos de venda na Cidade da Bahia, além de Cachoeira, custando 60 ou 100rs o exemplar, a depender do tamanho da edição, com quatro ou seis páginas, tendo periodicidade bissemanal, às terças e sextas-feiras via de regra, mas esta nem sempre era respeitada (possuía raramente suplementos). A subscrição trimestral custava 1\$600rs no início, reajustada posteriormente para 2\$000rs. Para complementar a renda das subscrições, cada número continha ao final alguns poucos anúncios, onde se vendiam de barcos a escravos. Nem este reforço de caixa parecia ser suficiente, pois Moreira constantemente rogava aos subscritores os pagamentos devidos, “visto serem grandes os gastos da impressão”, frisava. No geral, por estas características pode-se afirmar que o *Grito da Razão*

²⁴ *Grito da Razão*. N. 17, 9 de abril de 1824. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

²⁵ “A Liberdade, a propriedade, a segurança, são os únicos laços que unem os homens à Terra que habitam”. Em seis de maio de 1825 (n. 25), quando aparece a menção a “redatores”, a epígrafe passou a ser “Eu desta vida só fico contente / Que a minha terra amei, e a minha gente”, creditada a “Ferreira”.

²⁶ Ver, neste número da Revista do IGHBa, artigo de Pablo Antonio Iglesias Magalhães, *Ignacio José de Macedo: da Idade d’Ouro ao Velho Liberal do Douro (1774-1834)*. Ver, do mesmo autor, *A Parafrase dos Proverbios de Salomão: O código moral dos pedreiros livres impresso na Bahia em 1815* (inédito, em fase de editoração).

não escapa aos padrões gerais da imprensa de seu tempo, sendo tanto noticioso como opinativo.

No primeiro número do *Grito*, de 13 de fevereiro de 1824,²⁷ que curiosamente saiu grafado *Rasão*, erro só corrigido no número 3, Vicente Ribeiro Moreira expôs um quadro da situação da Província do pós-guerra, em meio à “desgraçada crise em que nos achamos, e em que está o Brasil todo”. Ressalto que Moreira cita um prospecto do *Grito* em que já expusera suas motivações e aspirações para a publicação do periódico, mas este não foi ainda localizado. Não obstante, no referido n. 1 podemos ter uma síntese do pensamento do redator e da linha editorial por ele seguida, em suma, da sua pedagogia da ordem. Peço licença para uma transcrição longa, mas fundamental para a argumentação do presente trabalho e mesmo justificativa do seu título:

O mísero estado a que está reduzida a grande, e fértil Província da Bahia, onde diariamente se atropelão todas as Leis, todos os direitos, os mais sagrados, dos homens; onde é nenhuma a segurança individual, onde se não respeita o direito de propriedade, onde continuamente se sentem os males das comoções políticas; onde a licença toma o nome da Liberdade; onde o Comércio se acha de todo estagnado; a Lavoura inteiramente paralisada, e os Agricultores sem recursos: onde as rendas públicas, cada vez mais se vão definhando; onde os Empregados, de todas as repartições, só procuram o seu cômodo, ainda mesmo à custa do público; onde a Tropa não tem aquela regularidade, e subordinação precisa, apesar dos desvelos, e incansável zelo patriótico dos seus Comandantes; onde uma população ignorante toma a palavra *Liberdade*, não no seu verdadeiro sentido, porém sim na licença de poder fazer tudo quanto lhes dita sua ambição, seus caprichos, seus delírios; onde finalmente as medidas de Polícia são ineficazes; parece merecer, e chamar seriamente as atenções de todos os Cidadãos amigos da or-

²⁷ Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

dem [maçônica?], mormente dos que gozão de autoridade, e consideração publica; e mais que todos do novo Governo, que há pouco principiou a reger-nos, a fim de que todos concorram com as suas forças, e luzes a salvar esta bela, e desditosa Província das garras de uma completa Anarquia, que já ferros nos prepara para lançar-nos no infernal absolutismo, tornando-nos escravos depois de termos saboreado a doce liberdade, depois de a termos conquistado com tanto denodo, e valentia, derramando nosso sangue, sacrificando nossos bens, e tudo quanto há de mais caro aos homens! ! Ah! deixar-nos-emos precipitar? Lançaremos nós mesmos cadeias uns aos outros? Seremos escravos depois de conquistarmos nossa liberdade com sacrificios inauditos? Depois de sermos livres tornaremos para o despotismo?

Ah! não. O Povo da Bahia merece melhor sorte. É preciso cuidarmos seriamente dos nossos males, eles ainda estão em princípio, o remédio está em nossas mãos, não precisamos mendigá-lo fora. Concorram todos para o mesmo fim, bem depressa se afugentarão de nós todos os males, essa danosa licença desaparecerá qual fumo. Façam os Comandantes de Batalhões observar nos seus Corpos a mais restrita ordem, e subordinação, punam severamente a menor infração, o menor ataque que qualquer Soldado, Inferior, e Oficial cometa, sem examinar quem seja o ofendido; pois a Lei não sofre odiosas distinções: o Magistrado cumpra exata, e fielmente os seus deveres, não indague quais são as partes ricas, ou poderosas; que empregos, ou lugares ocupam na sociedade; não se torça a empenhos; e finalmente não se venda a peso d'ouro; olhe para a Lei, e só por ela se regule: os Funcionários públicos, os Empregados de todas as repartições desempenhem fielmente suas obrigações; pois para isso recebem o salário da Nação; despachem com prontidão as partes, não exijam emolumentos quando a Lei lhos não concede, e nem tão pouco queiram mais do que

o que lhes compete; sejam civis, e prudentes, não se julguem superiores aos mais Cidadãos, e nem tão pouco pensem que o público deve trabalhar para eles fartarem sua ambição, enriquecerem-se, sustentarem luxos, e quantas extravagâncias lhe suscitar um louco capricho: os Professores públicos cumpram os seus deveres, instruem os seus Alunos, ensinem-lhes os deveres de um bom Cidadão, e façam-se exemplares pela sua moral, e regular conduta.

Os Sábios, e Literatos iluminem o público, mostrem-lhes em que consiste a Liberdade, mostrem-lhes em que consiste os seus verdadeiros interesses, ensinem-lhes o caminho por onde devem marchar para conseguirem a verdadeira felicidade [menção à iniciação maçônica?], que todo o homem sociável deve apetecer; mostrem-lhes os perigos da desordem, e da Anarquia, façam-lhes sentir, pintando-lhes com energia, e cores próprias, os males que sofremos, e os males que nos esperam se se não puser termo à licença, que entre nós reina, apelidando se *Liberdade*; expliquem-lhes quais são as salvaguardas do povo no sistema *Monárquico-Constitucional*; expliquem-lhes em que consiste a Soberania do povo, e o sentido em que se deve tomar esta palavra, que, parece-me, será o de Nação, equívoco d'onde tem resultado tantos males, mesmo ás Nações as mais civilizadas; [...] concorram todos para pedirem, perante a Lei, perante as Autoridades, o castigo do perturbador do sossego público, do inimigo da causa, e da liberdade; esqueçamo-nos de vinganças e interesses particulares, quando tratarmos do bem público; trabalhemos para restabelecermos a Ordem, o Comercio, e a Agricultura, fontes estas d'onde emanam as rendas públicas, [...]: só assim seremos felizes, só assim evitaremos a Anarquia, e o despotismo, que um só momento não perderá, quando se lhes oferecer ocasião de empolgar outra vez, neste ameno, e fértil território, mimo e primor da Natureza.[...]

Jamais deveremos consentir, que as Autoridades cometam despotismos, e arbitrariedades; devemos recorrer ao Governo, ao Imperante, e até às mesmas Autoridades, mostrando-lhes os males que se seguem das arbitrariedades, o perigo a que expõem a Nação, e a si, e certos estamos, que não continuarão. [...]

A injustiça é mãe do despotismo, a injustiça é a origem de todos os males que flagelam uma sociedade, a injustiça é quem dissolve o pacto social de uma Nação, a injustiça é quem destrói, e aniquila os estados. Quando os homens, unindo-se em sociedade se submetem a um Governo, se comprometem a concorrer para o bem geral dos seus sócios, e cedem parte de uma ampla liberdade, é para melhor conservarem-se, e defenderem-se dos males inerentes à vida solitária é para que a sociedade proteja, e defenda suas propriedades, fruto do seu trabalho, e indústria; é para que os defenda do mais forte, e finalmente para que os proteja de todos os males a que estão expostos os que não vivem em sociedade: mas, logo que o Governo, em quem está depositado as forças da sociedade, não cumpre as condições tácitas, ou expressas do contrato, abusando da mesma força que se lhes confiara para oprimir Cidadãos justos, e honrados, ficam estes desonerados do contrato, e podem procurar um outro país, onde melhor se observem as Leis, ou o voto geral dos associados. A injustiça, repetimos, é a origem fatal da todas as revoluções, de todas as guerras, que tem ensanguentado o mundo inteiro.

Sugestivas as palavras de Moreira. Indicam suas referências ilustradas de cunho político liberal-moderado, algo como síntese adaptada do contratualismo disseminado no Velho Mundo desde que T. Hobbes, J. Locke e o Barão de Montesquieu lançaram as bases modernas *pós-maquievélicas* da relação Estado e sociedade. É espantosa a atualidade do discurso de Moreira pela moralização do serviço público, respeito às leis e ao cidadão, a partir do enquadramento constitucional vigente.

Busca um caminho do meio entre o “despotismo” e a “anarquia”, algo típico da *Maçonaria Azul*. As posições políticas de Moreira se assemelham às de Miguel Calmon Du Pin e Almeida, que publicou no *Padre Amaro* uma série de *Cartas* enquanto estava na Europa, em 1824-1825. Editadas em Londres sob pseudônimo *Americus*, foram reunidas sob o título *Cartas Políticas Extrahidas do Padre Amaro* (ALMEIDA, 1825-1826), e também contém um discurso pró-monarquia constitucional, em defesa da educação para todos os homens e em prol da abolição gradual da escravatura, temas notoriamente maçônicos. Entremeadas por figuras alegóricas maçônicas como a rosa, a colmeia e a acácia ressecada, além de reunir inúmeros autores maçons entre suas referências, as *Cartas* formam uma espécie de agenda de debates e reformas político-sociais, e aparentemente foi escrita para instrução dos *irmãos da Ordem*.

Moreira celebrou, passados três anos, o “[...] dia 10 de Fevereiro marcado pelo Eterno para fazer o Brasil feliz, venturoso. É um dos dias maiores, e mais faustosos nos Anais do Brasil, mormente da Bahia”, já que os baianos, “unânimes, guiados pelo amor da Liberdade, espedaçaram os ferros do antigo despotismo, jurarão perpétua guerra à tirania, recobram os seus inalienáveis direitos”.²⁸ Fez este júbilo à Revolução Constitucionalista de 1821 como introdução à narrativa sobre a reunião da Câmara de Salvador, que discutiu o projeto constitucional submetido pelo Imperador, a 10 de fevereiro de 1824. Comemorou o resultado, posto que os

Cidadãos Bahianos reunidos em um brilhante, e majestoso conselho na Câmara desta Cidade, resolvem abraçar o Projeto de Constituição, que nos oferece o nosso Amado, e Augusto Imperador, firmando deste modo nossa Independência, nossa liberdade, até agora tão incerta, tão duvidosa, apartando-os da licença, e desordem tão ordinárias nos estados não constituídos. Prezo aos Céus, que todas as Câmaras das Províncias do Brasil acordem no mesmo!

²⁸ *Grito da Razão*. N. 2, 17 de fevereiro de 1824. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

Contudo, dias depois,²⁹ Vicente Moreira iria ponderar as dificuldades para a difusão dos princípios constitucionais na população, evidenciando igualmente a preocupação social com a situação de carestia que afetava os mais pobres:³⁰

A maior parte dos habitantes desta Província, enquanto não virem em execução os bens, que nos promete uma sábia, e liberal Constituição, jamais se darão de todo coração à Causa que seguimos [...], julgando que a Santa Constituição é uma nova maneira de os atormentar e perseguir-los; e valendo-se da mestra experiência, dizem, que antigamente, no tempo do chamado despotismo, não sofriam tantos males, quantos agora padecem; porque além de não terem em nada melhorado, e antes sofrido contribuições, guerra, tumultos, e comoções, qualquer Badameso, e Anarquista lhes quer dar regras, e tirar, provocando-os à desordem [...]; manejando, como bem lhe parece, a palavra Liberdade, que, segundo eles, serve para tudo.

O Povo do Brasil, enquanto não se veja aliviado dos muitos e honerosos tributos que sobre ele pesão, e que tanto acanha, e desanima seu Comércio, e Lavoura, pouco dará pela Constituição. Enquanto os habitantes desta Província não virem restabelecido o sossego, carne e fa-

²⁹ *Grito da Razão*. N. 5, 27 de fevereiro de 1824. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

³⁰ Já no primeiro n. do *Grito*, Moreira demonstrava noções de justiça social (ou *filantropia*), solicitando ao Presidente da província: “Defendei o pequeno, o pobre, das violências do rico, e poderoso; e quando se tratar da justiça não vos deixeis levar por empenhos, e amizades.” Em outra oportunidade, não esqueceu da má sorte dos escravos: “Todos os homens nascem livres: a natureza não o sujeitou nenhum a ser escravo de seus semelhantes; as Leis são as únicas que podem limitar o uso de sua liberdade. [...] Chegou por fim o tempo da Justiça; os ferros se quebram; já não é permitido tolerar o despotismo; a escravidão deve ser abolida em toda a parte, e para sempre. [...] Ao século das luzes compete destruir a obra de algumas manadas de bárbaros [...], e substituir em seu lugar instituições liberais...” *Grito da Razão*. N. 6, 2 de março de 1824. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

rinha barata, e os empregados, e funcionários cumpriram suas funções, pouco crédito darão aos louvores, que continuamente se tributa à liberdade, cousa para eles ininteligível.

A falta de luzes entre a massa do povo era o principal obstáculo ao pleno exercício da cidadania constitucional. Nestas condições caberia aos iluminados conduzir os destinos da nação, reduzindo a soberania popular à escolha dos representantes. Moreira transcreveu um discurso do deputado espanhol Martinez de La Rosa, no qual este defendia que “ultimamente é um princípio no regime representativo que o exercício da Soberania não reside na Nação, senão nas pessoas em quem a Nação o delegou.”³¹ Era uma forma de tolher os excessos e arroubos de liberdade que os marginalizados de então arvoravam-se a praticar, para espanto de um ilustrado anônimo:

Eu quisera que me dissessem qual é a ideia que fazem do Sistema Constitucional aqueles que, confundindo a Liberdade com a licença, realizam tudo quanto lhes vem à lembrança. Talvez seja a mesma que fazia um pobre estapafúrdio, que havendo enrrouquecido no dia 26 de Fevereiro, proclamando a Constituição, dizia ao depois que levassem os diabos a Constituição porque não foi deferido em um requerimento pedindo certo ofício: ou como outro que mandou dizer ao Almotacé, que lhe não pusesse os pés em casa, porque já os Povos não eram escravos. A falta de princípios tem feito a muitos julgarem que a liberdade Constitucional, ou política dá o direito de fazer cada um o que quiser, gema quem gemer; se assim fosse veríamos o homem no estado primitivo da natureza, debaixo da prepotência do mais forte.³²

³¹ *Grito da Razão*. N. 8, 9 de março de 1824. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

³² *Grito da Razão*. N. 13, 26 de março de 1824. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

Apesar de oriunda da pena de outra pessoa, esta missiva é boa síntese dos objetivos de Vicente R. Moreira ao fundar o *Grito da Razão*. Inebriados pelas promessas liberais associadas à instauração de uma ordem constitucional, após 300 anos de despotismo, as camadas populares interpretaram a seu modo o novo regime. Assim, devia o povo ser instruído pelos ilustrados sobre como se portar na nova ordem constitucional que se instaurava naquele ano de 1824. Antes de ser exercida, a liberdade teria que ser aprendida, e somente a educação em direção às *Luzes*, à *Virtude*, poderia levar o povo “rude” ao estado da *Razão*, à *Felicidade*, elementos primordiais da filosofia maçônica.

Referências

ACCIOLI [de Cerqueira e Silva], Ignácio. *Memórias Historicas e Politicas da Provincia da Bahia*. 1ª ed., 2 tomos. Bahia: Typ. do Correio Mercantil, de Précourt e C., 1835-1836. Disponível em: <http://books.google.com.br/books/about/Memorias_historicas_e_politicas_de_provi.html?id=AZAPAQAIAAJ&redir_esc=y>. Acesso em: 20 jan. 2013.

AHU, Bahia, Catálogo Eduardo Castro, III. Docs. 16.025 e 16026. *Anais da Biblioteca Nacional*, 1912, vol. 34. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1914. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais.htm>. Acesso em: 06 ago. 2013.

AHU, Bahia, Catálogo Eduardo de Castro, V. Docs. 24.944 a 24.948; 30.351 e 30.352. *Anais da Biblioteca Nacional*, 1915, vol. 37. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1918. <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais.htm>. Acesso em: 15 jul. 2013.

ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e [sob pseudônimo *Americus*]. *Cartas Politicas Extrahidas do Padre Amaro*. 2ª ed. II tomos. Londres: Impresso por R. Greenlaw, 1825-1826. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books/about/Americus.html?hl=pt-BR&id=JWACAAAAYA AJ>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

ASLAN, Nicola. *Grande Dicionário Enciclopédico de Maçonaria e Simbologia*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976, vol. IV.

AURORA FLUMINENSE (A). N. 844, 22 de novembro de 1833. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&PagFis=3688>>. Acesso em 15 de maio de 2013.

ÁVILA JÚNIOR, Celso Jaloto. *A maçonaria baiana e sua história*. Salvador: P & A Editora, 2000.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Maçonaria, anti-racismo e cidadania: uma história de lutas e debates transnacionais*. São Paulo: Annablume, 2010.

CARVALHO, Alfredo; TORRES, João Nepomuceno. *Anais da Imprensa da Bahia*. Prefácio de Sônia Serra. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2007.

CASTRO, Renato Berbert de. *A Tipografia Imperial e Nacional, da Bahia*. São Paulo: Ática, 1984.

DIÁRIO DO GOVERNO. Nº. 138, 14 de dezembro de 1831. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706744&PagFis=8311>>. Acesso em 15 de maio de 2013.

FERREIRA, Manoel R.; FERREIRA, Tito Livio. *A maçonaria na independência brasileira*. São Paulo: Gráfica Biblos, 1975, 2 vols.

GRITO DA RAZÃO. N. 1, 13 de fevereiro de 1824. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

_____. N. 2, 17 de fevereiro de 1824. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

_____. N. 5, 27 de fevereiro de 1824, Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

_____. N. 6, 2 de março de 1824. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

_____. N. 8, 9 de março de 1824. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

_____. N. 13, 26 de março de 1824. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf2/749931/per749931_1824_00013.pdf>. Acesso em :15 dez. 2012.

_____. N. 14, 30 de março de 1824. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

_____. N. 17, 09 de abril de 1824. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

_____. N. 20, 20 de abril de 1824. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

_____. N. 77, 29 de dezembro de 1824. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

_____. N. 3, 12 de janeiro de 1825. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

_____. N. 25, 6 de maio de 1825. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/grito-rasao/749931>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

KRAAY, Hendrik. Entre o Brasil e a Bahia: As comemorações do Dois de Julho em Salvador, século XIX. *Afro-Ásia*, núm. 23, 1999, pp. 47-85. <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77002303>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

LIMA, José Joaquim Lopes de. *Diccionario carcundatico ou explicação das phrases dos carcundas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821. Disponível em: <<http://purl.pt/6641/3>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. Ignacio José de Macedo: da Idade d'Ouro ao Velho Liberal do Douro (1774-1834), contido neste n. da *RIGHBa*.

_____. *A Parafrase dos Proverbios de Salomão*: O código moral dos pedreiros livres impresso na Bahia em 1815 (inédito).

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. Lisboa: Editorial Delta, 1986, 2 vols.

_____. *Ensaio de Maçonaria*. Lisboa: Quetzal Editores, 1988.

MORAIS, Francisco de. Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1782). In: *Anais da Biblioteca Nacional*, LXII (1940). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p. 136-335. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_062_1940.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2012.

MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *O Movimento da Independência*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

PROBER, Kurt. *Cadastro das Lojas Maçônicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Paquetá, 1975.

SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. *A Guerra de Independência na Bahia*: manifestações políticas e violência na formação do Estado Nacional (Rio de Contas e Caetité). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia*: estudos sobre a Sedição de 2 de agosto de 1798, o soldado Luís Gonzaga das Virgens, os escravos no 1798, Francisco Agostinho Gomes, Cipriano Barata e o Levante dos Periquitos. Salvador: EDUFBA, 2003.

_____. *O Levante dos Periquitos na Bahia*; um episódio obscuro do primeiro Império. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1990.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1962.



Discurso



Palavras de Regozijo

Consuelo Pondé de Sena

Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
e membro da Academia de Letras da Bahia

Não serão apenas de parabéns minhas palavras desta noite, mas de agradecimento a tantos quantos aqui mourejam, dedicando-se com afincio e devoção à causa desta instituição. São incansáveis na defesa intransigente do maior e melhor patrimônio da História da Bahia, conforme declarou Ubiratan Castro de Araújo, representando o governador Jaques Wagner, na festa do centenário do governador Antonio Balbino de Carvalho Filho, quando se apresentou pela última vez nesta Casa da Bahia.

Celebrar é a maneira mais correta de perenizar um acontecimento, um feito ou um fato que se pretende eternizar na memória dos tempos.

Antes deste Instituto foi inaugurado, em 3 de maio de 1856, o Instituto Histórico Provincial, que só sobreviveu 13 anos, extinguindo-se em 1877, cujo periódico circulou por muito pouco tempo, sendo reproduzido em fac-símile alguns números publicados com o título: “O Instituto Histórico da Bahia, em 2001, pelo Secretário da Cultura e Turismo, Paulo Renato Dantas Gaudenzi, no governo César Borges, por iniciativa de Renato Berbert de Castro.

Esta entidade que, hoje, está completando 119 anos de criação, não é, por conseguinte, continuidade da anterior, mas uma outra institui-

ção, bafejada por ares republicanos. Ideia defendida, contra argumentos de outros, por Severino Vieira, sob a alegação que não se deveria dar continuidade a uma entidade que desaparecera.

Em 1894, não tiveram os autores da empreitada avaliado as du-rezas do caminho a ser seguido pelos que os substituíriam na difícil missão.

Com efeito, a luta diária para a perenidade do IGHB é a história de uma áspera trajetória. Aqui muitos sacrifícios foram empenhados, muitas campanhas foram realizadas, com o objetivo de dotar a Bahia de uma instituição voltada para a pesquisa e a discussão dos temas pertinentes à nossa cultura.

Coube a um grupo de intelectuais dirigir-se, em 5 de maio de 1894, aos interessados na fundação desta sociedade, para nela reunir documentos e objetos arqueológicos, atinentes à geografia e à história pátrias, que se encontravam espalhados pelos quatro cantos da cidade em mãos de particulares, a fim de resguardá-los, arquivá-los e publicá-los para os dias do presente e para as gerações futuras.

A reunião ocorreu, às nove horas da manhã, na sociedade Grêmio Literário, onde se instalaria a mesma sociedade. Assinaram o documento convocatório, Cônego Ludgero dos Humildes Pacheco, Antônio Calmon du Pin e Almeida, Tranquilino Leovigildo Torres, Dr. Braz Hermenegildo do Amaral, Manuel Pedro de Rezende, Olavo de Freitas Martins, Luiz Antônio Filgueiras.

Da data de fundação desta entidade à inauguração desta sede decorreram 29 anos, por diversas sedes emprestadas ou próprias, até que um determinado cavalheiro, cheio de entusiasmo e ardor patriótico, Bernardino José de Souza, empenhou-se em premiar o IGHB com esta sede-monumento, que completará noventa anos. Desejava erguer este edifício para inaugurá-lo no dia 2 de Julho de 1923, o que se efetivou, ao ensejo do centenário da redenção da Bahia.

Foi um trabalho solitário e eficaz, tão solitário que o próprio presidente Theodoro Sampaio declarou não lhe caber as loas do acontecimento, mas, sim ao seu Secretário Geral, Dr. Bernardino José de Souza.

E o objetivo almejado pelo ilustre sergipano foi realmente concretizado. Esta é a razão pela qual essa medalha do Mérito tem o seu nome. Não poderia ter outro, basta compulsar a farta documentação existente na Casa da Bahia para verificar que até os nossos dias nenhuma outra personalidade serviu a instituição com a sua dedicação e o seu desprendimento.

Pela Comissão de Honraria e Mérito, constituída nos termos da Portaria n. 1/2013, da presidência, foram, de referência ao ano em curso, agraciados os senhores: *Arno Wehling* (presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), Roberto Santos (presidente de honra do IGHB e ex-governador da Bahia), Luís Henrique Dias Tavares (historiador e acadêmico), Esmeralda Maria de Aragão (bibliotecária e diretora da Biblioteca Ruy Barbosa do IGHB) e José Nilton Carvalho Pereira (professor e educador).

Não devo estender-me nessa arenga de hoje, como diria, em meu lugar, o Mestre Wanderley Pinho. A palavra pertence ao Orador Perpétuo deste Instituto, Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura que, generosamente, ofereceu o projeto da Medalha Bernardino de Souza, desenhado pelo heraldista Vitor Hugo Carneiro Lopes.

Quero, neste momento, apenas agradecer, mais uma vez, a prestimosa colaboração do nosso sócio benemérito, professor José Nilton Carvalho Pereira, que providenciou a reedição da Revista do IGHB, de 1932, número 58, com “notícias históricas e geográficas do município de Caetité”.



Bernardino José de Sousa

Arno Wehling

Presidente do Instituto Histórico Brasileiro

Bernardino José de Sousa, para além de sua atividade como homem público, foi sempre um intelectual. Mais precisamente um polígrafo, interessado pela geografia, pela onomástica (como ele se referia a suas preocupações de dicionarista), pelo folclore e sobretudo pela história.

Baiano, pela origem familiar e por opção, embora nascido em Sergipe em 1884, formou-se em direito numa época em que o faziam todos aqueles que tinham pendores para as ciências humanas ou letras, já que as faculdades de filosofia somente apareceriam como opção profissional para as gerações seguintes. Foi professor de história e de geografia no Ginásio da Bahia e de Direito Internacional Público na Faculdade de Direito, ainda antes da criação da Universidade. Dirigiu ambas as instituições, teve mandatos de deputado estadual, foi Secretário de Justiça do Estado e membro da Câmara de Reajustamento Econômico e do Tribunal de Contas da União, cuja presidência exerceu.

Sua produção foi extensa e diversificada, e representa praticamente a última grande leva de polígrafos da cultura brasileira, que já transitava para a especialização. Esta se tornaria o marco dos momentos posteriores da vida intelectual do país, mas as contribuições de intelectuais como Bernardino até hoje se revelam indispensáveis em diversas

áreas do conhecimento. Foi o caso de seus livros *O pau-brasil na história nacional*, *Dicionário da terra e da gente do Brasil*, *Ciclo do carro de bois no Brasil* e *Heroínas baianas*, além de outros trabalhos como *Limites do Brasil*, *Barão do Rio Branco*, *O município de abadia*, *Joana Angélica*, e *A Bahia*.

Não só a atividade intelectual, mas a profissional revelou o grande entusiasta da Bahia e o seu patriotismo. Consuelo Pondé de Senna e Américo Jacobina Lacombe destacaram seu espírito empreendedor e sua contribuição para a construção de dois prédios, o do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e o da Faculdade de Direito. Em relação ao primeiro, é muito conhecida sua saga pelo interior da Bahia, à cata de recursos para viabilizar a Casa da Bahia. *Entusiasmo* tanto como administrador quanto na produção intelectual parece ser uma palavra adequada à total entrega que fazia de si mesmo a seus projetos. Pelo menos é o testemunho de quem com ele conviveu no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o mesmo Américo Jacobina Lacombe e que admirava sua vocação pedagógica:

Quem não conheceu o Professor Bernardino José de Sousa, ou não assistiu quer a uma aula quer a uma dissertação por ele proferida, não tem ideia do que é um professor dotado de entusiasmo, no sentido etimológico do termo. Por temperamento, não expunha nem ensinava: inflamava o aluno de paixão pelo tema.

Esse entusiasmo flui naturalmente por suas obras, sem que a precisão e a objetividade se ressentam. *Joana Angélica*, publicado em 1922 no quadro das comemorações do centenário da independência e o posterior *Heroínas Baianas*, de 1936, no qual biografava, além daquela religiosa também Maria Quitéria e Ana Néri, são reflexos disso. Mas está presente nas demais obras.

O *Dicionário da terra e da gente do Brasil* foi publicado pela primeira vez em 1910 como *Nomenclatura geográfica peculiar ao Brasil*, título que se repetiu na edição de 1917 e que seria modificado em 1927 para *Onomástica geral da geografia brasileira*, até chegar à deno-

minação definitiva. As variações foram explicadas pelo autor na edição de 1939 como necessárias considerando o objeto e o material crescente da obra, que passou de 63 verbetes na primeira edição, para 173 na segunda, 1230 na terceira e 1916 na que considerava definitiva.

O *Dicionário* revela preocupação histórica, antropológica e geográfica, procurando verificar a utilização dos termos nas diferentes regiões do país e em diferentes momentos.

A mudança de título, segundo informa Bernardino José de Sousa, deveu-se a Afranio Peixoto, que já prefaciara a edição anterior e sugeriu-lhe o novo nome para a de 1939. Muito provavelmente, acrescento, por influência da obra do padre Fernão Cardim, que Afranio Peixoto procurou em vão editar quando presidente da Academia Brasileira de Letras, em 1923 e para a qual deu o título que guardou daí por diante nas sucessivas edições – *Tratados da terra e gente do Brasil*. Anotado por Rodolfo Garcia e afinal publicado em 1925, o livro reunia três manuscritos de Fernão Cardim que se completavam e receberam o título genérico dado por Afrânio Peixoto, também sugerido em 1939 a Bernardino.

Além da bibliografia e das fontes documentais, o *Dicionário*, nas suas diferentes versões, teve a cooperação de muitos colaboradores das diferentes partes do país, a quem o autor recorreu durante suas pesquisas.

A recepção da obra foi positiva e desde cedo recebeu elogios de intelectuais como Pandiá Calógeras, João Ribeiro, Oliveira Viana, Afonso Taunay, Rodolfo Garcia, além do próprio Afranio Peixoto.

O espírito do trabalho, que inspirou a pesquisa, foi enunciado em nota explicativa à segunda edição, que o autor incorporou nas posteriores:

A fisionomia de um país, não raro, traduz-se por certos nomes que a terminologia local, vencendo e desterrando a terminologia geral, umas vezes a supre, subsidiando-a, outras a relega ao desprezo para a substituir avantajada.

O pau-brasil na História nacional é um bem documentado estudo sobre o tema, no qual além de passar em revista aspectos botânicos e geográficos, recupera referências à tintura nos cronistas. Seu plano contempla não apenas o apogeu dessa atividade econômica nos primórdios da colonização portuguesa, mas a sua continuação pelo restante do período colonial e no século XIX. Estuda as condições de produção e comercialização, o contrabando e o peso de sua renda em diferentes conjunturas da economia brasileira, não deixando de assinalar também sua rarefação e as medidas, quase sempre inúteis, de obstá-la. Como a sublinhar a importância que atribuía aos conceitos e termos que denotassem as peculiaridades da formação brasileira, o livro possui pequeno apêndice intitulado “Vocabulário do pau-brasil” no qual registra os termos brasileiro, costa do pau-brasil, fazer Brasil, passos, ibirapitanga e arbutan. O livro foi publicado em 1939 na coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional, que, assim como a coleção Documentos Brasileiros, da editora José Olímpio, se propunha reunir os estudos fundamentais sobre a formação brasileira.

O Ciclo do carro de bois no Brasil não foi publicado em livro durante a vida do autor, sendo-o apenas em 1958. Sua motivação, ele a explica num preâmbulo, “Razões deste livro”, as reminiscências da infância no meio rural, em que o carro de bois era onipresente e o exemplo uruguaio, que inaugurou em 1934 o célebre monumento “La carreta”, homenagem em bronze ao similar daquele país. Seu plano foi ambicioso e compreendeu o “escorço histórico do carro de bois”, a sua introdução e ampla utilização, no Brasil do século XVI ao século XX, a análise detalhada do próprio carro, a tipificação do “boi de carro”, os condutores dos carros e o desempenho produtivo do veículo. Assim, uma pesquisa exaustiva que esquadrinhou todos os aspectos da atividade, à qual não faltaram desenhos, plantas e mapas, produziu um clássico da historiografia nacional – ou será da sociologia, ou da geografia humana? De qualquer modo, não apenas mais um estudo sobre determinado meio de transporte.

O método utilizado para a elaboração do *Dicionário* repetiu-se neste livro: levantamento exaustivo de bibliografia, fontes documentais e inquirição de testemunhos. A técnica de produção de fontes pelo próprio pesquisador, que este último procedimento enseja, e que também

fora posta em prática por Gilberto Freire, ao escrever *Ordem e progresso* revelou-se ainda uma vez eficaz. Sua abrangência é espantosa: cerca de 390 depoentes, espalhados do Pará ao Rio Grande do Sul, de Mato Grosso à Paraíba, passando naturalmente pela Bahia, sem esquecer do Uruguai e de Portugal; profissionais das mais diversas áreas; anônimos e famosos. Os intelectuais-colaboradores são muitos, mas nem de longe a maioria da relação. Entre eles estão Afranio Peixoto, Alberto Ribeiro Lamego, Artur Cesar Ferreira Reis, Oliveira Viana, Gilberto Freire, Gileno de Carli, Helio Viana, José Calazans, Wanderley Pinho, José Carlos de Macedo Soares, Laurênio Lago, Rodolfo Garcia, Sud Menucci, Tomás Pompeu Sobrinho, Walter Spalding, Virgílio Correa Filho.

Péricles Madureira do Pinho, na apresentação do livro, sintetiza bem as características do *Ciclo*:

A enciclopédia do “Carro de Bois” – é para ser assim denominado este livro – não poderia ser reunida por um homem exclusivamente de pensamento. O corajoso plano, a execução enérgica e quase fulminante exigiram de Bernardino de Sousa todas as reservas de homem de ação privilegiado para concluir com as argutas qualidades do sociólogo, do historiador, do geógrafo, do folclorista.

Sua atuação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, muito menos conhecida do que a relação intensa que teve com o Instituto da Bahia, merece ser recordada.

Foi proposto para sócio correspondente em 1917, mas sua eleição ocorreu somente nas assembleia de 6 de agosto de 1921. Já publicara os trabalhos sobre limites, o Barão do Rio Branco, uma corografia do Piauí, um opúsculo sobre a geografia como ciência, a coletânea “Por mares e terras” e as duas versões preliminares do futuro “Dicionário”. A relatoria da comissão coube a Clovis Bevilacqua, cujo extenso parecer manuscrito dizia, entre outros aspectos favoráveis à candidatura:

Para um brasileiro nas condições do dr. Bernardino de Sousa devemos abrir, num gesto amigo,

as portas do instituto, certos de que acolheremos um consócio que muito há de contribuir para a realização dos propósitos que são a razão de ser e a vida do Instituto.

Transferindo-se para o Rio de Janeiro para assumir uma cadeira no Tribunal de Contas da União, solicitou em 1937 a Max Fleiuss, secretário do IHGB, sua transferência de correspondente para efetivo, como residente na então capital federal. Em 1944 foi alçado a benemérito.

Deve ser observado que dois de seus trabalhos mais significativos, sobre o pau-brasil e o carro de bois foram, originalmente, veiculados pelo IHGB. O primeiro de modo integral nos Anais do III Congresso de História Nacional, o segundo, parcialmente na Revista do Instituto.

Convidado a participar do III Congresso de História Nacional, que o IHGB patrocinou em 1938, Bernardino José de Sousa apresentou a monografia sobre o pau-brasil na história nacional. A Comissão de História Social e Econômica que examinou o texto era presidida por Rodrigo Otávio Filho e tinha a relatoria de Oliveira Viana. Também dela participavam Afonso Taunay, Marcos Carneiro de Mendonça e Roberto Simonsen.

O circunstanciado parecer de Oliveira Viana tornou-se prefácio do livro mais tarde publicado na coleção Brasileira e avalia que

[...] o seu trabalho deve ser considerado como um perfeito modelo no gênero. Não se podia versar o assunto, aliás extremamente especializado e aparentemente árido, com maior largueza de visão histórica, nem maior profundidade e riqueza de erudição.

No caso do carro de bois, a Revista publicou em 1944 o artigo “O carro de bois em grandes fatos da história nacional” que se tornaria um dos capítulos do livro postumamente publicado.

Quando de seu falecimento o registro do primeiro secretário do IHGB Virgílio Correia Filho não lembrou apenas esses vínculos com

a “Casa da Memória Nacional” ou a obra intelectual. Recordando sua dinâmica atividade como secretário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, assinalou justamente a campanha que fez para angariar os recursos necessários à edificação da sede própria, mobilizando para isso a sociedade baiana.

Mas talvez sua melhor avaliação como intelectual tenha vindo do rigoroso Américo Jacobina Lacombe:

Era de um escrúpulo acabado na pesquisa de tema que enfrentasse. Toda aquela onda de paixão transformava-se em tenacidade inquebrantável [...] de modo que suas obras, revestidas de exaltação incontida, eram ao mesmo tempo, de precisão heurística inatacável.”

E creio ser esse o seu maior elogio.



O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2013

Edivaldo M. Boaventura

Sócio Benemérito e orador oficial do IGHBA

Envolvido plenamente pelo espírito realizador de Bernardino José de Souza, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBA) comemora 119 anos de fundação. A Medalha corporativa foi criada em sua homenagem. Assim o Instituto renova a lembrança do construtor, recorda os que partiram, saúda os que chegam e os homenageados.

Durante os doze meses passados, o Instituto trabalhou multidisciplinarmente vários projetos do interesse da Bahia. Prosseguiu na discussão do semiárido baiano, que ocupa mais de 60% do seu território, e realizou o Seminário *O Vale do São Francisco e suas potencialidades*, vivamente coordenado pelo saudoso confrade Manoel Bonfim Dias Ribeiro.

A Bahiatursa e o Instituto viabilizaram o Curso de História da Bahia ministrado pela professora Antonietta d'Aguiar Nunes. Deste Curso sairá, brevemente, a publicação *Bahia: da Pré-História a 1815*. Referencia os monumentos históricos dos séculos XVI a XVIII e reúne até o momento a mais completa bibliografia da história baiana. Nenhum outro tema pode ser mais caro ao Instituto do que a busca sistemática do nosso passado. Foi o que realizou a minha orientanda Antonietta, doutora em Educação.

O Instituto disseminou a Atualização Cartográfica do Estado da Bahia, trabalho da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e várias outros projetos.

Em 15 de outubro de 2012, celebrou-se o centenário de *A Tarde*. O jornal é uma criação do sócio Ernesto Simões Filho, que muito colaborou com Bernardino na construção da sede. Assim, faço entrega à presidente, do livro do centenário *Um século de jornalismo na Bahia 1912-2012*, publicação do maior interesse para a história republicana com largo noticiário local, nacional e internacional, em especial, sobre as duas guerras mundiais. Assinalamos o centenário de Édison Carneiro e sua significativa contribuição para o folclore brasileiro.

Em primeiro lugar, vamos ao elogio dos sócios falecidos e a saudação aos ingressantes.

As partidas definitivas e as chegadas esperançosas

Em toda sessão de aniversário, renovamos a lembrança e revolvemos a saudade dos sócios que passaram para o outro lado. Alguns estavam mais perto pela colaboração constante com o Instituto, como Manoel Bonfim. Outros sócios frequentavam com assiduidade com o Instituto, como Manoel Bonfim. Outros sócios frequentavam com assiduidade com a comunidade acadêmica. Era exemplo a presença de Abigail Lordello. Alguns se distanciavam, mas todos mantinham o vínculo societário. É pelo sentimento de pertença que evocamos e trazemos de volta pelo mistério da palavra os sócios falecidos: Abigail Lordello, Augusto Pedreira, Hylo Bezerra Gurgel, José Eugênio Tramontano, Manoel Bonfim Dias Ribeiro e Ubiratan Castro de Araujo.

Vamos fazer uma preliminar de mérito, para usarmos o jargão judiciário. Em 29 de abril de 2013, faleceu a senhora **Lúcia Maciel da Silva**, viúva do sempre lembrado José Calasans Brandão da Silva. Mulher forte, sempre enfrentou com coragem todas as adversidades. Dedicava-se com desvelo aos familiares e em especial ao mestre de todos nós, José Calasans. O historiador, patrono de Canudos, pôde construir a sua obra com o apoio de Dona Lúcia. A nossa solidariedade à filha, Maria Madalena Maciel Calasans.

A intensa religiosidade conjugada com a participação na Ordem dos Advogados marcou a vida da bacharela **Abigail Lordello**, nascida em 25 de maio de 1926 e falecida em 11 de fevereiro de 2013. Era procuradora autárquica e uma das mais antigas profissionais do Direito em atuação nos fóruns da capital. Ao lado da carreira profissional, há toda uma trajetória paralela de participação em organismos comunitários, religiosos, incluindo as irmandades. A entrada para a Academia de Letras e Artes *Mater Salvatoris*, sucedendo a Edith Mendes da Gama e Abreu, expressou a sua vocação gregária, conforme assinalei na apresentação do discurso da recipiendária (LORDELLO, ABREU, 1989). Foi a primeira mulher eleita para o cargo de juíza da Venerável Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia. Na homenagem póstuma do Instituto dos Advogados da Bahia (IAB), a colega Maria Bernadeth G. da Cunha Cordeiro destacou a carreira de serviços e o convívio salutar com Abigail Lordello.

Poucos o conheciam como Augusto José de Cerqueira Lima Pedreira da Silva, longo e pomposo nome. **Augusto Pedreira**, geólogo, baiano de Santo Amaro, faleceu em 7 de novembro de 2012. Dedicou-se à Geologia, formado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), especializou-se em Fotointerpretação Aplicada à Geologia. Realizou trabalhos e pesquisas na Chapada Diamantina e nas bacias do Rio Pardo e do Rio Salitre. No Instituto de Geociências da UFBA, ensinou Geologia Física, Topografia e Desenho Geológico. De 2009 até o seu falecimento esteve ligado ao Centro de Geologia da Universidade do Porto e do Minho (Portugal), reconhecidamente pela sua alta competência. Augusto Pedreira, Gugu, como era chamado, primava pelo bom humor.

Hyla Bezerra Gurgel nasceu em Lavras da Mangabeira, no Ceará, em 9 de fevereiro de 1926, mas se educou na Bahia. Formou-se em Direito pela UFBA em 1952 e ingressou na Justiça do Trabalho, 5ª Região, em 1960, instituição onde realizou a sua carreira profissional. Começou presidindo a antiga Junta, hoje, Vara do Trabalho, de Santo Amaro e de Maragogipe. Foi corregedor, vice-presidente e presidente do Tribunal Regional do Trabalho, alcançando o Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ensinou diversas disciplinas jurídicas tanto na UFBA como na Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

Compôs o quadro reputacional de várias associações. Integrou a nossa Academia de Letras Jurídicas da Bahia, o Instituto Baiano de Direito do Trabalho, o Instituto Latino-Americano Del Derecho Del Trabajo, a Sociedad Social de Tucuman (Argentina) e a Academia Nacional de Direito do Trabalho. Deixou a obra *Diritto Sindicale Comparado Dei Paesi Ibero-Americani*, editado em Milão, em 1990.

Como ministro do TST, foi em missão à 81ª. Conferência Internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra. Profissional estudioso e competente. Convivemos bastante quando eu fui magistrado da Justiça do Trabalho. Realizamos juntos com sucesso o concurso para juiz e recordo o bom colega. Faleceu, em 30 de novembro de 2012, em Salvador. Foi ministro do TST de 1989 a 1995, quando se aposentou e retornou à Bahia..

O desaparecimento de **Manoel Bonfim Dias Ribeiro**, em 5 de dezembro de 2012, aos 82 anos, deixou-nos profundamente sentidos. Atuou como secretário geral do Instituto e mesmo tendo deixado o cargo continuou colaborando. Manoel Bonfim foi um batalhador do problema do uso da água. Em cursos, seminários e conferências ministradas, transmitiu o muito que sabia sobre o Rio São Francisco.

Manoel Bonfim nasceu, em 23 de dezembro de 1930, em São João do Piauí, vindo morar com a família, em Remanso. Estudou depois em Petrolina e diplomou-se em Engenharia, pela Escola Politécnica da UFBA. Trabalhou na Prefeitura Municipal de Salvador, no Departamento de Estrada de Rodagem da Bahia (Derba), dirigiu o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs/BA. SE e MG), tendo servido também à Codevasp. Em todos esses cargos ocupou-se dos problemas do Vale do São Francisco e do semiárido baiano. Defendeu sempre com o maior rigor o acesso à água, a gestão técnica dos recursos hídricos contra o discurso da falta do indispensável líquido. Ressaltou sempre o potencial não aproveitado da região. A sua obra escrita demonstrou o seu ponto de vista, como em *A potencialidade do semiárido brasileiro: o rio São Francisco, transposição e revitalização – uma análise – 2007*. Escreveu igualmente sobre a sua família. Homem de cultura, de fácil diálogo com as novas gerações, atendia aos muitos que o procuravam.

Como professor de História, da UFBA, **Ubiratan Castro de Araújo** dirigiu o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) com aceitação plena pela comunidade afrodescendente. Integrou o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia. Após efetivo trabalho no CEAO, foi convidado pelo então ministro da Cultura, Gilberto Gil, para Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura. Acelerou as certificações de autodefinição das comunidades remanescentes dos quilombos. Deu maior visibilidade internacional ao debate sobre a diáspora africana. Com esse objetivo, realizou a II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (II Ciad), reunindo, em Salvador, 16 chefes de Estado africanos.

Consagrou-se pioneiro no apoio a projetos de capacitação das comunidades de terreiros com o convênio celebrado com a Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu. Iniciou o mapeamento dos terreiros de candomblé de Salvador. Fomentou programas e projetos, em nível nacional, de preservação dos valores da comunidade afro-brasileira. Defendeu o reconhecimento das terras quilombolas e investiu em ações com produção do saber.

No plano federal, Ubiratan pôde demonstrar a sua competência e compromisso com os problemas dos afrodescendentes. A Fundação Cultural Palmares deu-lhe ressonância nacional, constituindo-se em uma oportunidade de revelar o potencial da cultura afro-baiana. De 2007 até seu desaparecimento foi diretor geral da Fundação Pedro Calmon, quando criou a primeira biblioteca virtual e o prêmio Kátia Queiroz Matoso.

Confirmo mais uma vez o que sempre afirmei sobre o colega professor Ubiratan: ele estimulou a comunidade negra da Bahia em busca de sua maior ascensão. Lutou contra a discriminação social e foi sempre pela igualdade dos direitos. Ubiratan faleceu em 3 de janeiro de 2013.

Como colega, confrade e amigo, o nosso muito querido Bira, *Bira o Gordo*, como era afetivamente chamado, era bem um bom baiano com expressiva capacidade oral, um exímio contador de histórias e mais histórias. Entretanto, a sua oralidade militante não o impediu

de nos legar uma coleção de artigos e ensaios como a dissertação de mestrado acerca do orçamento do Estado da Bahia de 1889-1930, sob a orientação do professor Frédéric Mauro, e a tese de doutorado sobre a política econômica em uma sociedade escravagista como a Bahia, orientada pela professora Kátia de Queiroz Mattoso,. Ambas as dissertações foram defendidas na França. O seu livro *Histórias de negro* (ARAÚJO, 2009), tão rico em conteúdo antropológico, é expressão do seu bom. Aspectos da vida e obra de Ubiratan Castro de Araújo foram por mim assinalados, na oração da saudade, da Academia de Letras da Bahia, da qual era o titular da cadeira de número 33, patrono Castro Alves.

Terminamos o registro dos sócios falecidos com Alberto da Costa e Silva (2012, p. 121-123): “Fecho o livro das ausências [...] o que temos por um volumoso inventário de perdas é, na realidade, a nossa rica herança e penhor de permanência.”

Façamos um minuto de silêncio em homenagem aos que partiram e manifestemos os sentimentos com o calor das nossas palmas.

A esperança dos novos sócios

“Vivo continuamente derrapando entre uma esperança e uma saudade.” Expressa muito bem o padre Fernando Bastos de Ávila (2005, p. 27). Na vida de uma organização, como a Casa da Bahia, forma-se um sistema social de papéis e de personalidades, na dinâmica das dimensões idiográficas e nomotéticas. Existem partidas sentidas sucedidas por vibrantes chegadas, que movimentam a vida da instituição. A bem dizer, sentimentos, atividades e interações são os elementos estruturantes do nosso comportamento nessa agremiação.

Saudamos os novos 25 sócios, efetivos e correspondentes: Alex Guedes, Antonio Luís Silva de Carvalho, Carlos Alberto Saraiva Santos, Carlos Pronzato, Carlos Sampaio Filho, Daniela Sarmo Mercês Santos, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Franklin de C. Machado, teórico e prático do Cordel, Horácio Raymundo de Senna Pires, José Carlos Martínez Martínez, José Leite de Souza, José Manuel Lomba, cônsul

de Portugal na Bahia, Jutahy Inácio Menezes, Lucigleide Nery Nascimento, Lúcio Normando do A. Reis, Luiz Antonio de Souza, Marc W. Herold, Marco Antonio Neia, Marcos Oliveira Gurgel, Maribel Oliveria Barreto, querida aluna, hoje, coordenadora de mestrado, Marina Garrido Moisés, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Raymundo Kruschewsky Gomes Ribeiro, Sônia Maria Moreira de Souza Bastos, Valther Xavier Aguiar. Logo mais receberão o diploma de sócios e começarão a participar das atividades acadêmicas. Sejam bem vindos.

Passemos à segunda e última parte: a outorga pela vez primeira da Medalha Bernardino de Souza, o construtor benemérito desta Casa.

A Medalha Bernardino de Souza, homenagem ao construtor

A sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia é obra de Bernardino José de Souza. Dentre muitos outros cargos, ele foi professor do Colégio da Bahia e da Faculdade Livre de Direito da Bahia, ministro do Tribunal de Contas da União. Notório autor de *O ciclo do carro de boi*, *O pau brasil na história nacional* e *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. Com a edificação deste imponente monumento estadual, assinalou, expressiva e simbolicamente, o centenário da independência do Brasil, na Bahia, em 2 de julho de 1923. Naquele mesmo ano, por coincidência, inaugurou-se a estátua de Castro Alves, em frente ao Teatro São João. Todavia, desafortunadamente, o Teatro desapareceu pelo incêndio naquele ano do festejado centenário!

É oportuno registrar que o *2 de Julho* foi oficializado como data histórica no calendário nacional. Informa o jornal *A Tarde*, de 10 maio 2013, que o projeto de lei complementar (PLC 61/2008) da Câmara de Deputados foi aprovado em 8 de maio, pelo Senado Federal, seguindo para sanção da presidente da República. O projeto não prevê a transformação da data em feriado nacional.

A Medalha Bernardino de Souza é parte das comemorações pelos 90 anos de inauguração do edifício-sede. Deve-se igualmente a ele ter erguido o antigo prédio da Faculdade de Direito, integrada à Uni-

versidade Federal da Bahia, em 1946, e federalizada em 1986. Edifício que é hoje a sede da Ordem dos Advogados do Brasil, seção da Bahia. Assim, preserva-se a nossa secular tradição jurídica que remonta à criação filipina do primeiro tribunal brasileiro, em 1604.

Ambas as construções, Instituto e Faculdade de Direito, foram custeadas por subscrição popular por iniciativa pessoal do secretário geral do Instituto. Bernardino nunca ambicionou a presidência desta casa, informa a nossa presidente Consuelo Pondé de Sena (2010), organizadora de uma notável coletânea sobre a vida e obra do múltiplo Bernardino. Dentre os muitos alunos, destaca-se Pedro Calmon. Bernardino foi decisivo na sua carreira. (1995, p. 60-61).

Louvemos a exemplar institucionalização da corporativa “Medalha Bernardino de Souza, secretário do IGHBA”, pela presidente Consuelo Pondé de Sena (2013). Mais uma realização da sua gestão. A insígnia foi desenhada por Vitor Hugo Carneiro Lopes, perfilhado na melhor tradição da heráldica germânica, trazida para a Bahia pelo irmão Paulo Lachenmayer, da Ordem de Nosso Pai São Bento.

Juntamente com essa medalha, mais duas outras insígnias corporativas enriquecem o patrimônio espiritual do reconhecimento: a Medalha Arlindo Fragoso, fundador da Academia de Letras da Bahia, e a Medalha Isaias Alves, da Academia de Educação da Bahia. Todas as três foram por mim encomendadas e doadas às três instituições com a melhor acolhida pelas respectivas diretorias.

Como curador da Medalha Edgard Santos, da Universidade Federal da Bahia, congratulo-me com o Instituto pela criação da insígnia. Cumprimento pela outorga ao presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, professor Arno Wehling; ao nosso presidente de honra, professor Roberto Figueira Santos, expressão maior de nossa cultura; ao historiador e decano do Casa; professor Luís Henrique Dias Tavares; à bibliotecária Esmeralda Maria Aragão, referência de liderança na biblioteconomia na Bahia; e ao sócio benemérito, professor José Nilton Pereira Carvalho. Se possuímos prêmios e distinções são para serem outorgados aos que merecem, gratificando e não punindo com silêncio circunstanciado.

Uma palavra especial para o professor Arno Wehling, nesta sua visita à Bahia. É detentor de uma distinguida *scholarship*. Exerce um alto padrão acadêmico de trabalho erudito como historiógrafo dos fundamentos teóricos e metodológicos da investigação científica. Procura sempre aplicar a teoria à historiografia. Como historiador das instituições e do Direito, diferencia a sua contribuição fontológica (*Quellenkunde*) na busca da história do direito brasileiro, sua área predileta de investigação empírica, que realiza com apoio do CNPq.

Como presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o Dr. Wehling lidera o conagraçamento dos Institutos históricos estaduais e municipais. Em reuniões nacionais periodicamente convocadas, em visitas aos estados e em contatos pessoais, tem procurado formar uma rede de interrelações institucionais e acadêmicas. Movimento que conta com a participação da nossa dedicada presidente Consuelo Pondé de Sena.

Na dinâmica de sua liderança, extrapola as dimensões nacionais e alcança o exercício da lusofonia. É o doutor Wehling, reconhecidamente, uma das personalidades brasileiras mais bem credenciadas para aproximar os países de língua e de fala portuguesa da convivência para a disseminação do conhecimento da história, tarefa do IHGB.

A continuidade dos construtores

Abraçando parentes e amigos dos sócios falecidos, congratulome com os ingressantes e com os homenageados com a Medalha corporativa. Parabenizo a presidente Consuelo, diretoria, confrades e servidores da Casa da Bahia, em mais um ano de trabalho.

A concessão da Medalha Bernardino de Souza mostra-nos a continuidade dos construtores. Inspiro-me no bem lançado pronunciamento do nosso presidente de honra, professor Roberto Santos. Ontem, Bernardino edificou a sede do Instituto e o prédio que abrigou por tantos anos a mui querida Faculdade de Direito da UFBA. O seu sucessor na diretoria da Faculdade, professor Orlando Gomes, com o fundador da *Alma Mater*, o reitor Edgard Santos, construíram a nova sede da Fa-

culdade de Direito, no verde campus do Canela. A construção da sede monumental encontra a continuidade edificante no laborioso trabalho de Consuelo Pondé de Sena.

Bem hajam.

IGHB, Salvador, 13 de maio de 2013.

Referências

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. **Histórias de Negro**. Salvador: Edufba, 2009.

ABIGAIL MARIA DE SOUZA LORDELLO. **Informativo Santíssimo Sacramento e Nossa senhora da Conceição da Praia**. Salvador, p. 6, ano 15, fev.2013.

BOAVENTURA, E. M. O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2012. **R. IGHB**, Salvador, v.107, p. 205-212, jan./dez. 2012.

CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

AVILA, Fernando B. de. **A alma de um padre: testemunho de uma vida**. Bauru: EDUSC, 2005.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. **Conhecendo a Bahia: da pré-história a 1815**. Salvador: Quarteto, 2013..

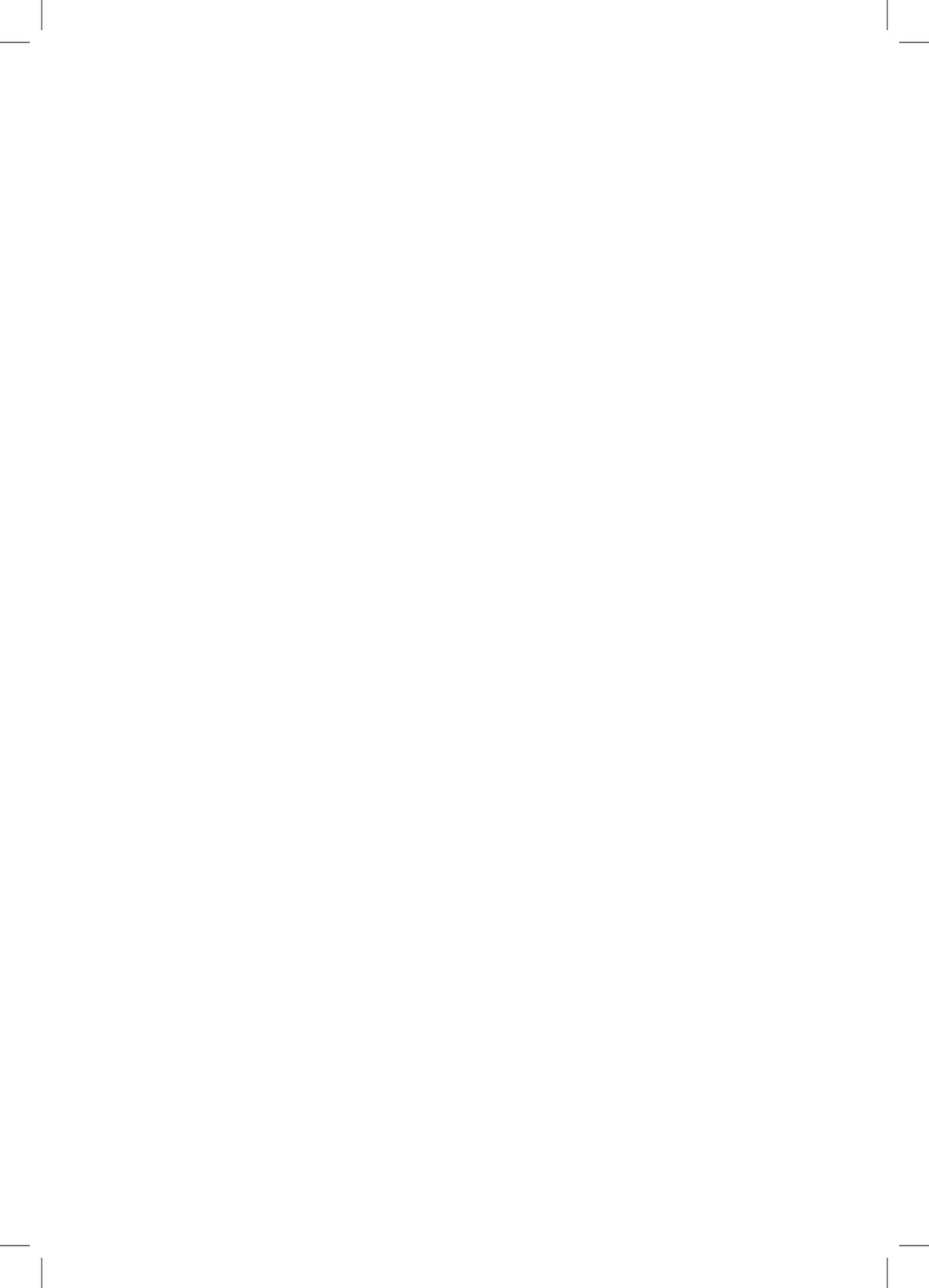
LORDELLO, Abigail de S.; ABREU, Edith M da G. **Academia de Letras e Artes "Mater Salvatoris."** Salvador: Santafé, 1989.

SENA, Consuelo Pondé. (Org.) **Bernardino de Souza, vida e obra**. Salvador: Quarteto, 2010.

_____. História e geografia. **A Tarde**, Salvador. 5 maio 2013. Caderno 2, p. 2.

SILVA, Alberto da Costa e. Elogios dos sócios falecidos. **R. IGHB**, Rio de Janeiro, a.173, n.457, p. 121-123, out./dez. 2012.

Biografia



Décimo primeiro presidente
Mons. Manoel de Aquino
Barbosa
Período: 15/10/1976 a31/12/1977

MANOEL DE AQUINO BARBOSA, nasceu a 29 de outubro de 1902, no arraial de Oliveira dos Campinhos, Município de Santo Amaro – Estado da Bahia, sendo filho do comerciante Manoel Luiz Barbosa e D. Carlinda dos Reis Barbosa, cujo matrimônio ocorreu no dia 03 de setembro de 1898. Foi batizado no dia 1º de fevereiro de 1903, na Matriz de N. Senhora de Oliveira dos Campinhos, sendo oficiante o vigário da Freguesia, Padre Ribeiro de Araújo, tendo como padrinhos, o Coronel João Francisco da Costa Pinto, proprietário da Usina Paranaguá e, D. Maria Rosa de Jesus, a santa e benemérita diretora do Hospital de N. Senhora da Vitória, na mesma localidade.

Fez o curso de primeiras letras na terra natal, matriculando-se no Seminário Menor da Bahia a 5 de Fevereiro de 1915, realizando todo o seu curso no tradicional estabelecimento situado no Convento de S. Terêsa. Iniciou o curso filosófico a 1º de janeiro de 1920 e o de teologia a 13 de fevereiro de 1922.

Recebeu a Sagrada Tonsura a 19 de março de 1923, na Capela do palácio da Sé; as ordens de Ostiário e Litorado, a 7 de outubro, e as

de Exorsistado e Acolitado a 30 de novembro do mesmo ano, na Igreja de S. Terêsa, sendo oficiante o saudoso Arcebispo D. Jeronimo Tomé da Silva.

Das mãos do atual Arcebispo D. Augusto Álvaro da Silva, recebeu o Subdiaconato a 29 de junho de 1925 na Igreja de S. Terêsa, o Diaconato a 28 de outubro e o Presciterato a 22 d novembro do mesmo ano na Catedral Primacial.

Celebrou, pela primeira vez, no dia seguinte na Igreja de S. Raimundo e cantou a Primeira Missa solene na Matriz de Oliveira dos Campinhos, a 13 de dezembro do mesmo ano.

Início do apostolado

Nomeado coadjutor da Paróquia de Nazaré, nesta capital, empossou-se a 1º de janeiro de 1926.

Nesse posto promoveu as festas das bodas de prata de sacerdote do Mons. Joaquim Aires de Almeida Freitas, pároco da Freguesia, e fundou a Congregação Mariana para moços, a primeira instalada nesta Arquidiocese em uma matriz.

Por Provisão de 22 de marco de 1926, foi nomeado capelão da Igreja da Ajuda e tomou posse a 26 do mesmo mês, continuando como coadjutor de Nazaré.

Nessa capelania, entre outras iniciativas, restaurou o Mês de Maria.

Em novembro de 1926, renunciando a coadjutoria de Nazaré, foi nomeado capelão do Asilo de Mendicidade e encarregado de instalar, no Convento da Boa Viagem, a “Casa dos Padres”, recentemente fundada pelo Sr. Arcebispo Primaz para abrigar os sacerdotes enfermos e inválidos.

Em maio de 1927, deixou as Capelarias da Ajuda e do Asilo de Mendicidade, para assumir a direção da Paróquia de N. S. de Brotas.

Pároco de brotas

Durante dois anos, de maio de 1927 a abril de 1929, exerceu o paróquiado na Freguesia de Brotas.

Continuando o trabalho do seu antecessor, procurou intensificar o apostolado e apoiar todas as iniciativas para o maior impulso da Paróquia e do bairro. A sua atuação ficou assinalada por vários empreendimentos, destacando-se as obras realizadas na Matriz; a inauguração, a 15 de agosto de 1928, do retrato do Frei Niceto, piedoso franciscano e ex-vigário da paróquia, que iniciou a restauração daquele templo; e a fundação da Congregação Mariana de S. Geraldo para moços, solenemente instalada a 11 de setembro de 1928 pelo Sr. Arcebispo Primaz, com a presença do padre Luiz Gonzaga Cabral e de todas as Congregações Marianas desta Capital.

Pároco da Conceição da Praia

Transferido ara a Paróquia da Conceição da Praia, tomou posse a 30 de maio de 1929.

É o quadragésimo sétimo pároco da segunda paróquia da cidade na ordem cronológica e o terceiro no exercício das funções.

Em mais de três séculos de existência dessa Paróquia, pois, a mesma foi fundada em 1623, nenhum dos seus antecessores a dirigiram durante períodos mais longos. Depois dele, ocupa o primeiro lugar, o Padre Custódio Rodrigues Laudim, o benemérito idealizador e iniciador da construção do grandioso templo, com um paroquiano de trinta e dois anos, de 1717 a 1749. Cabe o segundo ao notável Padre Dr. Wencesláu Pinto de Magalhães, vigário colado de 1749 a 1777, num período de vinte e oito anos.

Nestes vinte e um anos e meio à frente dos destinos da Paróquia da Conceição da Praia, soube o Cônego Manoel Barbosa conquistar a admiração e a estima dos paroquianos e devotos de N. S. da Conceição, das irmandades e associações paroquiais, e de todo o comércio baiano em cujo seio desfrutava o maior prestígio.

Com o maior zelo e dedicação vem desempenhando essas funções, tornando-se um defensor intransigente do vultoso patrimônio artístico e histórico do templo fundado, em 1549, por Tomé de Sousa, e da tradicional Igreja do Corpo Santo, filial da mesma Matriz.

Graças aos seus esforços foram restaurados os atos da Semana Santa, interrompidos há meio século; a procissão do Senhor da Redenção, suspensa há quatro decênios; a procissão de S. Frei Pedro Gonçalves, titular da Igreja do Corpo Santo, que, desde o século passado, tinha desaparecido; o barco-andor desse Protetor dos marítimos, preciosa obra de arte em ruínas; alfaias e móveis de valor.

Vem empenhado há muitos anos em pesquisas históricas para reunir o que existe nos arquivos nacionais e portugueses sobre o majestoso templo do bairro comercial a fim de publicar um trabalho capaz de demonstrar toda história de um dos maiores monumentos do País.

Há onze anos, arma na matriz da Conceição, o presépio que se tornou um dos maiores da cidade.

Instituiu a Páscoa dos Padres, distribuição anual de gêneros no Sábado de Aleluia a mil famílias necessitadas desta Capital, para que possam celebrar alegremente o Domingo da Ressurreição.

Fundou a festa de S. Cristovão que há nove anos vem sendo celebrada em 25 de julho pelos motoristas baianos com o maior entusiasmo; deu início à benção anual dos carros; promoveu a entronização da imagem do protetor dos motoristas nas garagens oficiais; e promoveu a procissão noturna em automóvel do mesmo mártir, que se tornou um dos grandes acontecimentos religiosos da cidade.

Incrementou as festas anuais da Conceição da Praia, dando-lhes sempre a maior imponência. Promoveu, em 22 de dezembro de 1935, a sagração da matriz da Conceição e do seu esplêndido altar-mor, presidida pelo Sr. Arcebispo Primaz, D. Augusto Álvaro da Silva.

Alcançou da Santa Sé que a Matriz da Bahia fosse elevada à categoria de Basílica Menor e a sua Titular tivesse a insigne honra de “Coroação Pontifícia”, dois grandes acontecimentos que assinalaram as importantíssimas festas que promoveu em 1946 para comemorar o

terceiro centenário da proclamação de N. S. da Conceição, como padroeira de Portugal e seus domínios.

Iniciou em 1945, a sagração dos altares laterais. A de quatro já foram realizadas com a maior imponência.

Na imprensa

A vocação jornalística do Cônego Manoel Barbosa data da sua infância, como revelou no discurso da homenagem póstuma, prestada pela Academia de Letras da Bahia a Aloísio de Carvalho.

Os seus primeiros escritos foram publicados, quando ainda seminaristas, no “Boletim da Obra das Vocações Sacerdotais”. Em 1926 iniciou a atividade jornalística com a propaganda do 1º Congresso Arquidiocesano de Vocações Sacerdotais, do qual foi o primeiro secretário e um dos organizadores.

De 1926 a 1928 colaborou, com assiduidade, no “Boletim paroquial da Freguesia de Nazaré” e na “Revista Eclesiástica” desta Arquidiocese, em cujas páginas se encontram vários trabalhos apologéticos e históricos, destacando-se “O milagre” e “A Igreja e os Concílios Ecu-mênicos”.

Em 1929 assumiu a direção da “Era Nova”, diário católico da Bahia, dedicando-se de corpo e alma, durante quatro anos e meio, ao jornalismo católico. Empreendeu a reforma material e redacional desse jornal, levando para sua redação jornalistas consagrados; reunindo em torno de si uma plêiade de moços que ingressaram na imprensa e honram atualmente o jornalismo provincial e nacional; dotando-o de nova maquinaria e de instalações modernas; transformando-o em matutino, dando-lhe feição de jornal combatente.

Empenhou-se em várias campanhas de interesse social e conquistou para esse diário uma posição de real prestígio na imprensa local.

Durante sua gestão percorreu o Estado em viagem de propaganda da imprensa católica, visitando as Lavras Diamantinas, o Recôncavo, o Sudoeste e o Sul da Bahia.

Afastando-se da direção da “Era Nova” em agosto de 1933, foi convidado pela “A Tarde” para ser redator especial junto ao 1º Congresso Eucarístico Nacional e, no ano seguinte, fez parte do corpo redacional do mesmo vespertino, como redator da seção religiosa.

Em 29 de dezembro de 1935, ingressou no “Diário da Bahia” como redator-chefe. De 19 de abril de 1941 a 10 de fevereiro de 1942 fez parte da redação do “O Imparcial”, num dos momentos mais críticos do saudoso matutino, que circulava diariamente sob rigorosa censura policial.

Contrário a qualquer medida de compressão à imprensa, protestou sempre contra as censuras impostas aos jornais baianos durante a revolução de 1930 e, no período ditatorial.

Em fevereiro de 1942 voltou novamente como redator-chefe para a redação do “Diário da Bahia”, que acabava de ser adquirido pela “A Noite” do Rio.

O Cônego Manoel Barbosa colaborou ainda em outros jornais, diversas revistas do País, publicando artigos, crônicas, reportagens, comentários e notícias sobre os mais variados assuntos, com ou sem assinatura e com os pseudônimos de Mano, Elmano Nobardo e Manoel Subahé. Dessa vultosa contribuição deve ser relembrada a série de artigos publicados em 1938, no “O Imparcial”, sob o título “contra a ignorância e a indiferença”, em defesa do patrimônio histórico e artístico da Bahia.

Quando Tales de Freitas tomou a iniciativa de fundar a Associação Baiana de Imprensa, encontrou no Padre Manoel Barbosa o maior entusiasta. Instalada em 22 de agosto de 1930, fez parte da sua primeira Assembléia Geral. Nos dois decênios dessa prestigiosa associação de classe, ocupou vários cargos na sua diretoria.

Como tesoureiro, iniciou a formação do patrimônio daquela instituição. Em 17 de agosto de 1934 conferiu-lhe a Assembléia Geral, por aclamação, o título de Sócio Benemérito, em razão dos grandes serviços prestados à entidade.

Em fevereiro de 1936 foi eleito delegado – eleitor da Associação Baiana de Imprensa, para a eleição de deputado classista à Assembléia Legislativa do Estado.

Posteriormente, figurou, como representante da imprensa baiana, entre os nomes da Bahia, indicados pelo Governo do Estado, para o Conselho Nacional de Educação.

Foi ainda escolhido para representar a Imprensa Baiana na Comissão de Urbanismo criada nesta Capital, na qual exerceu o cargo de secretário até sua extinção.

Em 1948 foi designado para presidir a Comissão Organizada do III Congresso Nacional de Jornalistas e, em novembro de 1949, aclamado presidente do mesmo certame. No desempenho dessas funções revelou o Cônego Manoel Barbosa qualidades que tornaram credor do respeito e da admiração de todos os congressistas, inclusive daqueles que militavam em campos doutrinários opostos. Graças a essa atuação, o certame alcançou o maior êxito e marcou um grande passo para a solução dos problemas da imprensa em nosso País e para o conagraamento dos jornalistas brasileiros.

Além de assíduo colaborou da imprensa local, foi diretor da “Revista Eclesiástica da Bahia”, órgão oficial desta Província Eclesiástica, e Vice-Presidente da Associação Baiana de Imprensa.

No arquivo público

Nomeado em 9 de março de 1935, Arquivista – Chefe de Seção da Diretoria do Arquivo Público e Inspetoria dos Monumentos, tomou posse a 22 do mesmo mês e exerceu o cargo até dezembro de 1937, quando foi demitido pelo Governo militar neste Estado pelo crime de “não rezar na mesma cartilha”.

Nos vinte oito meses que trabalhou naquele importante repositório de documentos da Bahia, reafirmou a sua dedicação pelo passado baiano, exercendo proveitosa e oportuna fiscalização para impedir a saída de objetos de arte para outros Estados, e realizando o primeiro tombamento de monumentos históricos baianos. Confirma essa atuação o Relatório sobre a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais, correspondente ao ano de 1936, publicado no vol. XXVI, dos Anais do Arquivo Público da Bahia.

Na Inspeção Federal de Ensino

Durante treze anos exerceu, o Cônego Manoel Barbosa, o cargo de inspetor federal de Ensino.

Se, por vezes, as circunstâncias lhe obrigaram a enfrentar o descontentamento de alunos insubordinados, de professores incapazes ou desidiosos, de diretores e autoridades contrariados nos seus interesses, jamais cedeu a uns e outros, mesmo nos tempos de ditadura, quando o funcionalismo estava à mercê dos dominadores do momento.

Em todos os incidentes em que esteve envolvido, como executor da legislação federal, portou-se com a prudência e a altivez necessárias, obtendo, por isso mesmo, o êxito desejado, conseguindo prestigiar o cargo que se procurava subestimar.

A linha de conduta adotada nesse cargo, quer no Ginásio da Bahia e no Instituto Normal, quer nos estabelecimentos particulares, tornou-o cada vez mais prestigiado. A melhor prova dessa atuação eficiente e equilibrada é o conceito que desfruta junto aos corpos docentes e discentes dos estabelecimentos a que tem servido, e às turmas de alunos, seus antigos inspecionados que atualmente honram a Bahia em vários postos.

Na Academia de Letras

Eleito aos 18 de março de 1940 para a Cadeira 36, que tem como patrono Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha, vaga com o falecimento do seu fundador o acadêmico Afonso de Castro Rabelo, empossou-se a 22 de junho do mesmo ano, sendo recebido pelo acadêmico Magalhães Netto.

A esse sodalício prestou serviços relevantes. Não dispondo ainda a Academia de Letras de uma sede, tomou ao seu encargo iniciar a organização da biblioteca, que foi instalada num dos salões da Matriz da Conceição da Praia, onde permaneceu até fevereiro de 1940, quando foi transportada para a sede provisória, à Avenida 7 de Setembro, n. 288.

Da sua vida acadêmica merecem registro o discurso de recepção ao acadêmico Augusto Alexandre Machado; o elogio póstumo do acadêmico Aloísio de Carvalho; a resenha histórica da Academia, escrita por ocasião das bodas de prata de sua fundação; a participação nas festas centenárias de Castro Alves e nas duas reformas dos Estatutos; o desempenho dos cargos de tesoureiro e segundo secretário.

No Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

O Cônego Manoel Barbosa foi admitido como sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 27 de dezembro de 1935.

Em 1938 fez parte da comissão central das festas do III centenário da retirada dos holandeses da Bahia; em 1939, participou da Comissão organizadora das solenidades comemorativa do cinquentenário da República; e, em 1944, da Comissão promotora das comemorações das bodas de ouro de fundação do Instituto.

Por proposta sua, foram nessa ocasião, colocados na Casa da Bahia os bustos de D. Romualdo Antônio de Seixas, fundador e primeiro presidente do primeiro Instituto Histórico, e do Dr. Tranquilino Torres, fundador e primeiro presidente do atual Instituto.

Em 1948 propôs a realização do I Congresso de História da Bahia, realizado em março de 1949, do qual foi o secretário geral.

Em outubro de 1948 representou o Instituto Histórico no I Congresso de História de S. Catarina, reunido em Florianópolis, sendo o único representante do Norte e Relator Geral, do mesmo certame.

Em abril de 1949 foi um dos representantes do Instituto Histórico, da Academia de Letras e do Estado da Bahia, no IV Congresso Nacional de História, realizado no Rio de Janeiro, no qual serviu de secretário da primeira Comissão.

Foi segundo secretário do Instituto Histórico e primeiro secretário da Comissão organizadora do II Congresso de História da Bahia.

Na sociedade numismática

O Cônego Manoel Barbosa foi um grande entusiasta da Numismática. A Bahia lhe deve incontestavelmente o movimento que iniciou, e 1946, em favor da nossa numismática. Por iniciativa sua, foram cunhadas as últimas medalhas baianas e se fundou, nesta Capital, em junho de 1946, a Sociedade Numismática da Bahia, instituição fadada a prestar ao nosso Estado serviços relevantíssimos e contribuir para que a Bahia voltasse a ocupar o lugar que tem direito na numária brasileira.

A sua coleção de medalhas comemorativas era uma das poucas existentes neste Estado, destacando-se pelo volume e qualidade das peças que possuía. Era o único colecionador de medalhas do Vaticano na Bahia.

O Cônego Manoel Barbosa foi o primeiro Secretário da Sociedade Numismática da Bahia.

Nos domínios da história

Desde os tempos do Seminário dedicou-se o Cônego Manoel Barbosa aos estudos históricos, principalmente da parte referente à Igreja no Brasil.

Não se contentou com a pesquisa paciente e demorada que vinha realizando nos arquivos desta Capital e do Rio de Janeiro. Transformou-se num grande colecionador de obras raras sobre assuntos de nosso País e possuía uma das melhores, senão a melhor, biblioteca particular, sobre assuntos de nossa história eclesiástica.

Graças aos seus estudos e a essa paixão de possuir tudo quanto se escreveu sobre a Igreja em terras brasileiras, é que se tornou uma das maiores autoridades em assuntos do passado eclesiástico no Brasil.

Em jornais e revistas desta Capital e do País encontrou-se dispersos, muitos dos seus trabalhos históricos. Em 1945 publicou “A Igreja no Brasil”, livro que mereceu honrosas apreciações dos nossos principais historiadores e homens de cultura.

Foram poucos os historiadores que, no Brasil, se consagraram como o Padre Manoel Barbosa, aos estudos dos anais da Igreja em nossa terra. Entre eles estão na vanguarda Cônego Raimundo Trindade, diretor do Museu de Inconfidência em Ouro Preto, Frei Basílio Rower O.F.M., o historiador da Ordem Franciscana Brasileira, e o Padre Heliodoro Pires, o autor de “Páginas da nossa História Eclesiástica” e de outros volumes primorosos sobre o nosso passado.

Quando, em 1945, publicou “A Igreja no Brasil”, livro que mereceu honrosas apreciações da imprensa, de historiadores e homens de cultura, teve a satisfação de receber dos três sacerdotes citados referências elogiosas.

O primeiro envio-lhe estas palavras de estímulo: “acabo de percorrer, encantado, “A Igreja no Brasil” de sua autoria. Nenhum estudioso de nossa História Eclesiástica já desprezar o seu precioso livro. Qualquer interrogação no tocante aos lances mais salientes dessa história aí terá resposta pronta e documentada. O estilo sóbrio e nítido, como compete ao assunto, é outra magnífica recomendação para o seu trabalho.”

Do segundo é esta valiosa opinião: “Recebi o livro” “A Igreja no Brasil” e depois de o ter lido quase todo, só tenho palavras de louvor para o autor, que não se poupou a muitas pesquisas para apresentar trabalho tão perfeito e de tanta utilidade”.

O terceiro dirigiu ao Sr. Arcebispo Primaz este telegrama: “Rogo transmitir Padre Manoel Barbosa felicitações calorosas livro magistral, aspectos gloriosos vida religiosa Brasil. Esta obra alto valor idéia forma patenteado descortino cargo talento robusto representa título imperecível benemerência clero Bahia ufana cultura letra nacional, grande passo construção história catolicismo América do Sul”.

No 1º Congresso de História da Bahia apresentou o Cônego Manoel Barbosa os cinco trabalhos seguintes: A) Lápides proclamadoras das duas maiores devoções brasileiras, existentes na Bahia; B) A primeira reunião do Episcopado Brasileiro; C) livros “Breviário da Bahia” e D) “Livro de Honras” de Afrânio Peixoto.

Naquele momento estava empenhado no preparo de outros trabalhos sobre a Igreja na Bahia, destacando-se o volume “Igrejas da Ci-

dade do Salvador”, uma das monografias da obra intitulada “Evolução Histórica da Cidade do Salvador”, com que a Prefeitura desta Capital estava comemorando o IV Centenário de fundação da cidade. Foi-lhe confiada a tarefa de substituir Afrânio Peixoto, que assumira o compromisso de escrevê-la.

Funções exercidas pelo Cônego Barbosa

O Cônego Manoel de Aquino Barbosa exercia naquele momento as seguintes funções: pároco da Paróquia de N. S. da Conceição da Praia; diretor da Obra da Propagação da Fé nesta Arquidiocese; diretor de Estudos da Reverenda Irmandade de S. Pedro dos Clérigos; diretor da “Revista Eclesiástica da Bahia, órgão oficial desta Província Eclesiástica da Bahia; presidente da Comissão Arquidiocesana do Ano Santo; presidente da Comissão das Festas de S. Cristovão, padroeiro dos motoristas baianos; Inspetor federal de Ensino junto ao Ginásio do Instituto Normal da Bahia; vice-presidente da associação Baiana de Imprensa; segundo vice-presidente da Academia de Letras da Bahia; primeiro secretário da Sociedade Numismática da Bahia; segundo secretário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; e primeiro secretário da Comissão Organizadora do II Congresso de História da Bahia.

O Cônego Manoel Barbosa foi ainda, Cônego honorário do cabido Metropolitano da Bahia, desde dezembro de 1946; sócio correspondente do Instituto Histórico de Minas Gerais, em 15 de julho de 1949; sócio fundador do Instituto Genealógico da Bahia e, membro do Círculo de Estudos Portugueses da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia.

Ingressando no Clero, sua ufania, com apego até à batina, que lhe esvoaçava ao vento naquele passo miúdo e rápido de suas andanças entre os mil que fazeres, destacou-se pelo devotamento abnegado à Igreja da Conceição da Praia, da qual foi Vigário por cerca de cinquenta anos.

O seu devotamento chegava ao ponto de empenhar-se com vivo entusiasmo na comprovação de haver sido aquele templo o primeiro da Cidade do Salvador.

A ermida pequenina e branca, erguida por Thomé de Souza à beira-mar, logo que aqui chegou para fundar uma “povoação grande e forte”, por ordem real de D. João III, e onde se ajoelhou tantas vezes com o fervor luso daquelas eras... teve destino glorioso, numa ascensão continuada, até a Basílica.

Seu desvelo por aquele colosso arquitetônico não conhecia pausas. Além da vigilância pela conservação dos tesouros constitutivos daquele monumento, restaurou-lhe as belíssimas grades douradas que, certa incompetência, pintara de óleo azul; inseriu nos muros laterais da entrada, suntuosas telas, prosseguindo nessas atividades, por assim dizer, criadoras até à aquisição de um rico e lindo manto para a imagem de Nossa Senhora.

Não lhe nublaram a consciência do mais tênue arrependimento os comentários que nessas oportunidades não falham, sobre o luxo de tão bela peça artística. Se Deus nos dá tudo, não será lícito e louvável daí tirarmos alguma para as oferendas de amor e gratidão a Ele ou à Sua Mãe Santíssima?.

O custo de um manto não mata a fome do mundo.

Sobejam os outros meios.

Os zelos pela parte material, estética, do templo eram, entretanto, sobrepujados pelos espiritualismo com relação aos seus paroquianos, buscando fazer das devoções fins para a virtude maior. Quanto aos cerimoniais litúrgicos, conseguia dos mais simples aos de alta magnificência, renovando-se os triunfos da oradora sacra naquele ambiente que guarda ainda ressonâncias da eloquência de Vieira.

A escola paroquial e a proteção a desvalidos de sua zona marcavam-lhe a sensibilidade.

Além dos labores da vida eclesiástica, multiplicavam-se-lhe os de outro gênero. Sua igreja era a casa de culto a Deus; o Instituto Histórico, a de culto à História.

Incansável em preparar comemorações insígnies, congressos, cursos, dava à Instituição notável vivência. Foram inúmeras as suas comunicações e conferências, muitas das quais biográficas. Historia-

dor de preciosa fidelidade, jornalista de méritos reconhecidos, fundou a “Era Nova” e agiu sempre evidentemente na Associação Baiana de Imprensa.

Por seus valores e capacidade de trabalho e dedicação, granjeava valiosos títulos. (*)

A partir de 1950 ocupou vários cargos na diretoria do I.G.H.B., destacando-se os seguintes: Tesoureiro, Orador, 2º Secretário, 2º Vice-presidente, 1º Vice-presidente, atingindo ao mais alto posto executivo, o de Presidente, além de Presidente de Honra.

Na Academia de Letras da Bahia, a que servia com as mesmas forças de devotamento, também foi Presidente. Até como inspetor federal do ensino secundário, chegou ao mais alto posto.

O dia 02 de abril de 1890 envolveu em trevas o seu lar, a sua paróquia e as suas instituições amadas. Mas a luz de glória veio tangendo-a para refugir seu nome em confirmação da verdade: uma grande via continua numa venerável memória.

(*) CUNHA, Everaldo. Dados biográficos do Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa. IN BARBOSA. Manoel de Aquino Retalhos de um arquivo. Salvador, Beneditina, 1972. Pags: 376-402

Revista do Ins
do Instituto
stitit aráp
Ge e ©
ráfico e Histór
Hist

Acervo
Bibliográfico



Relação de livros e revistas de Mons. Manoel de Aquino Barbosa

BARBOSA, Manoel do Aquino. **Efemerides da Freguesia de N. Senhora da Conceição da Praia**. Bahia: [s. n.], 1970. 617 p. (Conceição da Praia, v.1).

BARBOSA, Manoel de Aquino. O Juramento da Constituição de 1824 pelas ordens religiosas da Bahia. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v.77, p. 339-350, 1952.

BARBOSA, Manoel de Aquino. As Glorias de Pirajá. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v.66, p. 261-266, 1940.

BARBOSA, Manoel de Aquino. Parecer da comissão de História da Bahia do IGHB. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB - Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, v.77, p. 76-77, 1952.

BARBOSA, Manoel de Aquino. Discurso em 3 de Maio de 1941. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v.67, p. 259-276, 1941.

BARBOSA, Manoel de Aquino. A Paróquia do Santissimo Sacramento e Sant'ana. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v.77, p. 353-369, 1952.

BARBOSA, Manoel de Aquino. Os quatro primeiros párocos da Paróquia dos Mares. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v.86, p.

243-274, 1976-77

BARBOSA, Manoel de Aquino. A Academia Literária de São Jose. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v.86, p. 185-207, 1976-77.

BARBOSA, Manoel de Aquino. Considerações sobre a bula - Super Specula militantes ecclesiae. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v.77, p. 317-331, 1952.

BARBOSA, Manoel de Aquino. Dois Vigários capitulados disputam o Governo da Arquidiocese da Bahia em julho de 1823. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v.77, p. 381-392, 1952.

BARBOSA, Manoel de Aquino. Padre Antonio Pinheiro de Queiroz. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v.84, p. 95-114, 1968-71.

BARBOSA, Manoel de Aquino. Relatório do exercício de 1977. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v.87, p. 307-312, 1978.

BARBOSA, Manoel de Aquino. Carta Pastoral. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v.86, p. 258-265, 1976-77.

BARBOSA, Manoel de Aquino. Relatório da Secretaria. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v.77, p. 29-32, 1952.

BARBOSA, Manoel de Aquino. O Clero e a Independência na Bahia. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v.86, p. 287-298, 1976-77.

BARBOSA, Manoel de Aquino. O Sítio do Arraial e da Sepultura de D. Marcos Teixeira - O Bispo soldado. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v.77, p. 79-119, 1952.

BARBOSA, Mons. Manoel Aquino. **Retalhos de um arquivo**. Bahia: Beneditina, 1972. 405 p. Apêndice.

BARBOSA, Cônego Manoel de Aquino. O Sítio do Arraial e da Sepultura de D. Marcos Teixeira - O bispo Soldado. **Centro de Estudos Bahianos**, Salvador: Centro de Estudos Bahianos, v.31, p. 79- 119, 1955.

BARBOSA, Manoel de Aquino. Silva Campos. **Revista do Instituto Genealógico da Bahia**, Salvador: Instituto Genealógico da Bahia, v.17, n.17, p. 127-138, 1971.

OS 70 ANOS do Mons. Manuel de Aquino Barbosa. **Revista do Instituto Genealógico da Bahia**, Salvador: Instituto Genealógico da Bahia, v.18, n.18, p. 53-59, 1972.

BARBOSA, Padre Manoel. **A Igreja no Brasil**: notas para sua história. Rio de Janeiro: Editora e Obras Gráficas a Noite, [s. d.]. 335 p. il.

BARBOSA, Manoel de Aquino. **A padroeira do Estado da Bahia**. Bahia: Beneditina, 1975. 394 p. (Coleção Conceição da Praia).



Revista do Ins
do Instituto E
stitit *aráp*
Ge *e*
ráfico e Histór
História da

Galeria de Fotografias





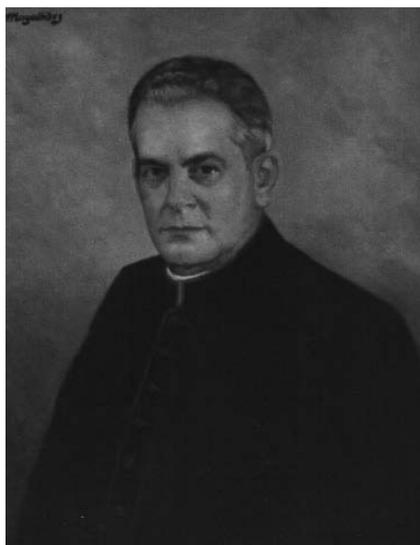
Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa (2^a na primeira fila da direita para esquerda), um dos organizadores do II Congresso de História da Bahia, 1952.



Monsenhor **Manoel** Barbosa proferindo sua palestra durante o II Congresso de História da Bahia, 1952.



Monsenhor **Barbosa** na solenidade de inauguração do busto do Padre Manoel da Nóbrega.



Quadro de Monsenhor Manuel de Aquino Barbosa, ex-presidente do IGHB.



Monsenhor **Barbosa** com Antônio Viana, José Lima, Oscar Carrascosa, Afonso Ruy, Alberto Silva, Conceição Menezes, Frederico Edelweiss, Hélio Simões e outras personalidades baianas.



Manoel **Barbosa** em companhia de personalidades como Isidro Monteiro, Afonso Reis, Laurindo Regis, Barros Porto Marques e entre outros.

Foto: Voltaire Fraga.



Revista do Ins
do Instituto E
stitit
Gráf
Ge
e
ráfico e Histó
Histó

**Espaço Aberto
Memorial
2 de Julho**



Agoniza o Dois de Julho

Consuelo Pondé de Sena

Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
e membro da Academia de Letras da Bahia

Percebo, com tristeza, o enfraquecimento progressivo do civismo baiano tão ciosamente alimentado pelas gerações passadas. Vejo nesse indiferentismo uma nota de desencantamento, de desinteresse dos jovens, descrentes do próprio patriotismo do nosso povo.

É que os “descaminhos” da política brasileira arrefeceram a crença nos representantes da nação, na seriedade dos governantes, nos ideais de justiça e de dignidade, outrora respeitados e homenageados.

De poucos anos para cá, o Dois de Julho não mais estimula os brios da nossa gente, nem alimenta a esperança de que teremos melhores dias. Justo agora que, após alguns anos de luta, a deputada federal baiana, Alice Portugal, recebe o prêmio do seu empenho, consubstanciado na Lei nº 12.819, de 5 de junho de 2013, assinado pela presidente Dilma Rousseff que estabelece: Inclui o dia 2 de julho de 1823 entre as datas do calendário de efemérides nacionais.

Essa notícia poderia encher de júbilo a nossa gente que, de há muito, perseguiu esse ideal patriótico. Não teve, porém, a ressonância esperada, por ter chegado, até nós, num momento particularmente convulso do povo brasileiro. Num momento de disputas por direitos assegurados pela Constituição de 1988, que não têm sido respeitados,

por uma onda de corrupção incontrolável, pela falta de confiança nos políticos, pelas massas ensandecidas que destroem bens públicos e privados, pela violência nas ruas, pela inconformidade generalizada.

Daí a fraca mobilização patriótica para celebrar os 190 anos do Dois de julho de 1823. O culto aos heróis desta data magna, outrora mais solene e mais emocionante, expressava a fraternidade entre os homens, na reafirmação dos seus direitos, na confirmação do sonho da democracia.

A despeito das veementes manifestações populares, que têm se repetido pelo país, respeitou-se, ao menos, o Dois de Julho deste ano, não o desonrando com manifestações de selvageria, não desrespeitando os seus símbolos com atitudes desairosas. Quanto aos habituais apupos, os aplausos e as gritarias, sempre fizeram parte do cortejo patriótico – palco perene das manifestações populares. Mesmo porque, o povo não deve ser mantido em silêncio, nem ser privado de pensar e opinar; deve sim, assumir suas responsabilidades de cidadão, essa que decorre da sua participação nas decisões nacionais. A divergência é salutar e democrática, mas o eco das ruas deve servir de alerta para aqueles que mereceram a simpatia do povo, que os consagraram nas urnas, e os quais muitos têm decepcionado.

No período da tarde, quando compareci à sede do IGHB para assistir ao desfile, notei a ausência do povo que, outrora, enchia a Avenida Sete de Setembro, acotovelando-se para aplaudir a passagem dos carros emblemáticos do Dois de Julho, nos quais estão o Caboclo e a Cabocla, insubstituíveis personagens míticos para o povo baiano.

É de Lincoln o conceito: “Nenhum homem é bastante bom para governar outro sem o consenso deste”. Parece que é exatamente o que está acontecendo no país, onde tem faltado a grandeza para reconhecer os abusos que têm sido cometidos, os privilégios que são loteados, a impunidade que é praticada, e os limites da tolerância da nossa gente.

O Dois de Julho de 2013 é uma pálida amostra dos festejos antigos, um retrato muito esmaecido da antiga celebração baiana, um sinal amedrontador de que a festa cívica vem perdendo significação para o povo, às voltas com a alta do custo de vida, a deficiência da saúde e da educação, molas mestras que alimentam o civismo de um povo.

Relatório



Relatório da Biblioteca Ruy Barbosa

Período: novembro de 2012 a agosto de 2013

De novembro de 2012 a agosto de 2013 a Biblioteca “Ruy Barbosa” do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, desenvolveu todas as atividades de aquisição e registro do acervo (parte técnica), atendimento e registro de leitores para pesquisas. O desdobramento das atividades apresenta os seguintes dados:

AQUISIÇÃO

Por doação

Livros: 146; Revistas: 18

Total: 164

Por compra

Revistas: 17; Livros: 4

Total: 21

PROCESSAMENTO TÉCNICO

Livros: 420

INSERÇÃO NO SISTEMA PHL

Livros: 420; Revistas: 27

Total: 447

SERVICO DE REENCADERNAÇÃO

Livros e revistas: 102

Jornais: 108

DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO

Revistas do IGHB: 05 (números 56, 57, 58, 59 e 60)

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Usuários: 623

ACERVO CONSULTADO

Livros: 832; Revistas: 407; Jornais: 369

Total: 1608

DESCARTE

Continuamos com o processo de descarte iniciado em 2008, enviando às bibliotecas da capital e do interior algumas duplicatas do nosso acervo que são de seus interesses.

CATÁLOGO

Concluimos a catalogação das “Obras raras” do IGHB para publicação do catálogo a ser lançado no final do ano corrente.

Agenda



2013 – Calendário de Atividades

Janeiro

01 a 31 – Férias Coletivas

Fevereiro

01 a 28 – Sem atividades culturais

Março

12 – Abertura das atividades culturais, com a palestra do professor Paulo Costa Lima, sobre o tema: *Um diálogo entre o Trio Elétrico e a Escola de Samba*.

19 – Solenidade de inauguração do retrato a óleo sobre tela do historiador baiano José Wanderley de Araújo Pinho.

26 – Palestra do Arquiteto Fernando Peixoto: *Salvador: e agora?*

Abril

16 – Palestra com o professor e acadêmico Waldir Freitas Oliveira, com o tema: *“Gaúchos reais e inventados”*.

23 a 26 – Mini-Curso *“Salvador: das origens dos seus terrenos à escarpa da falha, e ao avanço sobre a planície litorânea”*, ministrado pelo instrutor e geólogo Rubens Antonio Filho.

Maiο

13 – Sessão Comemorativa do 119º aniversário de fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, no dia 13 de maio de 2013.

Junho

28 – Mesa Redonda “*A Imprensa na Independência na Bahia*” no dia 28 de junho de 2013, com as palestras: “*A Imprensa como protagonista*” (prof. Nelson Váron Cadena – UFBA); “*Sentinela Bahiense*”(prof^a Consuelo Pondé de Sena – IGHB); “*Ignácio José de Macedo: da Idade d’Ouro ao Velho Liberal do Douro*” (prof. Pablo Magalhães); “*A pedagogia da Ordem na Bahia – constitucionalismo e Formação do Estado Nacional pós Dois de Julho no Periódico; Grito da Razão (1824)*”(prof. Lucas de Farias Junqueira-UFBA);e Lançamento do livro *200 Anos de Imprensa na Bahia* – (ABI), do jornalista Guilherme Pontes Tavares.

Julho

17 – Palestra “*Irmão Paulo Lachenmayer: um artista alemão no Mosteiro de São Bento da Bahia*”, proferida pelo arquiteto e mestre em artes visuais Paulo Veiga.

29 – Palestra “*Dominguinhos: vida e obra*”, proferida pelo historiador e professor Luiz Américo Lisboa Júnior.

Agosto

14 – Mesa de debates, com os professores Edivaldo Machado Boaventura e José Nilton Carvalho Pereira, abordando os seguintes temas: “*O ensino secundário ontem e hoje*” e “*Escola Normal x Pedagogia x Sala de Aula*”.

15 – Oficina “*Modificações urbanas de Salvador*”, direcionada para pessoas com deficiência visual, para mostrar a evolução urbana de Salvador através de maquete em relevo, ministrada pelo geólogo e historiador Rubens Antonio da Silva Filho.

26 a 30 – Primeiro módulo do Curso *História da Bahia*, ministrado e coordenado pela professora Antonietta d’Aguiar Nunes

Setembro

03 – Lançamento do livro “*Anotações da Adolescência*”, do sócio Guarani Valença de Araripe.

16 a 20 – Segundo Módulo do Curso *História da Bahia*, ministrado e coordenado pela professora Antonietta d’Aguiar Nunes.

24 – Palestra “*Como enfrentar as crises global, estrutural e de gestão que afetam o desenvolvimento da Bahia*”, pronunciada pelo sócio e engenheiro Fernando Alcoforado.

25 a 27 – Seminário “*Artes Plásticas e Cênicas na Bahia*”, coordenado pela professora Selma Fraga Costa (UFBa), com a seguinte programação: palestras: “*Panorama das Artes Plásticas na Bahia – de José Joaquim da Rocha a Manuel Lopes Rodrigues*”, com a professora Sylvia Athayde (Diretora do Museu de Arte da Bahia); “*Restauração dos painéis da Escola Parque*”, com o professor e restaurador José Dirson Argolo (Diretor do Studio Argolo); “*As Matrizes Estéticas da Cultura Afro-Baiana*”, com a Dra. Suzana Martins (UFBa); “*A Arte popular na Bahia*”, com Jancileide Souza (UFBa.); Workshop prático de movimentos e gestos afro-baianos: aquecimento e movimentação com música ao vivo (participação dos músicos: Oxossy e Fofão).

Outubro

10 – Palestra sobre a obra do pintor José Joaquim da Rocha, em homenagem aos 206 anos de seu falecimento, proferida pela professora Mônica Farias Menezes Vicente (Mestra pelo PPGAV-EBA-Ufba).

21 a 25 – Terceiro Módulo do Curso *História da Bahia*, ministrado e coordenado pela professora Antonietta d’Aguiar.

29 – Palestra: Causas e efeitos da Crise Financeira do Governo da Bahia, com professor Antonio S. Magalhães Ribeiro.

Novembro

4 a 8 – Quarto Módulo do Curso *História da Bahia*, ministrado e coordenado pela professora Antonietta d’Aguiar Nunes.

12 a 14 – Seminário Cultural “No centenário do historiador José Honório Rodrigues”, com o instrutor José Octávio Arruda de Mello.

26 – Palestra: Transposição do Rio São Francisco e o Agravamento das Condições do Semiárido Baiano, com o professor Amilcar Baiardi.

Dezembro

4 de dezembro – Caruru

10 – Lançamento do livro da professora Consuelo Pondé de Sena: No insondável tempo...

19 – Festa de Natal IGHB



Sócios



Sócios do IGHB

Presidente de Honra

Roberto Figueira Santos

Beneméritos

Antônio de Pádua Carneiro

Antônio José Imbassahy da Silva

Edivaldo Machado Boaventura

Fernando Paes de Andrade

Jaques Wagner

José Nilton Pereira Carvalho

Norberto Odebrecht

Paulo Renato Dantas Gaudenzi

Honorários

Fernando Manuel da Silva Rebelo

Fernando Schmidt

João Paulo Marques Sabido Costa

Joaquim Veríssimo Serrão

Efetivos

Adélia Maria Marelim
Ademar Oliveira Cirne Filho
Adriano de Lemos Alves
Peixoto
Adriano Eysen Rego
Adroaldo de Jesus Bélenes
Alberto Bastos Balazeiro
Alberto Pimentel Carletto
Aldely Rocha Dias
Alex Guedes
Alfredo Eurico R. Matta
Alírio Fernando Barbosa de
Souza
Aloísio Palmeira Lima
Álvaro Pinto Dantas de Carvalho
Jr.
Ana Elisa Ribeiro Novis
Ana Lúcia da Silva Teixeira
Anaci Bispo Paim
Angélica Maria da A. Reis Soares
Antonio Alberto Dias dos Santos
Balazeiro
Antônio Alberto Machado Pires
Valença
Antônio Carlos Leão Martins
Antônio Ivo de Almeida
Antonio José Cunha
Antônio Lima Farias
Antônio Luis Silva de Carvalho
Antônio Luiz Calmon Teixeira
Antônio Machado Pires Valença
Antônio Plínio Pires de Moura

Aramis de Almada Ribeiro Costa
Archimedes José Stiebler P.
Franco
Arilda Maria Cardoso Sousa
Aristeu Barreto de Almeida
Arivaldo Gomes da Mota
Aroldo Barreiros Cardoso
Arthur César Costa Pinto
Astor de Castro Pessoa
Ático Frota Villas Boas da Mota
Augusto J. C. L. Pedreira da
Silva
Benedicto Alves de Castro Silva
Branca Hortélio Fernandes
Bruno Lopes do Rosário
Caio César Tourinho Marques
Caiuby Alves da Costa
Carlos Alberto Saraiva Santos
Carlos Alberto Reis Campos
Carlos Artur Rubinos Bahia Neto
Carlos D'Ávila Teixeira
Carlos Martheo C. Guanaes
Gomes
Carlos Pronzato
Carlos Roberto de Melo Kertesz
Carlos Roberto Santos Araújo
Carlos Sampaio Filho
Célia Maria Leal Braga
César A. Borja Fernandez
Cardillo
César de Faria Júnior
Cícero Vilas Boas Pinto
Cid José Mascarenhas
Claudelino Monteiro da S.
Miranda
Clomir Gonçalves da Silva
Consuelo Novais Sampaio

Coriolano Alberto Oliveira F.	Geraldo Dannemann
Daniela Sarno Mercês Santos	Geraldo Leite
Denasey Phylocreon de Castro	Geraldo Magalhães Machado
Lima	Gerana Costa Damulakis
Dilton Domingos Gomes dos	Gerson Penna Neto
Santos	Gilberto Caetano de Jesus
Dinorah Berbert de Castro	Gilberto Sampaio Pithon
Djalma Navarro Falcão	Gildásio Vieira de Freitas
Dom Emanuel D'Able do Amaral	Gláucia Lemos
Dorine Daisy Pedreira de	Guilherme Cortizo Bellintani
Cerqueira	Guilherme Requião Radel
Edivaldo Brito	Gustavo Lanat Pedreira de
Edmar Torres	Cerqueira
Eduardo Meirelles Valente	Helen Sabrina Gledhill
Eduardo Morais de Castro	Helio de Oliveira Cardoso
Elizabeth Paulina Gealh	Hélio José Bastos Carneiro de
Ellen Melo dos Santos Ribeiro	Campos
Emilton Moreira Rosa	Helmann Sanches Silva
Eraldo Dias Moura Costa	Henrique Abreu Monteiro
Erivaldo Fagundes Neves	Horácio Raymundo de Senna
Ernane Nelson Antunes Gusmão	Pires
Ernani Newton Quadros Cairo	Hylo Bezerra Gurgel
Eugênio Walter Pinto Montalvão	Irton Villas Leão
Fernando Antônio de Souza	Isadora Perez Alves
Fernando Antonio Gonçalves	Israel de Oliveira Pinheiro
Alcoforado	Itamar José de Aguiar Batista
Fernando de Souza Pedrosa	Ivan da Silva Barroso
Fernando Santana Rocha	Ivan Guanais de Oliveira
Florêncio Magalhães Matos Filho	Ivanilton Santos da Silva
Francisco Benjamin de Carvalho	Jaime Oliveira do Nascimento
Francisco César Lins Santana	Jan Maurício Oliveira Van Holthe
Francisco Jorge de Oliveira Brito	Jayme Newton Vasconcelos de
Francisco Neto de Borges Reis	Lemos
Franklin de Carvalho Oliveira	Jayme Ramos de Queiroz
Junior	Joaci Fonseca de Góes
Fredie Souza Didier Junior	João Alberto de Oliveira Matta
Gabriella Micks	João Augusto de Lima Rocha

João Bosco Soares dos Santos
João da Costa Falcão
João Eurico Matta
João Justiniano da Fonseca
João Paulo Marques Sabido
Costa
Joaquim Rodrigo de Souza
Dourado
Johildo Salomão Figueiredo
Barbosa
Jorge Falcão Paredes
Jorge Raimundo de Cerqueira e
Silva
Jorge Santana Bispo Júnior
Jorge Vaz Lordelo
José Antônio de Jesus
José Antônio de Mello Vicentini
José Augusto da Silva
José Bernardo Cordeiro Filho
José Carlos Augusto da Silva
José Carlos Martinez Martinez
José da Silva Gazar
José Dionísio Nóbrega
José do Patrocínio Coelho de
Araújo
José dos Santos Pereira Filho
José Geraldo dos Reis Santos
José Jorge Randam
José Jorge Sousa Carvalho
José Luiz Ganem
José Manuel Lomba
José Marcos Pondé Fraga Lima
José Nilton Pereira Carvalho
Josué da Silva Mello
Juracy Magalhães Neto
Jutay Inácio Menezes
Kátia Maria Coelho de C.

Custódio
Leda Lazara Pimentel Lopes
Leonardo Ribeiro Fraga Lima
Lívia da Silva Modesto
Rodrigues
Lizir Arcanjo Alves
Lourivaldo Valentim da Silva
Lúcia Maria da Franca Rocha
Lucicleide Nery Nascimento
Lúcio Normando do A. Reis
Luís Fernando Galvão de
Almeida
Luis Guilherme Pontes Tavares
Luislinda Dias de Valois Santos
Luiz Américo Lisboa Junior
Luiz Antônio Cajazeira Ramos
Luiz Antônio de Souza
Luiz de Pinho Pedreira da Silva
Luiz Gonzaga da Silveira
Luiz Ovídio Fisher
Luiz Vianna Neto
Luiza Maria Vasconcelos Vianna
Manoel Antonio dos Santos Neto
Manoel Figueiredo Castro
Manoel J. F. de Barros Sobrinho
Marcel Lavallée
Marcos Oliveira Gurgel
Marcos Roberto de Santana
Maria Ângela Barreiros Cardoso
Maria Angélica Barreiros
Cardoso
Maria Betty Coelho Silva
Maria de Vasconcelos Tavares
Maria Dulce Cardoso Cardoso
Maria Eleonora Cahyba
Maria Helena Lanat P. de
Cerqueira

Maria Luiza Pinto Leite
Gonçalves
Maria Nadja Nunes Bittencourt
Maria Tereza Salles N. de Brito
Matos
Maribel Oliveira Barreto
Marina Garrido Moisés
Mário de Mello Kertész
Mário Lindenor Bastos Brito
Mário Mendonça de Oliveira
Mauricio Tourinho Dantas
Mauro Lopes Figueiredo
Mazinete Vasconcelos de Lemos
Miguel Angelo Almeida Teles
Milton Carlos da Motta Cedraz
Moacyr Pinheiro da Silva
Monica Elizabeth Vieira Martins
Garrido
Nanci Elizabeth Oddone
Nelson Almeida Taboada
Newton Cleyde Alves Peixoto
Newton Oliveira
Nilton José Costa Ferreira
Nilzo Augusto Mendes Ribeiro
Orlins Santana de Oliveira
Osvaldo de Almeida Bomfim
Osvaldo de Oliveira Bastos Neto
Osvaldo Francisco Martins
Pablo Sotuyo Blanco
Paulo Costa Lima
Paulo Emílio Parente de Barros
Paulo Faria
Paulo Motta Alves Peixoto
Paulo Segundo da Costa
Pedro de Almeida Vasconcelos
Pedro Faustino de Souza Pondé
Pedro José Galvão Nonato Alves

Penildon Silva Filho
Phidias Martins Junior
Ramiro Senna Berbert de Castro
Raul Affonso Nogueira Chaves
Filho
Regina Stella Calmon Teixeira
Dias
Renato Luís Sapucaia Bandeira
Renato Simões Filho
Ricardo Mauricio Freire Soares
Rita de Cássia Carvalho Rosado
Rita Maria Cruz Pimentel
Rizovaldo da Silva Menezes
Roberto Figueira Santos
Roberto José de Souza
Roberto Nunes Dantas
Romário Costa Gomes
Rommel Robatto
Rosa Maria Cardoso de Santana
Valente
Rubens Antonio da Silva Filho
Sérgio Augusto Soares Mattos
Sérgio Emílio Schlang Alves
Sérgio Fraga Santos Faria
Sílvia Athaide
Sônia Maria de Couto Jonas
Sônia Maria Moreira de Souza
Bastos
Suzane Calmon Teixeira Dias
Lima
Sylvio Bandeira de Mello e
Silva
Sylvio de Carvalho Marback
Tasso Paes Franco
Tatiana Brito de Araújo
Ubaldo Marques Porto Filho

Vanessa Ribeiro Simon
Cavalcanti
Vera Madalena P. Barreto de
Araújo
Vicente Favella Filho
Victor Gradin
Waldette Maria dos Santos
Walter Luiz Brito dos Santos
Wellington Carlos Leão
Sampaio
William Vieira do Nascimento
Wilson Roberto de Mattos
Wilson Thomé Sardinha
Martins
Wolf Immisch
Yara Dulce D. Ataíde
Zilma Parente de Barros
Zita Magalhães Alves

Remidos

Adhemar Martins Bento Gomes
Adinoel Motta Maia
Afonso Maciel Neto
Aidre da Cunha Guedes
Alberto Sales Paraíso Borges
Almerindo César de Quadros
Almir de Oliveira Santos
Aloildo Gomes Pires
Álvaro Pinto Dantas de Carvalho
Angelina Nobre Rolim Garcez
Anna Amélia Vieira Nascimento
Antonietta D'Aguiar Nunes
Augusto Manoel de Souza Braga
Cid José Teixeira Cavalcante
Clóvis Álvares Lima

Consuelo Pondé de Sena
Cydelmo Clydes Teixeira
Cavalcante
Edivaldo Machado Boaventura
Edla Alcântara Angelim
Eduardo Jorge Mendes
Magalhães
Eduardo Saback Dias de Moraes
Esmeralda Maria de Aragão
Everaldo Pedreira Rocha
Fernando da Rocha Peres
Francisco Pinheiro Lima
Gaspar Sadock da Natividade
George Alakija
Geraldo Dannemann
Germano Dias Machado
Germano Tabacoff
Gerson Pereira dos Santos
Guarani Valença de Araripe
Helena Margarida M. Abreu
Hermano Augusto Machado
Hildete Maria da Encarnação
Isaura Prisco Paraíso
Jairo Cunha
João Carlos Tourinho Dantas
João da Costa Pinto Victória
Jonas de Souza Carvalho
José Augusto Guimarães
José Francisco de Sá Teles
José Góes de Araújo
José Maria Magnavita
José Newton Alves de Souza
Joviniano de Carvalho Neto
Lamartine de Andrade Lima
Lúcia Maria Ruas Gaspar
Luis Henrique Dias Tavares
Manoel José Pereira da Silva

Maria do Carmo Sardinha
Martins
Maria do Socorro Targino
Martinez
Maria Helena Ochi Flexor
Maria Hilda Baqueiro Paraíso
Maria Inês Cortes de Oliveira
Maria Mercedes de Oliveira Rosa
Nelson Figueiredo Pondé
Nilton José de Souza Ferreira
Olga Magnavita Batista Neves
Remy Pompilho F. de Souza
Sílvio de Almeida Passos
Vitor Hugo Carneiro Lopes
Waldir Freitas Oliveira
Walter Carneiro da Silva

Correspondentes

Aaron Salles Fernandes Silva
Torres
Abilarde Duarte
Ademir Pereira dos Santos
Adilson César
Adolfo Morales de Los Rios
Filho
Aidenor Aires Pereira
Alberto Almada Rodrigues
Alberto Frederico Lins Caldas
Alberto Martins da Silva
Alberto Venâncio Filho
Alceu Maynard de Araújo
Ana Lucia Granja de Souza
Antonella Rita Roscilli
Antônio Augusto de Menezes
Drumond
Antônio da Rocha Almeida
Antônio Dias Farinha

Antônio Ezequiel da Silva
Antônio Ferreira Paim
Antonio Jorge Furquim
Antônio Pedro de Bacelar
Carrilhas
Antônio Possidônio Sampaio
Armando Alexandre dos Santos
Arnaldo Arantes
Arno Wehling
Arraes de Vilhena Falcão
Artur Martins Franco
Aureliano Leite
Berthold Zilly
Cândido Vargas de Freire
Carlos Magno Estevanovic
Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e
Bragança
Carlos Vianey Oliveira
Celso Jaloto Ávila Júnior
Crhistóvão Dias de Ávila Pires
Júnior
Cybelle Moreira de Ipanema
Daniel Antunes Júnior
Dario Teixeira Cotrim
Davis Ribeiro de Sena
Dick Edgar Ibana Grasso
Douglas Apratto Tenório
Edmundo Aníbal Herédia
Edmundo Fernão Moniz de
Aragão
Eduardo da Silva
Eliana Calmon Alves
Enélio Lima Petrovich
Epitácio Pedreira de Cerqueira
Esther Caldas Guimarães
Bertoletti
Esther Regina Largman

Fátima Alves Tostes	José Augusto Ventín Pereira
Fernando Abott Galvão	José Ibarê Dantas
Fernando da Costa Tourinho Neto	José Leite de Souza
Fernando Hipólito da Costa	José Mendonça Teles
Francisco de Vasconcelos	José Pedro Nicodemos
Francisco Fernando Saraiva	Justino Mendes de Almeida
Câmara	Kabengele Munanga
Francisco Peçanha Martins	Léa Brígida Rocha de Alvarenga
Franklin de C. Machado	Rosa
Gilfrancisco Santos	Luís Alberto Cibils
Gloria Kaiser	Luitgarde Oliveira Cavalcanti
Guilherme Gomes da Silveira	Barros
D'Ávila	Luiz Alberto de Viana Moniz
Gutemberg Medeiros Costa	Bandeira
Helena Parente Cunha	Luiz da Mota Menezes
Hendrik Kraay	Luiz de Barros Guimarães
Henrique Pinto Rema	Luiz Philippe Pereira Leite
Hilton José Gomes de Queiroz	Lydia Pinheiro de Araújo Sá
Hitoshi Ishihara	Marco Antonio Neia
Hugo Ramírez	Marcus Joaquim Maciel de
Ionam Galo Toscano Brito	Carvalho
Isidoro Vásquez de A. G.	Marcus Soares de Albergaria da
Delpostigo	Costa
Ivo Gastaldoni	Marcus Vinícius Vilaça
Jair Fernandes de Moura	Maria Beltrão
Janete Ruiz de Macedo	Mário Portugal Fernandes
João Alfredo de Souza	Pinheiro
Montenegro	Marc W. Herold
João Antônio da Silva Cezimbra	Max Justo Guedes
João Maurício de Araújo Pinho	Melquíades Pinto Paiva
Johannes Augel	Miguel Maria Santos Corrêa
Jorge Couto	Monteiro
Jorge de Souza Duarte	Moema Parente Augel
Jorge Forjaz	Napoleão Tavares Neves
José Antônio Nunes Beja da	Olindo Herculano de Menezes
Costa	Paulo Coêlho de Araújo
José Arthur Rios	Paulo Fernando de Moraes Farias

Paulo Roberto Pereira
Pedro Alberto de Oliveira Silva
Pedro Augusto de Freitas
Gordilho
Plauto Afonso da Silva Ribeiro
Raimundo de Oliveira Borges
Raimundo Felipe Sobrinho
Raul Giovanni de Mota Lody
Raymundo Kruschewsky Gomes
Ribeiro
Raymundo Laranjeira
Ricardo de Carvalho
Roberto Casali
Rui Manuel Cordeiro de Vieira
Rasquilho
Ruy N. Miranda
Sálvio de Figueiredo Teixeira

Sérgio Martínez Baeza
Terezinha Teixeira Santos
Túlio Vargas
Valther Xavier Aguiar
Valther Xavier Aguiar
Vamireh Chacon A. Nascimento
Veríssimo de Melo
Vicente Sebastião de Oliveira
Victorino Coutinho Chermont de
Miranda
Wagner Eustáquio de Araújo
Walter Carvalho Merling Júnior
Washington Luís Andrade Araújo
Wellington Estevanovic
Wilson Estevanovic Neto
Wilson Gealh



Revista do Ins
do Instituto
stitit *aráp*
Ge *e*
ráfico e Histó
Hist

Normas de Publicação



Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Instruções aos Colaboradores

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB é uma publicação quadrimestral do Instituto Geográfico e Histórico que se constitui de um canal de disseminação das Ciências Histórica e Geográfica e da Cultura e Artes. Pretende divulgar textos de autoria diversa com rigor científico e metodológico. Aceita trabalhos que sejam classificados com os seguintes pré-requisitos:

- preencham o nível exigido de qualidade científica;
- atendam às normas de publicação;
- apresentem afinidades com a natureza da publicação.

Instruções Gerais

Processo de Seleção

As colaborações serão submetidas a pelo menos dois membros do Conselho Editorial da Revista ou Pareceristas ad hoc por eles indicados, sem identificação do autor.

Se o texto for aceito para publicação, a revista permite-se introduzir ajustes de formatação. Modificações de estrutura ou de conteúdo,

sugeridas pelos Pareceristas, só serão incorporadas mediante concordância dos autores.

Artigos aprovados com restrições serão encaminhados para a reformulação por parte dos autores. Nestes casos, o Conselho Editorial se reserva o direito de recusar o artigo, caso as alterações neles introduzidas não atendam às solicitações feitas pelos Pareceristas.

O autor deve ser comunicado do recebimento da sua colaboração no prazo de até dez dias e do resultado da avaliação do seu trabalho em até 120 dias após a data da primeira comunicação.

A publicação de artigos não é remunerada, sendo permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados serão de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do periódico.

Os originais não serão devolvidos.

A aceitação do texto para publicação implica na transferência de direitos autorais para o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Serão remetidos a cada autor dois exemplares da edição em que for publicada sua colaboração.

Não serão aceitas colaborações que não atendam às Normas e à formatação fixada nas Seções.

- Artigos – textos produzidos de experiências desenvolvidas nas áreas de interesse da Revista. A sua estrutura formal incorpora a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Devem conter no mínimo 12 páginas e no máximo 25 páginas, resumo (conforme a norma NBR 6028/2003, Informação e documentação – Resumo – Apresentação, da Associação Brasileira de Normas Técnicas), palavras-chave e referências (NBR 6023/2002, Informação e documentação – Referências – Elaboração, da ABNT). O título, o resumo e as palavras-chave (title, abstract and keywords) devem ser traduzidos para a língua inglesa.

- Palestras – Texto de até 4 páginas resultado de palestras dentro ou fora do Instituto. Oriundos de convidados ou da Diretoria e/ou Conselheiros.
- Discursos – Texto resultado de pronunciamentos da Diretoria do IGHB ou de Conselheiros.
- Biografia – Textos de até 5 páginas, antecedendo uma fotografia, de figuras ilustres e históricos local, nacional e internacional que tenham relação direta com a história e a cultura baiana.
- Acervo – Relacionar por natureza de prioridade 10 títulos que constem no acervo da biblioteca.
- Documentos – Apresentação de documentos de valor histórico e geográfico de interesse da comunidade científica brasileira.
- Relatório – Texto de natureza institucional relacionado com as atividades do IGHB.
- Resenhas – Texto de até uma página de publicações lançadas recentemente (até dois anos anteriores à publicação da revista) sob a forma de resenhas, comentários.
- Galeria de Fotografias – Seção de 2 páginas contendo 4 fotos com os respectivos créditos.
- Mapa – (1)
- Espaço Aberto – Memorial 2 de Julho

Normas

Ilustrações – As tabelas, quadros e figuras (gráficos, desenhos, fotografias etc.) podem ser apresentados em páginas separadas indicando-se no corpo do texto os locais em que devem ser inseridos, ou inseridos diretamente no texto, nas extensões.tif ou.jpg. As ilustrações devem necessariamente ser numeradas, tituladas e apresentar indicação

das fontes.

Citações – Devem ser apresentadas de acordo com a NBR 10520/2002, Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação, da ABNT. As citações bibliográficas ou de website, inseridas no próprio texto, devem vir entre aspas ou em parágrafo com recuo e sem aspas, remetendo ao autor. Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, devem ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data (a, b). Quando o autor faz parte do texto, este deve aparecer em letra cursiva. Exemplo: De acordo com Freire (1982, p. 35) etc. Quando o autor não faz parte do texto, este deve aparecer ao final do parágrafo, entre parênteses e em letra maiúscula. Exemplo: A pedagogia das minorias está à disposição de todos (FREIRE, 1982, p. 35). Para qualquer referência a um autor deve ser adotado igual procedimento. Deste modo, no rodapé das páginas do texto, devem constar apenas as notas explicativas estritamente necessárias, que devem obedecer à NBR 10520.

Notas de Rodapé – Devem ser exclusivamente explicativas contendo no máximo 3 linhas. Todas as notas deverão ser numeradas e aparecer no rodapé da página.

Referências – Deverão vir após a parte final do artigo, em ordem alfabética, a listas dos autores e das publicações, conforme a NBR 6023/2002, Informação e documentação – Referências – Elaboração, da ABNT. As referências bibliográficas devem conter exclusivamente os autores e textos citados no trabalho.

Alguns exemplos:

Livro com um só autor

JECUPÉ, Kaka. Será a terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio. São Paulo: Peirópolis, 1998.

Livro com três autores

NORTON, Peter; AITKEN, Peter; WILTON, Richard. Peter Norton: a bíblia do programador. Tradução de Geraldo Costa Filho. Rio de Janeiro: Campos, 1994.

Livro com mais de três autores

CASTELS, Manuel et al. Novas perspectivas críticas em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Capítulo de livro

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, Joaquim (Org.). Multirreferencialidade nas ciências e na educação. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 168-198.

Artigo de periódico

BITENCOURT, Maria Nadja Nunes. A prática da escrita e da leitura na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola. Caderno Temático Projeto Político Pedagógico da Escola Comunitária, Salvador, v. 1, n. 1, p. 22-27, jul. 2004.

Artigo de jornais

SOUZA, Marcus. Falta de qualidade no magistério é a falha mais séria no ensino privado e público. O Globo, Rio de Janeiro, 6 dez. 2001. Caderno 2, p. 4.

Artigo de periódico (formato eletrônico)

TRINDADE, Judite Maria Barbosa. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999.

Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 ago. 2000.

Livro em formato eletrônico

SÃO PAULO (Estado). Entendendo o meio ambiente. São Paulo, 1999. v. 3. Disponível em: <<http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/actual/htm>>. Acesso em: 19 out. 2003.

Legislação

SÃO PAULO (Estado). Decreto no 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Lex: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

Dissertações e teses

BITTENCOURT, Maria Nadja Nunes. O espaço para o imaginário no currículo de formação do professor de Letras da UFBA. 1997. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

Trabalho publicado em congresso

LIMA, Maria José Rocha. Professor, objeto da trama da ignorância: análise de discursos de autoridades brasileiras, no império e na república. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 13., 1997, Natal. Anais... Natal: EDURFRN, 1997. p. 95-107.

Orientação para a formatação dos textos

1. Devem ser digitados em extensão.doc,.txt ou.rtf, com letra Times New Roman, corpo 12, página em tamanho A-4, entrelinhas simples, sem fontes ou atributos diferentes para títulos e seções, tamanho da folha A4, margens 2,5 cm, parágrafo justificado.

2. Todas as páginas devem ser numeradas.
3. Deve-se evitar no texto o uso indiscriminado de siglas, excetuando as já conhecidas.
4. Os manuscritos devem ser enviados por e-mail ou via postal, indicando a seção a ser publicado, e obedecer às normas da revista.

Instruções para envio de originais

Os textos digitalizados devem ser enviados aos cuidados do editor científico da Revista do IGHB, respeitadas as orientações de apresentação e formatação fixadas, contendo obrigatoriamente, os dados pessoais e acadêmicos do autor ou autores na ordem a figurar na publicação (nome, endereço, telefone, e-mail, instituição de vinculação, mais alta titulação acadêmica e breve currículo para o primeiro autor; para os demais autores, nome e breve currículo).

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB

Av. Sete de Setembro, 94 A – Piedade
40060-001 – Salvador – Bahia
Tel. (71) 3329-4463 – Telefax (71) 3329-6336
www.ighb.org.br
revista@ighb.org.br



Aquisição de exemplares e endereço para correspondência

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB

Av. Sete de Setembro, 94 A – Piedade
40060-001 – Salvador – Bahia
Tel. (71) 3329-4463 – Telefax (71) 3329-6336
www.ighb.org.br
revista@ighb.org.br



Fonte: Times New Roman, 10
Capa: Papel Supremo 250 g/m²
Miolo: Papel Chamouis Boulk 90 g/m²
Impresso em 2013